**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Direito

José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz

# O regime jurídico das entidades desportivas voltadas à competição profissional: uma interpretação funcional da sua autonomia constitucional

Rio de Janeiro
2020

José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz

# O regime jurídico das entidades desportivas voltadas à competição profissional: uma interpretação funcional da sua autonomia constitucional



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento jurídico e relações sociais. Linha de Pesquisa: Direito Civil.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson Konder

Rio de Janeiro

2020

## FICHA CATALOGRÁFICA – BIBLIOTECA CCS-C

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

F381 Ferraz, José Eduardo Coelho Branco Junqueira.

O regime jurídico das entidades desportivas voltadas à competição profissional: uma interpretação funcional da sua autonomia constitucional / José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz. - 2020.
246 f.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson Konder.

Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Esportes - Legislação – Teses. 2. Esportes – Administração – Teses. 3. Associações, instituições, etc. - Teses. I. Konder, Carlos Nelson. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. IV. Título. V. Título.

CDU 796:340.134

Bibliotecária: Angélica Ribeiro CRB7/6121

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz

**O regime jurídico das entidades desportivas voltadas à competição profissional: uma interpretação funcional da sua autonomia constitucional**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento jurídico e relações sociais. Linha de Pesquisa: Direito Civil.

Aprovado em 13 de fevereiro de 2020.

Banca Examinadora:

_____

Profº: Dr. Carlos Nelson Konder

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Profº: Dr. Gustavo Tepedino

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Profª: Milena Donato Oliva

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Profª: Roberta Mauro Medina Maia

Pontifícia Universidade Católica

_____

Profª:Caitlin Sampaio Mulholland

Pontifícia Universidade Católica

Rio de Janeiro

2020

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, que me contemplou com uma família plena. Nada seria possível, sem o apoio e o suporte incondicional das pessoas que tanto amo.

Aos meus amados pais e avós, meus exemplos de ética, união, luta e perseverança, o meu eterno obrigado por me oportunizarem o direito de sonhar! À minha amada Carolina e aos meus filhos Valentina e Joaquim, dedico não somente esta obra. A vocês, eu dedico a minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Carlos Konder, que muito mais do que o orientador, foi o guia que soube dar o norte a este estudo. Com sua sabedoria e elegância, o professor Konder tornou essa empreitada viável e exequível.

Aos meus colegas do “Junqueira Ferraz Advogados”, Mauro, Danielle, Jéssica, Carolina e Fátima, cujo carinho, alegria e cumplicidade fazem os meus dias muito melhores!

Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco sei
Ou nada sei.

*Almir Eduardo Melke Sater*
*Renato Teixeira de Oliveira*

# RESUMO

FERRAZ, J.E.C.B.J. *O regime jurídico das entidades desportivas voltadas à competição profissional:* uma interpretação funcional da sua autonomia constitucional, 2020. 246 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho teve por objetivo propor um novo marco regulatório para as entidades desportivas brasileiras. Assim, a partir de um diagnóstico das dificuldades experimentadas por esses entes, os quais não se mostram aptos a acompanhar o manancial de oportunidades que lhes são ofertadas, pretendeu-se apresentar soluções que tenderiam, a um só tempo, a permitir o soerguimento institucional desses, bem como a satisfação das expectativas sociais que lhes são impingidas. Dessa forma, à luz do paradigma espanhol, que enfrentou com eficiência os mesmos obstáculos por aqui vivenciados, pretendeu-se apresentar medidas e correções que tenderiam a viabilizar a inauguração de um novo padrão de governança, o qual teria o condão de permitir, enfim, que as pessoas jurídicas de destinação desportiva brasileiras estejam aptas a satisfazer todas as suas potencialidades e, por consequência, dar regular cumprimento aos aspectos funcionalizadores que motivaram o assento constitucional que lhes foi concedido.

Palavras-chave: Direito desportivo. Associações. Organizações desportivas. Sociedades anônimas desportivas. Funcionalização.

## ABSTRACT

FERRAZ, J.E.C.B. J.*The juridical regime of sports entities focused on professional competition:* a functional interpretation of their constitutional autonomy, 2020. 246 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

The present work aimed to propose a new regulatory framework for Brazilian sports entities. Thus, from a diagnosis of the difficulties experienced by these entities, which are not able to follow the wealth of opportunities offered to them, it was intended to present solutions that would, at the same time, allow their institutional uplift, as well as the satisfaction of the social expectations imposed on them. Thus, in light of the Spanish paradigm, which effectively faced the same obstacles experienced here, it was intended to present measures and corrections that would tend to enable the inauguration of a new governance standard, which would have the ability to allow, finally, that Brazilian sports destination legal entities are able to fulfill their full potential and, as a result, to regularly comply with the functionalizing aspects that motivated their constitutional seat.



Keywords: Sports law. Associations Sports organizations. Sport corporations. Functionalization.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| CAS | *Court Of Arbitration For Sport* |
| CBF | Confederação Brasileira de Futebol |
| CF | Constituição Federal da República Federativa do Brasil |
| CFCB | Comitê de Controle Financeiro dos Clubes |
| COB | Comitê Olímpico do Brasil |
| CRF | Clube de Regatas do Flamengo |
| CRVG | Club de Regatas Vasco da Gama |
| CSA | Clube Esportivo Alagoano |
| CSD | *Consejo Superior de Deportes* |
| CVM | Comissão de Valores Imobiliários |
| FENACLUBES | Federação Nacional dos Clubes Esportivos |
| FIFA | Federação Internacional de Futebol Associação |
| OSCIP | Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PROFUT | Programa de Modernização do Futebol Brasileiro |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSL | Partido Social Liberal |
| SAD | Sociedade Anônima Desportiva |
| SAE | Sociedade Anônima Esportiva |
| SAFUT | Sociedade Anônima de Futebol |
| SCCP | Sport Club Corinthians Paulista |
| SPFC | São Paulo Futebol Clube |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| STJ | Superior Tribunal de Justiça. |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| TST | Tribunal Superior do Trabalho |
| UEFA | *Union of European Football Associations* |

**SUMÁRIO**


**INTRODUÇÃO** ..... 11

1 **O DESPORTO NA CONSTITUIÇÃO – UMA REGULAÇÃO INÉDITA E AMPLA.** ..... 15

1.2 **As autonomias constitutiva e operacional das entidades desportivas** ..... 22

1.3 **A possível e necessária intervenção legislativa no setor desportivo** ..... 33

1.4 **O necessário respeito ao perfil funcionalizador das entidades desportivas** ..... 43

2 **A OPÇÃO INICIAL PELO MODELO ASSOCIATIVO: UMA REALIDADE HISTÓRICA.** ..... 553

2.1 **A realidade atual das pessoas jurídicas desportivas e a busca pela performance financeira como objetivo maior** ..... 63

2.2 **As fragilidades advindas de uma escolha constitutiva imprópria** ..... 73

2.2.1 O padrão de conduta e a responsabilidade dos administradores no âmbito associativo .. 77

2.2.2 O padrão de conduta e a responsabilidade dos administradores no âmbito societário .... 82

2.2.3 A remuneração dos administradores nas associações civis de destinação desportiva ..... 89

3 **OS ESFORÇOS LEGISLATIVOS DE NEUTRALIZAÇÃO DO DESCONTROLE DO SISTEMA DESPORTIVO: UM PARALELO BRASIL – ESPANHA** ..... 98

3.1 **O histórico nacional de intervenções legislativas** ..... 98

3.2 **A opção pelo paradigma europeu: nítida proximidade estrutural** ..... 118

3.2.1 O paradigma espanhol: uma similute de problemas e soluções ..... 122

3.2.2 O necessário estabelecimento de um marco regulatório eficiente para o setor: a solução espanhola ..... 129

3.2.3 Novos padrões de governança: os níveis de exigência e responsabilidade dos administradores desportivos ..... 138

3.2.4 O dever de transparência e a busca de um modelo que conceda seguranças jurídica e econômica às entidades desportivas ..... 143

3.2.5 A relevância da atuação estatal no que se refere à estruturação de um regime jurídico eficiente ..... 147

4 **A NECESSIDADE DE UMA REGULAÇÃO ESPECÍFICA E DETALHADA DO SETOR DESPORTIVO** ..... 157

4.1 **Os projetos de lei em tramitação parlamentar e a unicidade quanto ao**

**abandono do modelo associativo** ..... 158
4.1.1 Projeto de Lei Nº 5.082/2016 e o regime da "SAF" – Sociedade Anônima do Futebol ..... 161
4.1.2 Projeto de Lei nº 2.758/2019 e o regime da "SAFUT – Sociedade Anônima de Futebol".. ..... 169
4.1.3 Projeto de Lei nº 68/2017 e o regime da "S.A.E." - Sociedade Anônima Esportiva ... 169
4.1.4 A Emenda Substitutiva e a tramitação extraordinária que lhe foi conferida ..... 177
4.1.5 A interseção empresarial dos Projetos de Lei em tramitação ..... 184
4.2 **As lacunas dos novos modelos legislativos** ..... 187
4.2.1 O "fair play" financeiro como instrumento de controle gerencial ..... 187
4.2.2 O necessário atendimento à função social das pessoas jurídicas desportivas ..... 195
4.2.3 A evolução da regulação dos mandatos dos dirigentes desportivos: conquistas e inovações ..... 208
**CONCLUSÃO** ..... 211
**REFERÊNCIAS** ..... 223

# INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por desiderato promover uma reflexão das vicissitudes da regulamentação do desporto profissional no Brasil, visando a contribuir para a efetiva funcionalização de suas estruturas profissionais.

O exame do tema será iniciado, com o estabelecimento de um marco objetivo acerca das diversas facetas de propagação do desporto, no âmbito da sociedade brasileira, o qual abrange o desporto educacional, como instrumento de formação da personalidade; o desporto de participação, como meio hábil às satisfações do lazer e da saúde; e, por fim, o desporto, cerne do presente, o qual se materializa no desenvolvimento da atividade desportiva em elevada performance, mediante o recebimento de contrapartida remuneratória.

Desta forma, desde a mais preambular abordagem, impõe-se a identificação dos limites objetivos do presente, o qual dedicar-se-á à análise do processo evolutivo das pessoas jurídicas destinadas à competição profissional. Trata-se de um setor de origem centenária, que experimentou vultosas transformações em sua essência, bem como seus propósitos, desde a sua concepção, até os dias atuais, sem que as implicações jurídicas de tais modificações tivessem acompanhado a alterações estruturais pelas quais passaram estes entes privados.

Assim, identificado o viés desportivo a ser abordado, passar-se-á à análise da constitucionalização das autonomias constitutiva e funcional das entidades desportivas, elemento que, paradoxalmente, acabou, mesmo que de forma indireta, contribuindo para o advento dos colapsos econômico, financeiro e, sobretudo, moral, que ora assolam grande parte das organizações desportivas brasileiras.

A Constituição Federal de 1988, de forma inédita, contemplou no seio do Art. 217, inciso I, a autonomia constitutiva e operacional das entidades desportivas. Tal previsão apresentou-se em clara sintonia com um nítido receio público: evitar a utilização política e a eleitoral do desporto de alta performance, por parte daqueles que estiverem no exercício do poder estatal, dando a sugestão, mesmo que subliminar, de que o triunfo esportivo, em alguma medida, possa ser confundido com um triunfo de Estado.

Tal preocupação normativa mostrou-se em absoluta harmonia com o contexto histórico vivenciado quando da promulgação da Carta da República. Isso porque,

historicamente, episódios de sucesso desportivo foram utilizados como instrumento de propagandas oficiais, as quais primaram sempre pela indexação do êxito desportivo a um triunfo governamental, como se existisse alguma relação de causa e efeito entre tais elementos.

Assim, visando evitar o uso indevido e distorcido das entidades desportivas, o constituinte pátrio elevou a autonomia de tais entes ao "status" de garantia constitucional. Contudo, na prática, essa justificável blindagem pública acabou por dar azo ao advento de desvios de conduta e de finalidade de outra natureza.

Isso porque, a partir da autonomia constitucional, erigiu-se no seio da grande maioria das organizações desportivas brasileiras uma casta protetiva dos interesses de alguns poucos, que passaram a se valer de tais estruturas como veículo de satisfação, única e exclusiva, de seus próprios interesses privados.

Assim, distanciando-se sobremaneira dos fundamentos que justificam sua contemplação constitucional, a autonomia acabou por se travestir em um instrumento de independência absoluta, a qual pretensamente garantiria às entidades desportivas a prerrogativa de despirem-se de qualquer sentido de responsabilidade pública.

Nesse ambiente, o manto protetivo da autonomia funcional constitucionalmente garantida a tais entes acabou se desvirtuando, viabilizando, ao longo do tempo, o surgimento de estruturas obscuras e eivadas de graves vícios administrativos e gerenciais, os quais as catapultaram para um permanente estado de colapso financeiro.

A partir da premissa de que a autonomia concedida pelo constituinte pátrio às organizações desportivas não as isenta do dever de cumprir sua perspectiva funcionalizadora, esse estudo presta-se ao propósito consistente na identificação dos vícios estruturantes que ora maculam as organizações desportivas pátrias, bem como na apresentação de medidas regulatórias, a serem instituídas pelo Poder Público, com o fito de permitir os restabelecimentos financeiro, institucional e, sobretudo, moral de tal segmento da iniciativa privada.

Diante de tal quadro, a presente tese objetiva viabilizar a construção de uma linha média, através do estabelecimento de um necessário regramento público para tais atividades, sem colocar em risco a autonomia constitucional consagrada. Assim, intenciona-se identificar pontos nodais, os quais devem ser disciplinados pelo legislador ordinário, de forma precisa e exauriente, visando fomentar preceitos de governança eficiente e transparente em tais estruturas, permitindo que essas atendam, enfim, à sua

função social, através da materialização dos resultados desportivos, institucionais e financeiros esperados por todos os brasileiros.

Dessa forma, ao longo do presente, analisar-se-á o quão possível se apresenta a intervenção estatal em tal segmento, sem que tal ato de natureza regulamentadora seja tido como eivado de patente inconstitucionalidade, por atentar contra a autonomia conferida a tais entes privados. Para tanto, serão trazidos a lume, os fatores que evidenciam o manifesto interesse público existente em tal regulamentação, os quais tendem a incrementar o exercício de tal atividade, cuja eficiência e clareza interessam a todos.

Nesse exato ponto reside o marco teórico deste estudo, o qual se situa no reconhecimento de que a Constituição da República acabou por promover uma profunda e substancial alteração na perspectiva histórica dos institutos civilísticos. Nesses termos, a partir do advento desse novo cenário constitucional, as estruturas típicas do direito civil passaram a ser funcionalizadas pelos valores constitucionais, não se admitindo, portanto, que setores privados, ancorados em um preceito absoluto de autonomia da vontade, coloquem-se, de alguma forma, ao largo de tal incidência axiológica.

Neste sentido, como será exposto, em que pese se reconheça a relevância plena do regramento constitucional conferido à matéria, não há como se cogitar que a autonomia constitutiva e operacional conferida ao setor venha a munir-se de caráter absoluto, no sentido de se impedir a correção de eventuais distorções que estejam a produzir prejuízos, não somente às próprias entidades autônomas, mas também a terceiros, que com estas venham a contratar.

Assim, sob tal perspectiva, as organizações desportivas devem ser retiradas de seu isolamento privado para atender aos nítidos anseios sociais que sobre si pairam, os quais impulsionaram o tratamento constitucional lhes concedido.

Nessa linha, Maria Celina Bodin de Moraes enaltece o peso dos valores eleitos como dignos de regramento constitucional:

> Tais valores, extraídos da cultura, isto é, da consciência social, do ideal ético, da noção de justiça presentes na sociedade, são, portanto, os valores através dos quais aquela comunidade se organizou e se organiza. É neste sentido que se deve entender o real e mais profundo significado, marcadamente axiológico, da chamada constitucionalização ao direito civil[1]

[1]MORAES, Maria Celina Bodin de. In: Sarlet, Ingo (Org.). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2003. p. 107.

Criar mecanismos jurídicos para que as organizações desportivas acabem por realizar as expectativas sociais que, naturalmente, estas despertam, nada mais seria do que viabilizar a sua funcionalização. Tal propósito acompanha o magistério de Gustavo Tepedino, para quem:

> Pretendeu, portanto o Constituinte com a fixação da clausula geral [...] e mediante o estabelecimento de princípios fundamentais introdutórios, definir uma nova ordem pública da qual não se podem excluir as relações jurídicas privadas, que eleva ao ápice do ordenamento a tutela da pessoa humana, funcionalizando a atividade econômica privada aos valores existenciais e sociais ali definidos.[2]

Assim, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de um ambiente jurídico que viabilize a funcionalização das organizações desportivas, visando permitir que essas satisfaçam os nítidos interesses sociais que legitimaram o assento constitucional que lhes foi concedido, em termos de autonomia constitutiva e organizacional.

Desse modo, impõe-se frisar que a pertinência do presente estudo reside, exatamente, no reconhecimento do quão relevante para a sociedade nacional se mostra a funcionalização das estruturas desportivas. Isso porque, ao conceder guarida constitucional ao desporto, em geral, e às organizações desportivas, em especial, o constituinte pátrio o fez com base na evidente relevância pública de tais temas, o que obriga tais estruturas a atenderem aos anseios sociais sobre si lançados.

A relevância do tema advém da ampla capilaridade social que o caracteriza. Por ser uma matéria sensível a todos os patamares do espectro social, o desporto acaba por se materializar como um ponto de interseção na vida de grande parte dos brasileiros, sendo raros os exemplos de nacionais que se mostrem absolutamente indiferentes a toda e qualquer modalidade desportiva, seja na qualidade de praticante, de entusiasmado fã ou de mero espectador eventual.

Não bastasse o acima narrado, como será examinado posteriormente, o interesse social quanto ao regular funcionamento destas estruturas privadas reside ainda na gigantesca espiral de inadimplência em que estas se encontram engendradas.

Isto porque, a despeito do desporto profissional brasileiro dar azo ao advento de receitas financeiras cada vez maiores, subsiste um contínuo e colossal "status" de inadimplência quanto ao atendimento de obrigações de natureza pública, tais quais as de

---

[2]TEPEDINO, Gustavo. Direitos Humanos e Relações Jurídicas Privadas, In: Tepedino, Gustavo(Coord). Temas de Direito Civil, Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999, p. 67.

natureza tributária, previdenciária e trabalhista. Desta forma, impõe-se a eficaz regulação de um setor privado cujas falhas internas transbordam seus efeitos para além dos limites dos próprios protagonistas, vindo a gerar seqüelas na coletividade como um todo.

Não por outra razão, identificando a relevância pública da questão, o legislador ordinário empreendeu, ao longo dessa fase constitucional, algumas tentativas legislativas de equacionar as demandas desse setor. Ao longo da presente, percorrer-se-á o histórico legislativo havido após a consagração da autonomia constitutiva e operacional do setor, passando ao exame de todas as tentativas legais de regramento do setor e de conseqüente neutralização de suas distorções, sem colocar em risco a garantia constitucional ofertada.

Diante do diagnóstico de que tais medidas não surtiram o efeito prático pretendido, será demonstrada a necessária adoção de novos impulsos legislativos visando minimizar os efeitos das falhas estruturais identificadas. Evidenciando-se a atualidade do tema, subsistem, no momento, quatro projetos de lei em tramitação parlamentar, ofertando incrementos que minimizem as inconsistências havidas nos textos legais anteriormente produzidos e assim buscando permitir, enfim, o desenvolvimento de um setor que produz resultados muito aquém das potencialidades públicas e privadas que lhe são conferidas.

Assim, vislumbrando lacunas e incongruências tanto nos textos legislativos pretéritos, quanto naqueles em fase de encaminhamento legislativo, propõe-se, no presente trabalho, a sugestão de um novo regime jurídico a ser aplicado aos entes desportivos. Esse novo cenário seria alicerçado sobre um padrão dotado de um maior sentido de transparência administrativa e financeira, o qual teria o condão de viabilizar o advento de um ambiente provido de maior governança, responsabilidade, controle e, como óbvio, lucratividade.

Assim, diante da constatação de um cenário de incertezas e imperfeições claramente identificáveis, propor-se-á uma robusta alteração no sistema jurídico vigente, visando garantir que a autonomia concedida a tais estruturas seja exercida, efetivamente, em prol dos interesses dessas, bem como em benefício dos interesses sociais que lhe são afetos, o que, definitivamente, não ocorre nos dias atuais.

Dessa forma, percorrida a identificação conceitual das pessoas jurídicas destinadas à competição desportiva profissional, bem como findada a análise do alcance da autonomia constitucional que lhe foi conferida, já adentrando ao âmago deste estudo,

será traçado um paralelo entre os efeitos práticos do exercício indevido e desfuncionalizador desta autonomia e o "status" hodierno de precariedade financeira e administrativa experimentado por esses entes.

Em tal oportunidade será explicitada a relação direta e umbilical havida entre o modelo jurídico padrão, para fins de constituição e operação destas pessoas jurídicas e as deficiências e dificuldades que são por estas enfrentadas nos dias atuais. Como restará exposto, esta relação de causa e efeito entre as escolha jurídica realizada e a crise sistêmica vivenciada não possui qualquer relação com eventuais falhas havidas no modelo constititivo eleito, mas se deve às fortes transformações institucionais e vocacionais experimentadas pelas entidades ao longo dos tempos.

Nesse ponto, na busca de soluções para o imbróglio retartado, proceder-se-á à analise das soluções legislativas aplicadas pelo legislador espanhol a uma problemática similar à posta a exame. A importância quanto à eleição de tal paradigma repousa na costatação de que subsiste uma nítida identidade entre os dois países no que tange à forma de estruturação do desporto profissional. Tal identidade mostra-se relevante para os fins deste estudo, uma vez que tal proximidade estrutural precipitou o advento de vicios e dificuldades muito próximos, as quais foram, no caso espanhol, combatidos de maneira eficiente e exitosa pelo legislador europeu em voga.

Desse modo, com suporte na identidade existente em relação aos dramas experimentados pelas entidades do setor, tanto aqui, quanto lá, buscará esta tese ofertar, à luz do considerável sucesso espanhol quanto ao enfretamento da questão, diligenciar a sugestão de soluções legislativas que tenderiam a propiciar uma real correção de rumos nesse segmento privado.

Destarte, através do estabelecimento de um claro marco regulatório de tal setor, o legislador ordinário acabaria por neutralizar tais distorções, permitindo às organizações desportivas atenderem a sua essência funcionalizadora, através da implantação de políticas administrativas que satisfaçam as expectativas sociais que justificaram a menção constitucional que foi conferida a tais entes privados.

Assim, pretende-se contextualizar as principais controvérsias afetas ao tema e apresentar sugestões de regulação normativa, as quais teriam o condão de permitir, enfim, que o desporto profissional brasileiro comece a frutificar os resultados desportivos, financeiros e institucionais aguardados por todos.

Em suma, o escopo precípuo da tese ora apresentada materializa-se na necessidade de se empreender uma revisão funcional das formas de constituição e de

funcionamento das organizações desportivas, retirando tais estruturas do isolamento privatista vivenciado por essas e credenciando-as a, enfim, passarem a atender ao fim social que fundamentou a sua inclusão constitucional.

# 1. O DESPORTO NA CONSTITUIÇÃO – UMA REGULAÇÃO INÉDITA E AMPLA.

A Carta Magna de 1988 representa o primeiro referencial de um novo paradigma nacional de regulação do desporto[3]. Isso porque, em tal oportunidade, pela primeira vez, foi concedido ao tema assento constitucional.

A concessão de uma disciplina constitucional ao desporto evidenciou, acima de tudo, uma atual e ativa visão do constituinte em relação a um tema que atinge, direta ou indiretamente, a vida de grande parte dos cidadãos brasileiros.

A projeção do desporto após o advento da Carta Constitucional de 1988 foi substancialmente alterada, passando o seu exercício a ser moldado à luz dos interesses sociais a si atrelados, como bem salienta Álvaro Mello Filho:

> A constitucionalização do desporto através do art. 127 da Carta Magna de 1988 teve, primacialmente, a virtude de ressaltar que as decantadas potencialidades do desporto Brasileiro ganham mais consistência e força expressiva, quando é a própria Constituição que aponta diretrizes para que as atividades desportivas desenvolvam-se em clima de harmonia, de liberdade e de justiça com sentido de responsabilidade social. [4]

Nesse sentido, a amplitude do tratamento constitucional concedido ao desporto, por si só, já evidencia a sua relevância no cotidiano nacional. Ao disciplinar de forma pioneira a questão, o constituinte mostrou-se sensível a assuntos que habitam o dia a dia de grande parte da população brasileira[5].

Na verdade, o desporto acaba, mesmo que involuntariamente, adentrando e se instalando na realidade brasileira. Os exemplos de tal íntima relação havida entre os membros de nossa sociedade e a prática desportiva, em suas mais variadas

---

[3]Nas palavras de Fransciso Bruno Neto, o desporto materializa-se no:"...conjunto de exercícios físicos praticados com metodologia, em lugar aberto (campo / água) ou fechado (ginásios), individualmente ou em equipes, nas categorias amador ou profissional. O sistema desportivo, integrado por órgãos públicos e entidades privadas abrange os desportos comunitários, estudantis, militares, classistas" NETO, Francisco Bruno. *Primeira cartilha acadêmica de direito constitucional.* 2ª ed. Leme: LED - Editora de Direito, 1999, p.135.

[4] MELO FILHO, Álvaro. *O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995. p 34.

[5]Segundo Leonardo Ferraro, ao tratar o desporto como um direito social e fundamental, a Constituição Federal de 1988 concedeu efetividade ao desporto, garantindo aos indivíduos "a condição de cobrar do poder público o fomento das atividades desportivas, através de várias ferramentas, como a ação civil pública e ação popular".FERRARO, Leonardo. Direitos Fundamentais e Desporto. In: MACHADO, Rubens Approbato et al (Coord.). *Curso de Direito Desportivo Sistêmico* – Volume II. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 300.

circunstâncias, são tão claros quanto diversificados. Assim, não por acaso, o regramento constitucional conferido ao desporto se deu de forma tão ampla, tendo o instituto sido regulado nos seus mais diversos aspectos.

Nessa linha, impõe-se mencionar que a Constituição Federal consagra, de forma explícita, como direito fundamental, o direito à saúde[6], o qual deve ser assegurado como garantia fundamental e essencial concedida a qualquer cidadão. Pois bem, como se sabe, uma das formas mais usuais e eficazes de se promover a manutenção da saúde se materializa na opção pela prática, regular e contínua, de uma atividade esportiva[7].

A título ilustrativo, com o objetivo de apresentar a íntima relação que une tais institutos, cumpre mencionar o resultado dos estudos médicos de Drauzio Varella, o qual permitiu aferir que:

> [...] mulheres que praticam pelo menos quatro horas de atividade física semanal durante os anos de vida reprodutiva têm risco 60% mais baixo de desenvolver câncer de mama do que as sedentárias. Nas que atingiram a menopausa, a prática de exercício físico também reduz a incidência dessa enfermidade por causar diminuição dos níveis de estrógeno e da massa gordurosa.[8]

Em síntese, não há dúvidas de que a garantia constitucional de promoção à saúde não se limita ao mero desenvolvimento de expedientes e estruturas de atendimento médico-hospitalar. Vislumbrar a saúde como um fator de atenção corretiva às falhas e deficiências diagnosticadas, materializa-se em uma visão limitada e retrógrada do assunto.

Nos dias atuais, em sede de proteção à saúde, são cada vez mais consagrados os mecanismos de ação preventiva, os quais buscam antever e minimizar os riscos à

---

[6] Constituição da República Federativa do Brasil – "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

[7] Nessa linha: "A atividade física apresenta diversos efeitos benéficos ao organismo, sendo recomendada como uma estratégia de promoção da saúde para a população. Entretanto, vários estudos mundiais, incluindo o Brasil, apontam para um elevado índice de sedentarismo em todos os grupos etários, variando de 50% a mais de 80% na população mundial". MENDES, B. et al. *Associação de fatores de risco para doenças cardiovasculares em adolescentes e seus pais*. Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil. v. 6, Supl. 1, Recife, maio, 2006, p.53.

[8] VARELA, Dráuzio, *Obesidade, preguiça e câncer de mama*. São Paulo: Jornal "Folha de São Paulo" nº 27.492, ano 84, 10 de julho de 2004, Caderno "Ilustrada", p. E12.

saúde. Dentre essas práticas de cunho preventivo, que muito contribuem para a sobrevida saudável e digna dos brasileiros, apresenta-se a prática desportiva regular[9].

No entanto, essa não foi a única das múltiplas facetas do desporto relacionadas ao bem estar pessoal dos cidadãos, que mereceu previsão constitucional.

Vive-se hoje em uma sociedade cada vez mais preocupada, não só com a promoção da saúde, mas também com o incremento das atividades de entretenimento e lazer, como eficazes válvulas de escape da estressante pressão do dia a dia. Também sob tal prima, o esporte[10] se apresenta como instrumento de nítida satisfação dos anseios sociais pretendidos.

Nos termos de Martinho Neves Miranda[11], o desporto moderno se materializa em"[...]uma prestação a ser implementada pelo poder público como utensílio que busca atingir a igualdade material entre as pessoas, dotando-as de instrumentos capazes de conduzi-las a uma existência reconhecidamente digna [...]".

Nessa seara, a Carta da República, em seu Art. 217, §3º[12] consagra o direito ao lazer, garantia fundamental que assegura a todos os brasileiros a efetivação de atividades promotoras de um espírito de prazer e de recreação. Através do lazer, garante-se aos brasileiros o experimento de momentos de descontração e de entretenimento. Assim, a todos foi garantido o direito ao deleite e ao ócio, os quais se materializam em verdadeiros intervalos de tranquilidade e de divertimento, em uma rotina árdua e pesada, repleta de obrigações e responsabilidades.

Nesse ponto, surge o desporto como instrumento hábil de realização e de efetivação do bem-estar. Isso porque não há como se vislumbrar a construção de um ambiente favorável ao bem estar social, sem que se proceda ao desenvolvimento de um

---

[9]Nesse sentido, quanto à pratica da atividade física regular, cumpre transcrever os ensinamentos do mestre Batista, o qual assevera que: "A atividade física é definida como qualquer movimento corporal decorrente de contração muscular, com dispêndio energético acima do repouso que, em última análise, permite o aumento da força física, flexibilidade do corpo e maior resistência, com mudanças, seja no campo da composição corporal ou de desempenho desportiva. A prática de atividade física regular demonstra a opção por um estilo de vida mais ativo, relacionado ao comportamento humano voluntário, onde se integram componentes e determinantes de ordem biológica e psico-sócio-cultural". BATISTA, Daniele Costa et al. *Atividade física e gestação: saúde da gestante não atleta e crescimento fetal*. Revista Brasileira de Sáude Materno-Infantil. Recife, vol. 3, nº 02, abr./jun., 2003, p. 152.

[10] Valdir J. Barbanti define esporte como: "É uma atividade competitiva, institucionalizada, que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas por indivíduos cuja participação é motivada pela combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos. O critério para comparação do que se realiza necessita da padronização do equipamento e das instalações, assim como da existência de um procedimento quantitativo de comparação". BARBANTI, V. J. *Dicionário de educação física e esporte*. São Paulo: Manole, 2003, p. 229.

[11]MIRANDA, Martinho Neves. *O direito no desporto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011, p. 9

[12] Constituição da República Federativa do Brasil – Art. 217, **§ 3º** *O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.*

conceito de vida tranquila, pacífica e, sobretudo, saudável. Ocorre que tais objetivos são de dificil construção, sem que atividades de lazer e distração, dentre as quais se enquandra, por excelência, a prática desportiva, sejam garantidas e fomentadas.

Segundo Jurgen Diecker, o esporte de lazer é caracterizado"[...] pelo não profissionalismo e tem como características principais a busca por prazer e socialização, compensação, recuperação ou manutenção da saúde, equilíbrio psicofísico, restauração e relaxamento". [13]

Dessa forma, também por essa via, resta contemplado constitucionalmente o dever imposto ao Estado, consistente na adoção de práticas e políticas públicas[14] que garantam o bem-estar do cidadão[15], dentre outros aspectos, através do acesso a meios e instrumentos de prática desportiva regular[16].

Em um esforço sintetizador do acima exposto, Luiz Alberto David Araujo[17] ensina que:

> O desporto praticado como forma de lazer, costumeiramente denominado desporto de participação, compreende as modalidades desportivas que visem contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e na preservação ambiental. Aqui, o principal dever do Estado é o de fomento e preservação de áreas verdes e institucionais (parques, praças etc.), para o favorecimento da prática esportiva.

[13]DIECKERT, Jürgen. Peculiaridade e autonomia do esporte de lazer. Em: *Esporte de lazer tarefa e chance para todos*. (Trad. Maria Lenk). Rio de Janeiro: 1984 – p. 12

[14] Segundo Paulo Hamilton Siqueira Junior, **"**políticas públicas são as ações que o governo realiza com a finalidade de atingir as metas estabelecidas e que serão realizadas pela administração pública. " SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton". *Jurisdição Constitucional Política*. Trabalho de Pós-Doutorado. Tutoria Fernando Herren Fernandes Aguillar. São Paulo: Universidade de São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2012, p.7.

[15] Acerca do tema, cumpre mencionar os termos de Luiz Alberto David Araujo, para quem: "os direitos sociais, como os direitos fundamentais de segunda geração, são aqueles que reclamam do Estado um papel prestacional, de minoração das desigualdades sociais.". ARAÚJO, Luiz Alberto David. Curso de direito constitucional. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999 – p. 151

[16]A opção constitucional quanto à promoção de tratamentos distintos e apartados ao desporto profissional e ao não profissional foi objeto de reflexão e aprovação por parte de Álvaro Melo Filho, que pontuou que: "O tratamento diferenciado em relação ao desporto profissional (inciso IV) repete o princípio consagrado no art. 271, III, da Lex Magna, em face do qual é descabido um tratamento legal uniforme e padronizado para o desporto profissional e o não-profissional, quando as desigualdades apontam para a imperiosidade de estratégias e administrações diferenciadas que capitalizem melhor as vocações de cada um, até porque, por se tratar de realidades desportivas heterogêneas expressam-se, agregam-se e organizam-se diferentemente. Aliás, sempre defendemos que esse tratamento diferenciado seria apenas um princípio programático se medidas infraconstitucionais não lhe assegurassem eficácia na vida jurídico desportiva". FILHO, Álvaro Melo. Direito Desportivo – Novos Rumos. Minas Gerais: Del Rey, 2004, p. 39.

[17]ARAUJO, Luiz Alberto David, Curso de direito constitucional. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 369-70.

Trata-se, por conseguinte, de um nítido direito social, cuja efetividade muito contribui para a o desenvolvimento de um ambiente saudável e permeado pelo bem-estar social.

Dissertando sobre o tema, Pedro Lenza[18] consagrou que "o dever do Estado é no sentido da preservação dos parques, áreas verdes, praias, lagos, com o objetivo de facilitar a prática desse desporto de lazer.".

Esse direito social acaba tendo uma dupla vertente: a do indivíduo, que faz uso regular da atividade esportiva[19] e a da coletividade, que passa a dispor de ambientes sociais mais aprazíveis, instrumentalizados, bem cuidados e ordenados, visando a permitir o exercício das atividades de desporto[20]-[21].

Acerca da questão, assim pontua José Afonso da Silva:

> O art. 6º menciona o lazer entre os direitos sociais. Lazer e recreação são funções urbanísticas, daí por que são manifestações do direito urbanístico. Sua natureza social decorre do fato de que constituem prestações estatais que interferem com as condições de trabalho e com a qualidade de vida, donde sua relação com o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado. "Lazer" é entrega à ociosidade repousante. "Recreação" é a entrega ao divertimento, ao esporte, ao brinquedo. Ambos se destinam a refazer as forças depois da labuta diária e semanal. Ambos requerem lugares apropriados, tranquilos, repletos de folguedos e alegrias. A Constituição menciona o lazer nos arts. 6º, 217 – onde, no § 3º, estatui que "o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social", ação afirmativa que se harmoniza com a sua natureza de direito social – e 227, onde o assegura à criança e ao adolescente como dever da família, da sociedade e do Estado.[22]

A despeito da amplitude já evidenciada, a relação desportiva com outros interesses constitucionalmente consagrados não se esvai neste ponto. Em idêntico diapasão, apresenta-se a íntima relação havida entre a seara desportiva e o fomento educacional. Dúvidas inexistem acerca do direto liame existente entre o desporto e o desenvolvimento escolar, notadamente, no que se refere à identificação das atividades

---

[18] LENZA, Pedro. ***Direito Constitucional Esquematizado***. São Paulo: Saraiva. 2008, 12ª edição, p. 721

[19] Acerca da questão, Manoel José Gomes Tubino frisa que "A ação do estado, no sentido do bem-estar social, utilizando o esporte como meio, deve compreender programas relacionados à educação, saúde, seguro-desemprego, terceira idade, infância em situação de carência e abandono, e outras áreas de problemas sociais agravados,". TUBINO, Manoel José Gomes. *Dimensões sociais do esporte*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 24

[20] Nesse exato sentido, frisa Martinho Neves Miranda que: "O Estado tende a assumir a função de protagonista na sua implementação e desenvolvimento, haja vista a contribuição que o desporto dá para o desenvolvimento sociocultural da sociedade, seja como fator da produção da saúde ou da educação da comunidade". MIRANDA, Martinho Neves. *O direito no desporto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011, p. 10

[22] SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. 8. Ed. Malheiros: São Paulo, 2012, p. 190.

físicas como instrumento hábil, não só à iniciação esportiva, mas, sobretudo, à criação e à manutenção de um ambiente de disciplina e respeito às regras, aos companheiros, aos superiores hierárquicos e aos adversários.

Em linhas gerais, o exercício desportivo acaba atuando como um nítido veículo de lapidação da personalidade dos jovens brasileiros em idade escolar. O contato com a prática desportiva acaba contribuindo para o incremento em suas vidas, de bons e sólidos valores, os quais hão de permear toda a sua existência posterior.

Tal propósito apresenta-se em direta e fina sintonia com o teor do art. 205[23] da Carta da República, o qual contempla que a educação é "um direito de todos e dever do Estado e da família". Assim, deve a educação ser estimulada e implementada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

Pois bem, se a premissa fundante do sistema educacional pátrio ampara-se na adoção de mecanismos de formatação da personalidade dos jovens, nada se mostra mais eficaz, no que se refere à apresentação de sólidos e corretos valores éticos e morais, do que a prática desportiva.

Como mencionado, não raras vezes, é através do desporto que crianças e adolescentes acabam por se deparar, de forma até então inédita para muitos deles, com conceitos e experiências que nortearão toda a sua existência. Os conceitos de disputa, de vitória, de solidariedade, de superação e de derrota, que dominam o cotidiano de qualquer adulto, são, em regra, apresentados aos jovens, na primeira oportunidade, através da participação em uma competição esportiva.

Tais experiências frutificarão por toda a existência desses jovens, venham esses a se converterem em atletas profisisonais ou não. Vive-se, atualmente, em um ambiente manifestamente competitivo e voraz, onde a disputa integra a rotina cotidiana. Disputa-se espaço no trânsito das grandes metrópoles; empregos e promoções nas grandes corporações; briga-se por acesso a riquezas e a informações; em suma, a sociedade e seus membros estão em permanente estado de competição.

Através do contato dos mais novos com a prática esportiva, eles deparam-se com padrões éticos de conduta. Por meio de uma miscelânea de sentimentos e experiências que o esporte gera, os jovens acabam por moldar as suas respectivas

[23] Constituição da República Federativa do Brasil."Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

personalidades, viabilizando o desenvolvimento de verdadeiros cidadãos, os quais tendem a participar de suas disputas posteriores com um senso muito mais latente de correção.

Isso se dá, pois o ambiente esportivo os expõe ao contato permanente com regras, as quais devem ser respeitadas e atendidas, sob pena de experimento de penalidades previamente conhecidas. Da mesma forma, através das competições, além do aprendizado quanto à submissão aos regramentos, aprende-se a obedecer a comandos de pessoas hierarquicamente mais elevadas, assim como se assimila o respeito aos adversários e postulantes ao mesmo objetivo. É o esporte apresentando aos jovens as características básicas do convívio social.

No plano infraconstitucional, o artigo 3º, I da Lei n. 9.615, consagra as principais características do desporto educacional, o qual é:

> [...] praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do individuo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

O exame dos termos de tal dispositivo legal permite a conclusão de que, em tal ambiente, mira-se o desenvolvimento humano dos praticantes e não o desenvolvimento desportivo propriamente dito. A prática desportiva nas escolas visa a formar cidadãos e não atletas, credenciando-os para assumirem com afinco, disciplina, lisura e dedicação as mais variadas disputas que a vida cotidiana venha a lhes apresentar.

Trata-se, assim, de uma simbiose perfeita entre o desporto e mais um direito social elementar, a qual acaba por contribuir, decisivamente, para o desenvolvimento de uma atmosfera social mais digna e justa, para todos aqueles que a integram.

Nessa linha, pontua José Ricardo Rezende[24], acerca dos pilares de sustentação do desporto, como um verdadeiro direito social:

> [...] mais que a aceitação do profissionalismo no esporte e a valorização do espetáculo (esporte de rendimento), sua própria prática foi-se consolidando como um direito social, seja como meio saudável de integração social, recreação e lazer (esporte de participação), seja como meio de contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo (desporto educacional).

No mesmo sentido, caminha a lição de Luiz Alberto David Araujo:

---

[24]REZENDE, José Ricardo. *Nova legislação de Direito Desportivo: preparando o Brasil para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016*. São Paulo: All Print Editora, 2010. p. 26

> A Constituição, no capítulo "Da Ordem Social", onde estão concentrados os direitos que têm por propósito o resgate da dignidade humana para todos os cidadãos, prevê o direito ao desporto. Os direitos sociais objetivam a formação do ser humano integral: agente da sociedade, das relações de trabalho, construtor do mundo moderno e, ao mesmo tempo, um ser relacional, humano, que, desse modo, deve integrar sua vida com o lazer, o convívio familiar e a prática desportiva. Assim, o desporto, quer como forma de lazer, quer como parte da atividade educativa, quer ainda em caráter profissional, foi incorporado ao nosso sistema jurídico no patamar de norma constitucional. [25]

Em que pese a nítida amplitude já evidenciada, os múltiplos aspectos de tal instituto ainda não se esgotaram. Isso porque, por outro lado, o desporto ainda se mune de uma relevante e destacada vertente, a qual envolve a prática desportiva profissional de alta performance, para a qual também se concedeu regramento constitucional específico.

Nesse campo, que desperta intensas paixões dos brasileiros, o esporte se materializa em uma verdadeira indústria financeira, a qual é capaz de movimentar cifras bilionárias, por meio de negócios jurídicos das mais diversas naturezas. Este trabalho, à propósito, dedicar-se-á especificamente a este segmento do desporto. A partir do exame da formatação jurídica de constituição e operação das entidades desportivas, desenvolver-se-á a análise das principais deficiências e fragilidades de um sistema que, definitivamente, não se mostra apto a explorar as suas mais variadas potencialidades.

Assim, seja pela amplitude da matéria desportiva, que acaba por interferir na vida cotidiana de grande parte dos cidadãos brasileiros, em seus mais variados aspectos, seja pela relevância financeira que as organizações desportivas atingiram no país, foi concedido suporte constitucional a tal temática, cujos contornos sociais são cada vez mais latentes.

## 1.2 As autonomias constitutiva e operacional das entidades desportivas

O cerne do presente estudo reside, precisamente, no exame das distorções e imperfeições de um sistema jurídico que, claramente não atinge os resultados sociais, desportivos, financeiros e institucionais possíveis.

---

[25] ARAUJO, Luiz Alberto David. *Curso de direito constitucional*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999 – P. 369.

Quanto ao tema, cumpre aduzir que o desporto brasileiro, como acima restou contemplado, encontra-se regulado pelo art. 217 da Constituição Federal, que se dedicou ao regramento da questão desportiva nos seus mais diversos aspectos.

O simples exame da literalidade de tal preceito constitucional tem o condão de evidenciar o quão complexo e profundo apresentou-se o trato da questão. Assim, o Texto Maior contemplou como dever inarredável do Estado a satisfação dos seguintes propósitos[26]: garantir a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; promover a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desenvolvimento do desporto de alto rendimento; manter o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; viabilizar a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Em suma, restaram abrangidas por tal regramento todos os aspectos da atividade desportiva, os quais passaram a ser consideradas como deveres do Estado, no que tange ao desenvolvimento de políticas e iniciativas públicas próprias e específicas[27].

A presente tese limitar-se-á ao exame das vicissitudes afetas às organizações desportivas profissionais[28]. Para tanto, mostrar-se-á relevante a análise do real alcance

---

[26] Constituição da República Federativa do Brasil – Art. 217: Art. 217 É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:
I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.
§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

[27] O reconhecimento do desporto enquanto direito social foi enaltecido por Álvaro Melo Filho, ao sustentar que "a vida institucional do desporto já não pode andar indiferente aos homens e à própria Constituição do país, na medida em que o desporto, tábua dos fatos sociais altamente valorizados, não se revela apenas como movimento social de massa, mas também como uma contínua manifestação da vida cultural, atuando na atmosfera social da Nação e integrando a vida de seu povo, como parte inseparável dos programas de desenvolvimento educacional, social e de saúde". 167 MELO FILHO, Álvaro. *O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995. p. 38

[28] O desporto de rendimento está definido no artigo 3º, III, da Lei 9.615/98 nos seguintes termos: "Desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações". A modalidade profissional está prevista no artigo 3º, parágrafo único, inciso I do mesmo Diploma Legal, como sendo aquela caracterizada pela existência de "remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva". O inciso II, do mesmo dispositivo legal, conceitua o atleta não profissional como aquele "identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio".

do teor do inciso I, do Art. 217 da Carta Magna, o qual muito contribui para o advento e a manutenção da precária realidade desportiva brasileira, no que se refere ao desporto profissional.

A concessão de autonomia às entidades desportivas, em sede constitucional, materializou-se em robusto avanço protetivo. Tal regramento visou a evitar a reedição dos variados episódios históricos, nos quais as estruturas desportivas nacionais foram objeto de intervenções políticas[29], por parte das forças do Poder, no intento de fazer dessas estruturas meros instrumentos de obtenção da simpatia popular, em favor dos grupos políticos dominantes.

Tal expediente de controle público das organizações e da estrutura desportiva, tão comum em ambientes políticos, onde os dirigentes se valem da natural capilaridade e simpatia despertadas pelas atividades desportivas para fazerem valer seus interesses eleitorais, passou a se tornar bem mais distante da realidade nacional, a partir do advento da regra consagrada no inciso I, do Art. 217 do Texto Constitucional[30].

O aludido dispositivo contemplou a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações quanto à sua organização e funcionamento. Tal garantia de independência quanto à constituição e ao funcionamento das entidades desportivas

---

[29] Na Copa do Mundo de futebol de 1970 foi amplamente noticiado pela mídia que o então técnico da Seleção Brasileira, João Saldanha, acabou sendo demitido do cargo, após recusar o pedido do Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, para a convocação de Dário José dos Santos (Dadá Maravilha). ACERVO O GLOBO. *João Saldanha sai após 'peitar' Médici e não convocar Dario para Copa de* 70. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/joao-saldanha-sai-apos-peitar-medici-nao-convocar-dario-para-copa-de-70-11811737>. Acesso em: 09 de dez. de 2019. Em 2002, quando a Seleção Brasileira de Futebol foi pentacampeã Mundial, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recebeu os jogadores e técnico (Luiz Felipe Scolari), no Palácio do Planalto, para efetuar a condecoração dos mesmos, com a medalha de Ordem Nacional do Mérito. FOLHA DE SÃO PAULO*: Seleção chega ao Palácio do Planalto para ser recebida por FHC*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u44153.shtml>, Acesso em: 10 de dez. de 2019. Em 2010, antes dos jogadores da seleção de futebol masculina viajarem para a disputa da Copa do Mundo na África do Sul, foram recepcionados no Planalto da Alvorada, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua esposa, Marisa Letícia Lula da Silva. CAMILA TUCHLINSKI. *Radar Político, informações, análises e bastidores do poder*. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/radar-politico/lula-recebe-selecao-brasileira-e-destaca-confianca-no-grupo/, Acesso em: 10 de dez. de 2019. No ano de 2013, após consagrar-se campeã da Copa das Confederações, a Presidenta Dilma Rousseff, recebeu os jogadores e técnico (Luiz Felipe Scolari), na residência oficial da Presidência da República, o Palácio da Alvorada. MENDES, Priscila. G1: POLÍTICA*: Dilma recebe seleção e ergue taça da Copa das Confederações*. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/dilma-recebe-selecao-e-ergue-taca-da-copa-das-confederacoes.html>, Acesso em: 10 de dez. de 2019. Em 2019, o então Presidente de República, Jair Messias Bolsonaro, efetuou a entrega de medalhas aos jogadores da seleção brasileira de futebol masculino, pela conquista da Copa América. SALAZAR, Tiago. *TERRA:* Seleção Brasileira: *Vaiado, Bolsonaro entrega medalhas e segura troféu da Copa América*. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/brasil/vaiado-bolsonaro-entrega-medalhas-e-segura-trofeu-da-copa-america,79a0a67ff83f043d524fae1843954f6d9k9c0nol.html>, Acesso em: 10 de dez. de 2019.

[30] O exame dos fatos históricos constantes da nota de rodapé nº 29 evidenciam que as intervenções políticas acabaram se tornando mais suaves após o advento do Texto Constitucional de 1988.

concedeu a estas a liberdade de surgirem e de funcionarem de acordo com os legítimos propósitos de seus membros, independentemente dos interesses públicos e políticos existentes.

Acerca do tema, assim se posicionou Álvaro Melo Filho:

> É oportuno apontar-se o sentido e o alcance das normas desportivas integrantes da Lei Maior, porquanto tais dispositivos constituem a estrutura de concreto armado do desporto brasileiro, que se espera apta a enfrentar os desafios do Terceiro Milênio, livre de modismos e fincada numa necessidade real de democratização e respeito aos direitos de cidadania, especialmente do direito ao desporto. [31]

Nesse sentido, posicionou-se Carlos Arthur Nuzman[32], para quem a autonomia organizacional em comento "foi de extrema importância no sentido de disponibilizar maior independência às entidades em questão na realização de seus atos, sendo extremamente vantajoso para a promoção do esporte em nível nacional".[33]

Objetivando evidenciar o marco histórico inaugurado com a Constituição Federal, no que se refere à autonomia plena concedida às organizações desportivas, Carlos Arthur Nuzman[34], que, contraditoriamente, ocupou durante quase duas décadas a presidência do Comitê Olímpico Brasileiro, relembrou que:

> "Antes de 1988, quaisquer ações realizadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro careciam de autorização do antigo Conselho Nacional de Desportos, gerando diversas dificuldades, já que tal Conselho não acompanhava a evolução do

[31] MELO FILHO, Álvaro. *O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira*. São Paulo: Malheiros, 1995. - p. 34.

[32] O tema foi notificado pelo jornal O Globo nos seguintes termos: "Carlos Arthur Nuzman renunciou ao cargo de presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), nesta quarta-feira (11). Ele estava em seu sexto mandato à frente da presidência do COB, que se encerraria em 2020. Nuzman foi preso na quinta-feira (5), durante a operação Unfair Play, no Rio". O GLOBO .*Nuzman renuncia à presidência do COB.* Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/nuzman-renuncia-a-presidencia-do-cob.ghtml>. Acesso em: 10 dez.2019

[33]MACHADO, Rubens Approbato et alii (coordenação), Organização do Direito Desportivo Internacional. in *Curso de direito desportivo sistêmico*, São Paulo: Quartier La. tin, 2007. Pág. 50.

[34] O ex-tenista Fernando Meligeni, por ora da reeleição de Carlos Arthur Nuzman para o seu sexto mandato como presidente do Comitê Olímpico do Brasil, postou em suas redes sociais: "Sim. Vou desabafar. Dia triste para o esporte do Brasil. Tenho vergonha de representar o esporte de um país que elege um dirigente pela sexta vez e seu mandato dura mais de 20 anos. Pode estar dentro da lei, pode ser que a pessoa faça até um bom trabalho, pode ser o que quiserem. Não é certo. Não é bom para o esporte e ele ou seja quem for não é tão bom, inteligente ou importante." BOL - *Meligeni dispara contra Nuzman e não teme represália.* Disponível em:<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2016/10/05/meligeni-dispara-contra-nuzman-e-nao-teme-represalia.htm>. Acesso em: 18 dez. 2019.

> Esporte no cenário internacional, embora tenha sido de extrema importância em sua época". [35]

Quanto ao tema, desde logo, pode-se ir bem mais além do que sustentou esse notório dirigente nacional. Isso porque tão grave e comprometedor quanto um eventual direcionamento por parte de um ente público acerca da evolução do desporto é a possibilidade deste, como um todo, ser utilizado e tratado como um simples veículo de satisfação de interesses eleitoreiros e pessoais, relacionados a determinado grupo político.Nesse caso, muito além de eventuais perdas desportivas, as derrotas tenderão a fragilizar o próprio Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, materializa-se a autonomia em referência em um singular instrumento de legitimidade concedido às organizações desportivas, o qual as credencia a serem constituídas e geridas de acordo com os anseios sociais e existenciais[36] que motivaram a sua criação jurídica.

Contudo, como se restará abordado ao longo deste trabalho, muito ao revés do que foi inicialmente concebido e planejado pelo constituinte, na verdade, a garantia de autonomia constitutiva e funcional conferida às organizações desportivas acabou por gerar um efeito reflexo, muito distante daquele originalmente pretendido. Na prática, a autonomia conferida a tais entes acabou precipitando o seu isolamento, o que contribuiu, decisivamente, para que as estruturas desportivas profissionais atingissem os níveis atuais, nos quais, salvo raras exceções, impera o amadorismo nas gestões, a carência de transparência administrativa, a precariedade financeira, entre outras mazelas que, definitivamente, afastam tais instituições dos anseios sociais que motivaram as suas respectivas criações.

---

[35] NUZMAN, Carlos Arthur. Organização do direito desportivo internacional. in MACHADO, Rubens Approbato et alii (coordenação), *Curso de direito desportivo sistêmico*, São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 50.

[36] Segundo Gustavo Tepedino, dissertando acerca da necessidade de funcionalização das situações patrimoniais: "Disto tudo decorre a necessidade de construção de uma nova dogmática do direito privado com coerência axiológica. Para tanto, na construção desta dogmática, há de se diferenciar, em primeiro lugar, as relações jurídicas patrimoniais das existenciais, já que fundadas em lógicas díspares. Tal diversidade valorativa deve preceder, como premissa metodológica, à atividade interpretativa. A pessoa humana é o centro do ordenamento, impondo-se assim tratamento diferenciado entre os interesses patrimoniais e os existenciais. Em outras palavras, as situações patrimoniais devem ser funcionalizadas às existenciais" TEPEDINO, Gustavo. *O direito civil-constitucional e suas perspectivas atuais*. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). Direito civil contemporâneo: *novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 365.

O início da reflexão acerca de tal objeto de pesquisa perpassa, obrigatoriamente, por um elemento marcante que se mostra presente e adaptado à expressiva maioria das pessoas jurídicas de destinação esportiva no Brasil.

Um amplo e rápido exame da estrutura organizacional do esporte brasileiro permite concluir que as agremiações desportivas, historicamente, sempre se muniram do caráter associativo, como veículo de constituição jurídica.

A menção a tal fenômeno se mostra importante, visto que tal opção mercadológica pelo modelo associativo, como será analisado no momento oportuno, pode ser apontada como um marco relevante no rosário de falhas que conduziram tais entidades até o seu estágio atual.

Em um contexto histórico, cumpre frisar que a associação entre pessoas existe, desde as mais longínquas eras, residindo tal esforço aglutinador na necessidade imanente do homem de promover a defesa de seus interesses, através da aproximação contínua daqueles que compartilham dos mesmos desideratos, em um corpo jurídico único.

Trata-se de um instituto intimamente ligado ao convívio em sociedade, ganhando o núcleo associativo relevância e poder, quando os indivíduos passam a concluir que, de forma isolada, não conseguirão ou, ao menos, muito mais dificuldades terão, para promover a consecução de seus propósitos.

Acerca da questão, assim pontua Washington de Barros Monteiro[37]:

> Acrescentando sua atividade à de seus semelhantes, juntando seu poder ao de outros indivíduos, o homem multiplica quase ao infinito suas possibilidades, propiciando a execução de obras extraordinárias e duráveis em benefício da comunidade. As forças assim aglutinadas não se somam, mas se multiplicam. Por isso, objetivos inatingíveis para um só homem são facilmente alcançados pela reunião dos esforços combinados de várias pessoas.

Assim, a partir da convicção de que juntos os particulares são mais fortes, os indivíduos passaram a se reunir, a se associar, visando à realização de propostas e de objetivos comuns. Nesse sentido, Manoel Gonçalves Ferreira Filho identifica associação[38] como sendo "um agrupamento de homens sob uma direção, que pretende durar no tempo, a fim de realizar um determinado objetivo." [39]-[40]

---

[37] MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. Parte Geral. 39.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 120.

[38]Frances Bernad Teyssl, define associação como sendo: "Vecteur de groupement dont les membres mettent em commun, d'une façon permanente, leurs activité dans um but autre que le partage de

Tal definição encontra-se inteiramente alinhada ao magistério de Pontes de Miranda, que postulou que "associação, em sentido lato, é a organização estável de duas ou mais pessoas, para se conseguir fim comum, de natureza não econômica." [41]

No seio de um ambiente democrático, a reunião de cidadãos munidos de propósitos e objetivos comuns é por demais usual. Assim, dúvidas inexistem acerca da relação direta havida entre o fenômeno associativo e a efetividade de um Estado Democrático de Direito. Quanto mais sólidas forem as possibilidades de reunião livre e consciente de particulares, visando à salvaguarda e à defesa de seus interesses, mais real e efetivo será o ambiente democrático existente.

Nessa linha, não por acaso, a Constituição Federal elevou o direito de liberdade de associação[42] ao patamar de garantia fundamental:

> Art.5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> […]
> XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; [...]

---

bénéficies – ce qui n'interdit pas que des profits soient realisés mais exclut qu'ils soient repartis entre les sociétaires". TEYSSLÉ, Bernard. Droit Civil – Les Personnes. Paris: LITEC, 2001, p. 330. O trecho correspondente na tradução é: "Vetor de grupamento no qual os membros aportam em conjunto, de forma permanente, seus conhecimentos ou suas atividades de maneira diversa que a partilha dos benefícios – não é vedado que os lucros sejam realizados mas excluída sua distribuição entre sócios". Acerca do tema, cumpre ainda trazer à baila, a caracterização de associação, por Francesco Galgano: "Le asociazioni si pongono cosí in antitesi com le società lucrative, che perseguono lo scopo dela divisione degli utili realizzati com l'esercizio di uma attività econômica (art. 2247), e com le società cooperative, il cui scopo mutualístico (art. 2511) è diverso dallo scopo lucrativo, ma è pur sempre uno scopo di natura economica". GALGANO, Francesco. Diritto civile e commerciale". GALGANO, Francesco. Diritto civile e commerciale. 2. Ed. Milão: CEDAM, 1993, p. 202. O trecho correspondente na tradução é: "As associações, portanto, se colocam em antítese com as empresas lucrativas, que buscam o objetivo da divisão dos lucros obtida com o exercício de uma atividade comercial (art. 2247), e com as empresas cooperativas, cujo objetivo mútuo (art. 2511) é diferente do objetivo lucrativo, mas ainda é um objetivo econômico".

[39] FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição brasileira de 1988.* 1ª ed., vol. 1, São Paulo: Saraiva, 1990, p. 42.

[40] Idêntica à convicção de Celso Bastos e Ives Gandra, os quais definem associação como sendo "a reunião estável e permanente de pessoas, objetivando a defesa de interesses comuns, desde que não proibidos pela Constituição ou afrontosos da ordem e dos bons costumes." BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição brasileira*. 2, São Paulo: Saraiva, 1989, p. 96.

[41] MIRANDA, Francisco Pontes de. *Tratado de direito privado.* Tratado de direito privado. Parte Especial, Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Borsoi, 1965, p. 28.

[42] Segundo Carlos Maximiliano[42], em uma definição ainda por demais atual, a liberdade de associação consiste na prerrogativa conferida aos cidadãos: "de por em comum bens, direitos ou valores, o seu trabalho, a sua atividade, os seus conhecimentos, forças individuais quaisquer, para um fim, desinteressado ou não, intelectual, moral, caridoso, econômico, artístico ou recreativo". MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à Constituição brasileira.* 5.ª ed., v. III, São Paulo: Freitas Bastos, 1954, p. 80.

No âmbito infraconstitucional, a regulação do fenômeno associativo também se fez obrigatória, estabelecendo o Código Civil de 2002, no *caput* do seu artigo 53, que a associação caracterizar-se-á, precipuamente, pela reunião, na mesma estrutura jurídica, de pessoas que compartilhem dos mesmos propósitos, desde que tais desideratos não possuam qualquer conotação econômica[43].

Tais elementos estão explicitamente consagrados no seio de tal dispositivo legal:"Art. 53 Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos."

A relevância à menção expressa a tal preceito legal emana da notável e clara distinção por este empreendida entre os conceitos de sociedades e associações. Assim, segundo a narrativa legal expressa, no primeiro grupo, enquadram-se as estruturas que possuam nítidas finalidades econômicas, enquanto no segundo, em sentido diametralmente oposto, jamais poderão aquelas organizações visar à satisfação dos interesses financeiros e monetários de seus integrantes[44].

Feita tal distinção conceitual e já adentrando ao cerne do presente trabalho, cumpre frisar que a quase totalidade das entidades desportivas pátrias de grande porte são constituídas sob a forma de associação civil e assim despem-se de propósitos lucrativos, a despeito das bilionárias cifras por si movimentadas, no exercício de sua atividade fim.[45]

Nos dias atuais, as pessoas jurídicas de destinação desportiva são titulares de marcas e de ativos imateriais de elevado valor, movimentam verdadeiras fortunas, sempre que estão envolvidas em qualquer competição. Contudo, antagônica e estranhamente, são constituídas e mantidas sob um modelo jurídico que não as permite

---

[43]Assim leciona Renan Lutofo: "Quanto à conotação econômica do artigo 53, assim dispõe Renan Lotufo: Há que se entender que os fins não econômicos impostos pelo artigo (53 do novo Código Civil) referem-se aos que possam resultar em favor dos associados, posto que a associação, em si, não fica inibida de efetuar negócios e auferir resultados econômicos para a consecução de seus fins". LOTUFO, Renan. Código Civil Comentado. São Paulo: Saraiva, 2003, vol. 1, p. 156.

[44] Nesse sentido, Maria Helena Diniz afirma que "tem-se a *associação* quando não há fim lucrativo ou intenção de dividir o resultado, embora tenha patrimônio, formado por contribuição de seus membros para a obtenção de fins culturais, educacionais, esportivos, religiosos, recreativos, morais etc. Não perde a categoria de associação mesmo que realize negócios para manter ou aumentar o patrimônio, sem, contudo, proporcionar ganhos aos associados, p.ex., associação esportiva que vende aos seus membros uniformes, alimentos, bolas, raquetes etc., embora isso traga, como consequência, lucro para a entidade". DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, *v.1:teoria geral do direito civil*. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p.240.

[45]No futebol, esporte de maior divulgação entre os brasileiros, a principal competição nacional ocorrida no ano de 2019 foi disputada por 20 entidades desportivas, todas essas constituídas sob o formato de associação civil sem fins lucrativos.

perseguir e distribuir lucro, a despeito da clareza quanto aos movimentos econômicos que norteiam suas respectivas atuações.

Materializa-se tal antagonismo de propósitos em um marco inicial e relevante para os fins do presente estudo. Isso porque, como o modelo associativo não foi concebido, na sua essência, para albergar estruturas dotadas de elevado peso financeiro, tais quais as grandes entidades de práticas desportiva profissional, não possuem as associações, em sua feição original, mecanismos típicos de controle, gestão e transparência que auxiliem e promovam um ambiente de maior eficiência administrativa e financeira.

Não se trata de uma crítica ao modelo associativo em si. Muito ao revés, está mais do que provada a sua aptidão e a sua absoluta adequação, no que tange à concessão da correta formatação jurídica para as entidades que se destinam a seus fins. Contudo, o que pode ser colocado em xeque, nos dias atuais, é a compatibilidade entre o perfil moderno das entidades de grande porte, destinadas ao desporto profissional e ao modelo associativo.

Na verdade, ocorre um enorme distanciamento da versão atual das grandes corporações desportivas, em relação àqueles conceitos e anseios que motivaram as suas respectivas constituições, há mais de um século. As gigantescas corporações desportivas foram criadas, em regra, há dezenas de décadas, pela reunião de algumas dezenas de pessoas, que detinham os mesmos propósitos em termos esportivos. Assim, promoveram-se as aglutinações, de forma contínua e institucional dessas, sob o formato de associações, visando à disputa desportiva propriamente dita, sem qualquer conotação financeira.

O mérito desportivo advindo do triunfo nas competições se materializava no único e exclusivo propósito dessa constituição jurídica. Todavia, passado tanto tempo, esse não é o perfil atual de tais entidades, que cresceram, desenvolveram-se e acabaram sofrendo robusta alteração em suas respectivas essências.

No momento em que grandes conglomerados de comunicação procedem à aquisição de direitos de televisionamento das competições custeando valores de elevada monta[46]; no momento em que grandes redes industriais e comerciais celebram robustos

[46] A título exemplificativo, em maio de 2019, a Folha de São Paulo (online), noticiou o acordo firmado entre a Sociedade Esportiva Palmeiras e o Grupo Globo, na monta de R$ 95 milhões, pela transmissão dos jogos do referido clube: "O Palmeiras acertou ter R$ 95 milhões, entre luvas e valor garantido do pay-per-view". Ainda segundo informações do site, o Sport Club Corinthians Paulista e o Clube de Regatas do Flamengo, receberão em torno de R$ 120 milhões cada um, pelo televisionamento dos jogos: "[...]

contratos de patrocínio com as organizações desportivas, visando a atrelar a estas sua imagem e seus produtos; no momento em que salários milionários são pagos a talentosos atletas[47]; no momento em que estádios e ginásios são construídos ou reformados[48]para receber mais e melhor os torcedores, é sinal de que todos os protagonistas de tal rede de interesses vislumbram objetivos claros, todos de natureza patrimonial: a satisfação do lucro, o crescimento de seus negócios, a consolidação de suas marcas.

Como exposto, por todos os prismas que se analise, a prática econômica profissional encontra-se intimamente atrelada à satisfação de interesses patrimoniais. Contudo, de forma absolutamente paradoxal, os grandes protagonistas de tal cadeia de interesses, as pessoas jurídicas de destinação desportiva, optam pela sua constituição sob o formato de uma estrutura jurídica que veda a satisfação de seus nítidos e, porque não dizer, legítimos interesses financeiros.

Tal incongruência não se trata de um fenômeno nacional. Na verdade, diversos setores da estrutura desportiva mundial passaram por tal exercício de reflexão: como

---

Corinthians e Flamengo receberam em torno de R$ 115 milhões da Globo. E ainda têm garantido 18,5% dos R$ 650 milhões a serem distribuídos pela empresa no serviço pay-per-view. Cerca de 120 milhões para cada". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/05/entenda-o-acordo-entre-palmeiras-e-globo-para-transmissao-do-brasileiro.shtml>, Acesso em: 10 de dez. de 2019.

[47] Contratado em agosto de 2019 pelo São Paulo Futebol Clube, o jogador Daniel Alves, recebe em média a importância de R$ 1,5 milhões por mês, entre salários, luvas, bônus e acordo, possuindo contrato com o time paulista, até dezembro de 2022. HAZAN, Eduardo Rodrigues. GLOBO ESPORTE*: Efeito Daniel Alves: São Paulo vê aumento em vendas de camisas e faturamento com produtos*. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/sao-paulo/noticia/efeito-daniel-alves-sao-paulo-ve-aumento-em-vendas-de-camisas-e-faturamento-com-produtos.ghtml>, Acesso em: 10 de dezembro de 2019. Por sua vez, o artilheiro do campeonato brasileiro, Gabriel Barbosa, contratado pelo Clube de Regatas Flamengo em janeiro de 2019, recebe mensalmente, a importância R$ 1,25 milhões por mês. LIMA, Thiago. G1. FLAMENGO*: Gabigol chega ao Rio de Janeiro para assinar contrato com o Flamengo: "Estou muito feliz"*. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/gabigol-chega-ao-rio-de-janeiro-para-assinar-com-o-flamengo.ghtml>, Acesso em: 10 de dez. de 2019.

[48] A reforma do Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã), para a realização da Copa do Mundo FIFA de 2014, teve um gasto total de R$ 1,2 bilhão de reais, segundo a apuração realizada pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. ESTADÃO CONTEÚDO. EXAME: *Reforma do Maracanã foi superfaturada em R$ 211 milhões, diz TCE*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/reforma-do-maracana-foi-superfaturada-em-r-211-milhoes-diz-tce/>, Acesso em: 10 de dez. de 2019. Para a construção do Allianz Parque, na área onde ficava o antigo Estádio Palestra Itália, gastou-se a monta de R$ 630 milhões de reais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/01/1954013-em-briga-por-estadio-palmeiras-e-wtorre-dividem-lucro-de-r-280-mi.shtml>, Acesso em: 10 de dez. de 2019. Por sua vez, a construção do Arena Corinthians (Itaquerão), custou a monta de R$ 985 milhões, conforme informou o Presidente do Clube, Andrés Sanchez, em entrevista ao site FOX SPORTS: "O Corinthians deve hoje, com tudo, R$ 1,187 bilhão para a Caixa e para Odebrecht. O estádio custou R$ 985 milhões". GAZETA PRESS. *FOX SPORTS: CONMEBOL LIBERTADORES*. Disponível em: <https://www.foxsports.com.br/news/356075-andres-abre-o-jogo-sobre-valor-da-arena-corinthians-e-crava-prazo-para-pagamento>, Acesso em: 10 de dez. de 2019.

compatibilizar a busca real e clara da lucratividade econômica, com a manutenção de um modelo associativo que, definitivamente, não se presta a tal fim?

Na Espanha, que hoje ocupa lugar de destaque no cenário futebolístico mundial, por exemplo, tal antagonismo conceitual há muito já se encontra superado. Para tanto, lançou-se mão de expedientes legislativos que impulsionaram a sucessiva e irreversível migração do sistema associativo, para o modelo empresarial, através do reconhecimento da feição econômica que domina tais instituições, no seu atual estágio de desenvolvimento.

Harmonizar a forma de estruturação jurídica das entidades desportivas ao ambiente em que estão envolvidas se apresenta como o primeiro e indisponível passo, no que se refere à promoção de um ambiente desportivo mais transparente, organizado e efetivo no Brasil.

A relevância de tal transformação reside no fato de que, como será exposto no capítulo subsequente, grande parte das mazelas ora vivenciadas na gestão desportiva brasileira pode ser atrelada à adoção de um modelo de constituição jurídica que dificulta sobremaneira a transparência nos atos financeiros e o profissionalismo na gestão, colocando em xeque a efetivação das potencialidades de um setor que tantas oportunidades é capaz de gerar.

Assim, há ferramentas que se mostram mais efetivas e próximas à realidade de tais entidades privadas e que podem contribuir para que essas venham a promover a consecução dos seus propósitos, desportivos e financeiros, através da sua inserção em um sistema jurídico que se alicerce sobre critérios mais claros, objetivos e transparentes de governança.

Como dito anteriormente, mostra-se relevante frisar, desde o inaugurar deste estudo, que ele não se materializa em uma crítica ao modelo associativo em si, mas sim em um reconhecimento de que este não se apresenta mais como a natural e direta opção no que concerne à constituição e à operação de entidades desportivas, tal qual ocorrera no passado.

## 1.3 A possível e necessária intervenção legislativa no setor desportivo

O exame do real e do efetivo alcance dos efeitos assegurados pelo Art. 217, inciso I da Constituição Federal, no que se refere à autonomia constitutiva e funcional das organizações desportivas brasileiras, passa, obrigatoriamente, pela análise das vicissitudes da autonomia da vontade, enquanto direito fundamental.

Isso porque um dos pilares fundantes do Direito Privado alicerça-se sobre o conceito de autonomia da vontade, na medida em que, ao se tutelar e garantir as escolhas individuais, viabiliza-se toda a estrutura jurídica afeta às relações privadas.

De forma contundente e direta, Luiz Edson Fachin rotula a autonomia da vontade como "a pedra angular do sistema civilístico" [49]. Prestigiar a autonomia da vontade significa, em última análise, prestigiar o livre arbítrio, a liberdade a ser concedida a cada um, no sentido de pautar suas ações e omissões em sua própria e cristalina vontade.

Segundo ensina Daniel Sarmento, a autonomia privada materializa-se em um elemento jurídico de tal forma elementar que "está indissociavelmente relacionada à proteção da dignidade da pessoa humana" [50], não havendo como se cogitar que no âmbito de um Estado Democrático de Direito não seja assegurada aos cidadãos a prerrogativa de promoverem a condução de suas vidas privada aos seus livres alvedrios.[51]

Em linhas gerais, a autonomia privada[52] acaba por delinear-se em dois planos de ação jurídica, os quais são complementares e harmônicos entre si: o das liberdades existenciais[53] e o da liberdade contratual.

---

[49]FACHIN, Luiz Edson O 'aggiornament' do direito civil brasileiro e a confiança negocial. In: FACHIN, Luiz Edson. (coord.) *Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro, Renovar, 1998, p 119.

[50]Segundo Francisco Amaral "a autonomia privada constitui-se, portanto, em uma esfera de atuação do sujeito no âmbito do direito privado, mais propriamente um espaço lhe é concedido para exercer a sua atividade jurídica. Os particulares tornam-se, desse modo+ e nessas condições, legisladores sobre seus próprios interesses". AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução. 3ª ed*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 337.

[51] SARMENTO, Daniel. *Direitos Fundamentais e relações privadas.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 155.

[52] Afirma Gustavo Tepedino que "a noção de autonomia da vontade, como concebida nas codificações do Século XIX, dá lugar à autonomia privada, alterada substancialmente nos aspectos subjetivo, objetivo e formal. No que se refere ao subjetivo, observa-se a passagem do sujeito abstrato à pessoa concretamente considerada. [...] Por outro lado, a mudança no aspecto objetivo da autonomia privada revela-se no sentido de que novos interesses existenciais se sobrepõem aos interesses patrimoniais que caracterizavam os bens jurídicos no passado. [...] Por fim, a forma dos atos jurídicos que se voltava no passado exclusivamente para a segurança patrimonial, no sentido de proteger as transferências patrimoniais inter

Por liberdade existencial se entende o conjunto de garantias constitucionais atreladas à satisfação das mais elementares e essenciais prerrogativas imateriais do indivíduo, as quais viabilizam a sua sobrevivência de forma digna, justa e pacífica no meio social. Nesse campo, assim, inserem-se sob o manto protetivo das chamadas liberdades existenciais os conceitos de liberdade de expressão, de pensamento, de culto e de associação.

Por outro e diverso lado, a autonomia da vontade mune-se ainda de uma vertente absolutamente econômica, a qual se atrela à liberdade a ser assegurada ao indivíduo, para que este possa manejar seus interesses patrimoniais da forma como melhor lhe aprouver, viabilizando a celebração de negócios jurídicos, de acordo com seus melhores interesses e anseios.

Essa distinção segue a lição de Gustavo Tepedino[54], que consagra a respeito da autonomia privada que:

> [...] tal poder, cujo conteúdo se comprime e se expande de acordo com opções legislativas, constitui-se em princípio fundamental do direito civil, com particular inserção tanto no plano das relações patrimoniais – na teoria contratual, por legitimar a regulamentação da iniciativa econômica pelos próprios interessados –, quanto no campo das relações existenciais – por coroar a livre afirmação dos valores da personalidade.

Na seara constitucional, o princípio da autonomia da vontade em sua dimensão patrimonial encontra-se projetado nos conceitos de livre iniciativa[55] e do direito de

---

vivos e causa mortis, especialmente no que tange aos bens imóveis, passa a exercer papel limitador da autonomia privada em favor de interesses socialmente relevantes e das pessoas em situações de vulnerabilidade" (TEPEDINO, Gustavo. Normas constitucionais e direito civil na construção unitária do ordenamento. In: TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 14-15. t. III).

[53] Nas palavras de ThamisDalsenter Viveiros de Castro, "Em breves linhas, é possível afirmar que a autonomia existencial é espécie do gênero autonomia privada e se configura como instrumento da liberdade individual para realização das potencialidades da pessoa humana e de seus interesses não patrimoniais, incidindo nas situações jurídicas subjetivas situadas na esfera extrapatrimonial, cujo referencial objetivo é o próprio titular no espaço de livre desenvolvimento da personalidade" VIVEIROS DE CASTRO, ThamisDalsenter. *A função da cláusula de bons costumes no Direito Civil e a teoria tríplice da autonomia privada existencial*. Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil, Belo Horizonte, v. 14, p. 99-125, out./dez. 2017. p. 101.

[54]TEPEDINO, Gustavo. Evolução da autonomia privada e o papel da vontade na atividade contratual. In FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo; ADAMEK, Marcus Vieira von (Coord.). *Temas de direito empresarial*. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 317.

[55] José Afonso da Silva leciona que: "a liberdade de iniciativa econômica privada, num contexto de uma Constituição preocupada com a realização da justiça social (o fim condiciona os meios), não pode significar mais do que liberdade de desenvolvimento da empresa no quadro estabelecido pelo poder público, e, portanto, possibilidade de gozar das facilidades e necessidade de submeter-se às limitações postas pelo mesmo. É legítima, enquanto exercida no interesse da justiça social. Será ilegítima quando exercida com objetivo de puro lucro e realização pessoal do empresário. Daí por que a iniciativa

propriedade, os quais foram objeto de previsão explícita, por parte do constituinte pátrio.

Exatamente esse o entendimento de Eros Roberto Grau[56], que sustenta que:

> [...] não terão sido a visualização de propriedade dinâmica e a principiologia da função social da propriedade e posteriormente da empresa – fundamentos parciais, ao menos do surgimento do Direito Econômico? Observado que o princípio da liberdade de iniciativa econômica, não é senão corolário do princípio da propriedade privada dos bens de produção e considerada a afetação deste pelo princípio da função social, visualizamos, em grande parte das normas do Direito Econômico, precisamente, formas de concreção deste último. Isso se torna mais nítido ainda quando aludimos enfaticamente, à função social da empresa.

No que se refere ao direito de propriedade, a sua vinculação ao conceito de liberdade contratual mostra-se evidente, na medida em que uma das prerrogativas elementares advindas de tal direito é, exatamente, a possibilidade de dispor, gravar ou onerar os bens sob sua titularidade, o que só se mostra viável, se o titular do direito de propriedade gozar de liberdade contratual para tanto[57].

Na mesma toada, a relação havida entre os conceitos de liberdade contratual, corolário direto da autonomia da vontade[58] e de liberdade de iniciativa[59] se mostra umbilical.

---

econômica pública, embora sujeita a outros tantos condicionamentos constitucionais, se torna legítima, por mais ampla que seja, quando destinada a assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social" **[.** SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 726.

[56] GRAU, Eros Roberto. *Elementos de Direito Econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981, p. 131.

[57] O exercício do direito de propriedade deve ser empreendido sempre à luz da satisfação da função social que lhe é intrínseca, como bem alerta Giselda Maria Fernandes Neves Hironaka:"A propriedade não é uma função social, mas contém uma função social, de tal forma que o proprietário deve ser compelido a dar aos bens um destino social, além daquele que atende ao seu próprio interesse, na intenção de, harmonizando o uso da propriedade ao interesse coletivo, se chegar ao plano da justiça social".
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Função Social do Contrato. In: *Revista de Direito Civil,Imobiliário, Agrário e Empresarial*, v. 45. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988, p. 144.

[58]O mestre Arnold Wald assevera que a Autonomia da Vontade deve ser vista sob dois ângulos distintos, Liberdade de Contratar e Liberdade Contratual: "*Liberdade de contratar* é a faculdade de realizar ou não determinado contrato, enquanto a *liberdade contratual* é a possibilidade de estabelecer o conteúdo do contrato. A primeira se refere à possibilidade de realizar ou não um negócio, enquanto a segunda importa na fixação das modalidades de sua realização". WALD, Arnold. *Obrigações e contratos*. 13 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, pg. 184.

[59]Quanto à liberdade de iniciativa, assim dispõe Jorge Miranda: "E há um primeiro momento de acesso à iniciativa econômica (uma fase do exercício originário da iniciativa e de constituição da empresa) e há um segundo momento, de direção e gestão. O primeiro momento traduz-se na liberdade de iniciativa em sentido estrito ou, sob certo prisma, na liberdade de estabelecimento. Refere-se ao direito de iniciar uma atividade econômica; ao direito de constituir uma empresa; ao direito, que pode ser individual e que pode ser institucional, de organização de certos meios de produção para um determinado fim econômico". MIRANDA, Jorge Manuel Moura Loureiro de. *Manual de direito constitucional*. Tomo IV. 3a. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000, p. 516.Nesse mesmo sentido, "A liberdade de iniciativa é uma

Acerca da questão, cumpre ressaltar que a Constituição Federal contemplou em seu Art. 1º, como princípio fundamental, a livre iniciativa, o que, por si só, já teria o condão de evidenciar a relevância singular assegurada a tal instituto, no âmbito do Estado de Direito brasileiro.

> A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Não bastasse tal lapidar e profícua previsão constitucional, cumpre trazer à exame o teor do artigo 170, da Carta da República, o qual elegeu a liberdade de iniciativa[60] como elemento fundante e estrutural de toda a ordem econômica nacional:

> A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na "livre iniciativa", tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
> I – soberania nacional;
> II – propriedade privada;
> III – função social da propriedade;
> IV – livre concorrência;
> V – defesa do consumidor;
> VI – defesa do meio ambiente;
> VII – redução das desigualdades regionais e sociais;
> VIII – busca do pleno emprego;
> IX - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
> Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

O exame de tal preceito constitucional permite concluir que o modelo econômico a ser empreendido em solo pátrio há de se erigir sobre pilares objetivos e

---

expressão ou manifestação no campo econômico da doutrina favorável à liberdade. [...] A liberdade de iniciativa consagra tão-somente a liberdade de lançar-se à atividade econômica sem encontrar peias ou restrições do Estado [...]". TOLEDO, Gastão Alves de. *O direito constitucional econômico e sua eficácia*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.2004, p. 176.

[60] Nos termos de Eros Roberto Grau, "A transposição do princípio da livre iniciativa para a ordem econômica é expressa no *caput* do artigo 170, que traz a valorização do trabalho humano como fundamento da ordem econômica, tal como a livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Assim, nos termos do dispositivo em comento, o exercício de toda atividade econômica resta comprometido com o programa de promoção da existência digna, de sorte que qualquer desvio desse fim expressa violação à própria Constituição.GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988.* 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2012 p. 194.

bem definidos, dentre os quais se insere a liberdade de iniciativa, enquanto meio viabilizador das necessidades patrimoniais e existenciais dos indivíduos.

Contudo, há de se frisar que a garantia da liberdade de iniciativa não se materializa, em verdade, em um ilimitado[61] salvo conduto para o exercício desmedido e absoluto dos interesses privados[62]-[63].

Dessa forma, com o objetivo de evitar abusos e práticas indevidas, o que se apresenta como um risco potencial, em um ambiente de liberdade de condutas, a Constituição Federal consagrou, em seu art. 174[64], o papel primordial do Estado, no que se refere à normatização, regulação, supervisão e fiscalização da atividade econômica.

Quanto ao tema, mostrou-se preciso o magistério de Luís Roberto Barroso:

> O princípio da livre iniciativa, portanto, assim como os demais, deve ser ponderado com outros valores e fins públicos previstos no próprio texto da Constituição. Sujeita-se, assim, à atividade reguladora e fiscalizadora do Estado, cujo fundamento é a efetivação das normas constitucionais destinadas a neutralizar ou reduzir as distorções que possam advir do abuso da liberdade de iniciativa e aprimorar-lhe as condições de funcionamento. [65]

Daí se dizer que o constituinte, ao mesmo tempo em que promoveu a consagração da liberdade de iniciativa, como fundamento de piso de nossa ordem econômica, prestigiou a atuação do Estado como supervisor e regulador das atividades

---

[61] Nesse sentido, reconhecendo a existência de limites ao seu exercício, Heloisa Helena Barboza sustenta que a autonomia é fruto do "reconhecimento do poder do sujeito privado de autorregular-se, nos limites da lei, aqui entendida em seu sentido amplo, e que tem na Constituição da República sua expressão maior".BARBOZA, Heloisa Helena. Reflexões sobre a autonomia negocial. In: FACHIN, Luiz Edson; TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas*. Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 410.

[62]Grifando a necessária imposição de limites ao exercício da autonomia da vontade, Clóvis do Couto e Silva a definiu como a "possibilidade, embora não ilimitada, que possuem os particulares para resolver seus conflitos de interesses, criar associações, efetuar o escambo dos bens e dinamizar, enfim, a vida em sociedade. Para a realização desses objetivos, as pessoas vinculam-se, e vinculam-se juridicamente, através de sua vontade". COUTO E SILVA, Clóvis do. *A obrigação como processo*. São Paulo: Bushatsky, 1976

[63] No mesmo sentido, concebeu Miguel Reale a autonomia da vontade como "a faculdade de outorgar direitos e aceitar deveres, nos limites da lei, dando existência a relações ou situações jurídicas, como os negócios jurídicos em geral e os contratos em particular" REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 359

[64] Constituição da República Federativa do Brasil – "**Art. 174.** Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado."

[65] BARROSO, *Luís Roberto. A Ordem Constitucional e os Limites à Atuação Estatal no Controle de Preços*. BARROSSO, Luís Roberto. *Temas de Direito Constitucional* (tomo II). Rio de Janeiro: Renovar, 2003. - P. 53.

privadas de nítida feição e interesse social, com o objetivo de evitar distorções e ilegalidades no âmbito privado.

Dessa forma, dúvidas devem inexistir acerca da sua contínua submissão a atos públicos de regulação e fiscalização das atividades privadas, no que se refere ao exercício de atividades que possuam nítido interesse público.

Assim, uma vez reconhecido o caráter limitado e não absoluto do conceito de liberdade de iniciativa, impõe-se passar ao exame dos aspectos atinentes à autonomia constitucional concedida às pessoas jurídicas de destinação desportiva, no que se refere às suas respectivas formas de constituição e funcionamento.

A menção preambular aos limites constitucionalmente impostos à liberdade de iniciativa mostra-se, a um só tempo, relevante e imprescindível aos fins perseguidos nesse trabalho. Isso porque se pretende propor um novo marco regulatório para as organizações desportivas brasileiras, permitindo que tais estruturas passem, enfim, a atender à função social que legitimou o assento constitucional que lhe foi conferido.

Nesse sentido, não se mostra crível que uma atividade que desperte nítido interesse e atenção social, mantenha-se inserida em um isolamento absoluto, sob o fundamento de que lhe foram asseguradas autonomias constitutiva e organizacional, como se tal fato isentasse as entidades do setor a prestarem quaisquer respostas públicas às ações por si empreendidas.

Na verdade, não há mais sentido e espaço para posicionamentos de tal natureza, como se extrai da lição de Pietro Perlingeri, ao dissertar acerca dos conceitos de estrutura e função: "estrutura e função respondem a duas indagações que se põem em torno do fato. O como é? evidencia a estrutura, o para que serve? evidencia a função." [66]

Em tal cenário, nenhum instituto nem instituição podem ser mais vislumbrados como um fim em si mesmo. Todos os institutos e instituições do Direito Civil passam a ser tidos como instrumentos de satisfação dos fundamentos existenciais que lhes são afetos.

Nas palavras do Ministro Gilmar Ferreira Mendes[67], do Supremo Tribunal Federal:

---

[66] PIETRO PERLINGIERI, Perfis do Direito Civil – *Introdução ao Direito Civil Constitucional*, Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 9.

[67] RE 201819, Relatora: Min. Ellen Gracie, Relator para Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 11/10/2005, DJ 27-10-2006 PP-00064 Ementa Vol-02253-04 PP-00577 RTJ VOL-00209-02 PP-00821.

> [...] A autonomia privada, que encontra claras limitações de ordem jurídica, não pode ser exercida em detrimento ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros, especialmente aqueles positivados em sede constitucional, pois a autonomia da vontade não confere aos particulares, no domínio de sua incidência e atuação, o poder de transgredir ou de ignorar as restrições postas e definidas pela própria Constituição, cuja eficácia e força normativa também se impõem, aos particulares, no âmbito de suas relações privadas, em tema de liberdades fundamentais.

A menção a tal manifestação, no seio deste estudo, apresenta-se por demais oportuna. Isso porque a autonomia constitucional conferida à forma de constituição das pessoas jurídicas de destinação desportiva, de um lado, e a insistência dos membros dessas entidades em manterem-se sob o formato associativo, de outro, acabam gerando prejuízos a terceiros, notadamente, credores das mais diversas espécies, o que acaba suscitando necessárias controvérsias acerca da possibilidade e da necessidade de uma intervenção estatal nesse setor.

Assim, impõe-se a seguinte reflexão: como se viabilizar o afastamento de um modelo de constituição jurídica, se a Constituição Federal assegura tal autonomia a essas entidades e a seus membros?

A primeira análise acerca do tema repousa em um obrigatório diagnóstico quanto a uma eventual relação de causa e efeito entre a opção constitutiva pelo formato de associação e as precariedades financeira, administrativa e institucional experimentadas pela maioria de tais entidades. Nessa perspectiva, pode-se citar, a título meramente exemplificativo, uma gama de fatores que minimizam as possibilidades de satisfação dos anseios esportivos de alta performance, em um ambiente jurídico como esse.

Inicialmente, relembre-se que a mera organização da entidade desportiva em um formato associativo já impede a perseguição e a realização lucro como fim precípuo da atividade desempenhada. Tal fato, por si só, já não se mostra coadunável com o ambiente manifestamente capitalista e financeiro, no qual se situam tais instituições, nos dias atuais.

Na mesma toada, em decorrência das restrições remuneratórias típicas das associações, as gestões das entidades são, em regra, exercidas por dirigentes amadores, cuja dedicação aos interesses das entidades se dá de forma parcial, ou seja, a atuação se efetiva sob o regime não exclusivo. Sob tal perfil diretivo, os impulsos administrativos pautam-se muito mais pela satisfação das paixões e dos interesses pessoais dos administradores. Tais elementos, por sua vez, tenderiam a inexistir, em um ambiente

guarnecido por gestores profissionais, os quais, em regra, primam com maior ênfase pelo necessário suporte técnico para os atos decisórios, contribuindo decisivamente para a elevação do padrão de administração empreendido.

Some-se a isso, a ausência de travas de controle gerenciais, o que inviabiliza o desenvolvimento de um ambiente de austeridade e responsabilidade administrativo-financeira[68]. Pois bem, a ausência de válvulas de controle, aliada a uma gestão emocional[69] e pautada por necessidades desportivas imediatas e casuístas, acaba por muito contribuir para que as organizações desportivas profissionais experimentem o crítico estado de colapso, que ora vivenciam no Brasil.

A atuação conjunta e simultânea de tais elementos negativos culminou na imersão de tais entidades em um ambiente de manifesto desvio de finalidade, que as impede de atender aos preceitos funcionalizadores que justificaram o assento constitucional que lhes foi conferido.

Exatamente essa a hipótese que ora vicia o exercício da autonomia constitucionalmente consagrada em favor das organizações desportivas. Como narrado anteriormente, visando a evitar que as pessoas jurídicas de destinação desportiva fossem objeto de alguma espécie de dirigismo político, por parte daqueles que estivessem à frente do Poder Público, o constituinte contemplou, através da narrativa do inciso I do Art. 217 da Carta Magna, a autonomia constitutiva e operacional de tais entidades.

Tratou-se de uma opção normativa por demais razoável, haja vista o histórico mundial[70] de utilização de eventos e organizações desportivas, para satisfação de fins

---

[68]Acerca da responsabilidade administrativa e financeira, assim se posiciona Lawrence Gitman: "A administração financeira preocupa-se com as tarefas do administrador financeiro na empresa. Os administradores financeiros, devem gerir ativamente os assuntos financeiros de qualquer tipo de empresa financeira e não financeira, privadas e públicas, grandes e pequenas, com ou sem fins lucrativos. Eles desempenham as mais diversas tarefas financeiras, tais como planejamento, concessão de crédito a clientes, avaliação de projetos de investimento e captação de fundos para financiar as operações da empresa". GITMAN, Lawrence J. *Princípios de Administração Financeira*. São Paulo: Editora Pearson, 2004, p. 04.

[69] Dissertando acerca do profissionalismo administrativo, Amauru Maximiano afirma que "O processo de administrar é importante em qualquer escala de utilização de recursos. Toda atividade tem certo conteúdo administrativo, com importância proporcional a sua complexidade, em resumo, todos administram nas mais variadas escalas de utilização de recursos para atingir objetivos. Então as habilidades administrativas são importantes para que qualquer pessoa tome decisões sobre a utilização de recursos para realizar objetivos, ou que esteja em ambientes onde essas decisões são tomadas". MAXIMIANO, AMAURY CESAR ANTONIO. *Introdução à administração*. São Paulo, ed. 5º, 2000, p. 29.

[70] Em 1988, o então Presidente da República de Cuba, Fidel Alejandro Castro Ruz, de acordo com o jornal " Folha de São Paulo" recepcionou os atletas olímpicos, que disputaram a Olimpíada de Seul, em 1988: "Nossos atletas têm algo mais do que treinamento físico. Sotomayor estava dizendo que não há drogas. Eu digo que há uma droga muito importante, que é a estamina revolucionária, o orgulho revolucionário, a honra revolucionária. Essa é nossa droga". FOLHA DE S. PAULO. ESPORTE: *Para Fidel, única droga é a revolução*. Disponível em:

políticos e eleitorais, por parte de líderes governamentais que, munidos de um oportunismo desmedido, acabam por utilizar, seja em ambientes ditatoriais e populistas, seja em democracias, os triunfos desportivos como instrumentos de típica publicidade oficial.

Ocorre que, na prática, tal garantia de autonomia acabou por se materializar em um nítido instrumento de blindagem de tais instituições e de seus administradores, quanto à necessária adoção de medidas modernas de boas práticas de governança, que tenderiam a contribuir decisivamente para a alteração do perfil atual de tais entes.

Acerca da questão, mostra-se imprescindível frisar que a opção pelo modelo associativo e, por conseguinte, pelas restrições e limitações gerenciais que lhe são típicas, poderia estar alcançada pela autonomia constitucional, caso as conseqüências desfavoráveis de tal opção deixassem reflexos, única e exclusivamente, à esfera patrimonial da optante. Contudo, na medida em que tais pessoas jurídicas acabam por se materializar em contumazes devedores de obrigações trabalhistas[71], previdenciárias e fiscais[72], passa a existir nítido interesse social quanto ao exame dos aspectos que norteiam as suas respectivas conduções.

---

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk05089915.htm> Acesso em: 11 de dez. de 2019.Em 2014, nos Jogos Olímpicos de Inverno, realizados em Sóchi, o presidente da Rússia Vladimir Putin, inesperadamente, interrompeu a cerimônia de boas-vindas e discursou diretamente para os atletas russos: "A Rússia está pronta para a realização dos Jogos. Agora, prezados atletas, gostaria de apelar a vocês, a nossa seleção. Hoje é o dia do levantamento da bandeira nacional, o que sempre ocorre na ocasião da chegada da nossa seleção aos Jogos Olímpicos. Os olhos de centenas, milhares, milhões de nossos torcedores seguirão atentamente cada sua apresentação. E nós contamos muito com vocês, bem como esperamos pelos seus sucessos. Temos uma equipe muito jovem e com grandes perspectivas. Não duvido que vocês farão todo o possível para vencer. Desejo-lhes boa sorte, porque, além de grande trabalho, coragem e vontade de vencer, no esporte a sorte é também muito importante. Que a sorte esteja com vocês!". HELENA REBELLO. *GLOBO ESPORTE*: Olímpiadas de inverno*: Putin ignora estrangeiros em discurso de boas-vindas e incentiva russos*. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas-de-inverno/noticia/2014/02/putin-ignora-estrangeiros-em-discurso-de-boas-vindas-e-incentiva-russos.html>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.No ano de 2019, o presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, recebeu os integrantes do time de futebol americano da Universidade de Clemson na Casa Branca, após o triunfo desportivo de tal colegiado naquela modalidade esportiva. GLOBO ESPORTE. FUTEBOL AMERICANO: *Com buffet de fast food, Donald Trump recebe campeões do futebol americano universitário*. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol-americano/noticia/com-buffet-de-fast-food-donald-trump-recebe-campeoes-do-futebol-americano-universitario.ghtml>. Acesso em: 12 dez. de 2019.

[71]Em agosto de 2019, o periódico "Folha de São Paulo" apurou que os 04 (quatro) principais clubes paulistas, Sport Club Corinthians Paulista, Santos Futebol Clube, São Paulo Futebol Clube e a Sociedade Esportiva Palmeiras, juntos, somavam um passivo trabalhista, já judicializado, na monta de R$ 21,6 milhões: "O valor das ações que tem Corinthians e Santos como reclamados é de R$ 7,2 milhões cada um, enquanto a do São Paulo éde R$ 4,2 milhões e a do Palmeias, de R$ 3 milhões". PETROLINO, Carlos. FOLHA DE S. PAULO. ESPORTE: *Clubes de São Paulo têm disparada de ações trabalhistas*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/08/clubes-de-sao-paulo-tem-disparada-de-acoes-trabalhistas.shtml>. Acesso em 16 de dez. de 2019.

[72] O jornal "Folha de São Paulo" noticiou, em abril de 2019, que os clubes da série "A" do Campeonato Brasileiro, possuíam, em conjunto, uma dívida de R$ 1,8 bilhões de reais com o Governo Federal,

Isso porque, ao conceber e contemplar a autonomia em comento, o constituinte visou a garantir a independência funcional de tais estruturas, pretendendo evitar que fossem objeto de manipulações de toda ordem e de qualquer origem. Contudo, tal proteção constitucional, em nenhuma hipótese, pode ser vislumbrada como fonte de um isolamento absoluto, o qual impediria que medidas corretivas viessem a lhe ser sugeridas, objetivando afastar e minimizar os malefícios sociais que têm sido gerados a partir de vícios diretivos havidos no âmbito das entidades desportivas.

Tal marco teórico coloca-se em exata sintonia com o magistério de Pietro Perlingeri[73], o qual estabelece que a "[...] autonomia privada não é um valor em si e, sobretudo, não representa um princípio subtraído ao controle de sua correspondência e funcionalização ao sistema das normas constitucionais"

O atento exame de tais postulados demonstra que a autonomia assegurada às entidades desportivas, em nenhuma hipótese, pode ser vislumbrada como um fundamento para que elas venham a se distanciar dos anseios sociais que legitimaram e justificaram o seu regramento constitucional.

Como frisado, tais figuras jurídicas só foram objeto de previsão constitucional em decorrência do latente interesse público por si despertado. Pode-se asseverar que o desporto de elevada performance habita as almas, as mentes e os corações dos brasileiros[74]. Por aqui, os temas afetos ao desporto profissional são, não raras vezes, tratados como assuntos afetos à própria soberania nacional.

---

referentes a débitos tributários e previdenciários: "Os 20 clubes da Séria A do Campeonato Brasileiro acumulam uma dívida de R$ 1,8 bilhão com o governo federal. Os valores são referentes aos débitos tributários e previdenciários, Imposto de Renda CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), PIS e Cofins, FGTS e INSS. As planilhas com os débitos de cada um deles foram obtidas pela Folha através da Lei de Acesso à Informação. O passivo é composto por débitos regulares e irregulares, segundo a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O irregular reúne valores inscritos na Dívida Ativa da União e que são cobrados no âmbito administrativo pela Procuradoria. O regular reúne valores que os clubes parcelaram em programas de benefício fiscal, como o Profut, ou que estão sendo negociados na justiça". PETROLINO, Carlos. FOLHA DE S. PAULO. ESPORTE: *Clubes da Série A devem R$ 1,8 bilhão para a União; veja ranking*. PETROCILO, CARLOS. FOLHA DE S. PAULO: CAMPEONATO BRASILEIRO: *Clubes da Série A devem R$ 1,8 bilhão para a União*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/04/clubes-da-serie-a-devem-r-18-bilhao-para-a-uniao-veja-ranking.shtml>. Acesso em: 16 de dez. de 2019.

[73]PERLINGERI, Pietro , Perfis do Direito Civil: *Introdução do Direito Civil-Constitucional*, Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 277.

[74]Nesse sentido, cumpre trazer à baila um trecho da CPI do Futebol, iniciada em setembro de 2000 e encerrada em dezembro de 2001: "De fato, consoante o § 2º do art. 4º da Lei n.º 9.615, de 1998, a organização desportiva do País compõe o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social. [...] Assim, está o Poder Público obrigado à concepção de instrumentos legais que protejam o interesse público na gestão da atividade, se não pública, stricto sensu, inegavelmente "bem material" componente do patrimônio cultural brasileiro". SENADO FEDERAL. Comissão Parlamentar de Inquérito. Relatório n. 1, de 2001 da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento n.

Por tais razões, sensível a tais fatos notórios, o constituinte concedeu tratamento constitucional às organizações desportivas, garantindo-lhes autonomia constitutiva e funcional, com o fito de permitir que tais entidades tivessem condições de atender às suas respectivas funções sociais, sem que qualquer interferência política as impedisse de atender às suas finalidades precípuas.

Contudo, na prática, o que se viu e continua a se ver é que a autonomia em tela acabou por ser manejada não somente como instrumento de promoção de uma independência saudável em relação às ingerências estatais, mas, sobretudo, como veículo de um distanciamento inexplicável da própria sociedade e, principalmente, dos anseios sociais que motivaram a própria previsão constitucional em referência.

Assim, o entendimento aqui desenvolvido alicerça-se cobre a premissa de que a autonomia concedida pelo constituinte pátrio às organizações desportivas não as isenta do dever de cumprir sua perspectiva funcionalizadora. Nessa toada, presta-se o presente trabalho a esse propósito específico e consistente na identificação dos vícios estruturantes que ora maculam as organizações desportivas pátrias, bem como na apresentação de medidas regulatórias, a serem instituídas pelo Poder Público, com o fito de permitir os restabelecimentos financeiro, institucional e moral de tal segmento da iniciativa privada.

## 1.4 O necessário respeito ao perfil funcionalizador das entidades desportivas

O ponto de partida do presente estudo reside no diagnóstico de que o *status* constitucional conferido às entidades desportivas, por si só, não foi suficiente para lhes gerar o incremento institucional possível e desejável.

Passadas mais de três décadas desde a promulgação da Constituição Federal, não se mostra passível de aferição uma elevação substancial em tal seara que tivesse o condão de impulsionar uma verdadeira e revolucionária mudança de rumos no esporte brasileiro.

Muito ao revés, a autonomia constitucional conferida a tais entes acabou as inserindo em um ambiente de extremado isolamento, marcado, notadamente, pela

---

497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol. Brasília-DF, 20.12.2001. p. 94.

ausência de transparência[75] quanto aos atos administrativos e financeiros, o que deu azo ao advento de transgressões[76] e ilícitos[77] das mais diversas naturezas[78].

Como exposto acima, um dado que muito contribui para o surgimento de grande parte dos problemas e das anomalias identificadas em tal setor se deve à perpetuação generalizada do modelo associativo, como veículo de formatação jurídica de tais entidades privadas.

Acerca da questão, nunca é demais grifar que não se está aqui a traçar um paralelo direto e imediato entre tal sistema jurídico e atos gerenciais de natureza indevida. Definitivamente, não é esse o espírito do entendimento que se pretende construir.

---

[75] Quanto a tal questão, Sérgio Rogério de Castro, assim se posiciona acerca da ausência de transparência nas Associações: "É conhecido que a lógica da desonestidade passa pela falta de transparência. Os erros mais comuns cometidos pelos dirigentes de associações são erros de natureza administrativa financeira ou eleitoral. No âmbito dos erros de natureza administrativa financeira estão, normalmente, erros de desvio de finalidade no uso dos recursos. Os de natureza eleitoral são erros cometidos para evitar renovação ou para que um candidato do grupo que está no poder se perpetue". Escola de Associativismo. Compliance e Transparência nas Associações/ Escola de Associativismo. - Vitória: ES, 2017, p. 10. Disponível em: https://escoladeassociativismo.com/wp-content/uploads/2018/09/Cartilha_Transparencia_2.pdf. Acesso em 13 de dez. de 2019.

[76]Um dos escândalos envolvendo pessoas jurídicas de destinação desportiva eclodiu em agosto de 2016, envolvendo a Confederação Brasileira de Taekwondo, quando o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro denunciou o Presidente da referida instituição, Carlos Fernandes, pela prática, dentre outras, de fraude em licitações e formação de quadrilha: "A Confederação Brasileira de Taekwondo (CBTKD) firmou o convênio com o objetivo de modernizar a "infraestrutura de equipamentos e materiais para realização de treinamento e competições, visando à preparação dos atletas da Confederação de Taekwondo para os Jogos Rio 2016". Para a execução do objeto, os recursos somaram o valor total de R$ 3.145.254,00, cabendo à União, por meio do Ministério do Esporte, destinar a importância de R$ 3.082.350,00. "A investigação minuciosa demonstrou que as contratações realizadas no bojo do convênio foram direcionadas para o favorecimento de determinadas empresas e que houve superfaturamento nos valores pagos pela Confederação Brasileira de Taekwondo", explica a procuradora da República Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira. A estimativa de prejuízo aos cofres públicos é na ordem de R$ 1.337.851,89, em decorrência do superfaturamento na contratação de serviço administrativo e de aquisição de equipamentos esportivos e eletrônicos". MPF. *Combate a Corrupção*. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-denuncia-fraudes-em-contratos-da-confederacao-brasileira-de-taekwondo. Acesso em: 16 de dez. de 2019.

[77]A ausência de transparência e fiscalização na administração das entidades desportivas acaba impulsionando a ocorrência de irregularidades das mais diversas naturezas, como a que foi veiculada, recentemente, pelo programa televisivo "Fantástico", envolvendo um esquema de fraude e manipulação de resultados de jogos de futebol, o qual envolveu dirigentes esportivos, jogadores e árbitros. GLOBO ESPORTE: *Fantástico desvenda como funcionava o esquema de corrupção no futebol da PB*. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/pb/futebol/noticia/fantastico-desvenda-como-funcionava-o-esquema-de-corrupcao-no-futebol-da-pb.ghtml>. Acesso em: 16 de dez. de 2019.

[78] Novamente, imperioso colacionar trecho da CPI do Futebol: "A preocupação da CPI com a eficácia da atuação dos Conselhos Fiscais decorreu da constatação de vários casos em que os clubes de futebol no Brasil acabam dominados por pequenos grupos de pessoas que, em diversas ocasiões, demonstram falta de sentimento democrático e se utilizaram de mecanismos inibidores ou de bloqueio da atuação desses conselhos. Em consequência, esses grupos eliminam a transparência requeridas a entidades sem fins lucrativos, como clubes de futebol, impedindo que outros associados e ocupantes de cargos estatutários tomem conhecimento dos atos de gestão". SENADO FEDERAL. Comissão Parlamentar de Inquérito. Relatório n. 1, de 2001 da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento n. 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol. Brasília-DF, 20.12.2001. p.1146.

Isso porque se reconhece a pertinência de tal elemento de constituição de pessoas jurídicas. Contudo, o que se propõe discutir é a eventual incompatibilidade havida entre o modelo associativo e o perfil atual das grandes e complexas corporações desportivas.

Em síntese, por ora de suas respectivas constituições, tais entes foram naturalmente concebidos sob a forma de associações civis. Tratou-se de uma opção natural, por não possuírem, de fato, naquela oportunidade, qualquer anseio financeiro como fruto do exercício de suas atividades centrais.

No caso brasileiro, grande parte dessas instituições já atingiu o primeiro centenário e, no momento de suas criações, realmente, a mola propulsora de seus surgimentos ancorava-se na disputa desportiva propriamente. Em todos os casos, pessoas se reuniram e se organizaram para, em conjunto e de forma oficializada, promoverem a disputa esportiva, inexistindo qualquer conotação ou objetivo financeiro em tais atos.

Contudo, definitivamente, as instituições de hoje não são as mesmas de outrora, assim como diversos são seus propósitos. Muitas dessas entidades ganharam relevo, transformaram-se em verdadeiros conglomerados, titulares de grandes e valiosas marcas, signatárias contumazes de contratos de expressivas montas financeiras. A despeito de tais profundas modificações havidas ao longo das décadas, o formato jurídico de constituição desses entes permaneceu o mesmo, em que pese seja nítida a alteração de seu conteúdo.

Nesse ponto, residem dois importantes traços deste estudo. Primeiro, a indagação acerca de uma eventual aptidão ou não do modelo associativo, para se atender a todas as demandas institucionais dos grandes conglomerados desportivos. Segundo, a existência de um eventual interesse público no trato desse tema, que justifique uma atenção estatal específica, haja vista se tratarem de pessoas jurídicas de direito privado.

Quanto ao primeiro item, por se identificar uma desconexão filosófica e conceitual entre o grande e contínuo fluxo financeiro e a figura das associações, acabam estas por não serem aparelhadas com as ferramentas necessárias à garantia da transparência e do controle de tais movimentos de natureza econômica, por não serem estes afetos umbilicalmente à sua essência estrutural.

As associações não visam à produção do lucro, não tem a meta financeira como um valor precípuo a ser conquistado, como consequência natural e obrigatória das atividades por si desempenhadas. Dessa forma, não possuem aquelas as mesmas

ferramentas de controle e transparência[79] financeira que guarnecem as sociedades anônimas, por exemplo, as quais foram concebidas com esse propósito específico, o qual lhes é íntimo e indissociável.

Assim, não existe qualquer falha ou vício no modelo associativo, o qual se mostra absolutamente adequado aos fins por si perseguidos. Na verdade, o que existe em relação às grandes corporações desportivas é que estas, ao longo das décadas, foram submetidas a fortes transformações estruturais e vocacionais. Tais modificações na essência dessas instituições acabou por as aproximarem dos expedientes de natureza financeira,os quais simplesmente inexistiam quando de seus respectivos surgimentos.

Acerca do tema, é lapidar a lição de Pietro Perlingeri[80]:

> O conhecimento jurídico é uma ciência jurídica relativa: precisa-se levar em conta que os conceitos e os instrumentos caracterizam-se pela sua relatividade e por historicidade. É grave erro pensar que, para todas as épocas e para todos os tempos, haverá sempre os mesmos instrumentos jurídicos. É justamente o oposto: cada lugar, em cada época, terá os seus próprios mecanismos.

Dessa forma, como reflexo de um movimento natural, as profundas alterações na essência dessas pessoas jurídicas deveriam implicar modificações robustas em suas estruturas jurídicas. Contudo, no caso desportivo, o formato associativo que acolheu as lúdicas entidades concebidas para promoção e disputa de competições, em busca de troféus e medalhas, é o mesmo que alberga os grandes conglomerados de hoje, os quais visam a premiações e receitas milionárias, em decorrência das disputas desportivas por si protagonizadas.

Nessa esteira, a mescla de gestões amadoras sem dedicação exclusiva à atividade fim da associação; despidas de qualquer remuneração ou contempladas com uma

---

[79]Quanto ao tema, corrobora Luis Ricardo Lorenzetti: "De uma definição descritiva, poderíamos dizer que o dever de informar alude a uma conduta imposta a alguém, a fim de que esclareça a outra pessoa relacionada, ou que pode se relacionar com ele, aspectos que conhece e que diminuem, ou podem diminuir, a capacidade de discernimento, ou de previsão, do outro, se tais dados não de subministram. Poderíamos dizer que se trata do dever jurídico obrigacional, de causa diversa, que corresponde ao possuidor da informação vinculada com uma relação jurídica, ou com coisa envolvida na prestação, ou atinente a atividades suscetíveis de causar danos a terceiros, ou a um dos contratantes [...] e cujo conteúdo é o de pôr em conhecimento da outra parte uma quantidade de elementos suficientes para evitar os danos ou a inferioridade contratual que se possa gerar na outra parte, caso tal informação seja fornecida. [...] admite-se que o fundamento do dever de informar é o princípio geral da boa-fé contratual. De nosso ponto de vista, o fundamento é a liberdade, já que quem não conhece, não tem liberdade. Se um contrato é um ato jurídico, e eles devem ser realizados com discernimento, entendemos que a informação se destina a melhorar o discernimento para a livre decisão". LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do Direito Privado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998, p. 514-515.

[80] PERLINGIERI, Pietro. *Normas constitucionais nas relações privadas*. Revista da Faculdade de Direito da UERJ, n. 6-7, 1998/1999. p. 63-64.

remuneração desconexa com o volume e o peso das obrigações impostas aos gestores, permeadas por uma flexibilidade acentuada quanto às travas de controle gerencial, acabou propiciando o advento de estruturas obscuras, desprovidas de eficiência e produtividade.

Não se trata de uma falha do modelo associativo, mas de uma inaptidão entre tal sistema e a realidade de tais estruturas, as quais apresentam demandas que as associações não conseguem atender, não por uma deficiência em si, mas porque não foram concebidas para tanto.

Feito tal diagnóstico, impõe-se identificar o interesse público existente na regulação do setor, visando à equalização de tais celeumas. As entidades desportivas atualmente se notabilizam pelos variados e vultosos débitos, dentre os quais merecem destaque: os de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal– o que desperta uma clara atenção coletiva quanto à situação financeira dessas e o seu necessário soerguimento.

Assim, não há como se cogitar que as sequelas externas de uma gestão temerária dos interesses das pessoas jurídicas de destinação desportiva, cujos efeitos ultrapassam os seus limites pessoais, não despertem o interesse público[81].[82]

Nesse sentido, aponta Pietro Perlingi que "no ordenamento moderno, o interesse é tutelado se e enquanto for conforme não apenas ao interesse do titular, mas também àquele da coletividade" [83].

A preocupação coletiva quanto às diretrizes empreendidas na condução das pessoas jurídicas foi consagrada de forma explícita na Lei de Sociedades por Ações – Lei 6.404/76. Primeiro, ao contemplar o entendimento de que a administração das companhias deve se dar à luz do interesse público e da função social da empresa[84]:

---

[81] Acerca do tema, grifou Sérgio Botrel que: "Os empregados têm interesse no salário; nas prestações previdenciárias; na higiene; na segurança; e na salubridade do ambiente de trabalho; na promoção profissional; e no desenvolvimento de suas personalidades". BOTREL, Sérgio. *Direito societário constitucional: uma proposta de leitura constitucional do direito societário*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 127.

[82] No que se refere à relevância da atividade tributária, quanto à satisfação da função social da empresa, Luiz Regis Prado informa que: "Essas regras e princípios informam a atividade tributária do Estado e proporcionam o ingresso dos recursos necessários para atender seus gastos, no caso de não serem suficientes os auferidos de sua receita patrimonial, ou seja, aquela oriunda da exploração do patrimônio estatal. A obtenção de receita é feita mediante a instituição de tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais) e tem como escopo primordial satisfazer às necessidades sociais e atender aos encargos públicos do orçamento." PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal Econômico*. São Paulo: RT, 2004, p. 400-401

[83]PERLINGERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: Introdução do Direito Civil-Constitucional*, Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 121.

[84] Quanto ao tema, José Afonso da Silva , apregoa que: "a Constituição declara que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Aí estão explicitados os valores da ordem social. Ter como base o primado do trabalho significa pôr o trabalho acima de qualquer

> "Art. 154 - O administrador deve exercer as atribuições que a lei o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa".

Segundo, ao exigir idênticos compromissos do acionista controlador, quando do exercício dos poderes atinentes ao controle societário[8586].

> Art. 116 - Parágrafo Único: O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objetivo a cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.

Acerca da questão, Luiz Antônio Ramalho Zanoti[87] aponta que:

> Há um recíproco dever de fidelidade entre os sócios e a sociedade. O exercício do direito societário não é tão amplo a ponto de o sócio visar a interesses pessoais, em detrimento dos interesses sociais. Quem decide pela opção de investir seus recursos financeiros ou materiais numa atividade empresarial, na expectativa de que ela lhe proporcione lucros em forma de dividendos, deve ter conta que essa organização tem uma responsabilidade social para com os empregados, consumidores, meio ambiente, fornecedores, comunidade e o Estado, e que esse sócio tem também as mesmas responsabilidades[88].

Idêntico é o entendimento de Ana Frazão de Azevedo Lopes[89], que sustenta que:

---

outro fator econômico, por entender que nele o homem se realiza com dignidade. Ter como objetivo o bem estar e a justiça sociais quer dizer que as relações econômicas e sociais do país, para gerarem o bem estar, hão de propiciar trabalho e condições de vida, material, espiritual e intelectual, adequada ao trabalhador e a sua família, e que a riqueza produzida no país, para gerar a justiça social, há equanimente distribuída. Nesse particular, a ordem social harmoniza-se com a ordem econômica. SILVA, José Afonso da. *Comentário Contextual à Constituição*. São Paulo: Malheiros. 2006, 2ª edição. p. 758.

[85] No que tange ao teor de tal dispositivo legal, Nelson Eizirik, assevera que "o exercício do poder de controle não pode implicar benefício unilateral e exclusivo ao acionista controlador, mas deve levar em consideração os interesses da companhia e da coletividade de seus acionistas."EIZIRIK, Nelson 2011.. *A Lei das S/A Comentada*, v. I. São Paulo: Quartier Latin, 2011. , p.679

[86]Na mesma linha, Eduardo Salomão Netto defende que "deve o controlador abster-se de qualquer atividade prejudicial à comunidade a que lhe aconselhasse o interesse da empresa. Entre tais atividades, estariam por exemplo o 'lobby' junto com os congressistas para aprovação de leis trabalhistas ou relativas ao meio ambiente que, embora benéficas para a sociedade, prejudicassem a comunidade em geral. NETTO, Eduardo Salomão, O "trust" e o direito brasileiro.São Paulo: LTr, 1996, p.158.

[87]ZANOTI, Luiz Antônio Ramalho Zanoti. Empresa na ordem econômica: princípios e função social. Curitiba: Juruá, 2009, p. 181.

[89] LOPES, Ana Frazão de Azevedo Lopes. Empresa e Propriedade – função social e abuso de poder econômico. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 295.

> A própria Constituição já determina alguns dos princípios concretos que poderão nortear a função social da empresa, tais como a defesa do consumidor (art. 170, V), a proteção do meio ambiente (art. 170, VI), a redução das desigualdades regionais e sociais (art. 170, VII) e a busca do pleno emprego (art. 170,VIII). Mas o debate sobre a função social não se esgota aí, exigindo uma análise mais abrangente da atividade econômica enquanto instrumento de realização de uma ordem justa e solidária. Não se pode esquecer que a função social da empresa tem como desdobramento a necessidade de que a riqueza e os benefícios gerados pela empresa não sejam apropriados apenas por ela, mas sejam repartidos, de maneira satisfatória, com a sociedade como um todo, incluindo aí empregados, consumidores e os cidadãos em geral.

No âmbito jurisprudencial, da mesma forma, também se consagrou o entendimento quanto à subsistência de interesse social nos reflexos externos dos destinos e da sorte das pessoas jurídicas. Nessa perspectiva, o Superior Tribunal de Justiça definiu que na aplicação da Lei de Recuperação Empresarial dever-se-á privilegiar e proteger: "a manutenção do ente no sistema de produção e circulação de bens e serviços, o resguardo do direito dos credores e a preservação das relações de trabalho envolvidas, direta ou indiretamente, na atividade" [90].

Na mesma linha, nos autos dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 248143-PR, onde se debateu a rigidez formal quanto à satisfação dos pressupostos de validade do protesto especial para fins de falência, entendeu-se que os princípios da preservação e da função social da empresa[91]precipitam uma melhor equalização dos interesses de credores e da empresa devedora; evitando-se, portanto, que as consequências deletérias advindas da sua extinção, que prejudicam não só a empresa

[90]STJ, 3ª Turma, REsp 1.630.702/RJ, Relatora: Ministra Nancy Andrighi**,** por unanimidade, julgado em 2/2/2017, DJe 10/2/2017. Informativo 598, 29/3/2017. No mesmo sentido, evidenciando a mansidão de tal entendimento, cumpre citar os seguintes Arestos, todos emanados do Superior Tribunal de Justiça: 2ª Seção, AgRgCC 129079/SP, Relator: Minist**ro** Antonio Carlos Ferreira, julgado em 11/3/2015, DJe 19/3/2015; 2ª Turma, AgRgREsp 1462032/PR, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 5/2/2015, DJe 12/2/2015; 4ª Turma, REsp 1173735/RN, Relator: Ministro Luís Felipe Salomão**,** julgado em 22/4/2014, DJe 9/5/2014; 2ª Seção, CC 111645/SP, Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino**,** julgado em 22/9/2010, DJe 8/10/2010;; 1ª Turma, REsp 844279/SC, Relator: Ministro Luiz Fux**,** julgado em 5/2/2009, DJe 19/2/2009; 1ª Seção, CC 79170/SP, Relator: Ministro Castro Meira, julgado em 10/9/2008, DJe 19/9/2008.

[91]Rubens Requião, define empresa como: "A produção de bens e serviços para o mercado não é consequência de atividade acidental ou improvisada, mas sim de atividade organizada e profissional, que se explica através de organismos econômicos permanentes nela predispostos. Estes organismos, que se concretizam na organização dos fatores de produção e se propõem a satisfazer as necessidades alheias e, mais precisamente, as exigências do mercado geral, tomam na terminologia econômica o nome de empresa". REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 25 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2003. V. 1, p. 75.

como também os seus credores em geral, dentre os quais se encontram os seus empregados, fornecedores, consumidores e o próprio Estado.[92]

Assim, pelos mais diversos prismas em que se efetive a análise, subsiste clara convergência quanto à necessidade das pessoas jurídicas se libertarem de uma perspectiva eminentemente egoística e atenderem à sua função social, correspondendo às legítimas expectativas públicas em si lançadas. Quanto ao tema, Gustavo Tepedino pontua que:

> A despeito, portanto, da disputa em torno do significado e da extensão da noção de função social, poder-se-ia assinalar, como patamar de relativo consenso, a capacidade do elemento funcional em alterar a estrutura do domínio, inserindo-se em seu profilo interno e atuando como critério de valoração do exercício do direito, o qual deverá ser direcionado para um *massimosociale*.[93]

A necessidade de atendimento e atenção aos interesses sociais depositados no exercício das atividades das pessoas jurídicas também foi objeto da reflexão de Fábio Konder Comparato, para quem:

> Função, em direito, é um poder de agir sobre a esfera jurídica alheia, no interesse de outrem, jamais em proveito do próprio titular. Algumas vezes, interessados no exercício da função são pessoas indeterminadas e, portanto, não legitimadas a exercer pretensões pessoais e exclusivas contra o titular do poder. É nessas hipóteses, precisamente, que se deve falar em função social ou coletiva. [...] em se tratando de bens de produção, o poder-dever do proprietário de dar à coisa uma destinação compatível com o interesse da coletividade transmuda-se, quando tais bens são incorporados a uma exploração empresarial, em poder-dever do titular do controle de dirigir a empresa para a realização dos interesses coletivos.[94]

No caso especifico das entidades de destinação desportiva de alto rendimento, a contumaz e histórica predisposição às inadimplências trabalhista, previdenciária e

---

[92] A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho consagra entendimento similar: TST - Embargos em Recurso de Revista n. 21779/951.3. Relator Ministro Leonaldo Silva – "Não se pode no dias atuais acolher a ideia de que o papel social dos empresários se restrinja apenas à obtenção dos lucros para suas empresas. Ao contrário, a atividade empresarial é indispensável na busca da justiça social, na distribuição de riquezas, no bem-estar das comunidades, pois gera empregos, produz as mais variadas gamas de produtos e alimenta os cofres públicos com seus impostos. O dirigente de uma entidade privada, dessa forma, não pode ter em mente apenas o seu objetivo pessoal, mas uma maior percepção da realidade e se preparar para cumprir a sua função dentro da sociedade."

[93] . TEPEDINO, Gustavo. Contornos constitucionais da propriedade privada. In *Temas de Direito Civil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, pp. 281-282.

[94] COMPARATO, Fábio Konder. *Função Social da Propriedade dos Bens de Produção*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, n. 63, pp. 71-79, 1986, p.75.

fiscal as afasta sobremaneira do atendimento às suas respectivas funções sociais, demandando uma efetiva intervenção estatal, com o fito de corrigir as falhas e os vícios que essas, de per si, não se mostraram aptas a desconstituir. Somente através de uma verdadeira correção de rumos, esse setor que gera tantos empregos, diretos e indiretos e que produz fatos geradores de tantos tributos, colocar-se-á na linha de atendimento aos anseios sociais sobre si depositados.

## 2. A OPÇÃO INICIAL PELO MODELO ASSOCIATIVO: UMA REALIDADE HISTÓRICA.

Como foi exposto no capítulo antecedente, um dos mais firmes pilares da autonomia constitucional conferida às pessoas jurídicas que atuam no setor desportivo é a garantia da autonomia quanto aos seus atos de constituição, organização e funcionamento.

No que se refere especificamente à forma de constituição, o art. 44 do Diploma Civilista[95] em vigor provê às pessoas jurídicas de direito privado a opção de sua concepção se dar sob o formato de associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada[96]:

> Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:
> I - as associações;
> II - as sociedades;
> III - as fundações.
> IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)
> V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)
> VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Em termos constitutivos, a expressiva maioria das pessoas jurídicas que se dedicam à prática esportiva profissional, tanto organizando, quanto disputando competições, optaram no passado e continuam a optar nos dias atuais pelo seu enquadramento sob o formato de associação[97].

---

[95] BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 28 de Nov. de 2019.

[96] Assim assevera Gustavo Saad Diniz:"Enquanto nas associações e sociedades é a vontade (interna) de seus membros que governa, com poderes até para lhes alterar, observadas certas condições previstas em seu ato constitutivo, nas fundações, a vontade (externa) do instituidor impera soberana, de tal sorte que (excetuadas as hipóteses de ordem pública ou interesse público nos quais se admite a substituição do fim irrealizável, ou que haja falhado) não se permite qualquer mudança do fim pelo fundador imposto, nem qualquer destinação nova e diversa da inicial que vinculou o patrimônio". DINIZ, Gustavo Saad. *Direito das Fundações Privadas*. Porto Alegre: Síntese, 2003. P. 154.

[97] Segundo Maria Helena Diniz:"tem-se associação quando não há fim lucrativo ou intenção de distribuir o resultado, embora o patrimônio formado por contribuições de seus membros para a obtenção de fins culturais, educacionais, esportivos, religiosos, recreativos, morais, etc. A associação não se desnaturaliza mesmo que realize negócios para manter ou aumentar o seu patrimônio, contudo, não pode proporcionar ganhos aos associados, por exemplo, associação esportiva que vende aos seus membros uniformes, alimentos, bolas, raquetes, etc., embora isso traga, como consequência, lucro para a entidade" DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria geral do direito civil*. 25. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 222.

Segundo Sílvio de Salvo Venosa[98], o desenvolvimento em maior escala do modelo associativo ocorreu a partir do momento em que os homens, enquanto elementos de um determinado grupamento social, passaram a perceber "a necessidade de conjugar esforços, de unir-se a outros homens, para realizar determinados empreendimentos, conseguindo, por meio dessa união, uma polarização de atividades em torno de um grupo reunido".

Assim, através do diagnóstico de que a reunião de esforços conjuntos elevaria a possibilidade de êxito quanto ao atendimento dos mais diversos propósitos sociais, os indivíduos passaram a se associar, visando à satisfação de finalidades que gerassem frutos em favor dos próprios membros da associação ou mesmo da coletividade, como bem pontua Caio Mario da Silva Pereira[99]:

> [...] entidades que se originam do poder criador da vontade individual, em conformidade com o direito positivo, e se propõe realizar objetivos de natureza particular para benefício dos próprios instituidores, ou projetadas no interesse de uma parcela determinada ou indeterminada da coletividade.

Nesse mesmo sentido, caminha o entendimento de Álvaro Villaça Azevedo e Gustavo Rene Nicolau[100]:

> A associação objetiva o melhor interesse do seu próprio associado e o ingresso pode ser limitado a pessoas com características em comum, desde portadores de determinada doença até categorias profissionais ou crenças religiosas. São saudáveis exemplos dessa espécie de pessoa jurídica de direito privado a Associação dos Advogados de São Paulo e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo, que desenvolvem projetos e recursos para os seus próprios associados. Clubes e associações desportivas também se inserem no conceito de associação.

Dessa forma, no bojo de um determinado tecido social, determinados grupos de indivíduos passaram a se reunir, juntando entre si esforços, ideias e recursos, através de associações, com o fito de perseguirem, em conjunto, propósitos que lhes fossem comuns.

O traço característico básico das associações é a ausência de qualquer propósito financeiro, tanto no que se refere à sua constituição, quanto à sua funcionalidade. Assim, sejam quais fossem os fundamentos que dessem a essas origens,

---

[98]VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Parte Geral.* 3º ed. São Paulo: Atlas, 2003,p. 249.

[99] PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Instituições de Direito Civil*, vol. I, 12ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1991, p. 215.

[100]AZEVEDO, Álvaro Villaça e NICOLAU, Gustavo Rene. *Código Civil Comentado: das pessoas e dos bens: artigos 1 a 103*. São Paulo: Atlas, 2007. v. I, p. 141.

o certo é que, em nenhuma medida, deve essa reunião de pessoas munidas de um objetivo único e harmônico se destinar à perseguição de desideratos financeiros.

Desse modo, mostra-se claro o teor do Art. 53 do Código Civil[101], o qual consagra como principal elemento característico das associações, a sua ausência de interesse na persecução econômica[102]: "Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.[103]"

Segundo Caio Mário da Silva Pereira[104], de fato, a ausência de interesse econômico, como produto final de sua existência, materializa-se no grande traço característico deste formato específico de constituição de pessoas jurídicas:

> [...] aquela que se propõe realizar atividades não destinadas a proporcionar interesse econômico aos associados. [...] Com este critério, classificam-se ainda na categoria de associações ideais aquelas que realizam negócios visando ao alargamento patrimonial da pessoa jurídica, sem proporcionar ganhos aos associados. Assim é que não perdem esse caráter as associações recreativas que mantém um serviço de venda de refeições aos associados, ou cooperativas que fornecem aos seus viveres e utilidades, muito embora instituam margem de lucro a benefício da própria entidade.

---

[101] BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 28 de Nov. de 2019.

[102]Em que pese utilizar-se a expressão "fins não econômicos" na redação do artigo, 53, do Código Civil, subsiste determinado nível de crítica quanto à tecnicidade de tal termo. Isso porque o correto seria atrelar-se as associações à expressão "sem fins lucrativos", na medida em que tais entidades não destinam os eventuais resultados positivos à distribuição de seus associados, mas sim ao reinvestimento dos valores apurados em suas próprias atividades. Quanto a tal questão, insta salientar que, no ano de 2002, o Deputado Federal RICARDO FIÚZA, sugeriu a alteração da redação da parte final do art. 53, do Código Civil: "Atendendo a sugestão do GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas─ estamos propondo a modificação da parte final desse dispositivo, substituindo a expressão "fins não econômicos" por "finalidade não lucrativa". Com isso, seria reconhecido de forma expressa às associações a geração de receita, desde que o resultado da operação não fosse distribuído aos seus membros, mas sim aplicado integralmente na consecução de seus objetivos. A redação atual, ao referir-se a "fins não econômicos" é imprópria, pois toda e qualquer associação pode exercer ou participar de atividades econômicas. O que deve ser vedado é que essas atividades tenham finalidade lucrativa". Todavia, a pretensão do Deputado não foi acolhida, mantendo-se a atual redação. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/89651.htm>. Acesso em: 28 de Nov. de 2019.

[103] Acerca do tema, Clóvis Bevilaqua, magistral que: "Na acepção genérica de sociedade civil, compreendem-se várias modalidades de entes coletivos. Uns têm fins econômicos, e são sociedades civis em sentido restrito. Outros prosseguem fins ideais ou não econômicos: são as religiosas, pias, morais, científicas, literárias e de utilidade pública. As sociedades de fins não econômicos se costumam denominar associações; mas o Código não distingue entre sociedade e associação, como se vê deste artigo. É verdade que reservou o vocábulo associação para as agremiações de utilidade pública, e que designou a seção III deste capítulo – das sociedades e associações civis, mas, desde que se não forneceu na lei, elemento para uma distinção dessa natureza, e desde que se torne em consideração que os estabelecimentos pios e as sociedades, que o Código denominou morais, são de utilidade pública, reconhecer-se-á que não houve intuito de criar duas classes de pessoas jurídicas: a sociedade civis, *lato sensu*, e as associações. O que se deve induzir da linguagem do Código é que é lícito, mas não obrigatório, denominar associações as sociedades de fins não econômicos". BEVILAQUA, Clovis, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado por Clovis Bevilaqua, vol. I*, 12ª ed., Rio de Janeiro, Paulo Azevedo, 1959, p. 176.

[104] PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Instituições de Direito Civil, vol. I*, 12ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1991, p. 230.

Na mesma linha, José dos Santos Carvalho Filho[105]também frisa que a ausência de um propósito econômico finalístico seria, em essência, o grande traço característico das associações:

> [...] em pura doutrina, há distinção entre sociedades e associações. As sociedades seriam as pessoas jurídicas compostas de número mais reduzido de pessoas e alvejariam fim econômico. As associações, ao contrário, se constituiriam de maior número de pessoas e teriam em mira fins de caráter não econômico ou ideais, como os fins morais, literários, pios e artísticos, dentre outros da mesma natureza.

Assim, pode-se afirmar que o grande marco individualizador das associações, o qual as distingue das sociedades[106] é o fato de que aquelas surgem da reunião de indivíduos que objetivam alcançar uma finalidade comum, a qual há de ser, necessariamente, não lucrativa.

Acerca da questão, impõe-se a ressalva explícita de que a simples ausência de finalidade lucrativa não significa, obrigatória e diretamente, ausência de resultado econômico. Assim, não está vedado às associações o exercício de atividades que viabilizam a lucratividade financeira, ou seja, não se admite que promovam o desenvolvimento de atividades que lhes propiciem o acesso a proveito econômico final. Em verdade, o que está proibido, no âmbito das associações, é a perseguição do chamado lucro subjetivo, aquele que viabiliza a distribuição dos resultados aos associados[107].

Nesse sentido, importante trazer à baila os ensinamentos de Maria Helena Diniz[108], a qual assevera que:

---

[105] CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Ação Civil Pública:* Comentários Artigo por Artigo, Lei 7.347, de 24.07.85. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1999, p.120.

[106]Quanto a tal distinção, esclarece Francisco Amaral: "A não lucratividade, ou não economicidade desses fins constituem a nota distintiva das associações relativamente às sociedades". AMARAL, Francisco. *Direito Civil – Introdução.* 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 328. Nesta mesma linha, ressalta o doutrinador Caio Mário que, "as associações, em geral, congregariam grande número de pessoas (visando a um fim econômico; suas atividades não teriam interesse econômico), enquanto as sociedades seriam compostas de um reduzido número de membros (visando a um fim econômico, oferecendo vantagens pecuniárias aos sócios". PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil.* V. 1. 8. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996, p. 370.

[107]De acordo com Francesco Galgano, mostra-se manifestamente possível, que as que as associações exerçam alguma atividade econômica, desde que esta seja meio para o alcance de seus fins estatutários. Outrossim, também destaca que esta participação em uma sociedade pode ser o meio pelo qual a associação busca atingir os seus fins. GALGANO, Francesco. *Diritto civile e commerciale.* 2. Ed. Milão: CEDAM, 1993, p. 201.

[108] DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*, v.1: teoria geral do direito civil. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 240.

> [...] tem-se a *associação* quando não há fim lucrativo ou intenção de dividir o resultado, embora tenha patrimônio, formado por contribuição de seus membros para a obtenção de fins culturais, educacionais, esportivos, religiosos, recreativos, morais etc. Não perde a categoria de associação mesmo que realize negócios para manter ou aumentar o patrimônio, sem, contudo, proporcionar ganhos aos associados, p.ex., associação esportiva que vende aos seus membros uniformes, alimentos, bolas, raquetes etc., embora isso traga, como consequência, lucro para a entidade.

Assim, há quese frisar que nenhum óbice existe ao desenvolvimento de atividades econômicas organizadas por parte de associações, desde que o resultado final de tais atividades não se materialize em distribuição dos dividendos apurados aos seus membros, o que é peremptoriamente vedado, nesse âmbito jurídico[109].

Como bem observa Vincenzo Buonocore, "*o método econômico não se contrapõe ao método lucrativo e a produção do lucro não se confunde com a destinação do lucro*"[110].

Nesse sentido, a afirmativa de que as associações encontram-se despidas de finalidades econômicas não significa, de modo algum, que não estejam aptas a desenvolver atividades econômicas diretamente[111]. Contudo, o que lhes é vedado, uma vez produzindo frutos financeiros, em decorrência de seu êxito e de seu sucesso operacional, é promoverem a partilha desse resultado a seus respectivos associados.

---

[109]Em outras palavras, nada impede que as associações busquem desenvolver atividades rentáveis, com o desenvolvimento de atividades econômicas: "Muito pelo contrário. Há uma explícita tendência, sobretudo na legislação extravagante, de privilegiar as organizações associativas com potencial de autossustentação", observado o fato de que o resultado lucrativo não pode ser repartido entre os associados. A economicidade das atividades desenvolvidas por alguma entidade não se confunde com a lucratividade que esta atividade possa gerar. A economicidade seria caracterizada pela atividade voltada à geração de riquezas, conjuntamente com a satisfação de interesses econômicos, podendo haver aferição pecuniária destas duas. LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Associação Sem Fins Econômicos*. São Paulo: Editora TR, 2014, p. 207 – 208. No mesmo sentido, caminha o entendimento de Francisco Amaral, acerca do fato das associações poderem exercer atividade econômica, mas não efetuar a repartição de lucros: "não impede que as associações tenham atividades econômicas, com a produção de bens ou serviços, o que se proíbe é o objetivo comum de distribuição de lucros entre os associados". AMARAL, Francisco. *Direito Civil* – Introdução. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 328.

[110]BUONOCORE, Vincenzo. *L'impresa*. Torino :Giappichelli, 2002, p.88-89.

[111]Assim leciona Paulo Nader: "embora a associação não tenha objetivo econômico, pode desenvolver alguma atividade lucrativa para reinvestir os resultados financeiros na própria instituição. Assim, um clube esportivo pode manter, internamente, restaurante ou bar, departamentos de cultura física, escolinhas, cujos lucros e taxas não são repartidos entre os associados, mas se incluem no patrimônio da entidade. Tais fontes de renda revelam essenciais à sobrevivência e aprimoramento da corporação, seja para o pagamento de funcionários, reposições, pagamentos de aluguéis e tudo mais que essencial for ao seu pleno desenvolvimento". NADER, Paulo. *Curso de direito civil*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense-GEN, 2011, vol. 1, p. 240.

Reside nesse ponto, de forma clara e precisa, a grande diferença estruturante havida entre as associações e as sociedades, como bem se extrai do teor do art. 981[112], do Código Civil Brasileiro, o qual consagra expressamente a possibilidade de partilha de resultados, como atributo intrínseco e típico das sociedades, o que se mostra impossível, em termos de associações: "Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados."

Subscrevendo tal entendimento, Washington de Barros[113]sustenta que: "[...] nas primeiras (sociedades civis), há o fito de lucro, enquanto, nas segundas (associações), inexiste finalidade lucrativa. O objetivo das associações é puramente cultural, beneficente, altruísta, religioso, esportivo ou moral."

Assim, do ponto de vista conceitual, distinguem-se as associações das sociedades, pela admissibilidade da distribuição de resultados financeiros positivos, entre os seus respectivos membros, no caso destas e não daquelas.

Tal elemento distintivo acaba viabilizando uma substancial distinção, em termos estruturais, entre tais espécies de pessoas jurídicas.

Em decorrência da natureza lucrativa das sociedades, especialmente, no caso das sociedades anônimas[114], possuem estas travas de controle e de responsabilização dos seus administradores, as quais simplesmente inexistem no campo das associações. Tal distinção quanto ao formato estrutural dessas entidades privadas se deve,

---

[112] BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 28 de Nov. de 2019.

[113] MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 1991. 30ª ed., v. I, p. 111.

[114]Acerca do tema, Fabio Konder Comparato sustenta que: "Constitui objeto da sociedade anônima, diz o art. 2º, "qualquer empresa de fim lucrativo". A norma apresenta duas grandes linhas de eficácia. Em primeiro lugar, proíbe a constituição de sociedade anônima para gerir organizações que não tenham por mira produzir e distribuir lucros entre os seus membros, ao contrário do que pode suceder, por exemplo, nos direitos inglês, norte-americano ou alemão ocidental. Em segundo lugar, institui esse objetivo de lucro como parâmetro aferidor da responsabilidade dos administradores e do acionista controlador, perante os demais acionistas e titulares do direito de participação em resultados. A lei veda, aliás, compreensivelmente, aos administradores 'praticar ato de liberalidade à custa da companhia' (art. 154, § 1º, 'a'). O lucro constitui, pois, o fim ou objetivo legal da sociedade, estreitamente ligado ao seu objeto, que é a atividade empresarial definida estatutariamente". COMPARATO, Fábio Konder. *A reforma da empresa*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, nº 50, p. 57-74, abr./jun. 1983. – Nesse mesmo sentido, convém colacionar o entendimento do mestre Alfredo Lamy Filho: "Com efeito, toda S.A., por definição legal, é comercial, isto é, tem por objeto o lucro em sua atividade. Não há sociedade anônima beneficente, nem voltada para ações sociais de interesse público. [...] Os acionistas, na maioria ou minoria, são todos atraídos pela perspectiva de lucro – e cientes de que se submetem à álea do empreendimento". LAMY FILHO, Alfredo. *Temas de S.A.*. São Paulo: Renovar, 2007. p. 128.

exatamente, pela existência de um objetivo financeiro precípuo nas sociedades, o que não ocorre nas associações. Nestas últimas, o interesse monetário está, obrigatoriamente, subjugado a outro, o qual se apresenta como fundamento maior, o qual motivou a constituição e o funcionamento daquela pessoa jurídica de natureza não econômica.

Feita a apresentação conceitual de sociedades e associações, passa-se ao exame dos elementos históricos que justificaram, a opção pelo modelo associativo, por parte das maiores e mais destacadas pessoas jurídicas brasileiras de desporto profissional.

Trata-se de um traço marcante desse setor a origem histórica da grande maioria das pessoas jurídicas atuantes no desporto pátrio. Isso porque a grande maioria dos entes que, atualmente, possuem elevados destaques financeiro e desportivo foi constituída com o fito de se implementar a promoção da competição amadora, sem qualquer conotação financeira, como resultado da atividade desportiva.

A título exemplificativo, pode-se citar o fato de que a fundação de 3(três) dos 4(quatro) grandes clubes de futebol do Rio de Janeiro deu-se em data anterior à própria entrada em vigor do Código Civil de 1916, sendo inequívoca a feição não financeira desses, por ora de suas respectivas constituições. O Grupo de Regatas do Flamengo, denominação original do atual Clube de Regatas do Flamengo, foi fundado em 15 de novembro de 1895[115], em decorrência da reunião de seis jovens atletas, que buscaram a constituição de uma agremiação esportiva, que lhes permitisse a disputa, em conjunto, de competições de remo, no Rio de Janeiro.

O Clube de Regatas Vasco da Gama, por sua vez, foi fundado em 21 de agosto de 1898[116], por um grupo de 62(sessenta e dois) membros, brasileiros e portugueses, também com o objetivo de permitir-lhes a prática esportiva do remo[117].

Alguns anos mais tarde, mais precisamente no dia 21 de julho de 1902, Oscar Cox, jovem filho do vice-cônsul da Inglaterra no Equador, visando a disseminar no país a disputa do futebol, promoveu a fundação do Fluminense Football Club.[118]

---

[115] CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. *Fundação do grupo de Regatas do Flamengo*. Disponível em: <https://www.flamengo.com.br/nossaorigem>. Acesso em: 20 de ago. de 2019.

[116] Disponível em: <https://www.vasco.com.br/site/conteudo/subcategoria/1>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

[117] CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA. *Fundação do Clube*. Disponível em: http://www.vasco.com.br/site/conteudo/detalhe/1/1898-fundacao-do-clube. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

[118] FLUMINENSE FOOTBALL CLUB. *A história*. Disponível em: <http://www.fluminense.com.br/sobre/a-historia>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

A despeito de ter sido concebido alguns anos mais tarde, especificamente, em 8 de dezembro de 1942, o Botafogo de Futebol e Regatas restou estruturado com o mesmo espírito de entretenimento e de competição, lúdica e amadora, que alicerçaram a constituição dos seus atuais concorrentes locais. Tal ente é fruto da fusão das agremiações Club de Regatas Botafogo e Botafogo Football Club, as quais se destinavam precipuamente às modalidades que integravam os seus respectivos nomes de origem[119].

Como traço comum de suas respectivas constituições, essas instituições possuíam o objetivo não lucrativo de suas atividades. Surgiram do esforço de determinados grupos sociais, que se uniram, em esforço comum, com o fito de desenvolverem, em conjunto, atividades esportivas visando à promoção do lazer, do entretenimento, da prática esportiva propriamente dita, sem qualquer conotação financeira. Era o esporte, em sua feição mais pura e romântica, como um fim em si mesmo.

Nessa esteira, mostrou-se tecnicamente adequada a opção de tal modelo associativo, por ora da fundação de tais agremiações, haja vista o seu distanciamento pleno dos objetivos econômicos. Naquele momento, a prática esportiva era desenvolvida de forma eminentemente amadora, pautando-se as competições na busca pelo mérito esportivo, como um fim em si mesmo, inexistindo qualquer espécie de retribuição financeira em decorrência das performances obtidas.

Nesse momento histórico, o foco de atuação institucional se limita, exclusivamente, à produção de resultados desportivos. O alvo da cobiça é a conquista de medalhas e troféus representativos do triunfo desportivo. A satisfação financeira, seja como objetivo imediato ou mesmo mediato, não integrava o espectro de atuação de tais entes, por ora de suas respectivas constituições.

Contudo, definitivamente, essa não é a realidade atual dessas instituições, que acabaram por se transformar em grandes marcas mundiais, as quais são partícipes costumeiras de competições milionárias e signatárias constantes de contratos por meio dos quais se promove a consagração de interesses de elevadas montas. Assim, nos dias atuais, o foco financeiro como consequência do mérito desportivo ascendeu ao radar de tais entidades.

---

[119] BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS. *História*. Disponível em: <https://www.botafogo.com.br/historia.php?cat=oclube>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

## 2.1 A realidade atual das pessoas jurídicas desportivas e a busca pela performance financeira como objetivo maior

Não há como se negar que o cenário das grandes associações desportivas não é o mesmo de outrora[120]. O triunfo desportivo passou a não ser o único propósito de tais entes privados. Isso porque, como será melhor exposto a seguir, o formato atual das competições profissionais acabou por promover uma indexação direta entre a performance esportiva e a performance financeira, de forma que quanto maior o triunfo competitivo, maior será o retorno monetário da empreitada.

Esse é o novo ambiente em que tais pessoas jurídicas se encontram estabelecidas, o que suscita a controvérsia acerca da adequação do modelo associativo, frente à nova feição econômica adotada por tais entes desportivos.

A título exemplificativo, cumpre mencionar que a CBF –Confederação Brasileira de Futebol –, na qualidade de organizadora da Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol, em 2019, promoveu a distribuição, só em termos de premiação, pela classificação final, da impressionante monta de R$ 330.000.000,00(trezentos e trinta milhões de reais), cabendo ao campeão geral a bagatela de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), sendo o saldo partilhado entre os demais competidores, segundo a sua posição final na tabela de classificação.

Na mesma toada, a Copa do Brasil, certame também promovido pela CBF, promoveu, em 2019, a distribuição de R$219.000.000,00(duzentos e dezenove milhões de reais), em prêmios, sendo R$ 52.000.000,00(cinquenta e dois milhões de reais) a quantia destinada ao campeão da disputa[121].

Objetivando dar a tônica do cenário financeiro que domina a realidade contratual dos mais renomados clubes de futebol brasileiros, cumpre mencionar o

---

[120] Marcelo Proni tenta elencar uma listagem de pressupostos que, a seu sentir, devem ser perseguidos, de forma a se evitar a mercantilização da atividade desportiva profissional: [...] a forma de resguardar "espírito esportivo" e impedir que o futebol se transformasse numa atividade estritamente comercial foi (a) estabelecendo normas rígidas apara os clubes, (b) dificultando que eventuais lucros pudessem ser apropriados pelos acionistas, (c) contendo pressões salariais e elevações de custos, e (d) cuidando para que a concorrência entre equipes se restringisse ao âmbito esportivo. PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do futebol*. Instituto de Economia, Campinas, 2000, p. 29.

[121] SUPER ESPORTES. *Futebol Nacional*. Disponível em: <https://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/futebol/futebol-nacional/2019/01/17/noticia_futebol_nacional,561836/cbf-aumenta-premio-da-copa-do-brasil-conheca-os-valores.shtml>. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

patamar econômico de suas contratações, no que se refere a patrocínios. Nesse quesito, as principais marcas nacionais impressionam quanto ao volume financeiro de suas contratações. O Clube de Regatas do Flamengo, em seu orçamento para o exercício de 2019, previu a captação da verba de R$ 108.000.000,00(cento e oito milhões de reais) com a linha patrocínios, "royalties" e publicidade, como parte de um orçamento total de R$ 750.000.000,00(setecentos e cinquenta milhões de reais)[122].

O Esporte Clube Corinthians Paulista, outra das mais famosas e difundidas pessoas jurídicas de destinação esportiva do país, também fundada e mantida até a presente data, sob a forma de associação civil, teve aprovada por seu Conselho Deliberativo a sua previsão orçamentária para o exercício de 2019. Tal texto estimativo previu em R$ 62.000.000,00(sessenta e dois milhões de reais) a arrecadação com cotas de patrocínio e em R$ 240.000.000,00(duzentos e quarenta milhões) a verba a ser obtida com a cessão dos direitos de transmissão televisiva das partidas de sua equipe profissional masculina de futebol.

O exame de tais impressionantes números torna evidente a desconexão plena havida entre a realidade vigente à época da constituição de tais entes, sob o formato de associação civil e a realidade por esses vivenciada, nos dias atuais[123].

Acerca do atual caráter econômico das entidades desportivas, cumpre ressaltar o posicionamento de Álvaro Melo Filho[124]:

> Com efeito, é inegável a "economización del deporte" ou "sportbusiness" gerando fluxos monetários nos mais variados âmbitos: artigos desportivos (chuteiras, vestuário, bolas, etc.), espetáculo desportivo (cobrança de ingressos para assistir às competições), retransmissões desportivas (direito de retransmissão por TV aberta, canais fechados ou pelo sistema "pay per view"), mercado de trabalho desportivo (atletas, técnicos, preparadores físicos, árbitros, etc.), publicidade e patrocínio (nas arenas, praças e estádios desportivos), imprensa desportiva (comentaristas, locutores, repórteres, crônica especializada, etc.), infra-estrutura e equipamentos desportivos, medicina desportiva (médicos, psicólogos, fisioterapeutas, massagistas, etc.) e seguros formalizados para cobrir os riscos da prática desportiva e dos

[122]Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/em-orcamento-de-r-750-milhoes->. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

[123]Vislumbrando uma nítida feição comercial nas entidades desportivas nacionais, Sebastião José Roque afirma que: "Se examinarmos a vida dessas associações, mormente dos clubes de futebol profissional, notaremos que são eles sociedades esportivas. Bastaria examinar a intensa mobilização financeira, a preocupação com o lucro, enfrentando os riscos da atividade econômica, a natureza jurídica das atividades exercidas, e outros fatores, para se verificar que estamos frente a uma autêntica empresa. E se não for considerado como empresa, aplicando em sua administração os princípios científicos da economia e da administração de empresas, essa entidade de prática desportiva não conseguirá sobreviver". ROQUE, Sebastião José. *Direito societário.* ed. São Paulo: Ícone, 1.997, p. 339.

[124] MELO FILHO, Álvaro. *Futebol profissional: utopias e realidades da nova legislação*. Revista Brasileira de Direito Desportivo, v. 4, 2004, p. 93.

> espectadores, são apenas alguns exemplos.

Nesse mesmo sentido, caminha o posicionamento de Ronaldo Helal[125], quanto à necessária profissionalização e modernização das instituições desportivas, vejamos:

> Temos aqui uma estrutura dominada pela relação paradoxal entre jogadores profissionais e dirigentes amadores. O dilema brasileiro torna-se evidente aqui, não somente na relação entre o jogador profissional (moderno) e o dirigente amador (tradicional), mas também no próprio âmbito do universo da classe dirigente permeado, por um lado, pela política de compensações e troca de favores, e, por outra, pela demanda de profissionalização administrativa, mentalidade empresarial e relações impessoais. [...]"Moderno" significa, aqui, a exigência de um alto grau de profissionalização e comercialização, que objetiva lucrar com o espetáculo futebolístico. 'Tradicional' significa uma administração baseada mais na paixão, no relacionamento pessoal, troca de favores e na proibição da profissionalização.

Quanto ao tema, há que se frisar que, em nenhum momento, como restou anteriormente exposto, está-se a difundir a ideia de que as associações não podem promover o exercício de atividades de natureza econômica. Como se ressaltou, trata-se de uma faculdade que lhes assiste e contra a qual não há que se fazer qualquer ressalva.

Na verdade, o que se está a sustentar é que a realidade e o foco financeiro e contratual das pessoas jurídicas de natureza desportiva – sejam essas clubes, federações e confederações – não permite mais afirmar, de forma segura e clara como outrora, que tais entidades possuem como seu objetivo precípuo a prática desportiva, como um fim único e exclusivo[126]. O simples exame das cifras financeiras, dos riscos assumidos, seja em termos de contratações de atletas,[127] seja em termos de investimentos em infraestrutura, visando à obtenção de performances cada vez mais destacadas, permite concluir que, decisivamente, tais pessoas jurídicas destinam-se positivamente à produção de resultados financeiros finais e, como tais, devem ser juridicamente tratadas e reguladas. Identificada uma propensão financeira, no exercício social de tais

---

[125] HELAL, Ronaldo. *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 20 e 33.

[126]Acerca do tema, Antônio Carlos de Azambuja pontua que: "a notável atração pública por esse esporte, desenvolvida a partir do profissionalismo, quando não despertada por ele, e a renovação dos conceitos desportivos advindos da nova ordem, com sua explícita reversão dos ideais helênicos, redundou na caducidade dos sistemas de gerenciamento financeiro da atividade, até então utilizados pelas associações desportiva". AZAMBUJA, Antônio Carlos de. *Clube-Empresa: preconceitos, conceitos e preceitos (o 1001º gol).* 1.ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2000. p. 81.

[127]No mesmo sentido, Alexandre Cateb grifa que: "Não se pode olvidar, contudo, que transações envolvendo a transferência de atletas de um clube para outro configuram, claramente, um ato de comércio. Negocia-se o passe do atleta, quando não interessa mais à entidade, como se negocia um bem de consumo, um veículo, um terreno. Leva o atleta o clube que pagar mais". CATEB, Alexandre Bueno. *Desporto profissional e direito de empresa.* São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p.99.

entidades, a manutenção dessas sob o formato de associações dá azo ao advento de distorções e desvios, os quais são típicos de um sistema jurídico inapto a prover toda a complexidade que essas gigantes estruturas jurídicas passaram a demandar.

Nesse sentido, uma das grandes contradições[128] que se poderia identificar no âmbito esportivo nacional, especialmente, quando o objeto da reflexão é o futebol, a maior paixão brasileira,[129] é a compatibilização de um ambiente milionário de contratações, das mais diversas naturezas, empreendido por associações civis.Isso porque se investe cada vez mais para se arrecadar cada vez mais. Esta relação de causa e efeito credencia a eleição do proveito financeiro como o objetivo de destaque de atuação das associações civis desportivas, o que pode ser atestado, até mesmo, pela forma de organização das competições.

Nessa linha, cumpre frisar que todas as 20(vinte) equipes que participaram da Série A do Campeonato Brasileiro, em 2019, foram constituídas há décadas, sendo

---

[128]Enaltecendo a natureza comercial e a necessidade de profissionalização da atividade desportiva de alta perfomance, João Lyra Filho informa que: "Será associação desportiva, porém, aquela que distrai parte de sua renda de bilheteria para pagamento de desportistas que se exibem, como profissionais, nos espetáculos desportivos? Aqui talvez esteja desfigurada a conceituação jurídica, porque, neste caso, pode animar o escopo da associação, senão originariamente pelo menos no seu desenvolvimento, que deturpa os fins objetivados; imprimindo caráter especulativo que se acentua à medida que é mais intenso o interesse nutrido do próprio profissionalismo. Aqui, neste caso, se não me engano, ou a associação se converte em sociedade, ou lhe deve ser defeso o profissionalismo". LYRA FILHO, João. *Introdução ao Direito Desportivo.* 1ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952. p. 275.

[129] "O futebol é predominante, praticamente, pulverizando outras modalidades. O futebol é, dentre todas as modalidades, a que mais se destaca, tanto nos telejornais especializados em esportes quanto nos telejornais generalistas, o que por sua vez reforça a grande variedade de transmissões ao vivo dos jogos (no mínimo duas a cada semana) e todos os seus acessórios: boletins ao vivo sobre a venda de ingressos, chegada dos jogadores ao estádio, torcidas, treinamentos e o que mais a criatividade das equipes de reportagem conseguir inventar". TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. "O time está dando o melhor de si" – Aspectos do esporte na programação da televisão brasileira. In: MORAIS, Osvando J. de; MARQUES, José Carlos (Orgs). *Esporte na Idade Mídia: diversão, informação e educação.* São Paulo: Intercom, 2012, p. 286. ─ Nesse mesmo sentido, caminha o entendimento de Ciro Marcondes Filho: "Promovido intensamente pelos programas de esporte, pelos jornais e pelas próprias expectativas populares, o futebol assume uma carga emocional (e agressiva) equivalente à dos desafios militares sofridos por um país em época de guerra. Nenhum outro objeto concentra tanta energia de massas como esse esporte, nessas épocas. Na ausência de um fato que sintetize, que condense as aspirações por nacionalidade, por unidade, por revolta (cultural e até política), o futebol funciona como um oportuno (e inofensivo) substituto". MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão. A vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988, p. 71. Ainda acerca do tema, cumpre citar Rubim Santos Leão Aquino: "Não é de se espantar que, em muitos países – inclusive rivais da sociedade inglesa – houvesse resistências a adoção do futebol, que tinha na Inglaterra a pátria mãe. Mesmo assim, o futebol ganhou o mundo. Derrubando barreiras, rapidamente tornou-se paixão nacional, fosse na França, onde chegou em 1872, na Suíça, em 1879, na Bélgica, em 1893 e no Brasil, em 1894". AQUINO, Rubim Santos Leão. *Futebol, uma paixão nacional.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 20. Nesta mesma linha, dispõe Jocimar Daolio: "Uma das características da relação entre brasileiros e futebol foi a paixão, demonstrada desde os primeiros momentos, seja na rápida proliferação dos campos de "pelada", clubes, campeonatos, seja na ida de grande contingente de espectadores aso jogos da época. O futebol desbanca outros esportes como remo e turfe e vai aos poucos tornando-se a paixão nacional". DAOLIO, Jocimar (Org.). *Futebol, cultura e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2005, p.21.

algumas há mais de um século. Todas possuem em comum o fato de terem sido concebidas sob o formato de associação civil e permanecerem, até o momento, sob tal formato jurídico, a despeito das profundas modificações estruturais e finalísticas experimentadas ao longo de suas histórias.

No caso especifico do futebol, como foi explicitado no item anterior, a grande maioria dos clubes que se dedicam a essa modalidade esportiva profissional foi constituído em data anterior ao advento do Código Civil de 1916, sendo absolutamente natural que a opção constitutiva, àquela altura, tivesse sido por um modelo sem fim lucrativo, haja vista a natureza eminentemente recreativa a que tais instituições se destinaram, nos primórdios de suas respectivas existências.

Assim, a constituição jurídica originária como associação não poderia jamais ser objeto de qualquer questionamento, por estar em perfeita sintonia com as aspirações iniciais que nortearam as suas respectivas criações. A veracidade de tal assertiva advém da ausência de dúvidas quanto à inexistência de qualquer objetivo financeiro a ser perseguido, quando da constituição de tais pessoas jurídicas.

Ocorre que, com o passar dos anos e das décadas, tais instituições ganharam corpo, passaram a possuir robusta substância administrativa e financeira, conquistaram milhares de associados, milhões de fiéis seguidores, os quais as transformaram em valorizadas e reconhecidas marcas mundiais[130].

Isto posto, o que chama a atenção não é a constituição das pessoas jurídicas sob o formato associativo.Tal opção jurídica espelhava fielmente a realidade e os propósitos que nortearam sua criação, no momento histórico em que tal evento se deu.

Na verdade, o que suscita reflexões é a insistência brasileira na manutenção, até os dias de hoje, desse perfil jurídico,[131] para as maiores pessoas jurídicas militantes do setor desportivo, a despeito da rotunda transformação por essas experimentadas ao longo das décadas.

---

[130]Segundo Manoel Tubino, o desporto de alta performance atual"[...] é aquele praticado obedecendo a códigos e regras estabelecidos por entidades internacionais. Objetiva resultados, vitórias, recordes, títulos esportivos, projeções na mídia e prêmios financeiros". TUBINO, Manoel José Gomes. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem, 2010, p. 43.

[131] Na mesma linha, a lição de Antônio Azambuja: "Ainda que essas questões possam parecer bizantinas, têm elas muito a ver com o objetivo desta obra, posto que tratará ela de sociedades que, inicialmente civis e de fins não econômicos – de caráter desportivo-social – transformaram-se, com o passar do tempo, por força de peculiaridades específicas de seu objeto principal, o futebol profissional, de fato, em sociedades de fins econômicos , civis e até mesmo comerciais, tudo isso sem que a necessária formalização dessa mudança houvesse acontecido nos seus diplomas mestres". AZAMBUJA, Antônio Carlos de. *Clube-Empresa: preconceitos, conceitos e preceitos (o 1001º gol).* 1.ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2000. p.109.

Para que não restem dúvidas acerca do real propósito desta tese, não é por demais deixar clara a firme convicção de que as associações podem empreender atividades econômicas e podem empreender, inclusive, atividades econômicas de elevada monta. Assim, não é somente o volume financeiro das contratações que credencia a identificação de uma incompatibilidade atual entre a formatação constitutiva de tais pessoas jurídicas e a sua realidade atual, mas, sobretudo, uma nítida alteração em seus propósitos sociais.

Muito ao revés do que se vivenciava no cenário anterior, no qual o desiderato nítido dessas instituições era a promoção de práticas esportivas em sua acepção mais pura e romântica através do desenvolvimento amador, lúdico e eventual de determinadas modalidades esportivas, no cenário atual[132] o desporto deixou de ser um fim em si mesmo, passando a ser um instrumento, um meio de acesso a receitas milionárias, por parte de pessoas jurídicas que se preparam, cada vez mais, para alcançar resultados desportivos mais expressivos e, em via de consequência, atingir maiores resultados financeiros.

Há uma nítida alteração de propósitos, o que evidencia um descompasso entre o modelo associativo e o real objetivo perseguido, nos dias atuais, por tais pessoas jurídicas.

Nos primórdios constitutivos, uma feição eminentemente pura do desporto elegia o mérito desportivo, o troféu, a medalha, como os mais derradeiros objetivos a serem perseguidos. Ocorre que, hodiernamente, há uma clara modificação nesse cenário, o qual identificava o triunfo esportivo como o fim último do exercício das atividades típicas das pessoas jurídicas que militam em tal segmento.

Nesse sentido, Alexandre Cateb[133] afirma que:

> Entretanto, não se pode deixar de constatar que os clubes, como associações civis, hoje vivem na marginalidade. Praticam atos reputados mercantis de forma reiterada e constante, não se conclui de outra forma senão pelo caráter comercial de que se reveste a atividade, constatando-se de que não passam de sociedades irregulares ou de fato.

---

[132] Reconhecendo a transfiguração da relação desportiva, Ângelo Luis Vargas atesta que: "Nas modalidades 'amadoras', a precoce intervenção dos empresários oferece situações profissionais para uma sociedade capitalista. O elo que liga o atleta ao clube tornou-se puramente econômico-financeiro. O espetáculo esportivo atrai multidões de espectadores que, alheios aos trâmites extra-técnicos, assistem ao mascaramento e a alienação do verdadeiro desporto amador." VARGAS, Ângelo Luis de Sousa. *Desporto, fenômeno social*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995, p. 24.

[133] CATEB, Alexandre Bueno. *Desporto profissional e direito de empresa: de acordo com o código civil de 2002*. 1.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 173.

Isso porque uma análise atenta e minuciosa dos movimentos recentes de tais pessoas jurídicas permite concluir que o triunfo esportivo passou a ser tratado como instrumento de efetivação do acesso a maiores produtos financeiros, uma vez que as melhores performances, muito mais do que emblemáticos símbolos da vitória, passaram a rentabilizar os vitoriosos, em patamares outrora impensáveis, dando-lhes o retorno financeiro ao investimento feito e os credenciando, dessa forma, a novas e futuras conquistas.

Assim, há uma clara inversão de propósitos, deixando as medalhas e os troféus de apresentarem-se como o objeto principal da cobiça dos participantes de competições esportivas profissionais, os quais passaram a voltar mais suas atenções aos prêmios e aos bônus financeiros, cada vez maiores, ofertados pelos organizadores das competições em decorrência da boa performance obtida.

Tal diagnóstico é feito de forma impessoal e objetiva, sem qualquer tipo de lamentação ou de exercício reflexivo quanto à adequação de tal mudança de rumos. Assim, trata-se essa narrativa de uma simples constatação de alterações de objetivos principais, absolutamente despida de qualquer conotação subjetiva por parte desse exegeta, que se limita a reconhecer como legítima tal alteração de escopos, uma vez que cabe tão somente aos membros e administradores de determinada pessoa jurídica, proceder à eleição de seus objetivos prioritários.

Dessa forma, não cabe aqui discutir a adequação de tais novas prioridades. Contudo,cabe identificar tal mudança de rumos e, a partir de tal identificação, diligenciar a reflexão acerca da compatibilidade quanto à manutenção do modelo associativo aos novos padrões de objetivos erigidos para as pessoas jurídicas esportivas.

Ao se identificar uma mudança no objetivo primordial de tais entes, por ora do desenvolvimento da competição esportiva propriamente dita, não há como se negligenciar o impacto desse novo foco financeiro, na realidade, do modelo associativo.

Nos dias atuais, muito mais do que o simbólico ato de levantamento de um troféu, o êxito final em um campeonato profissional de futebol repercute, financeiramente, seja em termos de prêmios milionários, os quais são fornecidos de forma decrescente entre os participantes, segundo suas respectivas colocações finais na disputa[134]; seja em termos de cotas de patrocínios, maiores ou menores, de acordo com

[134] Para se ter uma ideia do volume financeiro que circula nos certames futebolísticos brasileiros, impressiona bastante o valor das premiações por performance ofertadas no âmbito dos dois maiores e

as performances auferidas; seja em termos de incremento do quantitativo de fãs e seguidores, os quais consomem produtos oficiais daquelas entidades, cujo crescimento está diretamente relacionado à sequência de triunfos obtidos[135].

Por exemplo, a Série A do Campeonato Brasileiro de 2019, o mais renomado e concorrido certame esportivo nacional, promove o escalonamento das premiações[136] a serem concedidas aos seus participantes, de acordo com o proveito esportivo de cada um dos competidores.

Os prêmios milionários são distribuídos de forma decrescente, de acordo com a classificação final de cada um, sendo 03 (três) vezes maior[137] a premiação ofertada ao campeão, frente ao último premiado, qual seja, o ocupante do 16º (décimo sexto) lugar na classificação geral de competidores:

---

mais tradicionais campeonatos nacionais. Nas suas edições de 2019, o Campeonato Brasileiro distribuiu, ao todo, a milionária cifra de R$330 milhões de reais, enquanto a Copa do Brasil promoveu a oferta de um total de R$ 291 milhões em prêmios. Em ambos os casos, as premiações foram decrescentes, de acordo com a performance esportiva final dos clubes, de modo que quanto maior o proveito esportivo, maior a performance financeira a ser obtida. Disponível em: <https://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/futebol/futebol-nacional/2019/04/04/noticia_futebol_nacional,576918/tv-aumenta-premiacao>. Acesso em: 4 de ago. de 2019.

[135] A relação financeira de cotas de patrocínios principais das equipes está diretamente relacionada ao quantitativo de torcedores de cada agremiação, de modo que aquelas que possuem o maior quantitativo de fãs permanentes são aquelas que tem, em regra, acesso a maiores cotas de patrocínio. Nesse sentido, em 2019, o ranking de faturamento master em marketing é o seguinte: PALMEIRAS – R$ 81 milhões/ano – Crefisa; FLAMENGO – R$ 25 milhões/ano – Caixa (acordo encerrado); SÃO PAULO – R$ 23 milhões/ano – Banco Inter; CORINTHIANS – R$ 12 milhões/ano (*) – BMG (recebeu R$ 30 milhões em 2019 e receberá o valor mínimo de R$ 12 milhões a partir de 2020); BOTAFOGO – R$ 10 milhões/ano – Caixa (mantém o nome do banco na camisa, mas o contrato está se encerrando); FLUMINENSE – sem patrocínio – (em agosto, o clube anunciou o fim da parceria com a Valle Express, que durou sete meses. O fim do acordo se deu por falta de pagamento. A Valle admite dívida de R$ 1,4 milhões pelos sete meses. O Fluminense cobra R$ 8,8 milhões de dívida); SANTOS – sem patrocínio –. COELHO, Paulo Vinícius. *UOL ESPORTES: BLOG DO PVC*. Disponível em: <https://pvc.blogosfera.uol.com.br/2019/01/26/os-patrocinios-dos-grandes-clubes-do-brasil/>. Acesso em: 20 de Nov. de 2019.

Por sua vez, o ranking quantitativo de torcedores aponta a seguinte linha distributiva dos fãs no Brasil:Flamengo: 18% da torcida; Corinthians: 14% da torcida; São Paulo: 8% da torcida; Palmeiras: 6% da torcida; Vasco: 4% da torcida.

[136] Visando a evidenciar o perfil cada vez mais financeiro das disputas, cumpre frisar que o valor total pago no ano de 2019 - R$ 330 milhões - , a título de premiação por performance no Campeonato Brasileiro, corresponde a um valor 05 (cinco) vezes maior do que aquele que foi pago no ano 2018 – R$ 63,7 milhões. Tal acréscimo deveu-se, notadamente, pela elevação monetária obtida pela Confederação Brasileira de Futebol─ CBF─, em virtude dos novos contratos de cessão de direito de transmissão das partidas de tal certame. MALUCELLI, Daniel. *GAZETA DO POVO: Blog do Brasileirão*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/blog-do-brasileirao/globo-premiacao-brasileirao-2019/>. Acesso em: 02 de dez. de 2019.

[137] O escalonamento decrescente de premiações ofertadas na Série A do Campeonato Brasileiro de 2019 obedece à seguinte relação: Campeão – R$ 33 milhões; Vice-campeão – R$ 31,3 milhões**;** 3.º colocado **–** R$ 29,7 milhões4.º colocado – R$ 28 milhões; 5.º colocado – R$ 26,4 milhões; 6º colocado – R$ 24,7 milhões; 7.º colocado – R$ 23,1 milhões; 8.º colocado – R$ 21,4 milhões**;** 9.º colocado – R$ 19,8 milhões; 10.º colocado – R$ 18,5 milhões; 11.º colocado – R$ 15,5 milhões; 12.º colocado – R$ 14,6 milhões; 13.º colocado – R$ 13,7 milhões; 14.º colocado – R$ 12,8 milhões; 15.º colocado – R$ 11,9 milhões; 16.º colocado – R$ 11 milhões.

No mesmo sentido, o Campeonato Paulista de Futebol, concurso promovido pela Federação Paulista de Futebol – FPF–, tendo como participantes, tão somente, pessoas jurídicas desportivas, sediadas no Estado de São Paulo, também distribui sua milionária premiação de acordo com a classificação final dos competidores.[138]

O exame de tais dados permite concluir que a performance esportiva, definitivamente, passou a se materializar em instrumento de performance financeira. Nos dias atuais, impulsionados pelas próprias formas de premiação da competição, o real e efetivo propósito perseguido por esses entes foi alterado. Em tal ambiente, passou-se a vislumbrar o triunfo desportivo como um veículo viabilizador do proveito econômico final.

Para que não restem dúvidas acerca do quão direta é essa relação, basta analisar os casos de classificação para a Copa Libertadores da América, um dos mais valorizados certames do mundo. No Brasil, estão habilitados a tal disputa, segundo o "Regulamento Específico da Competição Campeonato Brasileiro da Série A 2019"[139], as pessoas jurídicas que atingirem os seguintes coeficientes finais na disputa:

> Art.6º-A classificação de clubes às Copas CONMEBOL Libertadores e CONMEBOL Sul-Americana em 2020 observará as situações abaixo identificadas, considerando as vagas previstas:
> a)O Campeão do Campeonato acessará a Libertadores de 2020 na sua Fase de Grupos;
> b)O 2º classificado do Campeonato acessará a Libertadores de 2020 na sua Fase de Grupos;
> c)O 3º classificado do Campeonato acessará a Libertadores de 2020 na sua Fase de Grupos;
> d)O 4º classificado do Campeonato acessará a Libertadores de 2020 na sua Fase de Grupos;
> e)O 5º classificado do Campeonato acessará a Libertadores de 2020 na sua Fase Preliminar;
> f)O 6º classificado do Campeonato acessará a Libertadores de 2020 na sua Fase Preliminar.

Dessa forma, além de terem acesso à maior fatia da premiação ofertada pela entidade organizadora da disputa, as pessoas jurídicas mais bem colocadas terão acesso

---

[138]A Federação Paulista de Futebol distribuiu, como premiação final de seu concurso de futebol masculino profissional, em 2019, a seguinte relação decrescente de prêmios de perfomance**:**Campeão– R$ 5 milhões; Vice-campeão – R$ 1,65 milhão; 3.º lugar **–** R$ 1,08 milhão;4.º lugar – R$ 850 mil; 5.º lugar – R$ 500 mil; 6.º lugar – R$ 450 mil; 7.º lugar – R$ 420 mil; 8.º lugar – R$ 400 mil; 9.º lugar – R$ 220 mil; 10.º lugar – R$ 200 mil; 11.º lugar – R$ 180 mil; 12.º lugar – R$ 150 mil; 13.º lugar – R$ 130 mil; 14.º lugar – R$ 100 mil. Disponível em: <https://chuteirafc.cartacapital.com.br/premiacao-ao-campeao-do-paulistao-2019-e-a-maior-dos-campeonatos-estaduais/>. Acesso em: 07 de ago. de 2019.

[139] ASSESSORIA CBF. *CBF: Confira os documentos técnicos do Brasileiro Série A de 2019.* Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-serie-a/confira-os-documentos-tecnicos-do-brasileiro-serie-a->. Acesso em: 07 de ago. de 2019.

a uma terceira competição, esta de natureza continental. Tal oportunidade terá o condão de lhes oportunizar maior exposição de suas marcas, o que representa acesso a melhores cotas de patrocínio, bem como a melhores cotas de televisionamento[140], por integrarem esse seleto grupo e, por fim, melhores e maiores premiações, uma vez que o escalonamento dos bônus nesse concurso também se dá com base no resultado desportivo auferido[141].

Visando a exemplificar a questão acima, cumpre registrar que, em 2011, o Clube de Regatas do Flamengo recebeu em torno de R$ 40 milhões de reais, em cotas de televisão, pela cessão do direito de transmissão de suas partidas. Em 2019, quando experimentou seu ápice histórico de investimentos, conquistas e receitas, só em relação ao sistema "pay-per-view" (programação paga), estima-se que o atual campeão da Copa Libertadores da América e do Campeonato Brasileiro tenha recebido a monta de R$ 120 milhões de reais[142]. Essa elevação substancial de resultados financeiros está diretamente atrelada ao êxito da equipe carioca nas recentes competições, de modo que, obedecendo à lógica mercantil do desporto profissional, a realização de investimentos robustos e bem alocados geroureceitas financeiras de monta ainda mais elevada.[143]

---

[140] "Ganhar a Libertadores dá muito menos dinheiro diretamente do que a "Champions League", mas, ganha-se prestígio, reconhecimento internacional da marca, novos torcedores, cotas de patrocínio e TV mais caras e, o principal, jogar o Mundial de Clubes. Todos os torcedores que têm essa honra enchem a boca: "SOU CAMPEÃO DO MUNDO"". João Guilherme de Miranda Carvalho. A importância da Libertadores - Enquanto Libertadores não termina, o Brasileirão não esquenta. PARA TUDO. FOX SPORTS: *A importância da Libertadores*. Disponível em: <https://www.foxsports.com.br/blogs/view/7332-a-importancia-da-libertadores>. Acesso em: 02 de dez. de 2019.

[141] No exercício de 2019, a Confederação Sulamericana de Futebol, organizadora da Copa Libertadores da América, distribuirá prêmios aos competidores, segundo a seguinte escala: Campeão – U$12.000.000,00(doze milhões de dólares norte-americanos); vice-campeão - U$ 6.000.000,00(seis milhões de dólares norte-americanos); etapa semifinal - U$1.750.000,00(um milhão, setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos); etapa quartas de final - U$1.200.000,00(um milhão e duzentos mil dólares norte-americanos); etapa oitavas de final - U$1.050.000,00(um milhão e ciquenta mil dólares norte-americanos); etapa de grupos U$1.000.000,00(um milhão de dólares norte-americanos).
*Chuteira F.C.*: *Libertadores 2019 / premiação: Campeão vai levar 20,4 milhões de dólares*. Disponível em: https://chuteirafc.cartacapital.com.br/libertadores-2019-campeao-vai-levar-204-milhoes-de-dolares-em-premios/. Acesso em: 09 de ago. de 2019.

[142] André Barcinski. Domínio do Flamengo é o começo do fim do futebol brasileiro - Brasileiro mais desigual da história é fruto do crescente abismo nas cotas de TV. BARCINSKI, André. *FOLHA DE S. PAULO: ESPORTE*. São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/11/dominio-do-flamengo-e-o-comeco-do-fim-do-futebol-brasileiro.shtml>. Acesso em: 02 de dez. de 2019.

[143]Outro claro exemplo da relação direta havida entre desempenho desportivo e retorno financeiro, também associado ao Clube de Regatas do Flamengo, diz respeito ao patrocinador Sportsbet.io., o qual firmou contrato com o clube, em 2019, de cerca de R$ 8,5 milhões por ano, para estampar a sua marca na parte destinada aos ombros dos atletas profissionais da equipe.Rodrigo Capelo. Flamengo receberá R$ 8,5 milhões por ano para expor marca de site de apostas no ombro da camisa. CAPELO, Rodrigo. *GLOBO ESPORTE: BLOG DO RODRIGO CAPELO*. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/blogs/blog-do-rodrigo-capelo/post/2019/10/31/flamengo-recebera-r-85-

A análise de tais dados permite o diagnóstico de que existe uma relação direta entre o êxito desportivo e o sucesso financeiro do projeto. Isso porque as premiações milionárias são escalonadas de acordo com o resultado esportivo obtido; as cotas de patrocínios dos clubes campeões são elevadas em caso de triunfos em campeonatos importantes; os valores das cotas de televisionamento estão diretamente atreladas ao quantitativo de torcedores, o qual é elevado, de forma exponencial, de acordo com os triunfos recentes conquistados.

Fica clara, por essa narrativa, a existência de uma relação de causa e efeito, a qual permite concluir que quanto maior a performance esportiva obtida, maior o acesso financeiro conferido às pessoas jurídicas de natureza esportiva.

Nesta linha, com o passar dos tempos, o foco precípuo das entidades desportivas deixou de ser a conquistas das medalhas e troféus e passou a ser a satisfação financeira. Definitivamente, nos dias atuais, o mérito esportivo passou a instrumentalizar a conquista econômica.

## 2.2 As fragilidades advindas de uma escolha constitutiva imprópria

Feitas as digressões necessárias quanto ao que se pode nominar como sendo uma nítida alteração no propósito principal das pessoas jurídicas de natureza desportiva destinadas ao desporto de alta performance no Brasil, desde as suas longevas origens[144]até a presente data, passa-se ao exame das incongruências havidas a partir da manutenção dessa nova engrenagem empresarial, sob as vestes de associações.

---

milhoes-por-ano-para-expor-marca-de-site-de-apostas-no-ombro-da-camisa.ghtml>. Acesso em: 03 de dez. de 2019.

[144] Quanto ao item em questão, mister se faz mencionar a origem/fundação das 05 (cinco) entidades desportivas que obtiveram melhor performance no Campeonato Brasileiro da Edição 2019, os quais se tratam de associações civis centenárias : 1º Clube de Regatas do Flamengo – Fundado em 17 de novembro de 1985, mas restou-se definido que a data oficial de sua fundação seria 15 de novembro de 1985. Restou-se fundado por 06 (seis) jovens, na cidade do Rio de Janeiro, inicialmente para a disputa das competições de remo, vindo, posteriormente, a disputar outras modalidades esportivas. Disponível em: <https://www.flamengo.com.br/noticias/futebol/nossa-origem>. Acesso em: 03 de dez. de 2019. 2º Santos Futebol Clube – Fundado em reunião realizada em 14 de abril de 1912, por 39 (trinta e nove) participantes, tendo como objetivo, a criação de um clube para disputa das competições de futebol. SANTOS FUTEBOL CLUBE. *Fundação*. Disponível em: <https://www.santosfc.com.br/clube/>. Acesso em: 03 de dez. de 2019. 3º Sociedade Esportiva Palmeiras - Foi fundado em 26 de agosto de 1914, a partir da reunião de 46 (quarenta e seis) participantes, visando a formação de uma nova agremiação esportiva, para fazer frente às demais potencias futebolísticas da cidade de São Paulo. SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS. *História*. Disponível em: <http://www.palmeiras.com.br/historia/linhadotempo/1914-20>. Acesso em: 03 de dez. de 2019. 4º Grêmio Football Porto Alegrense- Foi fundado por 32 (trinta e dois)

Isso porque a clara desconexão havida entre as ferramentas típicas do modelo associativo[145] e a realidade atual[146] das maiores pessoas jurídicas que militam na área desportiva permite o advento de distorções, as quais colocam em xeque a imagem, a organização, a estrutura e, por fim, a própria saúde econômica das entidades. Nesse sentido, não raras vezes, tais entidades são vitimadas por eventos de malversação de recursos ou até mesmo hipóteses de escândalos fraudulentos, os quais advêm da mesma e rigorosa origem: ausência de controle e transparência financeira.

Assim, impõe-se a análise da diversidade de tratamentos dispensados às mesmas ferramentas jurídicas, seja no ambiente associativo, seja no ambiente societário. Tal exame se mostra essencial, uma vez que, a partir de uma diversidade de regramentos e de estruturas, as respostas de cada um dos modelos jurídicos a idênticos fatos gerenciais tendem a ser diversas.

A premissa fundamental de tal exame é o diagnóstico de que as pessoas jurídicas destinadas à organização e à competição desportiva encontram-se constituídas e operando sob um formato jurídico que não se mostra compatível com a realidade financeira e com os reais objetivos perseguidos por tais entidades de direito privado, nos dias atuais. Como visto, os caracteres hodiernos de tais entidades se distanciam sobremaneira do escopo eminentemente desportivo e lúdico que motivou as suas respectivas constituições.

---

participantes, em reunião realizada em 15 de setembro de 1903, na cidade de Porto Alegre, tendo por objetivo, a disputa de competições futebolísticas. GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. *Fundação*. Disponível em: <https://gremio.net/conteudo/index/44>. Acesso em: 03 de dez. de 2019. 5º Club Athletico Paranaense – O clube em questão restou-se fundado em 26 de março de 1924, a partir da união dos clubes América e Internacional, na cidade de Curitiba.
Disponível em: <https://www.athletico.com.br/historia/nasce-o-atletico-paranaense/#1>. Acesso em: 03 de dez. de 2019.

[145] "O amadorismo, regime vigente no futebol brasileiro por um período de aproximadamente trinta anos, teve seu ocaso em 1933. Era denominado de amador, pois entre outras características fundamentais, proibia, através dos estatutos das primeiras associações e federações que os jogadores recebessem qualquer benefício que configurasse uma remuneração para jogar. Emprestava-se ao jogo um significado pretensamente educativo. Toledo, L. H.. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 10.

[146] Há muito já se observava pelos estudiosos que o modelo associativo, frente às atuais atividades desenvolvidas pelos clubes, tornou-se obsoleto, não refletindo o modelo estrutural de uma associação, como bem preceitua o professor Sebastião Roque: "Os clubes praticantes de esportes profissionalizados começaram realmente como associações; alguns deles antes do Código Civil de 1916. Esse código está para ser revogado, graças ao advento do novo Código Civil. É necessário então pensarmos em termos do novo código, o de 2002. Se examinarmos a vida dessas associações, mormente dos clubes de futebol profissional, notaremos que são eles sociedades esportivas. Bastaria examinar a intensa mobilização financeira, a preocupação com o lucro, enfrentando os riscos da atividade econômica, a natureza jurídica das atividades exercidas, e outros fatores, para se verificar que estamos frente a uma autêntica empresa. E se não for considerado como empresa, aplicando em sua administração os princípios científicos da economia e da administração de empresas, essa entidade de prática desportiva não conseguirá sobreviver". ROQUE, Sebastião José. *Direito societário*. 2 ed. São Paulo: Ícone, 1997, p. 339.

Não se mostra desarrazoado asseverar que as entidades privadas que se destinam atualmente à organização e à competição esportiva perseguem o lucro, a produção de riqueza, como jamais perseguiram em toda a sua história,[147] passando o mérito desportivo a se materializar em um instrumento de efetivação e viabilização do real objetivo a ser conquistado: o ganho financeiro.

A partir do momento em que as premiações das competições são distribuídas de acordo com a performance final dos competidores, a partir do momento em que a performance final credencia determinados competidores a disputarem outras competições de maior dimensão, com maior distribuição financeira, não há como se negar que o escopo de mais elevado relevo a ser perseguido por tais entidades não seja a produção do lucro, da receita financeira, sendo o mérito e a glória desportiva um veículo de perseguição do real propósito buscado, com o exercício daquela atividade.

Nesse diapasão, se houve uma alteração do desiderato principal de suas atividades, desde as suas centenárias constituições até os dias atuais, razões inexistem para que não sejam empreendidas as devidas correções jurídicas, como forma de se acompanhar as alterações de postura e objetivos havidos ao longo do tempo.

Assim, a admissão de uma robusta modificação de postura institucional sem a consequente atualização jurídica dessas entidades acaba por dar azo à série infindável de anomalias que se está a presenciar, envolvendo numerosas entidades desse setor, as quais não se mostram mais aptas a atender ao perfil funcionalizador que lhes é intrínseco.

A mudança de paradigma nesse caso se mostra clara. Em decorrência do escopo eminentemente lucrativo das sociedades empresárias, acaba-se por se exigir dos seus respectivos gestores práticas de profissionalismo, dedicação, lealdade e afinco, além do atendimento a padrões responsabilizatórios mais elevados. São expedientes que divergem sobremaneira daqueles aplicados e praticados pelos gestores das associações.

Trata-se essa dualidade de regramentos de um tema por demais relevante para os fins deste trabalho, uma vez que aos gestores das entidades com anseios lucrativos é

---

[147]"No início era a verba – de patrocínio na camisa e nada mais. Demorou, mas o futebol brasileiro descobriu que as empresas têm muito mais a contribuir além de estampar seu nome no uniforme do time. Do Flamengo ao Bahia, do Corinthians ao pequeno Malutrom do Paraná, os clubes sabem que chegou a hora de profissionalizar de verdade o esporte e, enfim, ganhar muito dinheiro". REVISTA PLACAR. Clube-empresa. Negócio de ocasião. Revista Placar, São Paulo, Abril Cultural, n. 1.154,p. 64, ago. 1999. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=gVrUcONjXxgC&pg=PT97&dq=Revista+Placar+%22agosto+1999%22&hl=ptBR&sa=X&ei=Mv3YT5X4JY2g8gSlnIXpAw&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 03 de dez. de 2019.

imposto um rol de cautelas e obrigações, as quais não encontram idêntico peso, quando se procede ao exame do nível de responsabilidade praticado nas associações.

O diagnóstico de uma nítida disparidade de tratamentos jurídicos quanto às consequências e desdobramentos dos atos de gestão, no que tange à sequela pessoal de eventuais condutas indevidas dos gestores de tais entes privados, já serve de forte indício para que se possa compreender a resistência típica e quase unânime dos dirigentes desportivos[148] quanto à conversão das associações desportivas em sociedades anônimas de mesmo objeto.

Na mesma linha, como se examinará a seguir, a disparidade de regramentos no que se refere à política remuneratória dos gestores das pessoas jurídicas, constituídas no formato associativo[149] em relação aos administradores de sociedades empresárias, também dá a tônica do distanciamento quanto ao nível de profissionalismo e, por conseguinte, de performance administrativa havida nos dois sistemas.

Esses dois pontos possuem elevado peso, no que tange ao crivo de origem das fragilidades do modelo associativo, como molde constitutivo das pessoas jurídicas de destinação desportiva nos dias atuais. Assim, pode-se eleger tanto o baixo padrão responsabilizatório dos gestores quanto o dirigismo remuneratório que lhes é imposto

---

[148] "De acordo com Antônio Antunes, dirigente desportivo: "é todo aquele que participa, com grau maior ou menor, na execução das políticas e estratégias de uma dada associação desportiva (clube, associação ou federação), eleito ou não em assembléia geral, que permite aos desportistas deterem o poder de decisão dentro do seu desporto ou modalidade desportiva, sem por tal facto receberam qualquer remuneração". Antunes, A. *Contributo para História do Dirigente Desportivo Açoriano – O Dirigente Desportivo da Ilha Terceira em 1996*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Desporto, FMH, Lisboa, 1996, p. 19.

[149]No modelo associativo, por se tratarem de entes que possuem fins não econômicos, subsistia o entendimento inicial de que aos seus administradores não seria garantida qualquer remuneração pelo exercício dos seus atos de gestão. Nesse sentido, pontuaram Cruz Junior, Carvalho e Laurindo que: "Enquanto os gerentes são funcionários não associados que possuem a visão de fornecedor, os diretores são associados não remunerados para a função, que, além de serem consumidores, também representam os interesses dos demais associados na gestão do clube". CRUZ JÚNIOR, A. D.; CARVALHO, M. M.; LAURINDO, F. B. *Estratégia e Estrutura: em busca do alinhamento organizacional em um clube social esportivo*. São Paulo: Escola Politécnica – Departamento de Engenharia de Produção – USP, 2005, p. 432. Todavia, como vem sendo abordado no presente trabalho, tal pensamento foi sendo mitigado ao longo dos anos, como se extrai das justificativas ofertadas pelo Senador Federal Tasso Jereissati, por ora da propositura do Projeto de Lei nº 310, de 2006: "[...] Entretanto, consideramos importante trazer às fundações e associações sem fins lucrativos que prestem tais serviços, o necessário grau de profissionalismo de seus dirigentes, sem as quais estarão fadadas à extinção. A grandeza dos serviços prestados por essas entidades demandam um nível de profissionalismo incompatível com a ausência de remuneração. A atividade gerencial, mesmo em entidades filantrópicas, envolve questões comerciais fiscais e administrativas que exigem dedicação exclusiva de um profissional capacitado, com profundo conhecimento do setor. A impossibilidade de remunerar os dirigentes prejudica, portanto, a possibilidade dessas entidades". BRASIL. PROJETO DE LEI DO SENADO Nª 310, DE 2006. *Altera os arts. 62, 63,66, 67, da Lei nº 10.406., de 10 de janeiro de 2002. (Código Civil) [...]*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4673799&ts=1567535135906&disposition=inline>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

como importantes caracteres contributivos para advento do "status" de verdadeiro colapso sistêmico, que, atualmente, assola o setor como um todo.

### 2.2.1 O padrão de conduta e a responsabilidade dos administradores no âmbito associativo

A primeira grande distorção havida na utilização do modelo associativo, para fins de constituição jurídica de grandes corporações, as quais possuem o proveito financeiro como real e efetivo motor do exercício de seu objeto social, reside no patamar responsabilizatório de seus administradores[150]. Nessa seara, o padrão de responsabilidade pessoal mostra-se bem aquém daquele legalmente estatuído para os administradores das sociedades, sejam estas simples sejam anônimas.

Na medida em que o objetivo precípuo das associações mostra-se, em regra, despido de uma relação financeira mais próxima, o legislador pátrio acabou não se atendo à regulação mais exaustiva quanto ao nível de responsabilidade dos administradores[151] dessas entidades. Fatalmente, entendeu o legislador estar diante de uma hipótese de menor potencial lesivo, pelo menos, no que se refere à geração de

[150] Quanto ao tema, o artigo 47 do código civil dispõe que "Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo". Todavia, os artigos 53 a 69 do código civil, que disciplinam as Associações, nada dispõe claramente acerca da responsabilidade dos administradores. Somente o artigo 46, inciso V do código civil dispõe que deverá conter nos registros das Associações, se a responsabilidade dos sócios será ou não subsidiárias às obrigações sociais. BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

[151] A Lei Pelé (9.615/98), dispõe no artigo 27, § 11º, que os dirigentes das entidades desportivas irão responder solidariamente por atos ilícitos praticados, senão vejamos: "§ 11. Os administradores de entidades desportivas profissionais respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados, de gestão temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto, nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil." BRASIL. LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO. *Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 04 de dez. de 2019. Entretanto, para o doutrinador Álvaro Melo Filho, quando se trata do modelo associativo, regime adotado pelas entidades desportivas, deve haver uma certa cautela: "associado não é o mesmo que sócio, dado que associado não possui responsabilidade solidária alguma, pois não se encontra em nenhum contrato social e não integraliza capital. Nessa perspectiva, é injusto e esdrúxulo que os associados fiquem sujeitos a uma pena de responsabilização pelas dívidas ou passivo social, quando não participam do capital social e nem auferem lucros. À evidência, esses associados limitam-se a contribuir, com taxas mensais, para usufruir de certos serviços e produtos oferecidos pela associação desportiva, colocando-se numa posição bem distinta e inconfundível com o sócio da sociedade empresária ou com o acionista da sociedade anônima que tem animus lucrandi, o que impõe preservar os associados da injurídica e indecorosa responsabilização". MELO FILHO, Álvaro. *Nova Lei Pelé, Avanços e Impactos*. Maquinária Editora, 1a Edição, 2011, p. 88.

danos patrimoniais contra si causados, em decorrência da natureza não lucrativa de tais entidades.

Assim, por ausência desse atributo monetário latente no exercício de seu objeto social, convencionou-se, como regra, que o administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da entidade e em virtude de ato regular de gestão.

Obviamente, tal premissa não se materializa em um salvo conduto responsabilizatório outorgado ao seu administrador, que será sempre responsável pela reparação dos danos que, de forma culposa ou dolosa, venha a dar causa, como bem preceitua a regra geral do art. 186 do Código Civil: "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral,comete ato ilícito."[152]

O espírito do legislador foi de tal forma suave quanto ao trato do tema, que o art. 46, inciso V, do Código Civil[153], estabelece, ainda em sede responsabilizatória, que caberá ao estatuto social de cada umas associações definir se os membros e administradores responderão ou não, de maneira subsidiária, pelas obrigações assumidas em nome da entidade.

Por sua vez, o exame dos atos constitutivos das principais entidades desportivas brasileiras indica que os atos constitutivos das associações que se destinam a atividades de tal natureza optaram por consagrar a irresponsabilidade subsidiária dos gestores e dos membros, na hipótese de ausência de ativos de titularidade da pessoa jurídica, para fins de reparação de danos que tenham advindo da prática de ato ilícito.

---

[152] A jurisprudência nacional caminha, de forma pacífica, quanto à responsabilização subjetiva dos administradores das associações, tanto em termos de responsabilização cível, quanto trabalhista. Nesse sentido: TJ-DF - APELAÇÃO CÍVEL AC 48601820048070007 DF 0004860-18.2004.807.0007 (TJ-DF) Data de publicação: 14/04/2005 Ementa: CIVIL. RESPONSABILIZAÇÃO DO PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO. REPARAÇÃO. FALTA DE CERTEZA PROBATÓRIA. A RESPONSABILIZARÃO PESSOAL DO ADMINISTRADOR PRESSUPÕE A OCORRÊNCIA DE ATO IRREGULAR E CAUSADOR DO PREJUÍZO, CONSTITUINDO EM ÔNUS DO PREJUDICADO A PROVA DO FATO. NÃO SE DESINCUMBINDO DESSE ÔNUS, SUA PRETENSÃO DEVE SER REJEITADA. TRT-20 - 326200492020008 SE 00326-2004-920-20-00-8 (TRT-20) Data de publicação: 10/02/2005 Ementa: ASSOCIAÇÃO SEM FINS ECONÔMICOS - DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA - RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE -IMPOSSIBILIDADE - Inaplicável a teoria da desconsideração da pessoa jurídica para responsabilizar o presidente de associação desportiva por débito trabalhista, quando resta evidenciado nos autos que se trata a agravada de uma associação sem fins econômicos, nos termos do art. 53 do Código Civil.

[153]Art. 46 do Código Civil Brasileiro. O registro declarará: I - a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver; II - o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores; III - o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; IV - se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo; V - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;

Destoando da forte tendência de padronização narrativa reinante nos regulamentos centrais das associações desportivas nacionais, surge o modelo normativo adotado pelo Clube de Regatas do Flamengo, o qual aprovou, em 2015, emenda ao seu Estatuto Social, incluindo no bojo de tal instrumento hipóteses de responsabilização pessoal dos seus administradores por atos lesivos à instituição ou a terceiros que tenham sido por esses praticados.[154]

Com o fito de elevar o padrão de responsabilidade, transparência e governança, a emenda em referência promoveu as seguintes alterações no estatuto social daquela instituição desportiva: a) Consagrou expressamente o dever de observância dos deveres de probidade, moralidade e lealdade, devendo os administradores destinarem, na gestão dessa pessoa jurídica, os mesmos esforços e padrões de conduta que destinam aos seus negócios privados;[155] b) Contemplou as responsabilidades pessoal e solidária dos

[154] A emenda aprovada pelo Conselho Deliberativo do Clube de Regatas do Flamengo promoveu a seguinte inclusão normativa ao Estatuto Social daquela pessoa jurídica: Capítulo VII DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA DOS PRESIDENTES E MEMBROS ELEITOS DOS PODERES Art. 37. Os membros eleitos dos Poderes do FLAMENGO, sem prejuízo das penalidades disciplinares em que incorrerem, ficam sujeitos à perda de mandato e, mesmo após o seu encerramento, à inelegibilidade de cinco a quinze anos, conforme a gravidade da conduta, nos seguintes casos: I - Descumprimento dos deveres de lealdade, probidade e moralidade, previstos nos § 1º, 2º e 3º do artigo 69 deste Estatuto II - Atentado, de qualquer forma, à existência do FLAMENGO, ao livre exercício dos seus Poderes, à segurança interna do clube e aos direitos dos seus associados e dependentes; III - descumprimento injustificado dos prazos e disposições estatutárias, em especial as relativas à proposta e execução do orçamento, responsabilidade na gestão orçamentária, prestação de contas e apuração de infrações disciplinares; IV - Deixar de constituir núcleo de auditoria interna no prazo de trinta dias contados da sua posse; V - Investidura em órgão associativo ou de administração em clube que dispute competição oficial de prática esportiva com o FLAMENGO. VI - Ausência injustificada em quatro reuniões consecutivas, ou cinco alternadas, do Poder que integra; VII - comprovação, no curso de seus mandatos, da existência, à época da candidatura, de alguma das causas de inelegibilidade estabelecidas neste Estatuto; CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Fundado em 15 de novembro de 1895 UMA VEZ FLAMENGO, SEMPRE FLAMENGO 16 VIII - adotar prática sistemática e deliberada de sonegação de tributos ou de apropriação indébita previdenciária, bem como de condutas tipificadas como crimes contra a ordem tributária, na forma da lei penal vigente, sem prejuízo de serem acionados judicialmente para reparação dos prejuízos causados, inclusive com a sujeição de seus bens particulares. IX - Deixar de advertir ou despedir funcionário após recomendação fundamentada de outro Poder, sem justificar a razão, consistentemente, àquele órgão. X - Deixar de promover ação judicial contra os atuais e ex-ocupantes da presidência e vice-presidência de Poderes e atuais e ex-dirigentes não estatutários para reparação de prejuízos e atos lesivos causados ao FLAMENGO, desde que na vigência do prazo prescricional e de posse de apuração consistente e conclusiva de responsabilidade. § 1º Nas hipóteses previstas nos incisos I e VIII deste artigo, se aplicará, cumulativamente, a pena de exclusão. § 2º Não se aplicará, nas hipóteses previstas nos incisos V e VI deste artigo, a pena de inelegibilidade. § 3º As condutas descritas nos incisos IV, VIII, IX e X referem-se exclusivamente ao Presidente em exercício do FLAMENGO.

[155] Art. 69. Do Estatuto do Clube de Regatas do Flamengo. "Os Poderes do FLAMENGO terão em sua direção um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos na forma prevista no presente Estatuto, permitida, apenas, uma reeleição. § 1º Os Presidentes e Vice-Presidentes dos Poderes do FLAMENGO devem servir ao clube com lealdade e empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo administrador ativo e probo costuma empregar na gestão de seus próprios negócios, sempre visando à moralidade; à consecução dos objetivos sociais do FLAMENGO; à preservação da sua higidez financeira; à conservação e o incremento do seu patrimônio; e o êxito do clube nas competições

gestores quanto aos danos advindos de atos de gestão que posteriormente venham a ser reconhecidos como sendo fruto de abuso da personalidade jurídica caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, bem como pelos prejuízos e atos lesivos ao patrimônio e à imagem da entidade que, culposamente, tiverem dado causa156; c) Consagrou o entendimento de que aos administradores é vedado o gozo de oportunidades comerciais que tenham sido conhecidas em razão do exercício do cargo por esses ocupados, bem como a violação do sigilo sobre qualquer informação que tenha sido obtida em decorrência do cargo ocupado na instituição. A nova versão do estatuto social de tal entidade estabelece a proibição, em quaisquer das hipóteses acima, do experimento de qualquer tipo de benefício, para os gestores ou para outrem, com ou sem prejuízo do clube, em decorrência do desrespeito a quaisquer dessas proibições; c) Amplificou-se o espectro responsabilizatório, de forma que a responsabilidade imposta aos administradores foi estendida a todo o quadro de dirigentes profissionais e não estatutários da instituição, mesmo aqueles que sejam contratados e remunerados, ou seja, mesmo aqueles que não pertençam à diretoria executiva dessa associação.

Tais regramentos elevaram sobremaneira o nível de governança e de responsabilização interna do clube, na medida em que tais alterações não se limitaram a estatuir normas gerais e abstratas de condutas. Muito ao revés, as inserções normativas em referência, diz respeito, em sua grande maioria, a hipóteses concretas, as quais passaram a dispor de uma disciplina expressa e prévia, bem como de respectivos sancionamentos, os quais hão de ser aplicados em caso de desconsideração do comando estatutário.

A despeito de ser o único caso dotado de maior rigidez, entre todas as demais pessoas jurídicas de grande porte que militam em tal setor, cumpre frisar que tal solução jurídica ainda se mostra passível de críticas. Isso porque, como grifado, não foi afastado o vício de origem, aquele que pode ser reconhecido como a origem da grande parcela dos vícios gerenciais e financeiros atualmente experimentados pelas entidades desportivas: o abandono definitivo do modelo associativo, para fins de constituição e operacionalização jurídica de um projeto, cuja busca da performance financeira e lucrativa é evidente e inquestionável.

---

esportivas de que participar. Disponível em: https://www.flamengo.com.br/estatuto-do-clube. Acesso em: 25 de nov. de 2019.

[156]O Art. 69, § 2º do Estatuto Social do Clube de Regatas do Flamengo prevê a responsabilidade pessoal dos administradores, consagrando o §5º do mesmo disposto, a solidariedade entre tais membros da Diretoria Executiva. Idem. Disponível em: https://www.flamengo.com.br/estatuto-do-clube. Acesso em: 25 de nov. de 2019.

Quanto ao tema, há que se frisar que o *standard* de conduta acima referida não encontra qualquer correspondência legal, no que tange à regulação das condutas e das responsabilidades do gestor de associações civis. Na verdade, visando a preencher tal lacuna, o que promoveu o Clube de Regatas do Flamengo foi trazer para a sua realidade associativa, hipóteses que o Código Civil contempla em termos de deveres do administrador de uma sociedade empresária, como bem se extrai da análise conjugada dos artigos 1.011 e 1.016, do Código Civil[1]:

> Art. 1.011. O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios".
> [...]
> Art. 1.016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

Conforme se observa dos dispositivos legais acima transcritos, os administradores responderão solidariamente[157] perante a sociedade e a terceiros, quando por culpa ou dolo, no desempenho de suas funções e atividades, causarem qualquer tipo de dano em desfavor de quaisquer daqueles. Da mesma forma, tal dispositivo legal lhes impõe os deveres de probidade e iniciativa, assim como o de empenho em suas atividades de gestão, das mesmas cautelas que se costuma empregar quando do manejo de seus próprios interesses.

Em sua essência, a alteração estatutária promovida por essa entidade desportiva, trazendo para o seu ambiente associativo elementos jurídicos típicos do sistema empresarial evidencia o reconhecimento subliminar, emanado dos próprios protagonistas do setor, de que as clássicas ferramentas associativas já não se mostram suficientes ao atendimento das complexas demandas atuais do segmento.

---

[157] "A atividade econômica é eminentemente de risco. A realização de bom ou mau negócio nem sempre decorre de culpa de quem o realiza. O limite entre a culpa e o risco na seara empresarial é tênue e necessita de análise casuística para chegar a um resultado capaz de superar esse divisor. Ao atribuir responsabilidade solidária ao administrador por agir com culpa no desempenho de suas funções, o legislador não trouxe critérios seguros para a caracterização da culpa. Esta, como se sabe, pode apresentar-se sob a forma de negligência, imprudência ou imperícia, sendo mais perceptível no universo empresarial a imprudência presente na má avaliação do risco do negócio. O fato é que a norma tem importância porque estabelece a responsabilidade ilimitada do administrador, tornando-se solidariamente responsável perante a sociedade e em relação a terceiros prejudicados. A culpa grave é a que deve ser considerada aqui, aquela que muito se aproxima do dolo. Cada ramo de atividade possui suas próprias regras e usos". VENOSA, Sílvio de Salvo. Código Civil interpretado. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 1241.

Assim, feito o importante registro dessa verdadeira exceção quanto ao trato da responsabilidade dos administradores das associações desportivas, pode-se concluir que a grande maioria das entidades brasileiras destinadas ao desporto profissional não possui um padrão específico de conduta imposta aos seus gestores, com o fito de nortear a postura negocial desses. Da mesma forma, em sede responsabilizatória, inexiste uma disciplina própria, submetendo-se seus administradores à regra geral e ampla do artigo 186 do Código Civil, o qual prevê, de forma abstrata, a possibilidade de reparação dos danos culposos ou dolosos por si gerados.

Definitivamente, não é esse o padrão de governança que se espera, notadamente, se o objeto da análise é uma pessoa jurídica que se dedica à celebração de uma elevada gama de contratos, das mais diversas naturezas, os quais se notabilizam por concentrarem direitos e obrigações munidos de robusta expressão financeira.

Como se examinará a seguir, no âmbito das sociedades, exatamente por conta do viés financeiro que permeia os atos de tais pessoas jurídicas, o padrão de condutas e o nível responsabilizatório de seus administradores apresenta-se munido de um caráter bem mais rígido, como se extrai da simples menção aos deveres do gestor de uma sociedade empresária, aderidos pela associação Clube de Regatas do Flamengo ao seu estatuto social com o fito de elevar o seu padrão de governança interno.

### 2.2.2 O padrão de conduta e a responsabilidade dos administradores no âmbito societário

Inicialmente, antes de se analisar ao nível responsabilizatório dos gestores de uma sociedade, mister se faz definir o que venha a ser uma pessoa jurídica com tal perfil. No Código Civil, não se tem uma definição muito clara do que venha a ser uma sociedade empresária, visto que tal termo acaba por se confundir com a figura do empresário,[158]-[159] conforme demonstra o art. 982[160] de tal diploma legal: “Art. 982.

[158]Quanto à figura do empresário, leciona Fábio Ulhôa Coelho que a este cabe: “[...] articular fatores de produção, que no sistema capitalista são quatro: capital; mão-de-obra; insumos; e tecnologia. As organizações em que se produzem os bens e serviços necessários ou úteis à vida humana são resultado da ação dos empresários, ou seja, nascem do aporte de capital – próprio ou alheio –, compra de insumos, contratação de mão-de-obra e desenvolvimento ou aquisição de tecnologia que realizam”. COELHO, Fábio Ulhôa. *Manual de direito comercial*. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p.3.

[159] Dissertando acerca da figura do empresário,Waldirio Bulgarelli o conceitua nos seguintes termos:“[...] organização da atividade econômica, pelo empresário que a anima e dirige e corre o risco e por isso se

Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais".Na concepção de Marlon Tomazette[161], as sociedades empresárias podem ser definidas como:

> As sociedades empresárias são as organizações econômicas, dotadas de personalidade jurídica e patrimônio próprio, constituídas ordinariamente por mais de uma pessoa, que têm como objetivo a produção ou troca de bens ou serviços com fins lucrativos.

Por sua vez, Sérgio Campinho[162] busca definir tais entidades como sendo, *in verbis:*

> Nas sociedades, o ponto central da união de seus integrantes é a exploração de atividade com finalidade econômica, buscando a obtenção e divisão dos ganhos havidos nessa exploração. O que motiva a aproximação dos seus integrantes, chamados tecnicamente de sócios, é o esforço de partilhar lucros. Constituem uma sociedade, as pessoas que mutuamente se obrigam a combinar esforços ou recursos para lograr fins comuns, repartindo, entre si, dividendos. A sociedade vai resultar da união de pessoas, físicas ou jurídicas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício proficiente de atividade econômica e a partilha, entre si, dos respectivos resultados.

Nessa mesma linha, José Edwaldo Tavares Borba[163]caracteriza a atividade empresarial nos seguintes termos:

> A atividade empresarial é a marca de sua classificação como sociedade empresária, ressalvada a sociedade por ações, que é sempre empresária (art. 982, § único). O fim lucrativo é da essência da sociedade, a qual se destina a produzir lucro, para distribuição aos que participam de seu capital.

Por fim, cumpre ainda trazer à baila a definição apresentada por Fran Martins[164], o qual conceitua a sociedade empresária como:

---

apropria dos lucros". BULGARELLI, Waldirio. *Tratado de direito empresarial.* 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000, p.52.

[160] BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

[161] TOMAZETTE, Marlon. *Direito societário,* São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, p. 19-20.

[162] CAMPINHO, Sérgio. *O direito de empresa à luz do novo código civil*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 33.

[163] BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito Societário*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 18.

[164] MARTINS, Fran. *Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio*. Ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 169.

> Denomina-se sociedade empresária a organização proveniente de acordo de duas ou mais pessoas, que pactuam a reunião de capitais e trabalho para um fim lucrativo. A sociedade pode advir de contrato ou de ato correspondente; uma vez criada, e adquirindo personalidade jurídica, a sociedade se autonomiza, separando-se das pessoas que a constituíram.

Amparado em tais premissas doutrinárias, pode-se conceituar a sociedade empresária como sendo uma pessoa jurídica de direito privado que busca, essencialmente, a exploração da atividade econômica, com a produção ou circulação de bens, viabilizando a obtenção de lucros e a arrecadação de dinheiro, os quais hão de ser partilhados entre seus membros.

Conforme restou exposto acima, a sociedade empresária visa à exploração da atividade econômica, com o desiderato firme de promover a busca incessante do lucro, a arrecadação de receita e, por fim, a distribuição de tal proveito econômico a seus membros. Para tanto, a mesma deve se relacionar com terceiros, celebrar contratos das mais diversas naturezas contraindo direitos e obrigações, com o fito de atingir os seus objetivos e anseios.

Tal relacionamento jurídico com o mercado em geral se efetiva através do administrador de cada uma dessas sociedades, a quem cabe a responsabilidade de pactuar com terceiros, obrigando e vinculando a entidade cuja gerência e administração lhe caiba.

Esse entendimento segue na esteira da lição de Pontes de Miranda[165], que assim tratou do assunto:

> De ordinário, nos atos da vida, cada um pratica, por si, os atos que hão de influir, ativa ou passivamente, na sua esfera jurídica. Os efeitos resultam de atos em que o agente é *presente*; pois que os pratica, por ato positivo ou negativo. A regra é a presentação, em que ninguém faz o papel de outrem, isto é, em que ninguém *representa*.
> [...]
> Quando o órgão da pessoa jurídica pratica o ato, que há de entrar no mundo jurídico como ato da pessoa jurídica, não há representação, mas presentação. O ato do órgão não entra, no mundo jurídico, como ato da pessoa, que é órgão, ou das pessoas que compõem o órgão. Entra no mundo jurídico como ato da pessoa jurídica, porque o ato do órgão é ato seu. Ainda há presentação, e não representação, conforme já aprofundamos no Tomo I, se a pessoa física ou órgão da pessoa jurídica pratica o ato, através de mensageiro ou de aparelho automático.

[165] MIRANDA, Pontes. Tratado de Direito Privado – Parte Geral – Tomo III - Negócios jurídicos. Representação. Conteúdo. Forma. Prova, 3ª ed., Rio de Janeiro, Borsoi, 1970, p. 231 e 233.

Nessa linha, Luciana de Godoy[166] sustenta que os administradores das sociedades empresárias seriam os responsáveis por exteriorizar as vontades, os objetivos e anseios da companhia:

> A relação jurídica entre a sociedade e seus administradores é orgânica, e não contratual, em razão de o administrador não ser um simples mandatário, mas um órgão de representação da sociedade. Em outras palavras e conforme dispõe a teoria orgânica, a sociedade não é representada pelo administrador e sim por meio dele manifesta sua vontade.

Assim, ao executar suas funções, o administrador, claramente, não está agindo como simples representante da empresa, mas sim agindo como a própria empresa, devendo pautar suas condutas e atos com extrema destreza, critério e eficiência[167].

O art. 1.022 do Código Civil[168] dispõe expressamente acerca da figura do administrador, como meio de relacionamento da sociedade com terceiros[169], senão vejamos: "Art. 1.022. A sociedade adquire direitos, assume obrigações e procede judicialmente, por meio de administradores com poderes especiais, ou, não os havendo, por intermédio de qualquer administrador."

A sociedade empresária somente não responderá pela conduta culposa ou dolosa de seu administrador perante terceiros, nas hipóteses elencadas pelo art. 1.015 do Código Civil[170]:

---

[166]GATAZ, Luciana de Godoy Penteado. *A responsabilidade civil dos administradores de companhias abertas não financeiras e o seguro D&O*. Revista de direito bancário e do mercado de capitais, v. 74, pág. 53.

[167]No mesmo diapasão, leciona Alexandre Uriel Ortega, acerca dos administradores, que:"administrador é o indivíduo responsável pela atuação da empresa, aquele que pratica os atos fundamentais para que ela se desenvolva e consiga realizar o objeto social. Seu campo de ação pode ser limitado por cláusulas especificas no instrumento de nomeação, ou pode ser limitada apenas pela atividade própria da empresa". DUARTE, Alexandre Uriel Ortega. *Administração da sociedade limitada*. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/administracao-da-sociedade-limitada-responsabilidade-dos-administradores-deliberacoes-dos-socios/34188/. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

[168] BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 06 de ago. de 2019.

[169]Segundo Ricardo Fiúza, "a representação da sociedade perante terceiros, em especial para a prática dos atos próprios à execução do objeto social, deve competir a um sócio ou gerente investido de poderes. Essa disposição distingue dois tipos de administradores na sociedade: a) o administrador com poderes especiais ou específicos para a prática de determinados atos; e b) o administrador com poderes genéricos e não discriminativos, o qual poderá praticar qualquer ato de representação da sociedade para fins de aquisição de direitos, assunção de obrigações e exercício de poderes de representação ativa e passiva. Seja de um modo ou de outro, a sociedade somente se relaciona perante terceiros, e os atos pertinentes são eficazes na medida da regularidade de sua representação […]". FIUZA, Ricardo. *Novo Código Civil Comentado*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 923.

[170] O art. 1.015 do código civil dispõe de hipóteses em que a sociedade não responderá pelos atos praticados por seus administradores, quando os atos forem estranhos ao objeto social, aos negócios e/ou contra a lei. Tais atos irregulares, praticados pelos administradores, são denominados de atos *ultra vires.* Nessa linha, mister se faz trazer à colação os ensinamentos de TarisSarlo Jorge: "concebida para aportar

> Art. 1.015. No silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade; não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende do que a maioria dos sócios decidir.
> Parágrafo único. O excesso por parte dos administradores somente pode ser oposto a terceiros se ocorrer pelo menos uma das seguintes hipóteses:
> I - se a limitação de poderes estiver inscrita ou averbada no registro próprio da sociedade;
> II - provando-se que era conhecida do terceiro;
> III - tratando-se de operação evidentemente estranha aos negócios da sociedade.

Quanto ao tema, cumpre trazer à baila o entendimento de Marcelo Bertoldi[171], o qual prescreve que:

> No entanto, o artigo 1.015 do NCC inova ao prever situações em que a sociedade não poderá ser responsabilizada pelos atos praticados por seus administradores, desde que verificadas as seguintes hipóteses: a) a limitação de poderes estiver inscrita ou averbada no registro próprio da sociedade; b) provando-se que era conhecida do terceiro; c) tratando-se de operação evidentemente estranha ao negócio da sociedade. Verificando-se qualquer destas hipóteses, aquele que veio a sofrer prejuízos por conta dos excessos do administrador não poderá ser considerado como terceiro de boa-fé, restando a ele insurgir-se contra o próprio administrador, causador do dano, mas não contra a sociedade.

Assim, desde que ocorra quaisquer das hipóteses elencadas no artigo 1.015 do Código Civil, a sociedade empresária não responderá pela conduta de seu administrador, que terá atuado em nome próprio, sem qualquer implicação jurídica em desfavor da sociedade por si representada.

Para o jurista italiano Giuseppe Ferri[172], o administrador, no desempenho de suas atribuições, encontra-se vinculado tanto a deveres negocialmente fixados pelo estatuto e pelo contrato social, quanto a deveres impostos pela lei, de modo que os deveres e responsabilidades do administrador poderiam ser separados em quatro grupos, no que se refere a objetivos perseguidos:

---

critérios de responsabilidade das corporações ou de seus dirigentes quando houver violação do objeto social. Assim, os atos ultra vires podem ser considerados sob a perspectiva da sociedade (ultra vires thecompany) ou sob o ponto de vista do administrador (ultra vires the agente). No primeiro caso, há atos praticados além do objeto social fixado no estatuto ou contrato, enquanto no segundo caso, o ato é praticado em nome da sociedade e dentro do objeto social da empresa, mas além dos poderes estatutários do dirigente". JORGE, Tarsis, Nametala Sarlo, *Manual das Sociedades Limitadas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2007, p. 295.

[171] BERTOLDI, Marcelo M. *Curso avançado de direito comercial: teoria geral do direito comercial e direito societário*, V. 1, 2003, p. 165.

[172] FERRI, Giuseppe. *Le società*. Torino: UTET, 1971, p. 524.

> i. Garantir a integridade do capital social;
> ii. Observar o correto funcionamento dos órgãos sociais e da obediência à forma e publicidade dos atos respectivos;
> iii. Zelar pela integridade da escrituração e documentação intrínseca às operações sociais; e
> iv. Preservar a lealdade e fidelidade da gestão aos interesses sociais.

Os regramentos legais, conjuntamente às cláusulas contratuais, estabelecem a responsabilidade contratual e extracontratual do administrador, podendo essas responsabilidades ser definidas, na concepção de Antônio Chaves[1173], como sendo:

> [...] haverá responsabilidade extracontratual quando ocorra violação de um dever de ordem puramente legal, ou de um preceito moral, ou da obrigação genérica de não prejudicar: norma de conduta geral imposta a todas as pessoas, ou a uma determinada categoria delas, independentemente da sua vontade. Será, ao contrário, contratual a responsabilidade quando estiver caracterizado um dever preexistente, uma obrigação voluntariamente assumida num contrato, ou numa promessa unilateral.

Assim, em decorrência da atividade por si desenvolvida, a qual se materializa no exercício da vontade da sociedade e, em última análise, de seus membros, impõe-se ao administrador, em um ambiente de perseguição contínua do lucro, uma atuação pautada na iniciativa e na probidade. Tais valores hão de permear suas condutas de representante, as quais deverão ter a mesma tônica e o mesmo rigor que aquele aplica aos seus negócios pessoais, sob pena de responder solidariamente pelos prejuízos causados à sociedade e a terceiros, conforme previsão legal conjugada dos artigos 1.011[174]e 1.016 do Código Civil[175]:

> Art. 1.011. O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios".
> [...]
> Art. 1.016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

---

[173] CHAVES, Antônio. Tratado de direito civil - responsabilidade civil. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985, p. 287.

[174]Quanto ao teor do art. 1.011, do código civil, assim corrobora o doutrinador Rubens Requião: "O uso regular da firma cabe ao sócio-gerente. Deve ele exercitar suas funções com zelo e lealdade, não só para com a sociedade como também em relação aos seus companheiros". REQUIÃO, Rubens. Curso *de Direito Comercial*. v. 1, 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 603.

[175] BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

Conforme se observa nos dispositivos legais acima transcritos, os administradores responderão solidariamente perante a sociedade e a terceiros, quando por culpa ou dolo, no desempenho de suas funções e atividades, causarem qualquer tipo de dano àqueles.

Desse modo, havendo um dano, seja este patrimonial seja extrapatrimonial, que tenha sido causado por uma ação ou omissão, culposa ou dolosa, do administrador da sociedade, este responderá solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, no que concerne à integral reparação do prejuízo causado.

Assim, de forma conclusiva, pode-se asseverar que o administrador de uma sociedade empresária acaba por possuir, no âmbito do Código Civil, um peso responsabilizatório mais elevado do que aquele dirigido aos gestores das associações[176].

O rigor em tal seara é de tal forma elevado que, havendo dois ou mais administradores na sociedade, um ou alguns desses só não serão responsabilizados pelos atos ilícitos praticados pelos outros administradores se for claramente comprovada a sua não participação no evento que deu causa ao dano cuja reparação se busca: "Art. 1.016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções"[177].

Assim, resta evidente a diversidade plena de tratamentos jurídicos, quanto às consequências dos atos de gestão dos administradores, no âmbito das associações e das sociedades, regradas pelo Código Civil, sendo nítido o maior peso havido no modelo societário, em detrimento do modelo associativo.

A diversidade de tratamentos entre os dois regimes fica ainda mais evidente, ao se analisar o sistema de responsabilidade dos administradores, na seara das sociedades anônimas, o qual se encontra disciplinado através do artigo 158[178] da Lei nº 6.404/76, o qual estabelece que:

---

[176] O administrador que desconsidera seu dever de lealdade aos interesses da sociedade, vindo a locupletar-se desta em proveito de seus interesses sociais, será pessoalmente responsabilizado pelos danos a que der causa, em decorrência de tal conflito de interesses. Nesse sentido, preceitua o artigo 1.017 do Código Civil Brasileiro: "O administrador que, sem consentimento escrito dos sócios, aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros, terá de restituí-los à sociedade, ou pagar o equivalente, com todos os lucros resultantes, e, se houver prejuízo, por ele também responderá". BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

[177] BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

[178] De acordo com a concepção de Fabio Ulhôa Coelho, não há distinção de responsabilidade entre os incisos do artigo 158, da Lei nº 6.404/76, sendo ambos de responsabilidade subjetiva: "Os dois incisos do art. 158 da LSA são interdefiníveis: não há conduta que se enquadre num deles que não se possa enquadrar também no outro. Não é correto, portanto, considerar que cada dispositivo expressa um sistema

> Responsabilidade dos Administradores
> Art. 158. O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder:
> I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;
> II - com violação da lei ou do estatuto.
> § 1º O administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade o administrador dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do órgão de administração ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração, no conselho fiscal, se em funcionamento, ou à assembléia geral.
> § 2º Os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.
> § 3º Nas companhias abertas, a responsabilidade de que trata o § 2º ficará restrita, ressalvado o disposto no § 4º, aos administradores que, por disposição do estatuto, tenham atribuição específica de dar cumprimento àqueles deveres.
> § 4º O administrador que, tendo conhecimento do não cumprimento desses deveres por seu predecessor, ou pelo administrador competente nos termos do § 3º, deixar de comunicar o fato a assembléia geral, tornar-se-á por ele solidariamente responsável.
> § 5º Responderá solidariamente com o administrador quem, com o fim de obter vantagem para si ou para outrem, concorrer para a prática de ato com violação da lei ou do estatuto.

Da simples leitura do dispositivo legal acima transcrito, pode-se constatar que o mesmo dispõe acerca da existência de duas hipóteses de responsabilidade individual

---

diferente de responsabilidade civil dos administradores de sociedade anônima". COELHO, Fábio Ulhôa. *Manual de Direito Comercial*.v.2. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p.241.

Nesse mesmo entendimento, cumpre transcrever as palavras de Marcelo Vieira Amadek: "no citado artigo,o legislador não teria se limitado a explicitar as hipóteses ante as quais despontaria a responsabilidade civil dos administrador, mas teria sim, simultaneamente, pretendido definir as diferentes situações em que o ato praticado pelo administrador o vincularia, ou então vincularia a sociedade ou ambos, perante terceiros. Embora essa inteligência reste obscurecidapelaredaçãodefeituosadoartigo– quedeixoudeincluirnoinc. IIo complemento necessário e implícito, dedutível da cabeça e do inc. I do mesmo art. 158 da Lei das S/A – deve-se entender que o legislador pretendeu estabelecer as seguintes regras: (1ª) o administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade, em virtude de ato regular de gestão; e (2ª) ele é civilmente responsável pelos prejuízos que causar, quando culposamente descumprir um dever legal ou estatutário, sendo que, nessa última situação: (2ª.A) os atos praticados dentro do âmbito de suas atribuições obrigam a sociedade perante terceiros (ressalvado o direito de regresso contra o administrador); e (2ª.B), *em princípio*, os atos praticados fora do âmbito de suas atribuições não vinculam a sociedade perante terceiros, pois são da direta e exclusiva responsabilidade do administrador, solução essa consentânea com o regime de publicidade das sociedades anônimas. Diz-se *em princípio*, porque, sob certas circunstâncias e à luz do primado da boa-fé, tais atos dos administradores, apesar de exercidos fora do âmbito de suas atribuições ou além de seus poderes, podem vincular a própria sociedade, quando (i) forem ratificados posteriormente; (ii) a sociedade deles auferir vantagem; *ou* (iii) a sua preservação impuser-se por efeito de outras regras e preceitos destinados a tutelar a posição jurídica de terceiros (categoria na qual se incluiriam os atos *ultra vires societatis*, fora do objeto social, e os praticados com excesso de poderes pelo administrador, uns e outros agora regulados pelo art. 1.015 do CC)". ADAMEK, Marcelo Vieira Von. *Responsabilidade civil de administradores de S/A e ações correlatas.* 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 221-224.

do administrador. A primeira deriva dos prejuízos causados pelo próprio administrador, quando agir com culpa ou dolo enquanto a segunda surge quando o administrador violar a lei e/ou o estatuto da sociedade[179]..

Nessa mesma linha, cumpre trazer à baila os ensinamentos de José Xavier Mendonça[180]:

> A responsabilidade pessoal dos administradores das sociedades anônimas, no curso da existência social, pode ser apreciada sob dois pontos de vista: 1º no desempenho de sua gestão; e 2º, no cumprimento das obrigações que a lei e o contrato social ou os estatutos lhes impõem. O fim dessa responsabilidade, de ordem pública e, portanto, não modificável pelo pacto, é prevenir e obstar a consequência, de atos ilícitos e reparar aos prejudicados os danos causados, mantendo as garantias que a lei e os estatutos sociais prometem às sociedades, aos acionistas e a terceiros.

Ainda no campo da responsabilidade, o administrador não será apenas responsabilizado em virtude das condutas comissivas por si perpetradas, mas também quando deixar de observar e fiscalizar o que estiver sendo implementado por terceiros que também possuam poderes de administração, conforme preceitua Luiz Antônio de Sampaio Campos[181]:

> Mas não se está, ainda, na linha da responsabilidade sem culpa, os administradores responderão, ainda assim, por culpa própria e individual. O administrador a quem competia a prática de ato específico responderá por ter deixado de praticá-lo. O administrador que não tinha atribuição direta para a prática do ato responderá por falta de dever de diligência ao não verificar o descumprimento do dever pelo outro administrador a não ter agido de forma a evitar a ocorrência do prejuízo.

Assim, além de prever a responsabilidade plena dos administradores quanto à reparação dos danos que advenham de uma ação ou omissão culposa do próprio gestor, o artigo 158 da Lei nº 6.404/76 ainda consagra em seu bojo hipóteses de responsabilidade solidárias dos administradores de uma companhia, como bem alerta Marcelo Vieira Von Adamek:

---

[179]Importante lição acerca dos deveres acessórios dos administradores das companhias é transmitida por Marcelo Vieira Von Adamek: "Conquanto possa ser classificado como dever implícito, já que não há na lei acionária preceito expresso com a sua epígrafe, o dever de vigilância, ou supervisão, é dedutível dos §§ 1º e 4º do art. 158 da Lei das S/A e, em última análise, constitui outro desdobramento do dever geral de diligência". ADAMEK, Marcelo Vieira Von. *Responsabilidade civil de administradores de S/A e ações correlatas*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 179.

[180] MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. *Tratado de direito comercial brasileiro*, p. 75-76.

[181] CAMPOS, Luiz Antônio de Sampaio. Direito das Companhias. Alfredo Lamy Filho; José Luis Bulhões Pedreira (coords). Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 1219-1220.

> A responsabilidade dos administradores é, de regra, individual, mas a lei regula hipóteses das quais pode resultar a sua responsabilidade solidária, nos casos de descumprimento de deveres legais destinados a assegurar o regular funcionamento da companhia (LSA, art. 158, §§ 2º a 4º) e de violação de deveres ordinários (LSA, art. 158, § 1º). Também prevê a responsabilidade solidária de terceiros que concorram para a prática de ato com violação da lei ou do estatuto (LSA, art. 158, § 5º), segundo adiante detalhado.[182]

Uma vez comprovada a culpabilidade, comissiva ou omissiva do administrador, poderá ser proposta em face do mesmo, pela Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, a competente ação de responsabilidade civil, com o fito de buscar a reparação de todo o prejuízo causado ao patrimônio da sociedade, conforme preceitua o art. 159 da Lei nº 6.404/76[183]: "Art. 159. Compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembleia-geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio."

Como se observa, a medida judicial acima referida está atrelada à satisfação de um pressuposto prévio, qual seja, a aprovação quanto à judicialização do tema, por parte da assembléia geral da companhia.

Acerca do tema, impõe-se mencionar os ensinamentos de Luiz Gastão Paes de Barros[184]:

> Tratando-se de procedimento da sociedade contra membros da própria administração (que normalmente seria o órgão encarregado da representação processual da sociedade), a lei reserva à assembleia geral – órgão que expressa a vontade social – a competência para decidir sobre a propositura ou não da ação em questão.

Nessa mesma linha, quanto ao dever de observância à ordem procedimental, assim se posiciona Nelson Eizirik:

> A formalidade é mais que razoável quando se trata de sociedade anônima, pois ordinariamente há ali uma razoável separação entre a administração da empresa e a titularidade de ações, cisão essa que só é mitigada no nível do conselho de administração. Submetendo-se os administradores exclusivamente ao crivo dos acionistas, confere-se estabilidade à gestão empresarial e resguarda-se o interesse social, de forma a assegurar que a ação de responsabilidade não será meio para a consecução de interesses individuais[185].

---

[182] ADAMEK, Marcelo Vieira Von. *Responsabilidade civil dos administradores de S/A e as ações correlatas*. São Paulo: Saraiva, 2009, pág. 236.

[183] BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em 04 de dez. 2019.

[184] LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *A prévia deliberação assemblear como condição de "legitimatio ad causam" na ação social*. in *Pareceres*. V. 1, São Paulo: Ed. Singular, 2004, p. 462 e 463.

[185] EIZIRIK, Nelson. *Temas de Direito Societário*. São Paulo: Renovar, 2005, pág. 117.

Por fim, quanto ao padrão responsabilizatório dos gestores de companhias, impõe-se frisar que, assim como ocorre com as sociedades regidas pelo Código Civil, no âmbito das sociedades anônimas, também não haverá a responsabilidade do administrador, conforme preceitua o *caput* e §1º do art. 158, em virtude de ato regular de gestão e quando discordar expressamente, em ata de reunião, da medida adotada[186].

Desse modo, resta comprovada a dualidade plena de tratamentos quanto à responsabilidade dos administradores, seja no âmbito das associações, seja na esfera das sociedades, o que se justifica, como explicitado anteriormente, pelo fim lucrativo precípuo dessas entidades, o que as impinge a dotarem-se de travas de controle e reparação mais eficazes, em detrimento daquelas outras, que não se prestam a tal desiderato.

Assim, uma vez evidenciado o real propósito das pessoas jurídicas de grande porte, que se destinam à organização e à prática desportiva, não há como se conceber que tais entidades desconsiderem as amarras protetivas típicas das sociedades, as quais militam em prol dos seus interesses, bem como daqueles com quem essas pessoas jurídicas venham a transacionar.

### 2.2.3 A remuneração dos administradores nas associações civis de destinação desportiva

Conforme acima definido, as associações são pessoas jurídicas de direito privado, constituídas pela união de pessoas, voltadas à realização de propósitos comuns, de obrigatória destinação não financeira.

Em virtude dessa concepção não lucrativa das associações, criou-se a premissa de que, nessas entidades, não se mostrava possível nem razoável a remuneração dos seus respectivos dirigentes, em virtude das finalidades sociais, religiosas, culturais e recreativas a que essas se destinam.

---

[186]Acerca do tema, Luiz Felipe Duarte Martins Costa informa que: "A atuação conjunta do administrador faz supor que todos eles tenham concorrido para a realização do ato lesivo, o que deverá ser elidido por aquele que diz não ter intervindo, isto é, o ônus da prova fica invertido: cabe ao administrador do órgão colegiado demonstrar que não concorreu culposamente com a deliberação tomada". COSTA, Luiz Felipe Duarte Martins. *Contribuição ao estudo da responsabilidade civil dos administradores de companhias abertas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) -Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 157-158.

Quanto ao tema, cumpre trazer à baila o entendimento de Hugo de Brito Machado[187], o qual assevera que:

> [...] instituição sem fins lucrativos é aquela que não se presta como instrumento de lucro para seus instituidores ou dirigentes. A instituição pode, e deve, lucrar. Lucrar para aumentar seu patrimônio e assim prestar serviços cada vez a maior número de pessoas, e cada vez mais de melhor qualidade. O que não pode é distribuir lucros. Tem de investir os que obtiver, na execução de seus objetivos.

Assim, os seus administradores, em virtude do fim eminente social de tais entidades, deveriam aceitar a abnegação de exercitarem seu mister, sem acesso a qualquer remuneração, executando suas atividades de modo voluntário. Tal generosidade pessoal se fazia justificar até por conta das isenções e imunidades tributárias e previdenciárias conferidas às associações, conforme previa a antiga redação do art. 12, § 2º, alínea "a", da Lei nº 9.532/97:

> Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.
> [...]
> § 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:
> a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

Como se observa do teor do dispositivo legal acima transcrito, a antiga redação da alínea "a" previa expressamente a ausência de remuneração dos dirigentes associativos como requisito essencial à elegibilidade de tais entidades, para fins de obtenção de benefícios de naturezas tributária e previdenciária.

Como se trata de entes despidos de interesse financeiro, em regra, as associações apresentam-se financeiramente instáveis e fragilizadas, de forma que a assunção de benefícios fiscais sempre se mostrou uma eficaz ferramenta de sobrevivência, jurídica e operacional, de tais figuras jurídicas.

Assim, pela força de previsão legal e, sobretudo, pela sua relevância como instrumento viabilizador da continuidade existencial de grande parte das associações, no Brasil, as quais mostram-se despidas de enormes suportes financeiros, surgiu a

[187] MACHADO, Hugo de Brito. "Imunidade Tributária das Instituições de Educação e de Assistência Social e a Lei 9.532/97", in *Imposto de Renda – Alterações Fundamentais*, 2o vol., coordenador Valdir de Oliveira Rocha, São Paulo, Dialética, 1998, p. 69.

indexação de que os dirigentes estatutários das associações deveriam despir-se de contrapartidas remuneratórias, o que não se mostra verdadeiro, uma vez que inexiste qualquer previsão legal nesse sentido.

Na verdade, o que sempre subsistiu foi uma necessidade premente e indisponível de acesso a benesses legais, cujo alcance só se mostrava viável, mediante o atendimento a tal pressuposto legalmente consagrado.

A despeito da forçosa menção a tal regramento, não há como não se negar o seu caráter desarrazoado e incongruente. Isso porque, definitivamente, não se mostra adequada a indexação concessiva de determinado benefício legal à obrigatoriedade de que o administrador de uma determinada associação viesse a exercitar suas atividades à frente da instituição, despendendo em favor desta seu tempo, sua energia, seu intelecto e sua experiência, sem a possibilidade de ter acesso a uma legitima contrapartida remuneratória, pelo esforço por si empreendido, em prol da entidade e da consecução de seus objetivos.

A inadequação de tal critério reside no fato de subsistir uma forte relação entre o resultado obtido e a possibilidade de uma eventual remuneração a ser conferida ao administrador da instituição, em decorrência das atividades por esse desenvolvidas. A firmeza de tal assertiva pode ser medida através do exame do tempo que o gestor passa a ter disponível para fins de dedicação ao projeto associativo, caso tenha a possibilidade de ser remunerado pelos serviços por si prestados. Ao se dedicar cada vez mais, maior tende a ser a potencial possibilidade de o gestor obter melhor performance administrativa.

Assim, por inexistir uma relação direta de confiabilidade e de fidedignidade que justifique a contemplação de tal condição como pressuposto necessário à fluência dos benefícios acima referidos, mostrou-se inexata tal fixação legislativa, a qual deveria indexar a concessão de tais direitos à satisfação “in concreto” de elementos de interesse público, tais quais o número de campanhas assistenciais realizadas, o alcance dos projetos sociais levados a efeito, entre outras medidas.

A primeira flexibilização quanto a tal critério surgiu com o advento da Lei nº 9.790/99, a qual instituiu em seu art. 4º, inciso VI[188], a possibilidade de remuneração

[188] Art. 4o Atendido o disposto no art. 3o, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:
[...]

dos dirigentes[189] estatutários de entidades despidas de fins econômicos[190], desde que tais entes satisfizessem todos os pressupostos que lhes credenciasse à obtenção do título de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Alguns anos mais tarde, a Lei nº 10.637/2002 contemplou a possibilidade de remuneração para dirigentes de entidades qualificadas como Organizações Sociais – OS ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, desde que possuíssem vínculo empregatício[191]ativo com as entidades por si administradas.

No campo desportivo, a ruptura quanto a essa perspectiva de ausência de benefícios fiscais, em caso de existência remuneratória em favor dos administradores das associações, adveio com a edição da lei nº 12.868/2013[192], a qual promoveu

---

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

[189] Acerca do tema, assim se posicionam Giovanni Alves e José Antônio Araujo: "A esse respeito, de plano, cumpre esclarecer que a vedação à 'distribuição de excedentes, operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio' não atinge o pagamento de remunerações a seus dirigentes e funcionários. Isto porque, tais pagamentos estão autorizados pelo artigo 4.o, inciso VI da Lei n.o 9.790/99, que permite a remuneração aos dirigentes que trabalham na 'gestão executiva e prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação'. É importante ressaltar que a regra dá cumprimento aos dispositivos constitucionais que enumeram os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e da propriedade privada, garantindo a justa remuneração. Portanto, pagar a remuneração aos dirigentes, desde que a quantia paga guarde correspondência com a do mercado, não é óbice para se reconhecer o caráter não lucrativo da entidade". ALVES, Giovani Ribeiro Rodrigues; ARAÚJO, José Antônio Gomes de. *Aplicação dos Princípios da Livre Iniciativa e da Legalidade na Interpretação da Organização Associativa*. Revista do Direito Público, Londrina, v.8, n.1, p. 62, jan./abr.2013.

[190] Univaldo Coelho Cardoso sustenta que: "O artigo 4°, VI, da Lei 9.790/99 institui a possibilidade de se remunerar dirigentes. Pode parecer contraditório, mas antes da lei já era possível remunerar dirigentes. O que mudou não foi a possibilidade de remunerar dirigentes, mas o conceito de finalidade não lucrativa. Já dissemos várias vezes em outros artigos que a remuneração de dirigentes, em si, não faz com que uma entidade passe a ter ou não finalidade não lucrativa. A finalidade não lucrativa é um conceito jurídico doutrinário, não legal, que se baseia no fato de a organização não distribuir o resultado positivo de suas operações (lucro) entre os sócios. Ou seja, a finalidade não lucrativa não depende da remuneração, mas da não distribuição de lucros. [...] Foi nesse ponto que a Lei 9.790/99 inovou, ao reconhecer pela primeira vez em uma lei que a finalidade não lucrativa não depende da não remuneração, contudo o fez somente para os efeitos daquela lei". CARDOSO, Univaldo Coelho. *OSCIP: organização da sociedade civil de interesse público*. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília: Sebrae, 2014, p. 17. BIBLIOTECAS SEBRAE. (Brasil) Arquivos Chronus: Empreendimentos coletivos. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d859d470786e9468569ec9ba3c8b7496/$File/5194.pdf>. Acesso em: 05 de dez. de 2019.

[191] Art. 34. A condição e a vedação estabelecidas, respectivamente, no art. 13, § 2o, III, b, da Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e no art. 12, § 2o, a, da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997, não alcançam a hipótese de remuneração de dirigente, em decorrência de vínculo empregatício, pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, e pelas Organizações Sociais (OS), qualificadas consoante os dispositivos da Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998.

[192] Comentando o tema, Carvalho e Castro informam que: "Essa inovação na legislação é importante, pois do ponto de vista operacional, tal permissivo legal certamente possibilita um incremento nos quadros dessas entidades, no sentido de torná-las mais eficientes, dotadas de um staff mais profissional". CARVALHO, Cristiano; CASTRO, José Augusto Dias de. Aspectos tributários das entidades sem fins

importantes alterações nos textos da lei nº 9.532/97[193] e da lei nº 9.615/98 (Lei Pelé)[194]. Uma das mais destacadas modificações possibilitou a remuneração de dirigentes estatutários de entidades sem fins lucrativos, como contrapartida às atividades por esses empreendidas em prol das entidades, sem prejuízo da manutenção dos benefícios de isenção e/ou imunidade tributária e previdenciária vigentes.

No que se refere à Lei nº 9.532/97, a alteração ocorreu em seu art. 12º, parágrafo 4º, o qual se transcreve abaixo:

> Art. 18. A Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art. 12. .....
> .....
> § 4º A exigência a que se refere a alínea "a" do § 2º não impede:
> I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; e
> II - **a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal**.
> § 5º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 4º deverá obedecer às seguintes condições:
> I - **nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º (terceiro) grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo**; e
> II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo.
> § 6º O disposto nos §§ 4º e 5º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho."(grifo nosso)

Como se extrai da leitura do referido dispositivo legal, contemplou-se a expressa possibilidade de remuneração dos dirigentes não estatutários, desde que possuam esses vínculo empregatício com a entidade, bem como dos dirigentes não estatutários, desde que respeitado, no caso desses últimos, o teto máximo remuneratório de até 70% (setenta por cento) da remuneração dos servidores públicos do Executivo Federal.

O texto legal em referência prevê ainda, dando ênfase no controle financeiro das remunerações dos administradores, que o somatório total das remunerações de todos

---

lucrativos e das OSCIPs. In: CARVALHO, Cristiano; PEIXOTO, Marcelo Magalhães. *Aspectos jurídicos do terceiro setor*. 2. ed. São Paulo: MP Editora, 2008, p. 12.

[193] Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

[194] Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

os dirigentes não poderá superar o valor de 05 (cinco) vezes o valor do teto individual admitido como máximo remuneratório de um dirigente.

Assim, erigiu o legislador uma sistemática plena de controle financeiro de gastos com administradores das associações de destinação desportiva, ao contemplar um limite individual e, ao mesmo tempo, um limite coletivo de gastos com tal rubrica, de modo que a associação pode remunerar quantos dirigentes entender necessários, desde que o gastos com todos esses não ultrapasse o valor equivalente a um quíntuplo do teto remuneratório admitido para qualquer dirigente.

Por fim, como corolário direto dos princípios da impessoalidade e da moralidade, o referido artigo ainda exige que o dirigente remunerado pela entidade não seja cônjuge ou parente de até 3º (terceiro) grau de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores das associações titulares de benefícios fiscais ou previdenciários .

À título exemplificativo, acerca da questão posta a exame, cumpre registrar a resposta prestada pela Receita Federal do Brasil à consulta realizada pela Federação Nacional dos Clubes Esportivos – FENACLUBES[195]–, acerca da possibilidade de remuneração dos dirigentes das associações de destinação esportiva e a consequente manutenção dos benefícios de isenção e/ou imunidade tributária:

> 19. Pelo exposto, responde-se à consulente que:
> 20. Entidade sem fins lucrativos componente do Sistema Nacional do Desporto, para ter direito à isenção do IRPJ e da CSLL prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, deve atender a todos os requisitos legais que condicionam o benefício, inclusive a limitação à remuneração dos dirigentes pelos serviços prestados, de que trata o art. 12, § 2º, a, da Lei nº 9.532, de 1997. Assim, para gozo do benefício, a entidade só pode remunerar seus dirigentes dentro dos limites estabelecidos nos §§ 4º a 6º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997.

A resposta prestada pela Receita Federal do Brasil, não deixou dúvidas acerca da possibilidade de remuneração dos dirigentes das entidades desportivas, bem como da possibilidade concomitante de continuação da fluência dos benefícios de isenção e/ou imunidade tributária, desde que respeitados os limites, individual e geral, de remuneração acima indicados.

---

[195] CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES. *Remuneração dos Dirigentes*. Disponível em: <https://prezi.com/view/hQzWe1Fhut1G5ctSe8Za/>. Acesso em: 19 de ago. de 2019.

Atendendo a tal perfil, alguns clubes brasileiros da Série A, como por exemplo o São Paulo Futebol Clube[196], promoveram alterações em seus respectivos Estatutos Sociais, prevendo a possibilidade de remuneração dos dirigentes. São os seguintes os termos da narrativa do estatuto social da entidade paulista, que acolheu essa sistemática remuneratória:

> São Paulo Futebol Clube:
> Artigo 99 O Conselho de Administração será composto por 9 (nove) membros, dentre eles necessariamente o Presidente e o Vice-Presidente da Diretoria. Os demais membros serão indicados da seguinte forma: 3 (três) membros pelo Conselho Deliberativo, dentre os Conselheiros deste Poder; 1 (um) membro pelo Conselho Consultivo, dentre os Conselheiros natos deste Poder; e 3 (três) membros pelo Presidente Eleito. Todos os membros indicados pelo Presidente Eleito serão, necessariamente, independentes.
> [...]
> §9º Apenas os Conselheiros independentes poderão ser remunerados pelo exercício de suas funções. A atribuição de remuneração e o montante serão definidos pelos membros não independentes do Conselho de Administração, cabendo o voto de qualidade ao Presidente, em caso de empate.
> §10º A remuneração individual do Conselheiro independente observará parâmetros de mercado e poderá ser fixada por reunião, não podendo superar, no mês, a 70% (setenta por cento) do teto do funcionalismo público federal.
> [...]
> Artigo 111 O Presidente Eleito poderá ser remunerado caso dedique-se exclusivamente ao exercício das suas funções. Sua remuneração deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, mas não será, em qualquer hipótese, superior a 70% (setenta por cento) do teto do funcionalismo público federal. (grifo nosso).

A preocupação de respeito ao limite remuneratório e assim de garantia da continuidade da instituição no "status" associativo encontra-se muito bem delineada no seio do estatuto social do Esporte Clube Bahia[197], o qual estabelece que, em nenhuma hipótese, a política salarial dos administradores da instituição poderá ser um óbice ao gozo dos benefícios típicos de uma entidade sem fins lucrativos:

> ARTIGO 32. O Clube será administrado por uma Diretoria Executiva constituída de:
> I) 01 (um) Presidente, eleito diretamente pela Assembléia Geral;
> II) 01 (um) Vice-Presidente, também eleito diretamente pela Assembléia Geral.
> Parágrafo 1º. No exercício das suas atribuições, o Presidente da Diretoria Executiva poderá nomear diretores para o exercício de atribuições administrativas específicas, apresentando seu plano de gestão ao Conselho Deliberativo.

[196] SÃO PAULO F.C. *Estatuto Social*. Disponível em:< http://www.saopaulofc.net/o-clube/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.
[197] ESPORTE CLUBE BAHIA. *Estatuto Social*. Disponível em: <https://esporteclubebahia.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Consulta-Estatuto_ECB_Marco-2018.pdf>. Acesso em: 19 de ago. de 2019.

> Parágrafo 2º. Os cargos de Presidente e Vice-Presidente, bem como os de diretores, deverão ser remunerados, obedecendo-se a legislação em vigor, de forma que seja preservada a condição do Esporte Clube Bahia de instituição sem fins lucrativos, nos termos do artigo 150, VI, 'c' da Constituição Federal brasileira de 1988.(grifo nosso)

Permeados por esse espírito de perpetuação das instituições sob o formato de associação civil, alguns dos mais relevantes entes desportivos nacionais sequer empreenderam alterações nos seus atos constitutivos e continuam, até os dias atuais, vedando a oferta de qualquer contrapartida financeira a seus principais gestores, como ocorre com o Grêmio de Futebol Porto Alegrense[198], cujo regramento interno estabelece que:

> Art. 78. Ao Conselho de Administração compete:
> §1º *omissis*
> § 2º*omissis*
> § 3º – Os Membros do Conselho de Administração, o Vice-Presidente de Futebol e os Assessores Especiais compõem a Diretoria não remunerada do GRÊMIO."(grifo nosso)

As três instituições desportivas mais recentes na disputa da Série A do Campeonato Brasileiro de 2019 não transformaram sua jovialidade institucional em vanguarda jurídica e mostraram um perfil eminentemente conservador quanto ao trato do tema. Seguindo a diretriz do exercício gratuito dos atos de gestão, os estatutos sociais de Avaí Futebol Clube[199], Associação Chapecoense de Futebol[200] e Centro Sportivo Alagoano - CSA[201] não possibilitam a oferta de qualquer contrapartida financeira aos seus respectivos administradores pelas atividades diretivas por si desempenhadas.

---

[198] GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. *Estatuto social*. Disponível em: https://gremio.net/governanca/documentos/estatuto-social-2017.pdf. Acesso em: 20 de ago. de 2019.

[199] Art. 32. Os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal não serão remunerados, de modo que aqueles que vierem a exercer qualquer cargo com remuneração no Clube perderá automaticamente a sua condição anterior. AVAÍ FUTEBOL CLUBE. *Estatuto registrado.* Disponível em: <http://www.avai.com.br/novo/wp-content/uploads/2014/08/Estatuto-registrado-2016.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2019.

[200] "Art 22º - A Assembleia Geral, o Conselho Deliberativo e o Conselho Gestor têm função deliberativa, o Conselho Fiscal tem função fiscalizadora, o Conselho Consultivo e o Conselho administrativo tem função executiva e deliberativa.
§Único – O exercício de cargo constitutivo de qualquer dos poderes da Associação Chapecoense de Futebol é obrigatoriamente gratuito.[200]", ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL. *Estatuto Social*. Disponível em <https://s3.us-east-2.amazonaws.com/chapeweb/ACF+-+ESTATUTO+SOCIAL.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2019.

[201] O Centro Sportivo Alagoano – CSA sequer se atém ao tema possibilidade de remuneração dos seus administradores, no seio de seu Estatuto Social.

Assim, no que tange à realidade remuneratória das entidades desportivas de maior expressão no Brasil, cumpre frisar que elas se dividem em dois grupos, no que se refere à política remuneratória de seus dirigentes: aqueles que admitem a remuneração, atendidos os limites, individual e geral, estatuídos na legislação e aqueles que continuam despidos de qualquer flexibilidade remuneratória em relação a seus administradores.

Em ambos os casos, os critérios mostram-se absolutamente destoantes da realidade financeira dos negócios jurídicos celebrados por tais entidades, bem como da nítida feição econômica de suas atividades atuais. Ora, se o modelo com remuneração limitada já se mostra impróprio para o nível de profissionalismo e de dedicação que se espera de um administrador de quaisquer das grandes pessoas jurídicas destinadas à competição ou à organização desportiva no Brasil, quiçá, o modelo não remuneratório, o qual se materializa em uma herança do perfil romântico e lúdico do triunfo esportivo, que marcou a fundação de tais entidades e, definitivamente, já não mais existe, pelo menos, como razão última de sua existência.

As entidades em referência celebram contratos milionários, das mais diversas naturezas, perseguem nitidamente o lucro em suas atividades próprias, de modo que haveria de se supor que seus atos negociais fossem manejados por administradores profissionais, experimentados, capacitados, dispostos à dedicar seu tempo, sua energia e seu saber em prol daquela entidade desportiva. Em contrapartida, seria conferido a tais protagonistas uma legitima remuneração, orçada em valores de mercado, sem qualquer dirigismo legislativo, como contrapartida ao mister por si exercitado.

Pensar de forma diversa é subverter e negligenciar o foco, as aspirações e as ambições atuais de tais entidades, as quais perseguem o lucro, a realização e o acúmulo financeiro, sendo latente o intrínseco fim financeiro dessas.

Nesse sentido, por todos esses fundamentos, o modelo societário se mostra mais adequado à formatação jurídica da realidade atual das entidades destinadas à prática e à competição desportiva em nosso país.

# 3. OS ESFORÇOS LEGISLATIVOS DE NEUTRALIZAÇÃO DO DESCONTROLE DO SISTEMA DESPORTIVO: UM PARALELO BRASIL – ESPANHA

A primeira parte deste estudo visou a promover o exame das consequências negativas geradas, a partir de uma utilização desfuncionalizadora das autonomias constitutiva e operacional conferidas às pessoas jurídicas destinadas à organização e à competição esportiva. Findada tal etapa, passa-se ao exame das medidas legislativas implementadas, durante o atual período constitucional, com o fito de tentar promover a neutralização de tais distorções.

Assim, a partir da análise da sequência de diplomas legais que se dedicaram ao tema, será possível aferir o nível de evolução legislativa produzida no Brasil com o passar dos anos, identificando-se os avanços implementados e as lacunas ainda carentes de regulamentação. Tais elementos serão de elevada valia no sentido de permitir a identificação dos pontos de maior vulnerabilidade, os quais muito contribuem para a crise sistêmica ora vivenciada no desporto pátrio.

Dessa forma, concluído tal diagnóstico, passar-se-á à análise das nuances do tratamento espanhol dado à questão, a qual se mostrou por demais eficaz quanto à mitigação de anomalias similares àquelas aqui vivenciadas.

Isto posto, identificadas as falhas havidas em nosso sistema e devidamente eleito o paradigma que se mostrou mais efetivo quanto ao combate dessas, pavimentada estará a via de soerguimento de uma estrutura jurídica que estabeleça premissas firmes e claras as quais, sem colocar em risco a autonomia constitucional conferida a tais entidades privadas, propicie a funcionalização das entidades desportivas.

## 3.1 O histórico nacional de intervenções legislativas

Historicamente, no Brasil, o desporto sempre foi tratado como um item afeto exclusivamente à seara privada, sem que qualquer intervenção regulatória estatal se fizesse presente. Contudo, o colapso pleno experimentado pelo setor, durante os idos da

década de 1980, acabou por motivar um ensaio de intervenção estatal no setor, visando a disciplinar alguns dos mais relevantes institutos afetos à matéria[202].

A primeira tentativa de incremento do desporto no país, após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, tratou-se da lei n. 7.752, de 14 de abril de 1989, a qual instituiu benefícios fiscais para investidores no esporte amador brasileiro[203]-[204]. Essa lei já nasceu com o traço da discórdia institucional. Isso porque o texto em referência foi objeto de veto presidencial e posterior rejeição do veto por parte do Congresso Nacional. Nos termos do artigo 66, § 7, da Constituição Federal, o Presidente do Senado à época, Senador Nelson Carneiro, foi quem promulgou essa lei, em virtude de o Presidente da República José Sarney não o ter feito dentro do prazo constitucional[205].

O texto em referência instituiu a permissão para que o contribuinte do Imposto sobre a Renda, fosse este pessoa física ou jurídica, pudesse abater da renda bruta ou deduzir como despesa operacional o valor dos investimentos, doações ou patrocínios, inclusive despesas e contribuições realizadas através ou a favor de pessoa jurídica de

---

[202] Independentemente do êxito, total ou parcial, das medidas implementadas, o certo é que cabe ao Estado ser um importante protagonista no que se refere à promoção dessas correções, como bem consagrou Fábio Konder Comparato: "Quando a Constituição define como objetivo fundamental de nossa República, construir uma sociedade livre, justa e solidária (art.3º, I), quando ela declara que a ordem social tem por objetivo a realização do bem-estar e da justiça social (art. 193), ela não está certamente autorizando uma demissão do Estado". COMPARATO, Fábio Konder. *O Poder de Controle nas S/As*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p. 46.

[203]Alexandre Miguel comentou acerca do esporte amador que "o senso comum «dirá» que o desportista amador não trabalha, antes joga – praticando desporto na escola, num grupo de amigos ou num clube amador –, enquanto o desportista profissional não joga, antes *trabalha*. Ou «dirá» ainda que deve estabelecer-se uma diferença entre o atleta que obtém do desporto o seu principal *modus vivendi*, daquele atleta que chega mesmo a ter de pagar para poder praticar a sua modalidade". MIGUEL, Alexandre Miguel, *Desporto e União Europeia*, Coimbra: Coimbra Editora, 2002, pág. 52.

[204]Alvaro Melo Filho vislumbra o desporto amador como sendo aquele exercitado por "desportistas de qualquer idade que, com liberdade, entregam-se à prática de qualquer modalidade sem qualquer forma de remuneração ou incentivos materiais, ou seja, aqueles que não recebem nenhuma compensação econômica como consequência da prática esportiva e não têm nenhum outro interesse que não seja o do simples revigoramento físico, euforia da saúde ou passatempo higiênico". MELO FILHO, Álvaro. *Novo regime jurídico do desporto: comentários à Lei 9.615 e suas alterações*. Brasília: Brasília Jurídica, 2001, p.44.

[205]Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará. § 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. § 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea. § 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção. § 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. § 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República. § 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final. § 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

natureza desportiva, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Educação[206].

Seriam reconhecidos como alocações financeiras passíveis de propiciar o experimento de vantagens tributárias as que tivessem por destinatárias as seguintes atividades:

> Art. 2º Para os objetivos da presente Lei, consideram-se atividades desportivas:
> I - a firmação desportiva, escolar e universitária;
> II - o desenvolvimento de programas desportivos para o menor carente, o idoso e o deficiente físico;
> III - o desenvolvimento de programas desportivos nas próprias empresas em benefício de seus empregados e respectivos familiares;
> IV - conceder prêmios a atletas nacionais em torneios e competições realizados no Brasil;
> V - doar bens móveis ou imóveis a pessoa jurídica de natureza desportiva, cadastrada no Ministério da Educação;
> VI - o patrocínio de torneios, campeonatos e competições desportivas amadoras;
> VII - erigir ginásios, estádios e locais para prática de desporto;
> VIII - doação de material desportivo para entidade de natureza desportiva;
> IX - prática de jogo de xadrez;
> X - doação de passagens aéreas para que atletas brasileiros possam competir no exterior;
> XI - outras atividades assim consideradas pelo Ministério da Educação.

O rol de atividades eleitas como potencialmente beneficiárias da destinação financeira, por si só, já tem o condão de dar a tônica do foco eminentemente social da medida. O exame de tal acervo de atividades permite concluir que essas visavam impulsionar os desportos de natureza educacional, de formação e amadora[207], inexistindo qualquer menção à concessão de vantagens tributárias como contrapartida ao investimento no desporto profissional[208].

A preocupação do legislador em fomentar o desporto de feição eminentemente não profissional, que não tivesse qualquer relação de natureza financeira foi de tal monta que as ações de patrocínio que viessem a gerar vantagens institucionais diretas ao contribuinte não poderiam ser habilitadas para os fins fiscais da lei em referência. A

---

[206]Em 1989, os temas afetos a essa matéria eram de competência da Secretaria de Educação Física e Desporto, vinculada ao Ministério da Educação.

[207] Antônio Carlos de Azambuja preceitua, justificando a inclusão de regramento específico do desporto amador que: "o desporto, enquanto prática amadorista, também é uma atividade civil, aqui de fins não lucrativos"89 . 89 AZAMBUJA, Antônio Carlos de. *Clube-Empresa: preconceitos, conceitos e preceitos (o 1001º gol)*. 1.ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2000. p.109.

[208] Carlos Miguel Castex Aidar vislumbra o desporto profissional como sendo aqueles que reúne atleta, de qualquer modalidade, que pratique o "esporte como profissão, entendida esta como o exercício de um trabalho como meio de subsistência do seu exercente."AIDAR, Carlos Miguel Castex. *Direito desportivo***.** Campinas: Editora Jurídica, Mizuno, 2000.p.59.

premissa para experimento do benefício em questão consistia na participação eminentemente altruísta dos contribuintes, com o sentido exclusivo de promoção de um elemento de pesado e reconhecido peso social, sem qualquer interesse na colheita de outros frutos econômicos para si, em decorrência da destinação patrimonial efetivada[209].

A despeito de se reconhecer a atenção do legislador ao tema, o certo é que a legislação em comento se mostrou deficiente quanto ao seu nível de superficialidade no que tange ao controle e à eficiência dos projetos beneficiados. Como se demonstrará a seguir, esta é, inclusive, a tônica que pautará todos os textos legislativos posteriores, os quais se mostraram sempre silentes quanto à cobrança de medidas efetivas de performance, organização e transparência a serem direcionadas às pessoas jurídicas de destinação desportiva, como fundamentos de políticas públicas, visando a credenciá-las ao experimento de benesses fiscais.

Dessa forma, se, por um lado, há que se reconhecer o nobre propósito de concepção da lei n. 7.752, de 14 de abril de 1989, a qual objetivava instituir uma fonte financeira de fomento privado do esporte educacional e do esporte de formação, por outro, a ausência de um regramento específico e mais amplo de condicionantes que estabelecessem metas a serem performadas, assim como procedimentos e protocolos administrativos de gestão a serem seguidos, materializou-se em um grande e nítido defeito de tal texto legal.

Visando a sanar essas lacunas, em 1993, entrou em vigor a lei n. 8.672, nacionalmente nominada de "lei Zico", a qual tinha por escopo apresentar preceitos gerais[210] regulatórios do desporto nacional. Trata-se da primeira grande tentativa do legislador ordinário de regulamentar[211]a matéria desportiva no país[212].

---

[209] Nesse sentido, cumpre citar:Art. 5º Para efeitos desta Lei, considera-se patrocínio a promoção de atividades desportivas, referidas no Art. 2º, sem proveito pecuniário ou patrimonial direto para o patrocinador.

[210]Elencando os propósitos gerais de tal texto legal, Marcelo Proni identificou como objetivos centrais: "i) Regulamentar a presença de empresas e as formas de comercialização no futebol profissional, ii) rever a participação nos recursos da Loteria Esportiva, iii) extinguir a 'lei do passe' e estabelecer uma nova norma para o contrato de trabalho do atleta profissional, iv) redefinir os mecanismos de supervisão e assegurar a autonomia estatutária dos clubes, assim como v) buscar mecanismos mais democráticos e transparentes de representação e de administração das federações e da CBF". PRONI, M. W. A metamorfose do futebol. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2000, p.165

[211] Na mesma linha, aponta Alvaro Melo Filho que: "Vale dizer, foi a conhecida 'Lei Zico' que instituiu normas gerais sobre desporto com diretrizes mais democráticas, reservando espaço para a autonomia desportiva e a liberdade de associação, ambas com sede constitucional, fazendo perpassar por todos os seus dispositivos a filosofia do 'pode'. Com a 'Lei Zico' o conceito de desporto, antes adstrito e centrado apenas no rendimento, foi ampliado para compreender o desporto na escola e o desporto de participação e lazer; a Justiça Desportiva ganhou uma estruturação mais consistente; permitiu-se que o voto nos entes desportivos pudesse ser singular ou plural transitório; facultou-se ao clube profissional transformar-se, constituir-se ou contratar sociedade comercial; em síntese, reduziu-se drasticamente a interferência do

Nesse sentido, visando a conceder o foco a ser perseguido no âmbito desportivo, o artigo 2º de tal diploma legal estabeleceu os princípios que haveriam de nortear as ações e políticas relativas a tal setor:

> Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os seguintes princípios:
>
> I - soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;
> II - autonomia, definido pela faculdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva como sujeitos nas decisões que as afetam;
> III - democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem distinções e quaisquer formas de discriminação;
> IV - liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor;
> V - direito social, caracterizado pelo dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;
> VI - diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;
> VII - identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;
> VIII - educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante e fomentado através da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;
> IX - qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;
> X - descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual e municipal;
> XI - segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;
> XII - eficiência, obtido através do estímulo à competência desportiva e administrativa.

O exame de tal base principiológica evidencia uma nítida preocupação do legislador em estabelecer marcos que haveriam de balizar o estabelecimento de políticas

---

Estado, fortalecendo a iniciativa privada e o exercício da autonomia no âmbito desportivo, exemplificada, ainda, pela extinção do velho Conselho Nacional de Desportos, criado no Estado Novo e que nunca perdeu o estigma de órgão disciplinador e controlador do sistema desportivo, de visível atuação cartorial e policialesca". MELO FILHO, Álvaro. *Direito desportivo: aspectos teóricos e práticos.* São Paulo: IOB Thomson, 2006, p. 66.

[212] Manoel Tubino destaca os obstáculos políticos erigidos até a edição de tal diploma legal:"O projeto inicialmente apresentado por Zico foi bloqueado de todas as formas durante o governo Collor, pelos parlamentares ligados a alguns presidentes de federação do futebol. Entretanto, no governo Itamar, com o trabalho incessante do secretário Márcio Braga, a proposta inicial recebeu como relator o deputado Artur da Távola, o mesmo a quem na Constituição de 1988 coube incluir as questões do esporte no seu relatório [...] Artur da Távola reuniu um grupo de esportistas, do qual tive a honra de participar, e com muita lucidez e compromisso conseguiu apresentar um substitutivo ao projeto Zico."TUBINO Manoel J., *O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias*. São Paulo: Ibrasa.1996, p. 93-94.

públicas fomentadoras do desenvolvimento desportivo. Para os fins deste trabalho, impõe-se a especial referência à consagração da busca pela eficiência[213], tanto desportiva, quanto administrativa, como fundamento do desporto nacional.

Todavia, a despeito de tal menção explícita e relevante, o certo é que se mostrou silente o legislador, quanto a item que se materializava, já naquela época, no ponto central de grande parte das mazelas havidas no sistema desportivo brasileiro: a crise gerencial das entidades desportivas. Assim, inexiste neste diploma legal qualquer diretriz regulatória efetiva que tenha por foco a normatização dos aspectos administrativos e gerenciais de tais entidades, fonte de inesgotáveis abusos e desvios de finalidade, ao arrepio pleno do real sentido que legitimou a sua consagração constitucional.

Acerca da questão, limitou-se a chamada "lei Zico" a consagrar a autonomia constitutiva e operacional, de um lado, e a busca da promoção da eficiência, de outro, deixando ao livre alvedrio das entidades privadas militantes do setor desportivo a identificação e a implementação de um liame que viabilizasse a efetivação e a harmonização de tais princípios informadores do desporto nacional[214].

A perspectiva eminentemente sugestiva da lei pode ser confirmada através do exame da dicção dos seus artigos 11[215] e 13[216], os quais se muniram de uma narrativa demasiadamente elástica, estabelecendo faculdades e possibilidades, no trato de dois dos itens que possuem elevado destaque, no tocante ao exame das razões da falência estrutural do sistema desportivo em vigor. Como será examinado nesse estudo, o afastamento do modelo associativo para fins de constituição de grandes corporações

---

[213] Segundo Idalberto Chiavenato "a eficiência não se preocupa com os fins, mas simplesmente com os meios. O alcance dos objetivos visados não entra na esfera de competência da eficiência; é um assunto ligado à eficácia." CHIAVENATO Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 4ª ed., São Paulo, McGraw Hill, 1993, p. 238

[214] A despeito de se entender que foi demasiadamente tímida a intervenção legislativa, haja vista a profundidade dos problemas já existentes naquela época, Antônio Carlos de Azambuja identificou em tal Diploma um marco evolutivo de relevo ao frisar que: "Ensaiaram-se, nessa lei, os primeiros passos no sentido de se libertar as sociedades do gênero da camisa de força que, no antigo sistema, além de cingirem os movimentos, dimensionaram-lhes as metas, atrofiando-lhes as ambições" AZAMBUJA, Antônio Carlos de. *Clube-Empresa: Preconceitos, preceitos e conceitos (o 1001º gol),* Sergio Antônio Fabris. Porto Alegre, 2000, p. 248.

[215] "Art. 11. É facultado às entidades de prática e às entidades federais de administração de modalidade profissional, manter a gestão de suas atividades sob a responsabilidade de sociedade com fins lucrativos, desde que adotada uma das seguintes formas: I - transformar-se em sociedade comercial com finalidade desportiva; II - constituir sociedade comercial com finalidade desportiva, controlando a maioria de seu capital com direito a voto; III - contratar sociedade comercial para gerir suas atividades desportivas."

[216] "Art. 13. A duração dos mandatos deve ajustar-se, sempre que possível, ao ciclo olímpico ou à periodicidade das competições mundiais da respectiva modalidade desportiva."

desportivas e a limitação efetiva do número de mandatos[217] de seus dirigentes se situam no cerne da busca pela eficiência na seara desportiva.

Reconhecendo a necessidade de impulsão de tais premissas, a legislação em referência dedicou-se ao tema, embora tenha o feito de forma eminentemente opinativa. Assim, enquanto o artigo 11 consagrou a faculdade das entidades desportivas se constituírem sob um modelo societário com fim lucrativo, o artigo 13 da mesma lei sugeriu, "sempre que possível", que os mandatos dos dirigentes desportivos se adequassem aos ciclos olímpicos ou ao período das competições mundiais das respectivas modalidades.

A despeito da relevância e da pertinência das previsões, tratou-se de meras sugestões legislativas, em prol da promoção das eficiências desportiva e administrativa, as quais foram, na prática, verdadeiramente desconsideradas pelos destinatários do texto legal.

Como evidenciado anteriormente, a ausência de uma maior predisposição legislativa fomentando a substituição do modelo associativo pelo empresarial se situa no marco inicial quanto à busca da performance e da eficiência esportiva e administrativa, no âmbito das entidades de destinação desportiva.

Quanto à ausência de efetividade de tal sugestão legislativa, nada tende a ser mais firme, em termos de diagnóstico de ineficácia legislativa, do que a constatação, passadas quase duas décadas do advento de tal lei, de que nenhuma das pessoas jurídicas que disputou o mais importante certame nacional de futebol, em 2019, aderiu ao modelo empresarial de constituição e funcionamento. A unanimidade havida quanto ao formato das pessoas jurídicas de prática desportiva que disputaram a Série A, do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2019, o qual foi disputado por vinte associações civis, já dá a tônica do quão improdutiva foi a sugestão legislativa de submissão de tais entes a um modelo societário, com explícito fim lucrativo.

---

[217] Quanto à histórica longevidade excessiva dos mandatos de dirigentes desportivos, assevera Elio Carravetta: "A história recente de uma parcela significativa dos clubes brasileiros revela que os integrantes dos conselhos deliberativos são representantes do continuísmo elitista do futebol. Favorecem as ideias dominantes da cúpula diretiva e não representam a vontade e os interesses dos torcedores. Foram eleitos por questões de status econômico ou social e geralmente são empresários ricos, políticos, familiares ou amigos de conselheiros que jamais prestaram serviços ou viveram intensamente a vida do clube. [...]Frequentavam o clube somente no final do expediente, para conversar com os amigos de diretoria, participar de eventuais reuniões formais ou informar e despachar alguns documentos. Em muitas circunstâncias contratavam um amigo, frequentemente desprovido de competência funcional, para exercer algum tipo de cargo renumerado, e assim mantinham-se atualizados sobre o funcionamento dos setores". CARRAVETTA, Elio. *Modernização da Gestão no Futebol Brasileiro*. Porto Alegre: AGE Assessoria Gráfica e Editorial, 2006, p. 46-47.

Da mesma forma, absolutamente estéril foi a indicação sugestiva de compatibilização de mandatos a ciclos olímpicos ou mundiais, sem a fixação de limite para reconduções do titular dos mandatos. Mesmo após a entrada em vigor de tal dispositivo legal, o ambiente desportivo continuou a conviver com gestores no exercício duradouro das mesmas funções, nas mais importantes entidades desportivas do país.

Nesse caso específico, a abertura legislativa foi de tal forma ampla, que o legislador acabou se limitando, na prática, a tecer uma singela recomendação. Isso porque, além de não fixar limites para o exercício consecutivo do mandato, valeu-se esse da expressão "sempre que possível", para se referir ao ajuste do período de duração dos mandatos, o que retirou, de per si, qualquer essência de efetividade do dispositivo legal em referência.

Surgindo como uma verdadeira exceção, em termos de comandos normativos eficazes verdadeiramente vocacionados à promoção das eficiências desportiva e administrativa, a "lei Zico" previu, em seu artigo 14, como causas de inexigibilidade e incompatibilidade para o exercício de funções diretivas em entidades federais de administração do desporto, a condenação judicial em crime doloso, transitada em julgado e a condenação administrativa definitiva, quanto à prestação de contas relativas a recursos públicos recebidos.

Nesse ponto, caminhou muito bem o legislador nacional, ao distanciar-se da narrativa meramente opinativa, que marcou a dicção dos artigos 11 e 13 acima referidos e pautar-se, no caso do artigo 14, pela vedação, direta e expressa, quanto a hipóteses que colocam em risco a pretendida eficiência das pessoas jurídicas destinadas ao desporto. Diversamente do que ocorreu com os dispositivos inicialmente referidos, os termos desse último são firmes e contundentes:

> Art. 14. São causas de inelegibilidade para o desempenho de cargos e funções, eletivas ou de livre nomeação, de entidades federais de administração do desporto, sem prejuízo de outras estatutariamente previstas:
>
> I - ter sido condenado por crime doloso em sentença definitiva;
>
> II - ser considerado inadimplente na prestação de contas de recursos financeiros recebidos de órgãos públicos, em decisão administrativa definitiva.
>
> Parágrafo único. A ocorrência de qualquer das situações previstas neste artigo, ao longo do mandato, importa na perda automática do cargo ou função de direção.

Nesse caso, o acerto legislativo foi tão claro, que a crítica que se impõe ao texto legal se refere ao diminuto espectro de entidades reguladas, na medida em que a

vedação se limitou às entidades federais de administração do desporto. Seria por demais adequado que tal proibição viesse a alcançar todas as entidades de administração do desporto, em quaisquer níveis, não somente o federal, haja vista a sua nítida e direta vinculação com os conceitos de eficiência e moralidade[218] administrativas.

Se o legislador se notabilizou pela carência de um tom de definitividade nos artigos 11 e 13, os quais se destinam ao trato de itens decisivos no que tange ao alcance das tão almejadas eficiências econômica, gerencial e desportiva dessas entidades privadas, tal crítica, definitivamente, não lhe pode ser conferida em relação à dicção do artigo 14. A narrativa desse dispositivo mostrou-se precisa e adequada, ao consagrar hipóteses de inelegibilidade de dirigentes, prevendo, inclusive, o afastamento imediato de suas respectivas funções, se o fator de inelegibilidade advier durante o transcurso do mandato.

Em síntese, a despeito de ter acertado no diagnóstico de grande parte dos fatos geradores da catastrófica crise que, há décadas, acomete o setor desportivo, o certo é que as premissas de fomento da eficiência administrativa constantes da lei n. 8.672/93, dependiam do exercício de faculdades e possibilidades, por parte daqueles que, contraditoriamente, podem ser identificados como os grandes responsáveis pela falência sistêmica vivenciada no setor. Tal identificação, por si só, já justifica a ausência de efetividade de tais previsões legislativas consagradoras de um ambiente de maior profissionalismo, transparência e eficiência no setor desportivo brasileiro, durante todos os anos de vigência de tal texto normativo.

Assim, se a lei n. 8.672/1993 trouxe a seu reboque um forte manancial de oportunidades para o desporto educacional[219], de lazer[220] e de formação, o certo é que, no âmbito esportivo profissional muito pouco se caminhou. Na verdade, inexistiu qualquer transposição efetiva entre as simples recomendações consagradas na legislação

---

[218]Nos termos de José Cretella Junior, o princípio da moralidade "impõe a Administração não apenas uma atuação legal, mas também moral, pautada na ética, honestidade, lealdade e boa fé. CRETELLA JUNIOR, José. *Primeiras lições de direito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p.222.

[219] A adequação de tais regramentos foi enaltecida por AngeloLuis de Sousa Vargas, ao preceituar que: "É preciso nunca esquecer o caráter educativo e pedagógico do desporto. Sem isso, estaremos caminhando para um mundo de grandes desempenhos, mas nenhuma ética. O homem não pode ser reduzido a músculos, cifras e recordes". VARGAS, Ângelo Luis de Sousa. *Desporto, fenômeno social*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995, p. 124.

[220] Ainda segundo o referido autor: "As práticas desportivas em horas de lazer são de capital importância, posto que oferecem ao homem excelentes oportunidades de relações interpessoais e, também, uma atividade compensatória das pressões cotidianas". VARGAS, Ângelo Luis de Sousa. *Desporto, fenômeno social*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995, p.123.

e a realidade típica das pessoas jurídicas de destinação desportivas, as quais continuaram a ser geridas sob as mesmas premissas e costumes de outrora.

Tal texto foi revogado pela lei n. 9.615/1998, popularmente conhecida como "lei Pelé", a qual inaugurou um sistema mais amplo e detalhado de regulação do desporto nacional. Contudo, mais uma vez, no que se refere ao tema central do presente estudo, careceu esse novo diploma, assim como todos os que o antecederam, de mecanismos efetivos de combate e prevenção a práticas abusivas e de desvios de finalidades na administração das organizações desportivas.

O tom conservador e tímido do legislador[221], quanto à regulamentação propriamente dita das organizações desportivas profissionais, mantendo a dicção até então em vigor[222], pode ser extraído da simples análise do teor do art. 27 de tal lei, o qual preceitua que:

> Art. 27 [...]§9º É facultado às entidades desportivas profissionais constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

A despeito da relevância prática do abandono do modelo associativo como regra geral de constituição das organizações desportivas, conforme foi analisado anteriormente, o tratamento concedido ao tema continuou sendo o mais tolerante e flexível possível. Seguindo a experiência anterior, não foi fixado, nessa oportunidade, qualquer parâmetro ou critério que viesse, de alguma forma, contribuir para o impulsionamento do processo de transformação das associações esportivas em sociedades empresárias propriamente ditas.

---

[221] A narrativa original do art. 27 da Lei Pelé compelia as entidades desportivas profissionais a assumirem sua essência eminentemente econômica: "Art.27. As atividades relacionadas a competições de atletas profissionais são privativas de: I - Sociedades civis de fins econômicos; II - Sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor; III - entidades de prática desportiva que constituírem sociedades comercial para administração das atividades de que trata este artigo. Parágrafo único. As entidades de que trata os incisos I, II e III que infringirem qualquer dispositivo desta Lei terão suas atividades suspensas, enquanto perdurar a violação."

[222]Carlos Miguel Castex Aidar justifica a similaridade de regramentos entre o antigo e o novo diplomas legais, nos seguintes termos: "É evidente que a Lei nº. 9.615/1998 (Lei Pelé) não poderia ser uma mudança radical da Lei nº. 8.672/1993, pois ambas fazem parte do mesmo processo de transformação iniciado em 1985 e que ganhou força com a Constituição Federal de 1988. Desse modo, uma grande parte da Lei Zico foi repetida na Lei Pelé, principalmente a parte inicial, que tratou dos conceitos, princípios e definições de referência. Por outro lado, a nova lei do esporte brasileiro diferenciou-se com algumas evoluções extremamente relevantes em relação à lei anterior".AIDAR, Carlos Miguel Castex. *Direito desportivo***.** Campinas: Editora Jurídica, Mizuno, 2000, p.25.

Em que pese a importância da questão, enquanto fator de instrumentalização de uma profunda mudança de cenário,[223] no que se refere à sistemática de organização e funcionamento das organizações desportivas, o generalista e flexível tratamento legal dispensado ao tema acabou por se mostrar inteiramente ineficaz. Isso porque, como visto, nenhuma das grandes organizações desportivas nacionais optou por exercitar tal faculdade, mantendo-se todas, até hoje, sob o formato de associação civil sem fins lucrativos.[224]

Nesse ponto, impõe-se a seguinte indagação: qual a razão de nenhuma organização desportiva de amplitude nacional ter exercido tal faculdade, se são por demais verossímeis os incrementos institucionais advindos de tal transformação jurídica?

A simples desconsideração de um modelo jurídico que viabilizaria a perseguição do lucro[225] na atividade desportiva, mas que, em contrapartida, implicaria a elevação do nível de responsabilização dos administradores e de transparência quanto aos atos de gestão, por si só, já indicam a origem das mazelas que tanto assolam tais estruturas jurídicas em nosso país.

A despeito da crise sistêmica que há décadas assola o setor, a mera consagração de uma possibilidade constitutiva no formato empresarial para tais entidades não foi suficiente, por si só, para dar início a um processo de migração jurídica do regime associativo para o mercantil.

Em suma, no que se refere à estruturação de um marco legal regulatório de constituição e funcionamento das organizações desportivas profissionais, que fosse capaz de aproximá-las dos verdadeiros anseios sociais que motivaram o assento constitucional lhes assegurado, mais uma vez, muito pouco se caminhou com o advento da chamada “lei Pelé”.

---

[223] Michel Fauze Mattar, comentando tal possível mudança de cenários e perspectivas, asseverou que: “a expectativa era de que, ao se tornarem sociedades empresariais com fins econômicos, os clubes movimentar-se-iam naturalmente na direção de uma gestão mais efetiva, uma vez que teriam, necessariamente, que perseguir suas próprias viabilidades econômico-financeiras, sob o risco de, no caso de insucesso, além de colocarem em risco suas próprias existências, seus dirigentes também responderem solidariamente, com seus bens particulares, pelos prejuízos eventualmente causados.” MATTAR, Michel Fauze. *Na trave: O que falta para o futebol brasileiro ter uma gestão profissional* . 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 71.

[224] No Brasil, a modalidade esportiva que desperta maior interesse da população, da mídia e dos patrocinadores e que movimenta as maiores cifras financeiras tem a sua maior competição, a Série A do Campeonato Brasileiro de 2019,disputada por 20 associações civis sem fins lucrativos.

[225] Segundo Fabio Ulhôa Coelho a atividade empresarial é econômica “no sentido de que busca gerar lucro para quem a explora [...] o lucro pode ser o objetivo da produção ou circulação de bens ou serviços, ou apenas o instrumento para alcançar outras finalidades”.COELHO, Fábio Ulhôa. *Manual de direito comercial.* 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p.13.

Em termos normativos, na realidade, o primeiro passo no que se refere ao desenvolvimento de uma rede minimamente eficaz de normatização do funcionamento e da operação das organizações desportivas, visando a criar um novo marco regulatório na gestão das entidades desportivas de futebol, foi dado com o advento da lei n . 10.672, de 15 de maio de 2013.

O diploma legal em referência apresentou, de forma inédita, normativas concretas e específicas, visando, de um lado, a reconhecer a natureza e a destinação econômica de tais pessoas jurídicas e, de outro, a implementar medidas efetivas de controle e norteamento de sua funcionalidade.

Nesse sentido, o art. 2º da "lei Pelé"[226], que se limitava, até então, a simplesmente transcrever a base principiológica consagrada pela lei anterior, ganhou contornos mais concretos e próximos à realidade do objeto da sua regulação, a partir do seguinte acréscimo a si aderido:

> Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios:
> I - da transparência financeira e administrativa;
> II - da moralidade na gestão desportiva;
> III - da responsabilidade social de seus dirigentes;
> IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional;
> V - da participação na organização desportiva do País;

Na mesma linha, se é verdade que a lei n. 9.615/1998 já havia sido mais ampla do que a "lei Zico" quanto às hipóteses de afastamento de dirigentes que incorressem em condutas que pudessem colocar em risco a satisfação dos princípios da eficiência e da moralidade administrativa, ao alargar as hipóteses de afastamento de dirigentes, o certo é que a lei n. 10.672/2013 garantiu a continuidade de tal evolução ao implementar relevantes alterações na feição primitiva da "lei Pelé". Isso porque a nova narrativa concedida a tal matéria concedeu mais efetividade a tais itens suspensivos, ao consagrar o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, independentemente de previsão estatutária para tanto.

---

[226] Mereceu especial referência na lição de Eduardo Carllezo a responsabilidade social dos dirigentes esportivos, a qual foi comentada nos seguintes termos: "A legislação desportiva agora vem a determinar a responsabilidade social dos dirigentes. Assim, observa-se que cada vez mais o termo 'social' desloca-se da esfera pública para a esfera privada, alcançando também, neste momento, os administradores das entidades de prática desportiva, entidades de administração desportivas e ligas." CARLEZZO, Eduardo. *Direito Desportivo Empresarial*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p.31- 33.

Assim, o formato original do artigo 23 da "lei Pelé", que já se mostrava munida de contornos mais amplos, se comparada com o teor de seu dispositivo antecessor[227], ganhou merecido destaque, ao ter a si acrescido, por iniciativa da lei n. 10.672/2013, um parágrafo único, passando assim o dispositivo em referência a gozar da seguinte redação:

> Art. 23 Os estatutos ou contratos sociais das entidades de administração do desporto, elaborados de conformidade com esta Lei, deverão obrigatoriamente regulamentar, no mínimo:
> I - instituição do Tribunal de Justiça Desportiva, nos termos desta Lei;
> II - inelegibilidade de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:
> a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;
> b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
> c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;
> d) afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;
> e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;
> f) falidos
> Parágrafo único. Independentemente de previsão estatutária é obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso incorram em qualquer das hipóteses do inciso II, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição.

Tratou-se de um relevante incremento legislativo, no sentido de subtrair a essência meramente programática dos comandos tendentes à garantia da eficiência e da moralidade administrativa, no âmbito das pessoas jurídicas de destinação desportiva. Na mesma toada, visando a impulsionar um ambiente munido de transparência gerencial e financeira, a lei n. 10.672/2013 positivou uma essencial medida quanto à obrigatoriedade da publicação de demonstrações financeiras, as quais passaram a ser submetidas previamente ao crivo de auditores externos, nos exatos termos da Lei n. 6.404/1976 – Lei das Sociedades Anônimas – independentemente da forma de constituição jurídica das entidades desportivas.

---

[227] A Lei n. 8.672, de 06 de julho de 1993, popularmente conhecida como Lei Zico, dispunha de forma paradigmática acerca da matéria que: "Art. 14. São causas de inelegibilidade para o desempenho de cargos e funções, eletivas ou de livre nomeação, de entidades federais de administração do desporto, sem prejuízo de outras estatutariamente previstas: I - ter sido condenado por crime doloso em sentença definitiva; II - ser considerado inadimplente na prestação de contas de recursos financeiros recebidos de órgãos públicos, em decisão administrativa definitiva.Parágrafo único. A ocorrência de qualquer das situações previstas neste artigo, ao longo do mandato, importa na perda automática do cargo ou função de direção."

Os termos de tal dispositivo legal são os seguintes:

> Art. 46-A. As ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, ficam obrigadas a:
> I - elaborar e publicar, até o último dia útil do mês de abril, suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após terem sido auditadas por auditores independentes;
> II - apresentar suas contas juntamente com os relatórios da auditoria de que trata o inciso I ao Conselho Nacional do Esporte - CNE, sempre que forem beneficiárias de recursos públicos, na forma do regulamento.
> § 1º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, cambial, e das consequentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implicará:
> I - para as entidades de administração do desporto e ligas desportivas, a inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação, em quaisquer das entidades ou órgãos referidos no parágrafo único do art. 13 desta Lei;
> II - para as entidades de prática desportiva, a inelegibilidade, por cinco anos, de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer entidade ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições profissionais da respectiva modalidade desportiva.
> § 2º As entidades que violarem o disposto neste artigo ficam ainda sujeitas:
> I - ao afastamento de seus dirigentes; e
> II - à nulidade de todos os atos praticados por seus dirigentes em nome da entidade após a prática da infração.
> § 3º Os dirigentes de que trata o § 2º serão sempre:
> I - o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça as vezes; e
> II - o dirigente que praticou a infração ainda que por omissão.

O texto legal em referência não foi capaz de exaurir o tema, mas foi de singular importância no que se refere à necessidade imanente e indisponível de se elevar o nível de governança das pessoas jurídicas de destinação desportiva. A partir desse momento, o legislador passou a implementar as primeiras medidas de impulsão do padrão interno de gestão e controle, independentemente de uma eventual mudança de formato jurídico dos entes privados, haja vista a insistência das maiores entidades nacionais do setor em se manterem sob o formato associativo[228].

Assim, tratou-se de um inegável avanço quanto ao atendimento de dois dos mais relevantes pilares deste estudo: a garantia de um “status” de transparência administrativo e financeiro na gestão de tais entidades, de um lado, e o acréscimo no

[228] O Fluminense Football Club não divulgou as suas demonstrações financeiras referentes ao ano de 2017 dentro do prazo estabelecido pela legislação federal 9.615. Durante o transcurso da madrugada do dia 1º de maio de 2018, foi publicado em seu site oficial um balanço incompleto, contendo apenas duas páginas com a ressalva: "Números sob avaliação da Auditoria e do Conselho Fiscal". A despeito de tal falta grave, até a presente data, a entidade ou quaisquer de seus dirigentes experimentou qualquer penalidade ou restrição em decorrência de tal ato. FLUMINENSE FOOTBALL CLUB. *Demonstrações Financeiras*. Disponível em: <https://www.fluminense.com.br/noticia/demonstracoes-financeiras>. Acesso em: 22 de agost. 2019.

padrão de responsabilização dos dirigentes[229]que tenham falhado quanto ao regular cumprimento de tais deveres, de outro.

A despeito do forçoso reconhecimento quanto ao avanço incorrido, ainda subsistem espaços para críticas, as quais são capazes de embasar uma evolução legislativa posterior. A primeira dessas se refere ao objeto excessivamente restrito de tal regramento, o qual se destina exclusivamente às entidades destinadas ao desporto profissional, não alcançando as entidades privadas atreladas às demais variantes do desporto, notadamente, o desporto de formação, que costumeiramente tem acesso a valores de elevada monta financeira. A segunda, por sua vez, reside na ausência de qualquer previsão, em termos de penalidade, de uma eventual inaptidão desportiva posterior da entidade inadimplente, quanto ao atendimento a tal dever legal. Visando a dar efetividade e projeção a tal regra, o desrespeito aos preceitos de controle e de transparência em tela deveria culminar na inaptidão da entidade desportiva, quanto à participação em competições profissionais posteriores, enquanto perdurasse o seu inadimplemento quanto à tal obrigação específica.

Tal espécie de punição tenderia a dar eficácia plena ao postulado, ao mesmo tempo em que serviria de mola propulsora para uma garantia de adimplemento contínuo por parte das entidades, quanto ao cumprimento do dever de viabilizar a veiculação de suas contas. Tratar-se-ia de um instrumento de persuasão, viabilizando a cessação de uma mora eventualmente incorrida.

Dando sequência ao exame da evolução legislativa do tema posto a estudo, em 19 de março de 2015, o Governo Federal editou a Medida Provisória n.º 671, a qual foi posteriormente convertida na lei nº 13.155/2015. Tal texto teve por objeto a instituição do "Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro", o que se efetivou através do estabelecimento de um vasto acervo de princípios e práticas de responsabilidades fiscal e financeira, visando viabilizar o advento de um ambiente de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol.

[229]Márvio Leoncini e Márcia Silva salientam, acerca do tema, que a "administração dos dirigentes tradicionais de clubes e federações de futebol tem sido apontada como a causa mor que faz com que o futebol brasileiro não consiga aproveitar plenamente seu potencial econômico, principalmente os chamados agentes diretos – clubes e federações."LEONCINI, Marvio P.; SILVA, Marcia T. *Entendendo o futebol como um negócio: um estudo exploratório*. Revista Gestão e Produção. Vol. 12, no. 1, p. 11 a 23, 2005, p. 12.

Para alcançar tais propósitos, a legislação em referência possibilitou às entidades desportivas a adesão a um regime de parcelamento especial de seus respectivos débitos junto à União Federal, mediante a adoção de um conjunto de práticas de governança, controle, pontualidade obrigacional, transparência e ação social, as quais integram o "Programa de Modernização do Futebol Brasileiro – PROFUT".

A limitação objetiva de tal regramento, o qual foi destinado exclusivamente ao futebol, deve-se à realidade absolutamente singular desta modalidade esportiva, a qual a torna diversa e distante de quaisquer das demais modalidades esportivas.

Destacando a posição impar que o futebol possui no meio esportivo brasileiro, a qual justificaria uma regulação específica, Ciro Marcondes Filho[230] frisou que:

> O futebol, no Brasil, é o esporte predileto das massas e está fortemente arraigado em nossa cultura. É através do futebol que a população simples e humilde, especialmente os homens, sublima suas frustrações. [...] Num jogo de futebol evidenciam-se rivalidades, disputas e desafios entre torcedores. Psicologicamente, o torcedor da equipe vitoriosa coloca-se em superioridade perante a equipe perdedora e seus fãs. Pelo menos nessa hora, o Zé-ninguém é alguma coisa.

Na mesma linha, situa-se o entendimento de Édison Gastaldo[231]acerca do tema:

> [...] o futebol é hoje, na cultura brasileira, um dos principais elementos de construção de uma memória social e afetiva relacionada ao sentimento de nação, e à construção discursiva de "identidade nacional", tema que parece se confirmar a cada participação brasileira na Copa do Mundo de futebol.

Tratou-se, de fato, até então, na mais efetiva e direta interferência legislativa visando a regulamentar a atuação interna e privada de tais organizações. Como destacado acima, há tempos as organizações desportivas brasileiras, das mais diversas modalidades, lutam contra o colapso financeiro, resultado de péssimas, obscuras e irresponsáveis gestões orçamentárias, as quais levaram à depreciação de suas estruturas patrimoniais e o consequente incremento de seus débitos, nas mais diversas áreas, notadamente, os de naturezas trabalhista, previdenciária e fiscal.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a narrativa original de tal ato normativo possuía um duplo e claro escopo: viabilizar o recebimento de créditos tributários, vencidos e inadimplidos e, ao mesmo tempo, estabelecer contrapartidas administrativas,

---

[230] MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão. A vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988, p. 71.
[231]GASTALDO, Édison. Futebol e memória. In: MARQUES, José Carlos; GOULLART, Jefferson Oliveira (Orgs.). *Futebol, Comunicação e Cultura.* São Paulo: Intercom, 2012, p. 85.

as quais melhorariam substancialmente os parâmetros de moralidade, transparência e responsabilidade na gestão das organizações desportivas.

O objetivo central de tal normativa foi viabilizar o parcelamento de débitos consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Banco Central do Brasil, em condições moratórias especiais. Para tanto, exigia-se que o fato gerador de tais débitos tivesse ocorrido até 31 de dezembro de 2014 e que o devedor estivesse disposto a aderir a um rol extensivo de políticas de boa e moderna governança[232].

Assim, de um lado, intencionou-se assegurar a obtenção de créditos de difícil recuperação pela União Federal, haja vista tratarem-se os clubes de futebol, no Brasil, de devedores contumazes e conscientes, os quais se notabilizam pelo alongamento interminável de seus passivos fiscais e previdenciários. Por outro lado, em contrapartida ao benefício fiscal concedido, pretendeu-se compelir os clubes que optassem pelo diferimento das dívidas em condições especiais a adotarem regras de boas políticas de governança em suas respectivas gestões.

Dentre as regras que visaram elevar o padrão de governança interno das entidades de destinação desportiva, destacava-se o limite de gastos com a folha de pagamento, que foi fixado em 80% (oitenta por cento) da receita bruta do clube. Em que

[232]O artigo 4º da lei n.º 671consagrou as seguintes condicionantes para fins de admissibilidade do parcelamento especial:"Para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no Profut, serão exigidas as seguintes condições: I- regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data de publicação desta Lei, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário, na forma da lei; II- fixação do período do mandato de seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos em até quatro anos, permitida uma única recondução; III- comprovação da existência e autonomia do seu conselho fiscal; IV- proibição de antecipação ou comprometimento de receitas referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato, salvo:a) o percentual de até 30% (trinta por cento) das receitas referentes ao 1º (primeiro) ano do mandato subsequente; e b) em substituição a passivos onerosos, desde que implique redução do nível de endividamento; V- redução do déficit , nos seguintes prazos:a) a partir de 1º de janeiro de 2017, para até 10% (dez por cento) de sua receita bruta apurada no ano anterior; eb) a partir de 1º de janeiro de 2019, para até 5% (cinco por cento) de sua receita bruta apurada no ano anterior; VI- publicação das demonstrações contábeis padronizadas, separadamente, por atividade econômica e por modalidade esportiva, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, após terem sido submetidas a auditoria independente; VII- cumprimento dos contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais contratados, referentes a verbas atinentes a salários, de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de contribuições previdenciárias, de pagamento das obrigações contratuais e outras havidas com os atletas e demais funcionários, inclusive direito de imagem, ainda que não guardem relação direta com o salário; VIII- previsão, em seu estatuto ou contrato social, do afastamento imediato e inelegibilidade, pelo período de, no mínimo, cinco anos, de dirigente ou administrador que praticar ato de gestão irregular ou temerária; IX- demonstração de que os custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas profissionais de futebol não superam 80% (oitenta por cento) da receita bruta anual das atividades do futebol profissional; e X- manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino e oferta de ingressos a preços populares, mediante a utilização dos recursos provenientes:a) da remuneração pela cessão de direitos de que trata o inciso I do § 2º do art. 28 desta Lei;

pese tratar-se de um percentual elevado, o certo é que a fixação de um limite de gastos, por si só, já se materializa em um robusto critério de austeridade financeira.

Além da limitação de gastos com pessoal, o que se apresenta como uma das tradicionais fontes do estrangulamento financeiro dos clubes brasileiros, as regras impostas por esse regime jurídico visavam a evitar que tais entidades tivessem suas dívidas estendidas, em decorrência da indevida condução de seus interesses patrimoniais. Para tanto, foi contemplada a responsabilização dos administradores em caso de gestão temerária dos recursos financeiros do clube, assim como foi consagrado o estabelecimento de regras rígidas para a eleição dos dirigentes. Quanto ao tema, há que se reconhecer que o legislador, nesse ponto, dedicou-se, de forma satisfatória, à regulação de dois grandes e históricos fatores de degradação das entidades desportivas pátrias.

Em termos de atendimento à nítida função social que permeia o exercício da atividade de tais entes, a lei n. 13.155/2015 consagrou, como condição de admissibilidade e permanência no regimento especial de parcelamento de dívidas tributárias e previdenciárias, a comprovação de gastos mínimos na formação de atletas e no futebol feminino, bem como a comprovação de oferecimento de ingressos a preços populares. Tratou-se de um dirigismo legislativo, visando, no primeiro caso, ao fomento de atividades correlatas àquela de maior visibilidade: o futebol masculino profissional. Isso porque tal modalidade dominante tende a absorver a quase integralidade dos recursos disponíveis, haja vista a necessidade sempre imediata de produção de resultados desportivos expressivos. No segundo caso, pretendeu-se garantir a viabilização do acesso a pessoas de menor poder aquisitivo a uma atividade de entretenimento e lazer que, comprovadamente, desperta o interesse de grande parte da população brasileira[233].

Assim, visou o legislador a contribuir para que tais entidades privadas passassem a munir-se de uma engrenagem bem mais funcionalizadora. Para tanto, previu o estabelecimento de coeficientes mínimos de investimentos em setores absolutamente vulneráveis da indústria futebolística, tanto em termos de recursos, quanto em termos de atenção e visibilidade, assim como estipulou o oferecimento de

[233]O inciso X do Art. 4º da Lei n. 13.155/2015, estabelece que: "Art. 4º Para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no Profut, serão exigidas as seguintes condições: [...] X - manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino e oferta de ingressos a preços populares, mediante a utilização dos recursos provenientes";

um quantitativo mínimo de ingressos a preços populares, visando a atender a um espectro cada vez mais amplo de praticantes e de apreciadores da atividade desportiva.

No âmbito administrativo interno, imposições normativas também foram consagradas, com o fito de elevar o padrão de governança de tais entidades. No campo eleitoral, uma certa dose de evolução também pode ser notada. Isso porque a legislação em referência, no que se refere às regras de sufrágio, contemplou a obrigação dos clubes optantes do novo modelo fiscal especial de se comprometerem a incluir em seus respectivos estatutos sociais a limitação de quatro anos para a duração dos mandatos presidenciais, sendo admissível uma única reeleição do mandatário maior da entidade.

Na mesma linha, visando a enrijecer as sistemáticas internas de controle e fiscalização, foi elevada ao patamar de pressuposto de admissibilidade no regime de parcelamento especial a existência de um conselho fiscal autônomo e independente, o qual esteja apto a cumprir seu mister de forma livre, isenta e efetiva[234].

Não há dúvidas de que as condicionantes para a adesão ao parcelamento especial visaram a dar maior transparência à gestão dos recursos financeiros pelos clubes, materializando-se em um considerável, mesmo que ainda não definitivo e pleno, avanço no que tange ao incremento das condições de profissionalismo, responsabilidade e eficiência operacional das pessoas jurídicas destinadas ao desporto profissional.

Todavia, em que pese reconheça-se a contribuição de tal esforço legislativo, para o atendimento aos fins do objeto deste estudo, o certo é que grandes lacunas em tal estrutura normativa são de plano diagnosticáveis, o que tem o condão de sugerir que a caminhada legislativa ainda está longe do fim.

A título exemplificativo e não definitivo, já que a questão será debatida de forma mais específica no próximo capítulo, cumpre informar que a lei n. 13.155/2015 traz inovações relevantes e pertinentes, mas peca decisivamente no que se refere ao seu diminuto alcance. Isso porque ela direciona os seus comandos normativos às instituições desportivas destinadas à prática do futebol, nada versando acerca das demais entidades desportivas afetas às diversas outras modalidades, as quais sofrem, há tempos, das mesmas mazelas.

---

[234] Art. 4. § 3º Para os fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, será considerado autônomo o conselho fiscal que tenha asseguradas condições de instalação, de funcionamento e de independência, garantidas, no mínimo, por meio das seguintes medidas:I - escolha de seus membros mediante voto ou outro sistema estabelecido previamente à escolha;II - exercício de mandato de seus membros, do qual somente possam ser destituídos nas condições estabelecidas previamente ao seu início e determinadas por órgão distinto daquele sob a sua fiscalização; e III - existência de regimento interno que regule o seu funcionamento.

Da mesma forma, tal instrumento normativo apresentou-se despido de eficácia plena, visto que as condicionantes por si consagrados, materializaram-se em uma faculdade a ser exercitada pelos entes desportivos, a qual somente lhes seria aplicável, caso quisessem esses quitar, na forma do parcelamento especial, os seus débitos fiscais e previdenciários.

Assim, se tais pessoas jurídicas optassem por manter sua contínua e contumaz inadimplência, nenhuma das condicionantes consagradas no seio da Lei n. 13.155/2015 lhes seria aplicável. Trata-se, nesse caso, de uma hipótese que sugere um duplo dano social, seja pelo não adimplemento de obrigações fiscais e previdenciárias de monta, o que interessa à coletividade em si, seja pela não implementação de medidas de governança e responsabilidade no âmbito dessas entidades, o que também possui evidente relevo social, haja vista a posição de destaque que o desporto profissional possui na vida dos brasileiros.

No mesmo diapasão, em termos de efetividade das medidas, mostrou-se frágil a legislação em vigor, no que se refere ao tratamento dispensado a um eventual adimplemento transitório e parcial das condicionantes impostas. Nesse caso, se um clube cumprisse momentaneamente as exigências que lhe foram impostas por tal legislação e, posteriormente, viesse a se desvincular dos deveres que lhe foram inicialmente impingidos, a única penalidade a ser aplicável, segundo tal modelo jurídico, consistiria na sua exclusão de tal regime especial de parcelamento. Em tal situação, nenhuma outra penalidade de peso seria imposta, o que, por si só, já mitiga sobremaneira a eficácia dos propósitos de tal diploma legal.

Isto posto, resta evidente que o sistema em referência, a despeito do narrado avanço, ainda se mostra eivado de deficiências relativas ao atendimento de seus reais e nobres objetivos, dando azo à necessidade imanente de advento de uma legislação especial que regule de forma mais abrangente e efetiva o tema em estudo[235].

[235] Nesse sentido, informa Eduardo Carlezzo que a simples menção a tão vasta produção legislativa, em tão curto espaço de tempo, por si só, já evidencia a fragilidade de tais construções legais: “Portanto, em 10 anos, 6 normas sobre a mesma matéria. É difícil achar uma área jurídica que em tão pouco tempo tenha sido tão exaustivamente legislada quanto a do Direito Desportivo, mais especificamente, em relação às entidades de prática desportiva. ...Tratam-se de mudanças em estruturas jurídicas centenárias que não podem ser feitas da noite para o dia e muito menos com a intensidade legislativa com que têm sido promovidas.” CARLEZZO, Eduardo. *Direito Desportivo Empresarial.* São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p.62.

## 3.2 A opção pelo paradigma europeu: nítida proximidade estrutural

Findado o exame do histórico da evolução legislativa brasileira produzida após a consagração das autonomias constitutiva e operacional conferidas pela Carta Constitucional às pessoas jurídicas de destinação desportiva, visando a minimizar os abusos, os desvios de finalidades e, em alguns casos, os cometimentos de ilícitos instrumentalizados através desses entes privados, pode-se concluir que o esforço legislativo mostrou-se relevante, mas ainda insuficientemente capaz de sanar todas as demandas e neutralizar todas as anomalias havidas no setor.

Assim, propõe-se este estudo a promover a identificação das lacunas ainda existentes, viabilizando o estabelecimento de um marco regulatório que permita às pessoas jurídicas destinadas à competição e à organização desportiva satisfazerem a sua latente função social, a qual lhes pavimentou a via constitucional.

A despeito da gravidade e da profundidade dos vícios havidos em tais entidades e nas respectivas políticas de governança, o certo é que a problemática posta a exame não se apresenta como monopólio nacional.

Dessa forma, o ponto inicial de desenvolvimento desse novo regime jurídico regulatório das entidades de destinação desportiva reside na identificação, dentre todas as soluções estrangeiras para a questão, daquela que tenha se mostrado dotada de efetividade e, ao mesmo tempo, apresente-se próxima e compatível com a realidade brasileira.

Como se demonstrará a seguir, em termos de organização do desporto, o Brasil muito se aproxima da estrutura organizacional dos países da Europa Ocidental. Assim, a escolha aqui feita, quanto à eleição de um paradigma europeu para permear o exame de estruturação das organizações esportivas brasileiras, pautou-se por um critério específico de afinidade e de harmonia entre as estruturas de organização desportiva havidas no velho continente e aquelas aqui existentes.

Segundo a doutrina de Manoel José Gomes Tubino, em termos de organização e manutenção, o mundo desportivo pode ser dividido em quatro escolas, as quais possuem particularidades por demais específicas:

> A partir da utilização do esporte como mecanismo político, principalmente após a Segunda Guerra Mundial no início da “Guerra Fria”, o Estado se apropria do esporte em muitos países e neste momento surgem quatro escolas

> esportivas bem definidas: a escola saxônica, a escola socialista, a escola europeia-ocidental e a escola asiática. A escola saxônica, também chamada de escola do liberalismo absoluto, tinha como base a Universidade. A escola socialista, também conhecida como escola do dirigismo absoluto, tinha no estado o organismo central de todas as ações. A escola europeia-ocidental, um misto das duas primeiras, justamente pelas incoerências internas entre os países componentes, sempre apresentou resultados aquém de suas possibilidades. Finalmente, a escola asiática, precursora do paradigmado esporte como negócio, tinha na indústria a sua base principal, mas delimitava-se pelas práticas esportivas inseridas nas suas culturas, o que de alguma forma explica o pequeno número de modalidades vitoriosas nas disputas internacionais.[236]

O exame de tais postulados fixa os contornos objetivos que permitem a identificação de cada um dos modelos de desenvolvimento desportivo existentes no mundo. Tendo por fundamento tais premissas, fica evidente a proximidade conceitual existente entre a realidade europeia-ocidental e a brasileira, as quais assumem uma posição eminentemente híbrida, no que se refere aos seus mecanismos de formação e manutenção, na medida em que as duas hipóteses notabilizam-se por estarem amparadas em suportes tanto públicos quanto privados de sustentação.

Em tal sentido, Marcelo Proni[237] ressalta a forte influência do modelo europeu na organização esportiva brasileira, o que se permite notar a partir da identificação de uma identidade de caracteres essenciais entre os dois sistemas. Segundo destaca Proni[238], tanto lá, quanto aqui, a estrutura desportiva prima-se por uma organização estruturada substancialmente sob o formato de clubes sociais, os quais têm suas atividades viabilizadas através da conjugação simultânea de recursos de origens pública e privada.

Tal sistemática, que promove a interação entre o fomento público e o patrocínio privado aos clubes sociais, distancia-se do modelo de gestão esportiva norte-americano. Nos Estados Unidos da América, o desporto se alicerça e se desenvolve a partir de uma estrutura eminentemente pautada nas entidades de natureza educacional.

Em tal sistemática, a organização do desporto se efetiva através das entidades escolares e universitárias, as quais se apresentam como os grandes fomentadores da prática esportiva amadora. Não raras vezes subsiste incessante disputa de entidades

---

[236]TUBINO, Manoel José Gomes, *Esporte & Jornalismo*. São Paulo, CEPEUSP, 1997., p.21.
[237]PRONI, Marcelo. *A metamorfose do futebol.* Campinas: Unicamp. IE, 2000. p. 272.
[238] A Constituição da República Portuguesa, a despeito de identificar o desporto como um direito de todos os cidadãos, reconhece que o Estado necessita do auxílio e da conjugação de esforços de várias organizações públicas e privadas para: "promover, estimular, orientar, apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como, prevenir a violência no desporto". (artigo 79º, n.2).

educacionais, visando a seduzir jovens promessas esportivas a se perfilarem a seus quadros discentes, para que possam competir em defesa de suas cores nas competições estudantis.

Tais disputas, notadamente, travadas entre renomadas universidades, objetivam arregimentar talentos esportivos. Para tanto, procede-se ao oferecimento de bolsas de estudos, entre outras vantagens acadêmicas, visando a viabilizar o recrutamento dos jovens atletas para suas respectivas equipes.

No âmbito profissional, por sua vez, a estrutura desportiva norte-americana se caracteriza pelo motor eminentemente capitalista e privado de sustentação. Assim, amparado em pesadas linhas de investimento financeiro, grandes conglomerados empresariais, pautados na persecução contínua do lucro, constituem e mantêm equipes das mais diversas modalidades.[239]

O desporto norte-americano pauta-se, por conseguinte, por um distanciamento do setor público. Assim, seja na base da estrutura desportiva, na qual as atividades são promovidas, organizadas e custeadas por entes educacionais, seja na elite desportiva, na qual estruturas fortemente capitalizadas e institucionalizadas promovem a organização e a competição desportiva, a concepção e a manutenção desportiva se desenvolvem em um ambiente eminentemente privado.

Dessa forma, pode-se afirmar que, ao contrário do que ocorre nos demais sistemas, não há uma intervenção estatal direta do Estado norte-americano na administração e na gestão de suas entidades desportivas. Em tal país, o ente público assume um caráter meramente regulador do esporte, empreendendo políticas públicas que são levadas a efeito pelas instituições de ensino, no que tange ao esporte amador, e pelas grandes corporações, no que se refere ao esporte profissional[240].

---

[239] Visando a individualizar os caracteres marcantes do desporto norte americano, assim se posiciona Gertrude Pfister: "não existe uma federação coordenadora e os principais provedores dos esportes não são os clubes [...] as atividades físicas e os esportes são organizados dentro do sistema educacional (escola, universidade), além disso, algumas instituições comerciais oferecem atividades físicas, principalmente fitness. Separadamente, há o esporte profissional, com suas próprias organizações e ligas." PFISTER, G. *Líderes femininas em organizações esportivas – tendências mundiais*. Revista Movimento, Porto Alegre, v.9, n.2, 2003, p. 20)

[240] Nesse sentido, como exemplo de política pública alusiva ao incremento do desporto, cumpre destacar a relevância da conhecida Lei "Title IX" editada pelo governo americano, na década de 70, com o objetivo de prover a igualdade de gêneros nos esportes no âmbito das instituições de ensino. A partir da entrada em vigor de tal normativa, as escolas e universidades passaram a aquinhoar, de forma paritária, as modalidades femininas e masculinas, o que culminou no desenvolvimento de uma verdadeira potência olímpica, uma vez que, a partir de tal marco legal, desenvolveram-se com um impulso sem precedentes as mais diversas modalidades, em ambos os sexos.

Em sentido diametralmente oposto, os países do leste europeu, notabilizam-se pela eleição do Estado como o grande organizador, fomentador e financiador do desporto, nos seus mais diversos aspectos, notadamente, no âmbito profissional de alto rendimento. Pela relevância geopolítica exercida na região, tal modelo de organização do desporto foi denominado de soviético, a despeito de ser o padrão típico de todas as nações localizadas naquele setor do velho continente.

No leste europeu, a intervenção do Estado na seara esportiva mostrou-se mais latente após a I Guerra Mundial, quando o incremento das atividades físicas, visando à promoção do lazer e da saúde, passou a ser identificada como eficaz instrumento de desenvolvimento de um contingente mais produtivo de soldados e de trabalhadores. Assim, a intervenção estatal pautou-se pela intensificação de programas de esportes e de educação física, com o fito de qualificar fisicamente um quantitativo cada vez maior de cidadãos, visando a uma melhor performance laborativa e bélica.

No campo esportivo internacional, os representantes do desporto de elite passaram a ser vistos e tratados, desde aquela época, até os dias atuais, como veículos da força e do poder nacional,[241] o que mobilizou e motivou, cada vez mais, a aplicação de recursos e de apoio estatal visando ao seu desenvolvimento. [242]

A intervenção pública no desporto leste europeu sempre foi de tal monta e munida de tal amplitude que passou o desporto a ser tratado, verdadeiramente, como um veículo de política externa. Por meio de tal relação, o esporte passou a ser tido como veículo capaz de evidenciar o poderio, a força e a eficiência não só dos atletas e dos selecionados nacionais, mas, em última análise, dos próprios Estados e dos sistemas políticos por estes adotados.[243]

A condução estatal do desporto soviético no último século tem sido de tal forma nítida, que é um padrão típico do chamado modelo soviético a imposição aos seus atletas já formados, como contrapartida de todo o investimento público que lhes foi oportunizado, a devolução de parte das receitas posteriormente obtidas, em decorrência do triunfo desportivo. Assim, estabeleceu-se o dever de destinar grande parte de seus ganhos financeiros no exterior ao desenvolvimento do esporte nacional, cabendo ao

[241]KEYS, Barbara. Soviet sport and transnational mass culture in the 1930s.Journal of Contemporary History, v.38, n.3, p. 414-416, 2003.
[242]KEYS, Barbara. Soviet sport and transnational mass culture in the 1930s.Journal of Contemporary History, v.38, n.3, p. 414-416, 2003.
[243] GOUNOT, André. Between revolutionary demands and diplomatic necessity: the uneasy relationship between Soviet sport and worker and bourgeois sport in Europe from 1920 to 1937. In: RIORDAN, James; ARNAUD, Pierre. (Ed.) Sports and International Politics. Londres: E & FN. Spon, 1998. p. 200-201.

próprio atleta, na verdade, tão somente, uma parcela residual dos bônus econômicos, por si obtidos, em decorrência de seu êxito profissional[244].

Trata-se, por conseguinte, de uma vinculação de interdependência do esporte com a figura do Estado, a qual é própria e específica do modelo soviético, não possuindo paradigma minimamente similar em nenhum dos demais regimes desportivos existentes no mundo.

Assim, a partir de um exame contrastativo entre as principais características do formato organizacional do desporto no Brasil e aquelas típicas das maiores escolas mundiais, pode-se constatar que a sistemática brasileira se assemelha à perspectiva europeia ocidental, onde a prática desportiva ancora-se substancialmente, como visto, em clubes sociais[245]que, contando com um suporte financeiro híbrido, de origens públicas e privadas, viabilizam a prática e o fomento desportivo[246].

Por tais razões, optou-se, no presente estudo, pelo exame das principais falhas e vícios da sistemática desportiva brasileira, tendo como paradigma uma escola de cunho europeu, cuja estruturação organizacional mais se aproxima da realidade pátria.

### 3.2.1 O paradigma espanhol: uma similute de problemas e soluções

Claramente diagnosticada a existência de uma crise sistêmica, a qual atinge as organizações desportivas nacionais nos seus mais diversos aspectos subtraindo-lhes receita, performance desportiva e, sobretudo, credibilidade, impõe-se um esforço reflexivo tendente à neutralização de tais vícios, os quais muito contribuem para o afastamento de tais pessoas jurídicas privadas do perfil funcionalizador que justificou o assento constitucional que lhes foi concedido.

---

[244]RIORDAN, James. *Playing to new rules: Soviet sport and perestroika*.Soviet Studies, v.42, n.1, 1990 p. 133-145.

[245] Visando a evidenciar a proximidade conceitual havida entre a realidade européia e a brasileira, cumpre mencionar a descrição de clubes sociais, constante no Art. 26 da Lei de Bases da Atividade Física e Desporto, de Portugal, a qual concebe tais entes privados, em identidade plena com o perfil brasileiro de tais estruturas, como sendo "pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos, que tenham como escopo o fomento e prática direa de modalidades desportivas." Disponível em: <http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_5_2007.pdf>. Acesso em 23 de agost. de 2019.

[246]Nessa mesma linha, Álvaro Melo Filho informa que o modelo desportivo suíço possui uma dualidade de suportes, "onde o desporto de competição e de lazer estão entregues à iniciativa privada, enquanto os desportos escolar e militar são de responsabilidade do Estado Suíço". MELO FILHO, Álvaro. Direito desportivo: novos rumos. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 10.

A despeito da gravidade dos percalços por aqui vivenciados, o certo é que tais distorções e suas respectivas mazelas não são exclusivas da estrutura desportiva profissional brasileira. Nesse sentido, pela proximidade sociocultural com o Brasil, cumpre citar o exemplo da Espanha, onde as estruturas desportivas pautadas em associações civis sem fins lucrativos, em um passado recente, flertaram com a inviabilidade financeira, notadamente, em decorrência de gestões obscuras e despidas de maiores níveis de responsabilidade.

A diferença é que, ao contrário do que ocorreu e continua a ocorrer por aqui, naquele país o legislador espanhol promoveu robusta e contundente intervenção no sistema desportivo, visando a restabelecer a rigidez financeira, corporativa e moral de tais instituições. Tratou-se de um verdadeiro divisor de águas na história de uma gama de pessoas jurídicas destinadas ao desporto profissional que, historicamente, eram vitimadas pelas mesmas deficiências e fragilidades que ora afligem as estruturas brasileiras. Ocorre que, a partir do advento de tal novo regime legal, tais entidades sofreram robustas modificações, ao ponto de integrarem, no momento, o mais destacado campeonato de futebol profissional do mundo, o que não seria sequer cogitável até um certo tempo atrás.

Antes de se adentrar a análise ao exame das medidas legislativas implementadas na Espanha, com o fito de regular o setor desportivo desse país, cumpre informar que os sistemas constitucionais brasileiro e espanhol consagram o desporto como direito constitucional de seus respectivos cidadãos, notabilizando-se a narrativa pátria, por sua vez, por ter adotado uma dicção mais específica e pormenorizada acerca do tema.

Isso porque, enquanto a Constituição da Espanha de 1978 contempla a promoção e o desenvolvimento do esporte, em seus artigos 43[247] e 148[248], como deveres

[247] O trecho original correspondente é: Artículo 43 1. “Se reconoce El derecho a la protección de la salud. 2. Compete a los poderes públicos organizar y tutelar la salud pública a través de medidas preventivas y de las prestaciones y servicios necesarios. La ley establecerá los derechos y deberes de todos al respecto. 3. Los poderes públicos fomentarán La educación sanitaria, La educación física y el deporte. Asimismo facilitarán laadecuadautilizacióndel ócio”.

[248] Artículo 148 1. “Las Comunidades Autónomas podrá na sumira competências em lãs siguientes materias

1.ª Organización de sus instituciones de autogobierno. 2.ª Las alteraciones de los términos municipales comprendidos en su territorio y, en general, las funciones que correspondan a La Administración del Estado sobre lãs Corporaciones locales y cuya transferenciaautoricela legislación sobre Régimen Local. 3.ª Ordenación de lterritorio, urbanismo y vivienda. 4.ª Las obras públicas de interés de La Comunidad Autónoma em su próprio territorio. 5.ª Los ferrocarriles y carreteras cuyo itinerario se desarrolle íntegramente em el territorio de La Comunidad Autónoma y, em los mismos términos, el transporte desarrollado por estos medios o por cable. 6.ª Los puertos de refugio, los puertos y aeropuertos deportivos

impostos ao Poder Público, o artigo 217[249] da Carta Brasileira de 1988 promove, como visto, um regramento bastante amplo e minucioso da questão. No que se refere especificamente ao objeto em referência, mostra-se por demais relevante a menção ao teor do inciso I de tal dispositivo, o qual confere a autonomia às entidades desportivas,

---

y, en general, los que no desarrollen actividades comerciales. 7.ª La agricultura y ganadería, de acuerdo com La ordenación general de La economía. 8.ª Los montes y aprovechamientos forestales. 9.ª La gestiónen materia de protección Del medio ambiente. 10.ª Los proyectos, construcción y explotación de los aprovechamientos hidráulicos, canales y regadíos de interés de La Comunidad Autónoma; lãs águas minerales y termales. 11.ª La pesca em aguas interiores, el marisqueo y laacuicultura, lacaza y la pesca fluvial. 12.ª Ferias interiores. 13.ª El fomento del desarrollo económico de La Comunidad Autónoma dentro de los objetivos marcados por la política económica nacional. 14.ª La artesanía. 15.ª Museos, bibliotecas y conservatorios de música de interés para laComunidad Autónoma. 16.ª Patrimonio monumental de interés de La Comunidad Autónoma. 17.ª El fomento de la cultura, de la investigación y, em su caso, de la enseñanza de La lengua de La Comunidad Autónoma. 18.ª Promoción y ordenación del turismo em su ámbito territorial. 19.ª Promociónvdel deporte y de La adecuada utilización de locio. 20.ª Asistencia social. 21.ª Sanidad e higiene. 22.ª La vigilancia y protección de sus edificios e instalaciones. La coordinación y demás facultades em relación com lãs policías locales em los términos que establezca una leyorgánica. 2. Transcurridos cinco años, y mediante la reforma de sus Estatutos, las Comunidades Autónomas podrán ampliar sucesivamente sus competencias dentro del marco establecido en el artículo 149." A tradução correspondente é: "Artigo 43 1. É reconhecido o direito à proteção da saúde. 2. É da responsabilidade das autoridades públicas organizar e salvaguardar a saúde pública através de medidas preventivas e dos benefícios e serviços necessários. A lei estabelece os direitos e deveres de todos a este respeito. 3. As autoridades públicas devem promover a educação para a saúde, a educação física e o desporto. Devem igualmente facilitar o uso adequado dos tempos livres". Artigo 148 1. "As Comunidades Autónomas podem assumir competências nas seguintes matérias 1ª Organização de suas instituições de autogoverno. 2ª As alterações dos termos municipais incluídos no seu território e, em geral, as funções correspondentes à Administração do Estado sobre as Empresas locais e cuja transferência é autorizada pela legislação sobre Regime Local. 3ª Ordenamento do território, urbanismo e habitação. 4ª As obras públicas de interesse da Comunidade Autónoma no seu próprio território. 5ª Caminhos-de-ferro e estradas cujo itinerário se desenvolve inteiramente no território da Comunidade Autónoma e, nos mesmos termos, o transporte desenvolvido por estes meios ou por cabo. 6ª Portos de refúgio, portos e aeroportos desportivos e, em geral, os que não exercem atividades comerciais. 7ª Agricultura e pecuária, de acordo com a ordem geral da economia. 8ª Montanhas e exploração florestal. 9ª Gestão no domínio da proteção do ambiente. 10ª Projetos, construção e exploração de usos hidráulicos, canais e irrigação de interesse para a Comunidade Autônoma; águas minerais e termais. 11ª Pesca em águas interiores, conquilicultura e aquicultura, caça e pesca fluvial. 12ª feira interior. 13ª A promoção do desenvolvimento económico da Comunidade Autónoma no âmbito dos objetivos fixados pela política económica nacional. 14ª Artesanato. 15ª Museus, bibliotecas e conservatórios de música de interesse para a Comunidade Autónoma. 16º Património monumental de interesse para a Comunidade Autónoma. 17ª A promoção da cultura, da investigação e, se for caso disso, do ensino da língua da Comunidade Autónoma. 18º Promoção e organização do turismo no seu âmbito territorial. 19º Promoção do desporto e uso adequado do lazer. 20ª Assistência Social. 21ª Saúde e higiene. 22ª Vigilância e proteção dos seus edifícios e instalações. Coordenação e outros poderes em relação à polícia local nos termos estabelecidos por uma lei orgânica. 2. Decorridos cinco anos, e através da reforma dos seus Estatutos, as Comunidades Autónomas podem sucessivamente alargar as suas competências no quadro estabelecido no artigo 149."

[249] **Art. 217.** É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. **§ 1º** O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. **§ 2º** A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.**§ 3º** O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

tanto no que se refere à forma de sua constituição, quanto à forma de sua organização e de seu funcionamento.

Assim, a partir de tal narrativa constitucional, mostra-se induvidoso que não há espaço legislativo, no Brasil, para imposições diretas a tais entidades privadas, visando a conduzi-las a formatos e a soluções específicas. Por aqui, não há como se promover um verdadeiro dirigismo jurídico em relação a tais entes, sob pena de manifesta inconstitucionalidade por atentado à autonomia que lhes foi assegurada.

Na Espanha, o texto constitucional não fez referência explícita a tal autonomia, nos moldes consagrados na Carta da República Brasileira. Todavia, o fato do Constituinte espanhol não ter descido a tal nível de minúcia quanto a uma consagração expressa de autonomia constitutiva e operacional, não autoriza aquele Estado a implementar expedientes de tal quilate, sob pena de direta afronta aos conceitos de liberdade de iniciativa econômica[250] e a de liberdade de empresa[251], os quais foram solenemente consagrados no Texto Maior espanhol.

A despeito de se reconhecer que a Constituição espanhola não tenha promovido o destacamento de um capítulo exclusivo para a ordem econômica, tal qual ocorrido no caso brasileiro, o seu regramento quanto à matéria não se mostrou menos abundante. Definitivamente, a liberdade de iniciativa deve ser reconhecida como o fundamento e fonte de impulso de todo o sistema econômico espanhol.

Nesse sentido, visando a demonstrar a ampla atenção destinada pelo Constituinte daquele país ao tema, Pedro Escribano Collado[252]compila as diversas menções a regramentos de enfoque econômico, constantes da Constituição Espanhola de 1978:

> A Constituição espanhola pronuncia em diversas partes sobre a

[250] Na lição de Rubio Llorente, os conceitos de liberdade de empresa e de liberdade de iniciativa econômica são conceitos similares. Rubio Llorente, F. "La libertad de empresa enlaconstitución", in: Estudios jurídicos enhomenaje al Profesor Aurelio Menéndez, v. I, . Madrid: Civitas, 1996, p. 431.

[251] A liberdade de empresa é definida por M. BASSOLS COMA como sendo:«aquellalibertad que se reconoce a los ciudadanos para afectar o destinar bienes de cualquier tipo... para larealización de actividades económicas para laproducción e intercambio de bienes y servicios conforme a las pautas o modelos de organización típicas del mundo económico contemporâneo con vistas a laobtención de um beneficio o ganancia. »[251] M. BASSOLS COMA: Constitución y sistema económico. Madrid, Tecnos, 1985, p. 137. A tradução correspondente é: "aquela liberdade que é reconhecida aos cidadãos afetar ou alocar bens de qualquer tipo, para a realização de atividades econômicas, para a produção e troca de bens e serviços, de acordo com as diretrizes ou modelos organizacionais típicos do mundo econômico contemporâneo, a fim de obter lucro ou ganho."

[252]COLLADO, Pedro Escribano. El orden econômico em La Constitucion Española de 1978. Revista Española de Derecho Constitucional. Madrid, volume 14, ano 5º, p. 77-109, 1985, p.77.

> organização da economia, umas vezes para proclamar, como declaração prévia, o objetivo da Nação espanhola de promover o progresso da economia (junto com a cultura) para assegurar para todos uma digna qualidade de vida (preâmbulo), outras para reconhecer e garantir para os cidadãos espanhóis direitos de atuação de atuação no âmbito das relações econômicas (por exemplo artigos 33 e 38) e, em outros casos, para determinar a possibilidade do setor público intervir no funcionamento da economia (arts. 33.3, 128.2, 130, etc.), assim como os objetivos e fundamentos que devem dirigir prioritariamente sua conduta (arts. 40.1 e 131.1, entre outros).[106]

Para os fins do presente trabalho, emblemático se apresenta o teor do Artigo 38 da Carta Constitucional Espanhola:

> Artículo38
> Se reconoce la libertad de empresa en el marco de la economía de mercado. Los poderes públicos garantizan y protegen su ejercicio y la defensa de la productividad, de acuerdo con las exigencias de la economía general y, en su caso, de la planificación.[253]„

Assim, resta evidenciado que tal contemplação constitucional conferida à liberdade de iniciativa econômica privada[254] e à liberdade de empresa inviabiliza ao legislador espanhol à implementação de medidas que retirem dos membros e dos gestores das entidades desportivas a autonomia plena[255] de deliberarem entre si, acerca das melhores escolhas a serem tomadas e dos melhores caminhos a serem trilhados[256].

---

[253]A tradução correspondente é: "Artigo 38. A liberdade de empresa é reconhecida no quadro da economia de mercado. Os poderes públicos garantem e protegem o seu exercício e a defesa da produtividade, de acordo com as exigências da economia geral e, se for caso disso, do planejamento".

[254] No mesmo sentido, demonstrando a paridade conceitual havida entre os dois sistemas, a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 170, consagrou a liberdade de iniciativa como preceito fundante da ordem econômica nacional.

[255] Acerca do tema, Candido Paz e Jésus Alfaro pontuam que: “La libertad de empresa encuentra su fundamento último enidénticas v aloraciones a las que subyacen y sustentan el resto de los derechos fundamentales que tienen la estructura de libertades: asegurar a los individuos una esfera de actuación libre de injerencias estatales. Su función específica es —junto a las restantes libertades económicas— garantizar La independencia o autonomía de los ciudadanos permitién doles «ganarsela vida» y desplegar su potencial creativo en el ámbito económico de forma autónoma respecto del Estado y hacerlo de la forma menos regulada posible. La relación de lalibertad de empresa —al igual que la del derecho al trabajo y al libre ejercicio de una profesión u oficio— com El principio de autodeterminación y de autorrealización del individuo es, pues, estrecha y manifiesta. Es parte de lagran trama institucional establecida para asegurar a los ciudadanos la libre elección de sus fines vitales y de los medios para alcanzar los”. Cándido Paz-Ares Rodríguez y Jesús Alfaro Águila-Real. *Comentarios a La Constitución Española*, Tomo I, Madrid: Editores: Enrique Arnaldo Alcubilla y JesúsRemónPeñalver, 2018, p. 1248.
A tradução correspondente é:“A liberdade da empresa encontra sua base última em avaliações idênticas que sustentam o restante dos direitos fundamentais que a estrutura da liberdade possui: garantir aos indivíduos uma área de ação livre de interferências do Estado. Sua função específica é ─ juntamente com as demais liberdades econômicas─garantir a independência ou autonomia dos cidadãos, permitindo-lhes "ganhar a vida" e exibir seu potencial criativo na esfera econômica autonomamente em relação ao Estado e fazê-lo da maneira menos regulamentada possível. A relação da liberdade de empresa ─ assim como a do direito ao trabalho e o livre exercício de uma profissão ou profissão ─ com o princípio da

Nos termos de José Lafayete Petter[257], a livre iniciativa é concebida como:

> [...] consiste no poder reconhecido aos particulares de desenvolverem uma atividade econômica. É mesmo uma fonte axiológica de liberdade perante o Estado e até perante os demais indivíduos, um atributo essencial da pessoa humana em termos de realização de sua capacidade, suas realizações e seu destino.

Dessa forma, mostra-se claro que a ausência de uma narrativa tão minuciosa, tal qual implementada no caso brasileiro, por si só, não poderia ser interpretada como uma oportunidade outorgada ao Estado espanhol, quanto à adoção de medidas legislativas que viessem a direcionar a forma de condução das pessoas jurídicas de destinação esportiva naquele país. A subtração das autonomias constitutiva e organizacional das entidades desportivas, haja vista a sua natureza eminentemente privada, tratar-se-ia de um direto e frontal atentando às garantias da liberdade de iniciativa privada de seus titulares, bem como da liberdade de empresa, as quais gozam de assento constitucional expresso na Espanha.

Nessa linha, cumpre trazer à lume a precisa definição de Canotilho[258], acerca da liberdade de iniciativa: "Consiste, por um lado, na liberdade de iniciar uma atividade econômica (direito à empresa, liberdade de criação de empresa) e, por outro lado, na liberdade de gestão e atividade da empresa (liberdade de empresa, liberdade de empresário)."

Em idêntico sentido, André Ramos Tavares ensina que a liberdade de iniciativa deve ser vislumbrada sobre os mais amplos e diversos aspectos, compreendendo não apenas a liberdade econômica propriamente dita, ou mesmo a liberdade de desenvolvimento de empresa, que seriam os seus corolários imediatos, mas também todas as demais formas de organização econômica, individuais ou coletivas, visando à consecução dos propósitos pretendidos, com o exercício de determinada atividade[259].

---

autodeterminação e autorrealização do indivíduo é, portanto, estreita e manifesta. Faz parte do grande quadro institucional estabelecido para garantir aos cidadãos a livre escolha de seus objetivos vitais e os meios para alcançá-los".

[257] PETTER, Lafayete Josué. *Princípios constitucionais da ordem econômica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 95.
[258] CANOTILHO, Gomes J.J, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 1ª edição brasileira, Editora Revista dos Tribunais, p. 328.
[259] TAVARES, André Ramos. *Direito Constitucional Econômico*. São Paulo: Método, 2003, p. 247.

Dessa forma, se, por um lado, identifica-se a impossibilidade de se diligenciar um verdadeiro dirigismo legislativo de tais entidades privadas, tanto aqui, quanto na Espanha, por outro, tal constatação não pode ser vislumbrada como distanciamento público pleno, ao ponto de se deixar tais estruturas verdadeiramente ao largo da influência e, sobretudo, da atenção estatal.

Isso porque conceber a livre iniciativa aos particulares significa, em última análise, conceber uma posição subsidiária do Estado na atividade econômica, impondo-lhe uma atuação ativa, no que tange à elevação de limites ao exercício de tal liberdade, visando à satisfação do interesse público e a promoção do bem comum.

Nesse exato sentido, assim magistra Diógenes Gasparini:

> [...] Nesses Estados, chamados sociais-liberais, o exercício das atividades econômicas estão condicionados ao bem-estar da sociedade, de modo que no gozo de umas e no exercício de outras atividades, existem limites visando atender às exigências do bem comum. [260]

A autonomia conferida às entidades desportivas, assim como a liberdade de iniciativa, não podem ser entendidas como sendo fins em si mesmos, como se fossem verdadeiros escudos absolutos, os quais impediriam o Estado de intervir em determinada seara privada, visando ao incremento de políticas e medidas que viessem a precipitar o desenvolvimento das instituições que militem em tais setores privados.[261]

Nessa linha, Gilmar Ferreira Mendes sustenta que:

> No que diz respeito à autonomia organizacional, a rigor, se pudéssemos chegar à conclusão a que alguns colegas chegaram, nós certamente diríamos que as normas que regulamentam o Código Civil e que disciplinam as sociedades, os tipos de sociedades e os perfis das sociedades, também seriam inconstitucionais. As pessoas, na verdade, partem de uma ideia de liberdade absoluta, que não existe em lugar nenhum. A própria ideia de liberdade de organização e de associação pressupõe determinados marcos jurídicos, estabelecidos pela própria legislação civil. [262]

---

[260] GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 869.

[261]Nessa linha, Ada Pelegrini Grinouver[261] destaca que:"Atualmente, o excesso de liberalismo cede lugar às exigências da ordem pública econômica e social, que prevalecem sobre o individualismo, funcionando como limitador da autonomia individual, no interesse da coletividade" vide GRINOVER, Ada Pellegrini *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994, p. 286.

[262] MENDES, Gilmar Ferreira. Tendências e expectativas do Direito Desportivo. In Direito desportivo. 1.ed. Campinas: Mizuno, 2000. p.265.

Visando a destacar a necessidade de se empreender uma visão plena, harmoniosa e coordenada do texto constitucional, cumpre mencionar a precisa lição de Eros Roberto Grau[263]: "jamais se aplica uma norma jurídica, mas sim o direito, não se interpretam normas constitucionais, isoladamente, mas sim a Constituição, no seu todo. Não se interpreta a Constituição em tiras, aos pedaços."

Assim, pautado no dever de fomentar e desenvolver o desporto, sem colocar em xeque a liberdade de iniciativa, o legislador espanhol promoveu a implementação de medidas efetivas visando à minimização das anomalias e dos vícios que estavam a minar, por completo, o regular desenvolvimento do seu sistema desportivo profissional.

Dessa forma, após a identificação de uma proximidade estrutural entre o sistema desportivo brasileiro e o europeu, a escolha do paradigma espanhol deveu-se à identidade havida entre o cenário atual do desporto profissional nacional e aquele existente em data anterior, à entrada em vigor das proposições legislativas a seguir comentadas, as quais mudaram a feição do desporto de alta performance naquele país.

### 3.2.2 O necessário estabelecimento de um marco regulatório eficiente para o setor: a solução espanhola

Perfeitamente identificado o paradigma mais afeto à realidade nacional, seja pela similitude de formatos estruturantes e organizacionais, seja pela identidade de dificuldades para soerguimento do setor, passa-se ao exame da solução apresentada pelo legislador espanhol, visando ao equacionamento das distorções que tanto sacrificaram o setor desportivo daquele país.

Diante de um quadro de dificuldade financeira[264]extrema das estruturas desportivas profissionais, o Estado espanhol interveio no setor apresentando medidas

[263] Trecho do voto vista do Ministro Eros Roberto Grau, prolatado nos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 101, cujo Acórdão foi publicado em 19.06.12, cabendo a Relatoria à Ministra Carmem Lúcia, da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal.

[264] Segundo consagra Bermejo Vera, até o advento da Ley 10/90, o desporto espanhol era regulada pela Lei Geral da Cultura Física e Desporto, de 1980, a qual se mostrou "caracterizada precisamente por sua ineficiência absoluta". Acerca dos termos de tal diploma legal, prossegue o autor afirmando que " a trajetória das regulamentações regulatórias do esporte estava indissociavelmente ligada aos critérios mais ou menos pessoais dos proprietários dos órgãos responsáveis por sua elaboração" BERMEJO VERA, J., O enquadramento legal para o esporte na Espanha, Journal of Public Administration, No. 110, Centro de Estudos Políticos e Constitucionais, Madrid, 1986, p.7. A versão original é: "La trayectoria de lãs disposiciones normativas reguladoras del deporte estuvo indisolublemente vinculada a los criterios más o menos personales de los titulares de lo sórganos encargados de sue laboración."

corretivas concretas, através da edição da lei n.º 10/90, conhecida como a "lei do esporte" daquele país.

A constitucionalidade de tal intervenção legislativa foi reconhecida pela Suprema Corte espanhola, nos seguintes termos:

> [...] existen varias normas destinadas a proporcionar o designar el marco jurídico fundamental para la estructura y funcionamiento de la actividad económica o, dicho de otro modo, para el orden del proceso económico. E nella se define nel orden económico en sus fundamentos esenciales y se establecen normas que sirvan de parámetros para la acción de los operadores económicos. Así entendida, La constitución económica contenida en la constitución política no garantiza necesariamenteun modelo económico ni lo sanciona. Permite El funcionamiento de todos los sistemas que se ajustan a los parámetros y solo excluye aquellos que se ancontra dictorios conlos mismos. [265]

Subscrevendo tal entendimento jurisprudencial, Font Galán[266] frisa que:

> Como yalo dijimos, La Constitución económica representa una manifestación del marco y principios jurídicos de La ley fundamental que regula nel funcionamiento de La actividad económica desarrollada por los individuos y por El mismo Estado, e nella se encuentran sus libertades, derechos, deberes y responsabilidades.

Visando motivar os clubes a se submeterem aos preceitos da nova legislação, a Liga de Futebol Profissional, entidade espanhola similar à Confederação Brasileira de Futebol – CBF –, com o apoio do governo espanhol, que lhe dispôs condições especiais de pagamento, comprometeu-se a assumir a responsabilidade e a implementar a integral quitação de todas as dívidas tributárias, de seguridade social, bem como aquelas que tivessem sido contraídas com o Banco Hipotecário Espanhol de todas as suas entidades filiadas que se mostrassem favoráveis à implementação de medidas corretivas previstas na nova legislação. O primeiro e mais contundente desses expedientes a serem

[265] STC 37/1981: trecho do voto formulado pelo Magistrado Luis Díez-Picazo nos autos do recurso de inconstitucionalidade nº 184/81. A tradução correspondente é:"Existem várias regras projetadas para fornecer ou designar a estrutura legal fundamental para a estrutura e operação da atividade econômica ou, em outras palavras, para a ordem do processo econômico. Nela se define a ordem econômica em seus fundamentos essenciais e se estabelecem regras que servem como parâmetros para a ação dos operadores econômicos. Assim entendida, a constituição econômica contida na constituição política não garante necessariamente um modelo econômico nem o sanciona. Permite a operação de todos os sistemas que se ajustam aos parâmetros e exclui apenas aqueles que são contraditórios a eles".

[266] J. I. FontGalán, La Empresa en el derecho Mercantil, en: G. J. Jiménez Sánchez y otros, Derecho Mercantil, Barcelona, Ariel Derecho, 2005, p. 132. A tradução correspondente é: "Como já dissemos, a Constituição econômica representa uma manifestação do arcabouço jurídico e dos princípios da lei fundamental que regulam o funcionamento da atividade econômica exercida por indivíduos e pelo próprio Estado, que contém suas liberdades, direitos, deveres e responsabilidades".

empreendidos estabelecia que tais entidades devedoras, para continuar competindo profissionalmente, em certames organizados pela principal liga daquele país, deveriam promover a sua transformação jurídica para o modelo societário, adotando mecanismos internos de controle, transparência administrativa, bem como de responsabilização efetiva de seus administradores, quanto à reparação dos danos por si causados.

A reestruturação das entidades destinadas à competição futebolística profissional, na Espanha, partiu do diagnóstico de que a precária condição financeira dessas possuía íntima relação com a adoção do modelo associativo,[267] o qual era adotado de forma unânime pelas maiores e mais destacadas entidades do setor naquele país, assim como ainda ocorre por aqui. Acerca da questão, mostra-se imperioso frisar que, no presente estudo, não se ousa aduzir que o modelo societário seja infalível ou irrepreensível, mostrando-se apto a instrumentalizar a supressão de toda e qualquer falha gerencial. Muito ao revés, o cenário recente do Brasil, por exemplo, nos apresenta diversos casos de bancarrotas, ilícitos e malfeitos envolvendo entes privados, dos mais variados setores, constituídos sob o formato de sociedade anônima.

Assim, não se propõe o presente trabalho a apresentar a opção pelo modelo societário como a única ferramenta capaz de, por si só, viabilizar o soerguimento administrativo-financeiro de tais entidades. Contudo, na verdade, propõe-se a apresentá-lo como a alternativa que se mostra, de forma geral, como a mais provável, dentre as conhecidas até aqui, para atendimento a tal desiderato, o que se legitima em decorrência dos atributos que lhe são intrínsecos. A identificação do modelo societário não como o ideal, mas sim como o mais adequado, dentre as opções existentes, é consagrada por Javier Gómez Navarro, então Presidente do *Consejo Superior de Deportes (CSD)*, em artigo sobre o tema, publicado no periódico *El Pais:*[268]:

> Para el deporte profesional espectáculo creemos que hay que ofrecer un modelo ya mercantil y que ofrezca garantías a los acreedores y a la gente que mantiene relaciones mercantiles con los clubes y un modelo que fije y determine la responsabilidad de los socios y la de los dirigentes. Después de

[267] Neste sentido, informam ABEL ABELLÁN e VELADO CASAR que:"La estructura asociativa no era la adecuada para el desarrollo de determinados deportes y […] se debía dejarpaso a la forma de sociedad mercantil". ABEL ABELLÁN, J. L. y VELADO CASAR, P., *Regulación legal em España de las Sociedades Anónimas Deportivas*. Revista Derecho y Deporte. Disponível em: <http:/www.derechoyporte.com/contenidos/regl.sad.htm>. Acesso em: 08 de set. de 2019. A tradução correspondente é: "a estrutura associativa não era adequada para o desenvolvimento de certos esportes e [...] deveria se passar à forma de uma sociedade mercantil.

[268] Artigo intitulado "El Estado no ayudará al deporte profesional", publicado no periódico "El País", que circulou no dia 19 de junho de 1988.

> darle muchas vueltas salimos con el modelo de sociedades anónimas porque no hemos encontrado otro.[269]

Em linhas gerais, o modelo de reestruturação dos clubes de futebol, na Espanha, deu-se através da celebração do chamado "Convênio de Saneamento do Futebol Profissional", firmado entre a Liga de Futebol Profissional, daquele país, e o Estado espanhol. Por meio desse instrumento, a entidade desportiva central do setor assumiu para si, em regime especial e diferenciado ofertado pelo Poder Público, as obrigações de custeio de débitos fiscais e previdenciários de seus filiados.

Tratou-se de um marco propositivo histórico, pois, através do "Convênio de Saneamento do Futebol Profissional", o Estado viabilizou um duplo escopo: encaminhou o recebimento de créditos que estavam há muito inadimplidos e, em paralelo, viabilizou a adoção de medidas de governança nas entidades devedoras.

A intervenção legislativa havida nesse segmento privado, haja vista a relevância pública e social de seu objeto, gozou de ampla legitimidade, como pontuaram Garcia-Morato e Ortiz[270]:

> [...] una verdadera despublicatio: las actividadesdel nuevo servicio público ya no son de titularidad estatal sino de iniciativa privada. Ahora bien, dichas actividades son todavía de responsabilidad estatal enla medida que sus prestaciones e nun determinado nível de benllegar a todos sus ciudadanos (servicio universal).

Nesse sentido, surge o regime legal em referência, inaugurado a partir da edição da Lei nº 10/90, como um instrumento de intervenção legislativa visando à organização e à disciplina desse setor da economia:

> Decimo tercera.- 1. Enel marco del Convenio de Saneamiento Del Fútbol Profesional, y a fin de posibilitar La transformación de los Clubes en Sociedades Anónimas Deportivas, o su creación según establecela Disposición adicional novena de esta Ley, la Liga de Fútbol Profesional

---

[269] A tradução correspondente é: "Para o espetáculo desportivo profissional acreditamos que é necessário oferecer um modelo mercantil e que ofereça garantias aos credores e às pessoas que mantêm relações mercantis com os clubes, e um modelo que fixe e determine a responsabilidade dos sócios e dos dirigentes. Depois de termos pensado muito nisso, saímos com o modelo das corporações porque não encontramos outro."

[270] LÓPEZ DE CASTRO GARCÍA–MORATO, L.; ARIÑO ORTIZ, G., *La competência en sectores regulados: regulación empresarial y mercados de empresas*, 2ª edición ampliada, Comares, Madrid, 2003, p. 14. A tradução correspondente é: "Uma verdadeira despublicização: as atividades do novo serviço público não são mais de propriedade do Estado, mas da iniciativa privada. No entanto, essas atividades ainda são de responsabilidade do Estado, na medida em que seus benefícios em um determinado nível devem atingir todos os seus cidadãos (serviço universal)".

> asumirá el pago de lãs siguientes deudas de las que quedarán liberados los Clubes de fútbol que hayan suscrito los correspondientes convenios particulares com la Liga Profesional:
> a) Deudas tributarias com el Estado derivadas de tributos o conceptos de esta naturaleza devengados hasta el 31 de diciembre de 1989, autoliquidadas o, en su caso, liquidadas por La Administración tributaria antes de la entrada en vigor de la presente Ley. Estas deudas tributarias incluirán todos los componentes previstos em el artículo 58 de La Ley General Tributaria que resultaran procedentes, así como las costas que se hubieran podido producir.
> b) Otras deudas con el Estado y sus Organismos autónomos, Seguridad Social y Banco Hipotecario de España a 31 de diciembre de 1989.
> c) Las deudas expresadas enlos apartados anteriores se entienden referidas a las de aquellos Clubes que enla temporada 1989/1990 y 1990/1991 participaban o participan encompeticiones oficiales de la Primera y Segunda División A de fútbol.
> 2. Igualmente, y al objeto de hacer frente a los compromisos contraídos enel Plan de Saneamiento de 1985, la Liga de Fútbol Profesional asumirá el pago de las deudas públicas de igual naturaleza que las señaladas enel apartado 1 referidas a aquellos otros Clubes incluídos enel citado Plan y no contemplados enel punto c) del apartado anterior, que fueron devengadas com anterioridad a dicho Plan y que se encuentren pendientes de pago a 31 de diciembre de 1989.
> 3. Todos los actos y contratos necesarios para efectuar la asunción de deudas previstas en el apartado primero está nexentos del Impuesto sobre Transmisiones Patrimoniales y Actos Jurídicos Documentados.[271]

A implementação de tal regime se materializa em um verdadeiro divisor de águas, em termos de política de gestão dos entes de destinação desportiva daquele país. Isso porque, a partir desse momento, surge uma nova filosofia jurídico-administrativa, a qual não só trouxe novas concepções acerca da responsabilidade dos administradores, como também ampliou o nível de transparência e controle dos atos gerenciais praticados, como ensina Mercedes Lopes[272]:

---

[271]A tradução correspondente é: "Décima Terceira -1. No âmbito do Acordo sobre o Saneamento do Futebol Profissional, e a fim de permitir a transformação dos clubes em Sociedades Desportivas, ou a sua criação nos termos da Nona Disposição Adicional desta Lei, a Liga de Futebol Profissional assumirá o pagamento das seguintes dívidas, das quais serão liberados os clubes de futebol que tenham assinado os correspondentes acordos privados com a Liga Profissional: a) As dívidas fiscais ao Estado derivadas de impostos ou conceitos desta natureza acumulados até 31 de Dezembro de 1989, autoliquidados ou, quando aplicável, liquidados pela Administração Fiscal antes da entrada em vigor da presente Lei. Estas dívidas fiscais devem incluir todas as componentes previstas no artigo 58 da Lei Geral Tributária que sejam apropriadas, bem como quaisquer custos que possam ter surgido. b) Outras dívidas ao Estado e aos seus organismos autónomos, à Segurança Social e ao Banco Hipotecário de Espanha em 31 de Dezembro de 1989. c) As dívidas expressas nas secções anteriores referem-se às dos clubes que nas épocas 1989/1990 e 1990/1991 participaram ou participam em competições oficiais da Primeira e Segunda Divisão A de futebol. Da mesma forma, e para cumprir com os compromissos assumidos no Plano de Saneamento de 1985, a Liga de Futebol Profissional assumirá o pagamento das dívidas públicas da mesma natureza das indicadas no item 1, referentes aos demais Clubes incluídos no referido Plano e não contemplados na alínea c) do item anterior, que foram acumuladas antes do referido Plano e que se encontram pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 1989. Todos os atos e contratos necessários à assunção de dívidas previstos no primeiro parágrafo estão isentos do Imposto de Transmissão e do Imposto do Selo."

[272]A versão original em língua estrangeira é: "La transformación de los clubes profesionales […] supone, no solo ladeterminación de um principio de responsabilidad limitada de estas entidades, sino que además, y lo que es más importante, la existencia de mecanismos que facilitan La precepción de la situación de La

> A transformação dos clubes [...] pressupõe não somente a determinação de um princípio de responsabilidade dessas entidades, mas também, e o que é mais importante, a existência de mecanismos que facilitem a percepção da situação da entidade, favorecedores da transparência, que ajudem a criar um clima de segurança nas relações jurídicas e econômicas que surjam com terceiros.

Nessa linha, a simples leitura do preâmbulo da lei nº 10/1990[273] já dá o correto tom de seus propósitos, no que tange à modificação estrutural das entidades desportivas, as quais deveriam promover a migração jurídica para o modelo societário, caso quisessem desfrutar dos benefícios fiscais e previdenciários concedidos:

> "E nun primer nivel, la Ley propone um nuevo modelo de asociacionismo deportivo que persigue, por un lado el favorecer el asociacionismo deportivo de base, y por otro, establecerun modelo de responsabilidad jurídica y económica para los Clubes que desarrollan actividades de carácter profesional. Lo primero se pretende logar mediante la creación de Clubes deportivos elementales, de constitución simplificada. Lo segundo, mediante la conversión de los clubes profesionale sen Sociedades Anónimas Deportivas, o la creación de tales Sociedades para los equipos profesionales de la modalidad deportiva que corresponda, nueva forma jurídica que, inspirada enel régimen general de las Sociedades Anónimas, incorpora determinadas especificidades para adaptarse al mundo del deporte".[274]

Tratou-se de um persuasivo modelo, o qual rapidamente acabou por seduzir alguns dos maiores conglomerados esportivos espanhóis, os quais se apresentavam imersos em passivos magistrais. Na verdade, tal migração de regimes jurídicos se mostrou muito mais impulsionada por um instinto de sobrevivência, do que pelo advento de um novo ambiente de consciência coletiva dos membros e administradores de tais entes privados.

Isso porque, a partir da entrada em vigor do novo modelo pautado a partir da celebração do Convênio de Saneamento, coube à Liga Profissional de Futebol, como

---

entidad, favorecedores de La transparencia, lo que ayuda a crearun clima de garantía en las relaciones jurídicas y económicas que surjan com terceros." LÓPEZ, Mercedes Fuertes. *Asociaciones y sociedades deportivas*. Madrid: Marcial Pons, 1992. p. 15.

[273] ESPANHA. Lei 10/1990, de 15 de outubro de Esportes. *Preâmbulo*. Disponónivel em: <http://www.deportedigital.galeon.com/legislacion/ley90pre.htm>, Acesso em 09 de set. de 2019.

[274] A tradução correspondente é: "No primeiro nível, a Lei propõe um novo modelo de associativismo desportivo que procura, por um lado, favorecer o associativismo desportivo de base e, por outro, estabelecer um modelo de responsabilidade jurídica e económica para os clubes que desenvolvem atividades profissionais. O primeiro objetivo é alcançar este objetivo através da criação de clubes desportivos de base, com uma constituição simplificada. A segunda, através da conversão de clubes profissionais em Sociedades Desportivas, ou da criação de tais Sociedades para as equipes profissionais da modalidade desportiva correspondente, nova forma jurídica que, inspirada no regime geral das Sociedades, incorpora determinadas especificidades para adaptar-se ao mundo do esporte".

pressuposto de admissão competitiva de seus filiados, condicionar a participação nos certames por si organizados, à exibição, por parte dos clubes postulantes, de balanços superavitários nos exercícios fiscais anteriores. Em relação àquelas pessoas jurídicas que apresentassem saldo patrimonial líquido negativo, passou a ser imposta a migração prévia para o regime de Sociedade Anônima Desportiva – SAD –, como condição de admissão competitiva, de modo que nenhuma entidade[275] poderia estar em déficit e manter-se competindo, sem que a alteração jurídica fosse previamente implementada.

Como o critério de migração pautou-se exclusivamente no fator econômico, todos os clubes da primeira divisão do futebol espanhol acabaram sendo obrigados a aderir aos termos do Convênio de Saneamento e assim a promover tal alteração estatutária, à exceção de Real Madrid, Barcelona, Atlético de Bilbao e Osasuña que, por disporem de condições patrimoniais positivas, nas quatro temporadas anteriores à vigência da lei nº 10/1990, puderam optar por permanecer sob a forma associativa, sem que tal fato lhes gerasse qualquer perda, em termos de credenciamento para competições desportivas.

> Séptima.- Los Clubes que, a la entrada en vigor de la presente Ley, participen em competiciones oficiales de carácter profesional enla modalidad deportiva del fútbol, y que em las auditorías realizadas por encargo de la Liga de Fútbol Profesional desde la temporada 1985-1986 hubies en obtenido en todas ellas un saldo patrimonial neto de carácter positivo, podrán mantener su actual estructura Jurídica, salvo acuerdo contrario de sus Asambleas com lãs seguientes particularidades: [...].[276]

Como se extrai do trecho acima transcrito, retirado da Cláusula Sétima das Disposições Adicionais da lei nº 10/1990, somente os clubes espanhóis com saldo

[275] A despeito da preponderância do futebol na Espanha, entidades de outras modalidades também se submeteram a esse regramento, como bem destaca Martinez-Lemos: "Pero a pesar de las críticas, lamayor parte de los clubes de baloncesto se transformaron a SAD (López-Martínez y Fernández-Fernández, 2015), participando em competiciones oficiales de carácter profesional nacional de La Asociación de Clubes de Baloncesto (ACB), además siguiendo las normas del Plan General de Contabilidad." MARTINEZ-LEMOS, R. I. (2015). *Sociedades anónimas deportivas de la liga de fútbol profesiona len España: um análisis empresarial descriptivo*. Revista Española de Educación Física y Deportes, 6(408), 39-55. A tradução correspondente é: "Mas, apesar das críticas, a maioria dos clubes de basquete foi transformada em SAD (López-Martínez e Fernández-Fernández, 2015), participando de competições oficiais profissionais nacionais da Association of Basketball Clubs (ACB) , também seguindo as regras do Plano Geral de Contabilidade. "

[276] A tradução correspondente é: "Sétimo - Os clubes que, à data de entrada em vigor da presente Lei, participem em competições oficiais de carácter profissional na modalidade desportiva de futebol e que, nas auditorias realizadas em nome da Liga de Futebol Profissional desde a época 1985-1986, tenham obtido em todos eles um saldo líquido de ativos positivo, podem manter a sua estrutura jurídica atual, salvo acordo em contrário das suas Assembleias com as seguintes particularidades: [...]".

patrimonial líquido positivo, nas temporadas anteriores à edição da Lei, poderiam optar pela migração.

Visando a dar o correto sentido de tal dispositivo, comenta Carzola Prieto[277] que:

> [...] por saldo patrimonial neto de carácter positivo hemos de entender que los derechos de contenido económico de los que sea titular el club sean superiores a la suma de obligaciones de contenido económico que le sean exigibles durante el período al que se contrae la auditoría en cuestión [...]

Aos clubes que tivessem experimentado déficit patrimonial no período, foi imposta a adoção compulsória do regime da Sociedade Anônima Desportiva – SAD[278]–, sob pena de não estarem aptos a participarem das competições profissionais organizadas pela Liga Espanhola de Futebol, conforme dispõe o art. 19 da referida lei:

> Artículo 19
> 1. Los Clubes, o sus equipos profesionales, que participen em competiciones deportivas oficiales de carácter profesional y ámbito estatal, adoptarán la forma de Sociedad Anónima Deportiva a que se refiere la presente Ley. Dichas Sociedades Anónimas Deportivas que darán sujetas al régimen general de las Sociedades Anónimas, conlas particularidades que se contienen enesta Ley y en sus normas de desarrollo.
> 2. Enla denominación social de estas Sociedades se incluirá la abreviatura «SAD».
> 3. Las Sociedades Anónimas Deportivas tendrán como objeto social la participación em competiciones deportivas de carácter profesional y, ensu caso, la promoción y el desarrollo de actividades deportivas así como otras actividades relacionadas o derivadas de dicha práctica.
> 4. Las Sociedades Anónimas Deportivas sólo podrán participar em competiciones oficiales profesionales de una sola modalida ddeportiva.[279]

---

[277]CAZORLA PRIETO, L. M., *Las sociedades anónimas deportivas*, Ediciones de lãs Ciencias Sociales, Madrid, 1990.., pág.99. A tradução correspondente é: "Pelo saldo do patrimônio líquido de natureza positiva, devemos entender que os direitos de conteúdo econômico de que o clube possui são maiores que a soma das obrigações de conteúdo econômico exigidas durante o período para o qual a auditoria em questão é contratada"

[278] Idêntica solução foi adotada no modelo português, inaugurado a partir da entrada em vigor do NRJSD – Novo Regime Jurídico das Sociedades Desportivas (Decreto Lei nº 10/2013). Tal regime jurídico introduziu novas alterações no sistema organizacional dos entes desportivos que objetivassem participar das competições profissionais, obrigando-os a assumir uma estrutura societária, se tivessem experimentado resultados líquidos negativos nos exercícios fiscais anteriores, podendo estes optar entre o regime da SA - Sociedade Anônima ou da SQU – Sociedade Unipessoal por Quota.

[279]A tradução correspondente é: "Artigo 19. º 1. Os clubes, ou as suas equipes profissionais, que participem em competições desportivas oficiais de nível profissional e estatal, tomarão a forma de uma companhia desportiva anônima referida na presente lei. Tais empresas anônimas internacionais estarão sujeitas ao regime geral das empresas anônimas, com as particularidades contidas nesta lei e suas regras de execução. 2. A abreviatura "SAD" deve ser incluída no nome dessas empresas. 3. O objetivo social das empresas anônimas de esportes terá a participação em competições esportivas profissionais e, se for o caso, a promoção e desenvolvimento de atividades esportivas, bem como outras atividades relacionadas ou derivadas de tais prática. 4. As empresas de desporto anónimas só podem participar em competições profissionais oficiais de uma única modalidade".

A compatibilidade de tal regra, com o princípio da liberdade de empresa pode ser extraído da obra de Rubio Llorente[280], para quem:

> [...] la libertad de empresa conlleva así, asociada com la unidad del mercado, una particular aplicación del principio de igualdad, la necesidad de que todas las empresas disfruten del mismo grado de libertad enrazón de la clase a la que pertenecen. No que todas las empresas tengan el mismo grado de libertad, pero sí que ésta sea igual para todas las que se dedican al mismo género de actividad, de manera que todas ellas sean jurídicamente iguales enel mercado.

A implementação do modelo societário, especialmente no formato de sociedade anônima, como consagrado no item 1 do artigo 19, de tal diploma legal, visava a promover a imposição de um novo padrão de governança, o qual se pautava pelo trinômio: transparência, controle e responsabilidade.

Nesse sentido, imperioso trazer à baila os ensinamentos de Fuertes López[281], o qual informa que:

> A utilização instrumental desta modalidade societária cuida de estabelecer um nítido regime jurídico de responsabilidade das dívidas e da contabilidade empresarial, de forma que a transformação dos clubes profissionais em sociedades anônimas desportivas pressupõe não somente o estabelecimento de um princípio de responsabilidade patrimonial destas entidades, [...] mas também, e o que é mais importante, a regulação confere instrumentos necessários para que a sociedade apresente clara e transparente sua situação.

Nos termos de Luiz Maria Cazorla Prieto[282], o regime das SAD´s vinha inaugurar um novo marco de controle e responsabilidade no âmbito das entidades desportivas:

---

[280] RUBIO LLORENTE, F., *La libertad de empresa en laConstitución*, in IGLESIAS PRADA, J.L. (coord.), Estudios jurídicos enhomenaje al profesor Aureli oMenéndez, tomo I, Editorial Civitas, Madrid, 1996, p. 445. A tradução correspondente é: "A liberdade de empresa implica, portanto, associada à unidade do mercado, uma aplicação específica do princípio da igualdade, a necessidade de todas as empresas usufruírem do mesmo grau de liberdade devido à classe a que pertencem. Não que todas as empresas tenham o mesmo grau de liberdade, mas que seja o mesmo para todos aqueles que se envolvem no mesmo tipo de atividade, para que todas sejam legalmente iguais no mercado".

[281] O texto em língua estrangeira é: "La utilización instrumental de esta modalidadsocietaria se encamina a establecerun nítido régimen de responsabilidad jurídica de lasdeudas y de lacontabilidad empresarial, de forma que La transformación de los clubes profesionalesen sociedades anónimas deportivasva a suponer, no solo elestablecimiento de um principio de responsabilidad patrimonial de estas entidades, [...] sino que, y lo que es más importante, la regulación otorga instrumentos necesarios para que la sociedad presente diáfana y transparente susituación". LÓPEZ, Mercedes Fuertes. *Asociaciones y sociedades deportivas*. Madrid: Marcial Pons, 1992. p. 50

[282]CAZORLA, Luiz Maria. *Las Sociedades anónimas deportivas*. Madrid: Ciencias sociales, D.L. Deloitte Football Money League. London: Deloitte, 2014. p. 47. A tradução correspondente é: "[...]

> [...] Así, la creación por parte de la LD de la figura de la sociedad anónima deportiva (SAD) en el Derecho español, como un sub-tipo de la sociedad anónima (SA), responde a la pretensión del legislador de establecer un modelo de responsabilidad jurídica y económica.

Em linhas gerais, como será exposto a seguir, pode-se dizer que o regime das SAD[283]´s – Sociedades Anônimas Desportivas – adotado na Espanha possui como premissas básicas: o incremento à responsabilização pessoal dos dirigentes desportivos pelos eventuais danos por si protagonizados; à instituição de meios eficazes à viabilização do ressurgimento econômico-financeiro das estruturas desportivas profissionais, e, por fim, a concessão de maior transparência à gestão administrativa de tais entidades.

### 3.2.3 Novos padrões de governança: os níveis de exigência e responsabilidade dos administradores desportivos

No que tange aos administradores, com a migração das associações desportivas para o sistema das sociedades anônimas desportivas, profundas alterações foram engendradas, com o fito de blindar o sistema desportivo, em geral, e a sociedade administrada, em especial, dos malfeitos protagonizados por seus respectivos gestores.

Assim, a dicção do artigo 24 da lei n. 10/1990 mostrou-se propositada e acertadamente ampla, visando a regrar a figura dos administradores das pessoas jurídicas de destinação desportiva, nos seus mais diversos aspectos:

> Artículo 24
> 1. La Sociedad estará administrada por um Consejo de Administración compuesto por un mínimo de siete miembros.
> 2. No pueden ser Administradores quienes tengan antecedentes penales por delitos dolosos, quienes hayan sido sancionados mediante resolución firme envía administrativa por alguna de las infracciones muy graves a que se

---

Assim, a criação pelo LD da figura da corporação esportiva (SAD) no direito espanhol, como sub-tipo da corporação (SA), responde à reivindicação do legislador de estabelecer um modelo de responsabilidade legal e econômica".

[283] De forma tão sintética, quanto eficiente, Cardenal Carro define a SAD, a partir do advento da Lei 10/90, como sendo o "empresario característico en el deporte professional". CARDENAL CARRO, M., *Deporte y derecho: las relaciones laborales enel deporte profesional*, Servicio de publicaciones de La Universidad de Murcia, Murcia, 1996. - p.182. A tradução correspondente é: A SAD é vista como sendo o "empreendedor característico do esporte profissional."

> refiere el articulo 76 de la presente Ley, ni quienes hayan sido declarados enquiebra o en concurso de acreedores y no hayan sido rehabilitados.
> Tampoco podrán ser Administradores los funcionarios al servicio de la Administración cuyas funciones se relacionen conactividades de las Sociedades Anónimas Deportivas, ni quienes sean o hayan sido durante los dos últimos años Administradores e notra Sociedad Anónima Deportiva que participe enla misma competición.
> 3. Antes de tomar posesión, los Administradores estarán obligados a constituir fianza de la clase y enla forma y cuantía que reglamentariamente se determine, para garantizar el cumplimiento de sus obligaciones.
> 4. El Consejo de Administración no podrá realizar actos o negocios jurídicos de disposición o gravamen sobre los bienes inmuebles de la Sociedad cuando tales actos o negociossupongan más de undiez por ciento de inmovilizado material, sin autorización especifica para cada uno de aquéllos de la Junta General de Accionistas, tomada por acuerdo de la mayoría del capital social. Queda a salvo la responsabilidad de la Sociedad frente a terceros enlos términos establecidos enla Ley de Sociedades Anónimas.
> 5. También necesitarán los Administradores autorización de la Junta General para realizar actos que excedan de las previsiones del presupuesto de gastos enmateria de plantilla deportiva.
> 6. Conindependenciadel régimen general de responsabilidad de los Administradores, éstos responderán de los daños que causen a la Sociedad, a los accionistas y a terceros, por incumplimiento de los acuerdos económicos de la Liga Profesional correspondiente.
> 7. La acción de responsabilidad contra los Administradores podrá ser ejercitada, asi mismo, por la Liga Profesional y la Federación Española correspondiente.[60]
> 8. El aumento o la disminución del capital, la transformación, la fusión, laescisión o ladisolución de laSociedad y, en general, cualquiermodificación de los Estatutos sociales habrán de ser comunicados por los Administradores a la Liga Profesional correspondiente, así como el nombramiento o separación de los propios Administradores.
> 9. Enel plazo de cuarenta días, a partir de la fecha en que se haya recibidola comunicación establecidaenel párrafo anterior, la Liga Profesional podrá ejercitar la acción de impugnación de los Acuerdos por los motivos y según las normas establecidasenla Ley de Sociedades Anónimas.

Além de estipular a responsabilidade pessoal dos administradores por eventuais danos por si causados à entidade administrada ou a terceiros, a lei nº 10/1990 dispôs acerca dos pressupostos de capacidade para o exercício de tal mister. Dessa forma, impossibilitou-se que pessoas com antecedentes criminais por crimes dolosos, bem como aqueles que tivessem sido declarados falidos e, não tivessem se reabilitado, possuíssem condições de elegibilidade, para fins de ocupação do referido cargo em qualquer entidade desportiva.

Ademais, visando a conceder o devido lastro patrimonial ao dever responsabilizatório imposto, o legislador exigiu, como requisito de validade da investidura no cargo, que os administradores prestassem caução visando a resguardar o cumprimento regular de suas obrigações perante a sociedade desportiva. Nesses casos, a garantia prestada seria passível de acionamento, em caso de qualquer anomalia na

gestão, fosse esta culposa ou dolosa, que viesse a gerar danos à própria pessoa jurídica administrada ou a terceiros.

Ainda no âmbito diretivo das entidades, visando a conceder um rigoroso sentido de austeridade administrativa, estabeleceu o dispositivo em referência que qualquer ato que fosse praticado pelo administrador, cujo valor excedesse a previsão orçamentária para o exercício, obrigatoriamente, dependeria de autorização expressa da assembleia geral para ser implementado. Na mesma linha, visando a reduzir ao máximo a margem de manejo patrimonial dos administradores e dos membros de pessoas jurídica desta natureza, o legislador prescreveu a necessidade de ser reportado à Liga Profissional, enquanto agente regulador do setor, qualquer movimento deliberativo que viesse a implicar alterações na estrutura jurídico-societária das entidades. Assim, desde as mais complexas operações, tais quais, transformação, fusão, cisão ou dissolução da sociedade, até as mais singelas, tais quais, aumento ou diminuição do capital social das entidades filiadas, bem como eventuais operações de modificação do estatuto social ou troca de administradores, passaram a ser obrigatoriamente carecedoras de comunicação à entidade reguladora, a quem passou a caber a supervisão de tais atos.

Findada uma década de vigência de tal diploma legal, empreendeu-se uma reavaliação de seus postulados, o que se efetivou à luz dos resultados práticos até então experimentados. Assim, a lei nº 50, de 30 de dezembro de 1998, através do seu artigo 109.4, imprimiu alterações na versão originária do artigo 24 da Lei nº 10/1990, modernizando alguns de seus fundamentos iniciais quanto às condições de exercício da administração das pessoas jurídicas de destinação desportiva.

Dessa forma, no novo formato, o quantitativo de administradores deixou de possuir uma escala mínima de membros, legalmente contemplada, passando a ser delegado à assembleia geral a livre fixação do número de assentos existentes no conselho diretivo. O incremento em termos de economicidade foi evidente, no que concerne à tal modificação legal. Isso porque se reconheceu que a definição de quantitativo mínimo de sete membros, contida na lei nº 10/1990, independentemente do tamanho e da complexidade da sociedade a ser administrada, não se mostrou adequada, partindo-se da premissa de que tal atividade é remunerada e não havia certeza plena de que tal *staff* mínimo, de fato, mostrava-se necessária, em todos os casos.

Quanto às condições de elegibilidade dos administradores, acresceu-se, dentre as restrições já existentes, a vedação à escolha de profissionais que tenham sido condenados por infrações desportivas muito graves, tais quais a dopagem, por exemplo.

Tratou-se de um enrijecimento ainda maior das regras de capacidade específica para administrar entidades do setor, o qual passou a levar também em consideração o passado desportivo propriamente dito do postulante.

Na mesma linha, visando a evitar hipóteses de conflitos de interesses no setor, sejam esses de quaisquer naturezas, contemplou-se na nova narrativa do dispositivo em tela duas regras de incompatibilidade de funções.

Primeiro, ajustou-se a proibição para que antigos membros da Administração Pública, que tenham sido titulares de cargos relevantes na estrutura de organização do desporto, assumissem a administração de entidades desportivas privadas posteriormente. Tratou-se de uma medida de salutar importância, haja vista a necessidade de observância dos preceitos da moralidade e da impessoalidade no âmbito administrativo, os quais poderiam ser mitigados, caso um eventual gestor público se sentisse tentado a empreender medidas que viessem a gerar benefícios em favor de uma determinada entidade privada que viesse, no futuro, a receber-lhe na função de administrador.

Em segundo, visando a se evitar desconfortáveis e temerários alinhamentos em um ambiente cuja competição lhe é intrínseca, vedou o legislador que profissionais que já ocupem cargos diretivos em entidades privadas venham a assumir novos assentos nos Conselhos de Administração de outras entidades privadas que disputem a mesma modalidade. Como óbvio, não se mostra razoável que o senso de competividade permanente, que se espera de entidades militantes da mesma modalidade esportiva, seja colocado em dúvida, em decorrência de um eventual compartilhamento de gestores, o que poderia dar azo advento de eventuais conflitos de interesses.

A alteração em referência mostrou-se acertada, trazendo ainda mais vigor e eficiência a uma narrativa legal que já se apresentava afinada aos fins por si perseguidos:

> Artículo 24
> 1. El órgano de administración de las sociedades anónimas deportivas será um Consejo de Administración compuesto por el número de miembros que determinen los Estatutos.
> 2. No podrán formar parte del Consejo de Administración:
> a) Las personas señaladas enla Ley de Sociedades Anónimas y demás normas de general aplicación;
> b) Quienes enlos últimos cinco años hayan sido sancionados por una infracción muy grave enmateria deportiva;
> c) Quienes estén al servicio de cualquier Administración Pública o sociedaden cuyo capital participe alguna Administración Pública siempre que

> la actividad del órgano o unidad a la que estén adscritos estén relacionada conla de las sociedades anónimas deportivas;
> d) Quienes tengan o hayan tenido enlos dos últimos años la condición de alto cargo de la Administración General del Estado y de las entidades de derecho público vinculadas o dependientes de ella, enlos términos señalados enel artículo 1.2 de la Ley 12/1995, de 12 de mayo, siempre que la actividad propia del cargo tenga relación conla de las sociedades anónimas deportivas.
> 3. Los miembrosdel Consejo de Administración y quienes ostenten cargos directivos en una Sociedad Anónima Deportiva no podrán ejercer cargo alguno e notra Sociedad Anónima Deportiva que participe enla misma competición profesional o, siendo distinta, pertenezca a la misma modalidaddeportiva.[284]

Acerca de tal alteração legislativa, uma observação se mostra obrigatória, no que se refere à responsabilidade dos gestores de tais entidades. Em que pese o item 6, que versava sobre o tema, ter sido suprimido da nova dicção do artigo 24, da lei nº 10/1990, a leitura pormenorizada do artigo 17, item 2, alínea "e", do mesmo texto legal, não deixa dúvidas acerca da manutenção, nos dias atuais, do mesmo padrão inicialmente concebido para fins de responsabilidade dos administradores:

> Artículo 17
> 1. Para la constitución de un Club deportivo básico, sus fundadores deberán inscribir enel Registro correspondiente previsto em el artículo 15 el acta fundacional. El acta deberá ser otorgada ante Notario al menos por cinco fundadores y recogerla voluntad de éstos de constituir un Club con exclusivo objeto deportivo.
> 2. Asi mismo presentarán sus Estatutos enlos que deberá constar, como mínimo:
> a) Denominación, objeto y domicilio del Club.
> b) Requisitos y procedimiento de adquisición y pérdida de lacondición de socios.
> c) Derechos y deberes de los socios.
> d) Órganos de gobierno y de representación y régimen de elección, que deberá ajustarse a los principios democráticos.
> e) Régimen de responsabilidad de los directivos y de los socios, en las condiciones que reglamentariamente se establezcan. Encualquier caso los directivos responderán frente a los socios, el Club o terceros, por culpa o negligencia grave. (grifo nosso)

[284]A tradução correspondente é: "Artigo 24. 1. O órgão administrativo das sociedades desportivas é um conselho de administração composto pelo número de membros determinado pelos Estatutos. Não podem fazer parte do Conselho de Administração: a) As pessoas indicadas na Lei das Sociedades Anônimas e demais normas de aplicação geral; b) Os que nos últimos cinco anos tenham sido sancionados por uma infração muito grave em matéria desportiva; c) Os que estejam ao serviço de qualquer Administração Pública ou empresa em cujo capital participe qualquer Administração Pública, desde que a atividade do órgão ou unidade a que estejam adstritos esteja relacionada com a das sociedades desportivas; d) Os que tenham ou tenham tido, nos últimos dois anos, o estatuto de alto funcionário da Administração Geral do Estado e das entidades de direito público a ela vinculadas ou dependentes, nos termos indicados no n.º 2 do artigo 1º da Lei 12/1995, de 12 de Maio, desde que a atividade do gabinete esteja relacionada com a das sociedades desportivas. 3. Os membros do Conselho de Administração e aqueles que ocupam cargos gerenciais em uma Sociedade Limitada Pública Esportiva não poderão ocupar qualquer cargo em outra Sociedade Limitada Desportiva que participe da mesma competição profissional ou, sendo diferente, pertença à mesma modalidade esportiva".

> f) Régimen disciplinario.
> g) Régimen económico-financiero y patrimonial.
> h) Procedimiento de reforma de sus Estatutos.
> i) Régimen de disolución y destino de los bienes, que en todo caso se aplicarán a fines análogos de carácter deportivo.[285]

Nesse sentido, é inevitável a conclusão de que os administradores continuam a responder pessoalmente, pelos danos que causarem aos sócios, à pessoa jurídica por si administrada ou a terceiros, em virtude de danos causados a quaisquer desses pela prática de condutas culposas por si protagonizadas, quando da condução e gestão das entidades desportivas.

Assim, é certo afirmar que os dispositivos legais acima transcritos trouxeram novos níveis de exigências, mantendo-se o padrão de responsabilidades dos administradores dessas entidades, em virtude dos atos por esses praticados, no âmbito de suas respectivas gestões. Essa cumulação de pressupostos de eleição, cada vez mais rígidos, com a manutenção do rigor responsabilizatório dos administradores das pessoas jurídicas de destinação desportiva, visou a viabilizar que os postos de comando passassem a ser paulatinamente disponibilizados a pessoas de maior expertise, comprometimento e desenvolvimento profissional, gerando incremento no nível de governança das entidades desportivas, o que contribuiu e continua a contribuir para o pleno e contínuo desenvolvimento institucional dessas.

### 3.2.4 O dever de transparência e a busca de um modelo que conceda seguranças jurídica e econômica às entidades desportivas

O segundo pilar de sustentação do regime jurídico espanhol consistiu na firme convicção de que não haveria como se promover o restabelecimento econômico-

[285] A tradução correspondente é: "Artigo 17. Para a constituição de um Clube desportivo de base, os seus fundadores deverão inscrever no respectivo Registo previsto no artigo 15º o ato constitutivo. A ata deve ser entregue perante um notário público por pelo menos cinco fundadores e refletir a sua vontade de constituir um clube com um objetivo desportivo exclusivo. 2. Devem também apresentar, no mínimo, os seus Estatutos, nos quais devem ser mencionados: a) Nome, objeto e domicílio do Clube. b) Requisitos e procedimentos para a aquisição e perda da qualidade de membro. c) Direitos e deveres dos membros. d) Órgãos sociais e regime de representação e eleição, que devem obedecer aos princípios democráticos. e) Regime de responsabilidade dos administradores e dos sócios, nas condições estabelecidas em regulamento. Em qualquer caso, os administradores são responsáveis perante os sócios, o Clube ou terceiros, por culpa ou negligência grave. f) Regime disciplinar. g) Regime econômico, financeiro e patrimonial. h) Procedimento de reforma dos seus Estatutos. i) Regime de dissolução e destino dos bens, que em qualquer caso serão aplicados para fins similares de natureza desportiva."

financeiro do setor, sem que fosse respeitado um padrão mínimo de transparência nos atos administrativos empreendidos. Tal dever de publicidade possuiu um duplo enfoque: o primeiro, de natureza interna, visava a viabilizar e facilitar a fiscalização e o controle dos atos de seus respectivos administradores, enquanto o segundo, de natureza externa, tinha por objetivo permitir a identificação das reais condições financeiras de uma determinada entidade desportiva, por parte de terceiros, que com essa intencionassem contratar.

Pautado em tais premissas, no que se refere ao espírito de transparência que haveria de permear a gestão administrativa, muito se avançou com a implementação do modelo das Sociedades Anônimas Desportivas – SAD´s. Em tal ambiente, passou a ser imposto aos administradores de entidades desportivas a publicização periódica de balanços patrimoniais, a realização de auditorias externas, visando a se aferir a regularidade das contas sociais, além da obrigação de se prestar habitualmente informações acerca da evolução financeira das entidades filiadas à Liga Esportiva,[286] na qualidade de ente regulador do setor. Todo esse acervo de medidas tem por desiderato básico a concessão de maior acessibilidade às decisões diretivas e às suas eventuais consequências, conforme se extrai do teor do artigo 26, da lei nº 10/1990, com as alterações que lhe foram concedidas pela lei nº 50, de 30 de setembro de 1998:

> Artículo 26
> 1. Las sociedades anónimas deportivas que cuenten con varias secciones deportivas llevarán una contabilidad que permita diferenciar las operaciones referidas a cada una de ellas con independencia de su integración en las cuentas anuales de la sociedad.
> Sin perjuicio de la aplicación del artículo 200 del Texto Refundido de la Ley de Sociedades Anónimas, enla memoria deberá especificarse, en su caso, la distribución del importe neto de la cifra de negocioscorrespondientes a las actividades propias de cada sección deportiva de la sociedad.
> Reglamentariamente se determinaránlas normas específicas y los modelos a los que deberán ajustarse las cuentas de las sociedades anónimas deportivas así como la frecuencia y el alcance de la información periódica que deban remitir al Consejo Superior de Deportes.
> 2. Las sociedades anónimas deportivas deberán remitir al Consejo Superior de Deportes y a la Liga Profesional correspondiente el informe de auditoría de las cuentas anuales y el informe de gestión antes del depósito de dichas cuentas enel Registro Mercantil.

[286]Ricardo Candeias acrescenta que o dever de transparência no âmbito das Sociedades Anônimas Desportivas é de tal forma contundente, que este abrange inclusive o dever de publicização quanto ao seu quadro de acionistas. Assim, afirma Candeias:"A SAD é obrigada, trimestralmente, a informar a Liga respectiva da composição do seu corpo de acionistas – tarefa possível de realizar, porque só de admite acções nominativas". CANDEIAS, Ricardo. *Personalização da equipa e transformação de clube em sociedade anônima desportiva – um contributo para o estudo das sociedades desportiva*s. Coimbra, 2000, p.30.

> 3. Además de lo dispuesto en el párrafo anterior y en la legislación aplicable a las Sociedades Anónimas, el Consejo Superior de Deportes, de oficio o a petición de la Liga Profesional correspondiente, podrá exigir el sometimiento de una Sociedad Anónima Deportiva a una auditoría complementaria realizada por auditores por él designados conel alcance y elcontenido que se determine en el correspondiente acuerdo[287].

O exame de tal dispositivo legal permite identificar a nítida preocupação do legislador espanhol em submeter todos os atos de natureza financeira que venham a ser praticados pelos administradores de tais pessoas jurídicas a um padrão elevado de transparência, controle e fiscalização. Para tanto, convencionou-se a submissão de tais dados ao contínuo escrutínio da Liga Esportiva e do Conselho Superior Desportivo[288], a quem cabe inspecionar a higidez e a regularidade de tais dados, sendo garantida a tais entes a solicitação de auditorias externas complementares, em caso de dúvidas ou do diagnóstico de inconsistências quanto às informações financeiras lhes transmitidas.

O espírito legislativo que motivou a instituição da Sociedade Anônima Desportiva foi muito bem definido na obra de Idelfonso Garcia Campos[289]:

> [...] en las recientementecreadas Sociedades Anónimas Deportivas (SAD) la valoración del fenómeno deportivo es el motivo por el que se ha modificado el régimen propio de la tradicional figura mercantil: las especialidades introducidas se dirigen al limpio mantenimiento de la rivalidad e imparcial equilibrio de las competiciones.

---

[287] A tradução correspondente é: "Artigo 26. 1. As sociedades desportivas que possuam várias secções desportivas devem manter contas que permitam diferenciar as operações relativas a cada uma delas, independentemente da sua integração nas contas anuais da sociedade. Sem prejuízo da aplicação do artigo 200 do Texto Consolidado do Código das Sociedades Comerciais, o relatório deve especificar, se for caso disso, a distribuição do volume de negócios líquido correspondente às atividades de cada secção desportiva da sociedade. O regulamento determina as regras e modelos específicos a que devem obedecer as contas das sociedades desportivas, bem como a periodicidade e o âmbito das informações periódicas que devem ser enviadas ao Conselho Superior do Desporto. 2. As sociedades desportivas devem apresentar ao Conselho Superior do Desporto e à respectiva Liga Profissional o relatório de auditoria das contas anuais e o relatório de gestão antes do depósito das referidas contas no Registro Comercial. 3. Além do disposto no parágrafo anterior e na legislação aplicável às Sociedades Anônimas, o Conselho Superior Desportivo pode, "ex officio" ou a pedido da respectiva Liga Profissional, exigir que uma Sociedade Anônima Desportiva seja submetida a uma auditoria complementar realizada por auditores por si designados, com o alcance e conteúdo determinados no acordo correspondente."

[288] Conforme indica a lei 10/1990, de 15 de outubro, o Conselho Superior Desportivo é um órgão autônomo de natureza administrativa, ligado ao Ministério da Educação e Cultura, através do qual se exerce a ação da administração do Estado no âmbito do esporte.

[289] CAMPOS, Idelfonso Garcia. *Las Sociedades anónimas deportivas y la responsabilidad de sus administradores: algunas alternativas a su régimen jurídico.* Madrid: Marcial Pons,1996, p. 47.

A tradução correspondente é: "Nas empresas esportivas recentemente criadas (SAD), a valorização do fenômeno esportivo é a razão pela qual o regime tradicional foi modificado para a figura mercantil: as especialidades introduzidas visam à manutenção limpa da rivalidade e equilíbrio imparcial de competições."

Não há dúvidas de que um sistema munido de maiores travas de controle e fiscalização, tanto internas, quanto externas, contribuiu para que houvesse uma substancial alteração no perfil financeiro e também desportivo da maioria das entidades esportivas profissionais daquele país, as quais experimentam, no dias atuais, um perfil institucional absolutamente diverso daquele que as acompanhava quando da entrada em vigor do regime jurídico em referência.

Segundo Ricardo Candeias[290], toda a rigorosa estruturação legislativa espanhola visava a precipitar a formação de entidades sólidas e bem geridas, as quais demonstrassem pujanças financeira e institucional. Para tanto, o autor elenca diversos caracteres típicos de controle, segurança e responsabilidade, os quais muito contribuíram para a projeção alcançada por tais instituições:

> Tal necessidade manifesta-se, por exemplo, no estabelecimento das regras de cálculo do capital social mínimo (como já vimos *supra*) e na obrigação de este ser integralmente realizado em dinheiro; na exclusão de quaisquer vantagens ou remunerações a favor dos fundadores ou promotores da SAD, nas limitações dos poderes de administração do órgão respectivo; na constituição de uma reserva legal de elevado montante antes de se poder proceder à repartição dos lucros e na inexigibilidade de reembolso dos suprimentos se a sociedade não obtiver um resultado positivo no último exercício anterior aos seus vencimentos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a estrutura de sociedade anônima desportiva acabou culminando na aderência de novos expedientes, os quais elevaram substancialmente o padrão de profissionalismo econômico e gerencial de tais entidades. Trata-se de elementos essenciais e característicos desse sistema jurídico, os quais contribuíram decisivamente para que tal sistema tivesse produzido tantos frutos na Espanha.

A conjugação de gestores especializados e comprometidos com a entrega de resultados, com a observância obrigatória de políticas próprias de transparência e controle, acabou inaugurando uma nova era no setor. Assim, a partir do diagnóstico quanto aos malefícios advindos de uma gestão amadora, obscura e dotada de baixo padrão de responsabilidade, permitiu-se o desenvolvimento de um plano de

[290]CANDEIAS, Ricardo. *Personalização da equipa e transformação de clube em sociedade anónima desportiva – C*ontributo para um estudo das sociedades desportivas. Coimbra, 2000, p.34/35.

soerguimento de tais entidades, o qual acabou, na verdade, elevando e viabilizando a seara desportiva espanhola como um todo. [291]

### 3.2.5 A relevância da atuação estatal no que se refere à estruturação de um regime jurídico eficiente

O cenário futebolístico atual, seja sob a ótica desportiva propriamente dita, seja sob a ótica econômica e financeira, por si só, já tem o condão de apresentar os frutos colhidos pelo êxito da bem talhada legislação esportiva espanhola, acerca da regulação das entidades destinadas à competição e à organização desportiva. Contudo, não há como se negar que o restabelecimento das estruturas desportivas profissionais daquele país somente se mostrou possível e viável a partir do advento de um propósito de reestruturação legislativa do setor.

Isso porque o próprio segmento, por si só, com base em suas próprias forças, não foi suficientemente capaz de empreender as necessárias correções quanto a falhas e vícios que tanto impediam o pleno desenvolvimento das organizações desportivas daquele país.

A Constituição da Espanha, em seu artigo 43, item 3, dispõe expressamente acerca do dever do Estado em promover as atividades desportivas:

> Artículo 43
> [...]
> Fomento del deporte
> 3. Los poderes públicos fomentarán la educación sanitaria, la educación física y el deporte. Asimismo, facilitarán la adecuada utilización del ocio.[292]

Acerca de tal dispositivo constitucional, comentou Eduardo Blaco[293] que:

---

[291]LOPEZ, Mercedes Fuertes. *Associaciones y sociedades deportivas.* Marcial Pons, ediciones jurídicas y sociales, S.A, Madrid, 1996, p.15.

[292]A tradução correspondente é: "Artigo 43. [...] Promoção de desporto 3. As autoridades públicas devem promover a educação para a saúde, a educação física e a desporto. Eles também facilitarão o uso adequado do lazer."

[293] BLANCO, Eduardo, *Manual de la organizacón institucional del desporto*, 1ª Ed. Editorial Paidotribo: Barcelona, p. 47. A tradução correspondente é: "[...] a inclusão do esporte no artigo 43.3 significa para os cidadãos uma mudança significativa em relação à sua situação anterior à Constituição. Especificamente, eles entendem que sua inclusão deve produzir na prática alguma transformação, especialmente um direito efetivo dos cidadãos à atividade esportiva."

> [...] la inclusión del deporte en el artículo 43.3 significa para los ciudadanos un cambio importante respecto a su situación anterior a la Constitución. En concreto, entienden que su inclusión debe producir en la práctica alguna transformación, en especial debe derivarse underecho efectivo de los ciudadanos a la actividad deportiva.

E prossegue Blaco[294] comentando acerca da constitucionalização do desporto na Espanha:

> [...] La primera conclusión que se deriva de este artículo, como consecuencia de su ubicación en el Capítulo III del Título Primero de la Constitución (De los principio generales rectores de la política social y económica), es que establece simplemente en principio rector, un deber de los poderes públicos de fomento del deporte y no el expreso reconocimiento a los ciudadanos de un derecho fundamental al deporte.

Na mesma toada, no campo infraconstitucional, a lei nº 10/1990 contempla, em sua fase preambular, que o Estado deve fomentar as atividades desportivas, inclusive por meio de intervenção de ordem financeira:

> Basta la alegación del mandato, explícito en el artículo 43 de la Constitución e implícito en todo su texto, para explicar y justificar que una de las formas más nobles de fomentar una actividad es preocuparse por ella y sus efectos, ordenar su desarrollo en términos razonables, participar en la organización de la misma cuando sea necesario y contribuir a su financiación.[295]

Assim, graças à ampla e eficaz interferência legislativa[296] havida no desporto espanhol, a qual se notabilizou pelo estabelecimento de novas regras de gestão administrativa e transparência econômica, permitiu-se o saneamento do déficit

---

[294] BLANCO, Eduardo, *Manual de la organizacón institucional del desporto*, 1ª Ed. Editorial Paidotribo: Barcelona, p. 47. O trecho correspondente na tradução é: "[...] A primeira conclusão derivada deste artigo, como conseqüência de sua localização no capítulo III do primeiro título da Constituição (dos princípios orientadores gerais da política social e econômica), é que ela simplesmente estabelece princípio orientador, um dever das autoridades públicas para a promoção do esporte e não o reconhecimento expresso aos cidadãos de um direito fundamental ao esporte."

[295] A tradução correspondente é: "Alegação do mandato, explícita no artigo 43 da Constituição e implícita em todo seu texto, basta para explicar e justificar que uma das formas mais nobres de promover uma atividade é preocupar-se com ela e seus efeitos, ordenar seu desenvolvimento em termos razoáveis, participar de sua organização quando necessário e contribuir para seu financiamento".

[296] A legitimidade e pertinência de tal interferência legislativa advém do interesse público existente no desporto profissional, em geral, e no futebol, em especial. Tal fato foi comentado por Carzola Prieto, nos seguintes termos: "...quão caracteristicamente os clubes profissionais estão ligados à história e prestígio de uma cidade, até de uma nação; o que, em última análise, está ligado a um sentimento público e coletivo" CAZORLA PRIETO, L. M., *Las sociedades anónimas deportivas*, Ediciones de lãs Ciencias Sociales, Madrid, 1990, pág.37. A versão original em espanhol é: "lo vinculados que están determinados clubes caracterizadamente profesionales a lahistoria y al prestigio de una ciudad, hasta de una nación; lo, en definitiva, ligados que están a um sentimiento público y colectivo".

financeiro dos clubes e a sua consequente reestruturação, credenciando tais entidades ao experimento de uma nova realidade desportiva e institucional.

Tratou-se de um verdadeiro círculo virtuoso. Administradores mais capacitados e plenamente cientificados de seus deveres responsabilizatórios passaram a empreender novas políticas gerenciais, sob o contínuo e permanente escrutínio tanto do mercado privado, quanto do Estado espanhol, o que resultou, ao longo do tempo, na entrega de resultados financeiros e desportivos que seriam tidos como absolutamente inimagináveis há cerca de trinta anos.

Tal alteração de perspectivas tem por marco inicial a entabulação de um regime jurídico próprio, que contemplou o saneamento das entidades, através da transformação dos clubes de futebol espanhol em sociedades anônimas desportivas submetidas a regras claras de governança, profissionalismo, transparência e controle, as quais alteraram substancialmente a realidade administrativa até então vigente.

Em suma, sem uma regulação legislativa estabelecendo regras de governança corporativa[297] nítidas para esse segmento econômico, os resultados lá produzidos muito dificilmente seriam efetivados. Para tal conclusão, basta se traçar um paralelo entre a proximidade existente entre tais setores, na Espanha e no Brasil, no início da década de 1990, e a disparidade plena havida, nos mais diversos aspectos, entre as realidades desportivas profissionais dos dois países.

A busca por uma justificativa que venha a explicitar os fundamentos para tal distanciamento de realidades e destinos passa, obrigatoriamente, pelo exame da eficiência, ou não, das medidas legislativas adotadas por ambos os países, ao longo desses anos.

Em linhas gerais, o sistema jurídico espanhol foi estruturado tendo como premissa básica a migração jurídica dos integrantes desse setor, do modelo associativo para o modelo societário. Para tanto, foram estabelecidos estímulos financeiros para que entidades que se encontravam em estágio de elevada crise econômica se sentissem motivadas a promover a conversão de seus respectivos formatos constitutivos de associações civis para as chamadas sociedades anônimas desportivas – SAD´s –, implicando a implementação de sensíveis modificações em suas realidades gerenciais.

---

[297] Importante observação acerca dos órgãos internos de governança é tecida por Marin Hita, que frisa que aqueles constantes da Ley 10/90 são obrigatórios, no sentido que de que são o mínimo legalmente exigido. Assim, nada impede que, visando a elevar o seu nível de governança corporativa, as entidades, facultativamente, incrementem a constituição de outros mecanismos colegiados de controle. MARÍN HITA, L., *La nueva sociedad anónima deportiva*, Revista española de derecho deportivo, nº 10, Civitas, Madrid, 1998, pág.229.

Comentando o sistema jurídico até então vigente, Alonso Gutierrez[298] afirma que:

> [...] existían serias dudas sobre el régimen jurídico de aspectos tan importantes como la responsabilidad de los socios o la de los directivos del club, generalizando se una sensación absoluta de irresponsabilidaden la gestión de las entidades deportivas que dificultaba aún más su saneamiento.

Como visto, o regime das SAD´s possuía três premissas básicas: assegurar a responsabilização pessoal dos dirigentes desportivos pelos eventuais danos por si protagonizados; instituir meios eficazes à viabilização do soerguimento econômico-financeiro das estruturas desportivas profissionais existentes na Espanha e, por fim, conceder maior transparência e clareza à gestão administrativa de tais entidades.

A singela leitura do preâmbulo da Lei 10/90 já dá o correto tom de seus propósitos:

> [...] en um primer nivel, la ley propone unnuevo modelo de asociacionismo deportivo que persigue, por un lado el favorecer el asociacionismo deportivo de base, y por outro, estabelecer un modelo de responsabilidad jurídica e economica para los Clubes que desarrollan actividades de caráter profissional. Lo primeiro se pretender lograr mediante lacración de Clubes desportivos elementales, de constituicion simplificada. Lo segundo, mediante la conversion de los Clubes profissionales em Sociedades Anónimas Deportivas, o lacreación de tales Sociedades para los equipos profissionales de la modalidad deportiva que corresponda, nueva forma jurídica que, inspirada en el régimen de las Sociedades Anónimas, incorpora en el régimen general de las Sociedades Anónimas, incorpora determinadas especificidades para adptarse al mundo del deporte.[299]

Tratou-se de um notável marco na história evolutiva do desporto espanhol, o que culminou na inserção da Liga Nacional de Futebol Profissional daquele país, dez anos mais tarde, no seleto mercado da chamada *Football Industry*. Trata-se de um

---

[298]"Havia sérias dúvidas sobre o regime jurídico de aspectos tão importantes quanto a responsabilidade dos associados ou dos diretores do clube, generalizando um sentimento absoluto de irresponsabilidade na gestão de entidades esportivas que dificultava ainda mais o saneamento". GUTIÉRREZ ALONSO, J. J., El derecho mercantil enel deporte de los últimos años, en JIMÉNEZ SOTO, I., y ARANA GARCÍA, E., *El derecho deportivo em España: 1975-2005*, Junta de Andalucía, Sevilla, 2005, p. 614.

[299] Preâmbulo da Lei 10/90. O texto correspondente na tradução é: ""Em primeiro lugar, a lei propõe um novo modelo de associativismo desportivo que visa, por um lado, a favorecer o associativismo desportivo de base e, por outro, estabelecer um modelo de responsabilidade jurídica e econômica para os clubes que exercem atividades de caráter profissional. O primeiro objetivo é alcançar através da criação de clubes desportivos elementares, de uma constituição simplificada. A segunda, através da conversão de Clubes profissionais em Sociedades Desportivas, ou da criação de tais Sociedades para as equipes profissionais da modalidade desportiva correspondente, nova forma jurídica que, inspirada no regime das Sociedades por Ações, incorpora no regime geral das Sociedades por Ações, certas especificidades para adaptar-se ao mundo desportivo.

conglomerado que abrange os maiores e mais rentáveis mercados futebolísticos do mundo, o qual era até então composto por Inglaterra, Itália, França e Alemanha.

O crescimento foi de tal forma vertiginoso, que a "LaLiga", como é conhecida a marca que reúne a primeira e a segunda divisões do futebol espanhol, foi reconhecida por estudos conduzidos pela consultoria britânica *Brand Finance* e divulgados em abril de 2019,[300] como a oitava mais importante, dentre todas aquelas atreladas a empresas constituídas em território espanhol.

Tal reconhecimento mercadológico possui uma direta relação com os preceitos jurídicos de governança, transparência, moralidade e responsabilidade consagrados pela legislação espanhola, há mais de duas décadas. Acerca do inédito resultado institucional alcançado, assim se manifestou Teresa de Lemus[301], diretora da *Brand Finance*:

> Para hacer nuestros rankings, lo primero que necesitamos es acceso a la información financiera de la marca, por eso siempre empezamos con empresas cotizadas. El hecho de que LaLiga, gracias a sus políticas de transparencia y cumplimiento, tenga toda su información publicada en la web ha sido clave para que haya llegado a formar parte de nuestro ranking, el único que cumple con todos los requisitos ISO 10668", afirmó Teresa de Lemus.[302]

A disparidade havida entre os modelos de organização desportiva brasileiro e espanhol é de tal forma evidente que a Confederação Brasileira de Futebol, detentora da marca "CBF", e do maior quantitativo de títulos mundiais da modalidade, não figura sequer na relação das maiores marcas brasileiras do ano de 2018, o qual é composto por cinquenta marcas nacionais, dos mais diversos setores da economia.[303]

---

[300] Em abril de 2019 a consultoria Brand Finance, uma das mais renomadas do setor no mundo, detentora da certificação ISO 10668, divulgou o seu ranking anual, indicando o valor e a importância das 100 maiores marcas espanholas. BRAND FINANCE. *ESPAÑA 100 2019 REPORT*. Disponível em: <https://brandirectory.com/reports/espana-100-2019>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

[301] Entrevista da diretora geral da consultoria Brand Finance, divulgada pelo site oficial da Liga Espanhola de Futebol. LALIGA. *LaLiga, 8ª marca más fuerte de España según el ranking Brand Finance*. Disponivel em: <https://www.laliga.com/noticias/laliga-8-marca-mas-fuerte-de-espana-segun-el-ranking-brand-finance>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

[302] A tradução correspondente é: "Para fazer nossos rankings, a primeira coisa que precisamos é ter acesso às informações financeiras da marca, por isso sempre começamos com empresas listadas. O fato de a LaLiga, graças às suas políticas de transparência e conformidade, ter todas as suas informações publicadas na web, foi fundamental para que ela se tornasse parte do nosso ranking, o único que cumpre todos os requisitos da ISO 10668", disse Teresa de Lemus."

[303] A listagem das 50 mais importantes e valorizadas marcas brasileiras, segundo a consultoria britânica Brand Finance está disponível em: <https://brandfinance.com/images/upload/brazil_50_2018_locked.pdf>. Acesso em 02 de set. de 2019.

Por outro lado, os espanhóis conseguiram inserir sete[304] de suas entidades de prática futebolística no "Brand Finance Football 50 2019", o ranking mundial dos 50 grandes clubes de futebol, não tendo os brasileiros inserido um único representante em tal relação. A despeito da tradição, do êxito desportivo histórico na modalidade, de sua superioridade populacional, bem como de sua preponderância em termos de Produto Interno Bruto, o Brasil não consegue viabilizar o acesso de suas maiores organizações de prática desportiva a postos de maior destaque em tal seleta listagem.

As entidades desportivas espanholas também desfrutaram de reconhecimento no estudo denominado "Análise Econômico-Financeira dos Clubes de Futebol Brasileiros – 2018", divulgado pelo Banco Itaú BBA, o qual tem por objetivo examinar a situação monetária dos maiores *players* nacionais do setor, a partir do estabelecimento de um traço comparativo com seus pares, nos mais diversos países. Assim, visando a identificar um paradigma mundial de arrecadação, os profissionais que promoveram tal levantamento estabeleceram uma relação receita/PIB do respectivo país, como critério de harmonização das mais variadas realidades locais examinadas.[305]

A partir da escolha e da aplicação do critério de equalização das realidades, procedeu-se à comparação dos dados financeiros, o que culminou no diagnóstico de que dos cinco melhores clubes de futebol, quanto ao quesito relação receita auferida/PIB do país de origem, três dessas entidades são de nacionalidade espanhola (Real Madrid, em segundo lugar, Barcelona, em terceiro, e Atlético de Madrid em quinto). Acerca do tema, cumpre frisar que o primeiro lugar geral coube à "Sport Lisboa e Benfica – Futebol, SAD", entidade portuguesa convertida em Sociedade Anônima Desportiva,

---

[304] A lista dos 50 clubes de futebol mais valiosos do mundo, tem o Real Madrid CF, em primeiro lugar, o FC Barcelona, em terceiro lugar, o Atlético de Madrid em décimo quarto, o Athletic de Bilbao em quadragésimo quinto, o Villareal CF em quadragésimo sétimo e o Valencia CF, em quadragésimo oitavo. A soma total do valor das sete marcas espanholas atinge a monta de 3.997,76 milhões de euros, o representa vinte por cento do valor da soma das cinquenta maiores marcas futebolísticas do mundo. BRAND FINANCE. *FOOTBALL 50 2019*. Disponivel em: <https://brandfinance.com/knowledge-centre/reports/brand-finance-football-50-2019/>. Acesso em: 03 de set. de 2019.

[305] O estudo "Análise Econômico-Financeira dos Clubes de Futebol Brasileiros – 2018", elaborado pelos profissionais da área de análise de crédito do Banco Itaú BBA, promove um exame detalhado e individualizado da situação econômico-financeira de cada um dos grandes clubes de futebol brasileiros, estabelecendo parâmetros comparativos a serem aplicados no contraste entre os dados das entidades nacionais, entre si, e diante das maiores corporações estrangeiras do setor. Segundo tal informativo, a pessoa jurídica brasileira mais bem colocada em tal ranking receita do clube/PIB do país de origem trata-se do Clube de Regatas do Flamengo, que ocupa a 21ª colocação em tal relação. ITAÚ. Arquivos estáticos: *Análise Econômico-Financeira dos Clubes de Futebol Brasileiros*. Disponível em: <https://www.itau.com.br/_arquivosestaticos/itauBBA/Analise_Clubes_Brasileiros_Futebol_Itau_BBA.pdf>. Acesso em 3 de set. de 2019.

com base no Decreto Lei n.303/99, daquele país, cujo texto normativo encontra-se erigido sobre os mesmos fundamentos da Lei espanhola de desporto[306].

Assim, é evidente o incremento experimentado pelas pessoas jurídicas destinadas à organização e à prática futebolística na Espanha, após a entrada em vigor de um regime jurídico que estabeleceu balizadores nítidos de legalidade, responsabilidade, transparência e lucratividade, os quais passaram a nortear os atos de gestão de tais entidades privadas, contribuindo decisivamente para que estas viessem a alçar o patamar de destaque que ora experimentam no cenário mundial.

O exame de tais dados absolutamente recentes e harmoniosos entre si permite concluir que, a partir da sua submissão a um regime jurídico próprio, as entidades desportivas espanholas, até então vitimadas pelas mesmas e exatas mazelas que tanto agridem seus pares brasileiros, passaram a experimentar uma realidade absolutamente estanque, a qual as elevou a patamares até então jamais atingidos, seja em termos econômico-financeiros, seja em termos de triunfos desportivos.

[306] Na parte preambular de tal Diploma Legal, o legislador português consagra os fundamentos que nortearão a gestão das entidades desportivas daquele país, tornando nítida a similitude havida com o sistema espanhol: "De tal regime são de realçar o princípio da responsabilização pessoal dos executivos dos clubes por certos atos de gestão efetuados, a exigência de transparência contábil, através da certificação das contas por um revisor oficial; a adoção obrigatória do plano oficial de contabilidade; e a prestação de garantias bancárias ou seguros de caução que respondam pelos atos praticados em prejuízo daqueles clubes".

## 4. A NECESSIDADE DE UMA REGULAÇÃO ESPECÍFICA E DETALHADA DO SETOR DESPORTIVO

Em termos legislativos, o histórico da produção nacional sempre teve por desiderato precípuo o estabelecimento de políticas públicas de gestão e de organização do esporte, subsistindo uma diminuta e quase estéril regulação das organizações desportivas profissionais.

Tal tendência de lacuna legal subsistiu, mesmo diante da constatação de que a autonomia constitucionalmente consagrada em favor das pessoas jurídicas de destinação desportiva não possuía alcance absoluto. Assim, inexistem óbices que impeçam que tais estruturas sejam alcançadas por regramentos normativos, os quais tenderiam a satisfazer o evidente interesse público existente na regulação de tal setor, viabilizando a sua organização, o aprimoramento de suas práticas e, por conseguinte, o seu respectivo desenvolvimento, nos mais diversos aspectos.

Reconhecendo o caráter não absoluto da autonomia constitucional conferida às entidades desportivas, o Ministro Celso de Mello, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.045[307], de sua relatoria, destacou que essa autonomia não pode ser confundida com "soberania", admitindo-se, por conseguinte, o regramento de tais figuras jurídicas através de normas ordinárias. Acerca do tema, assim se manifestou o decano do Supremo Tribunal Federal:

> É preciso enfatizar, bem por isso, mesmo tratando-se de organização e funcionamento de associações civis e de entidades desportivas, que o conceito de autonomia – que supõe o exercício de um poder essencialmente subordinado a diretrizes gerais que lhe condicionam a prática – não se confunde com a noção de soberania, que representa uma prerrogativa incontrastável, impregnada de caráter absoluto.

Assim, mostra-se evidente a necessidade de estabelecimento de um regime jurídico próprio para as pessoas jurídicas de destinação desportiva, que as credencie ao

[307] Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) visando a obter a declaração de inconstitucionalidade do artigo 59 "caput" e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro,o qual trata das formas de organização e eleição dos dirigentes das associações e entidades desportivas. Segundo a narrativa inicial, o estabelecimento de quóruns específicos de deliberação estaria em desarmonia com a autonomia constitucional consagrada no artigo 217, I da Constituição Federal.

exercício de um perfil funcionalizador, capaz de adimplir com os anseios e expectativas sociais que justificaram o tratamento constitucional que lhes foi dedicado.

Nesse sentido, ensina-nos Francisco Amaral[308]:

> [...] a função social se configura como princípio ordenador da disciplina da propriedade e do contrato, legitimando a intervenção do Estado por meio de normas excepcionais, operando ainda como critério de interpretação jurídica. A função social é, por tudo isso, um princípio geral, um verdadeiro standard jurídico, uma diretiva mais ou menos flexível, uma indicação programática, que não colide nem torna ineficazes os direitos subjetivos, orientando-lhes o respectivo exercício na direção mais consentânea com o bem comum e a justiça social.

Conforme foi diversas vezes pontuado ao longo deste estudo, subsiste um grande apelo popular quantos aos temas afetos à atividade desportiva. Por aqui, disputas que envolvam nossos selecionados, nas mais diversas modalidades, notadamente no que tange ao futebol, acabam por ser tratadas como se fossem verdadeiras questões de Estado, despertando o senso coletivo de patriotismo e unidade nacional, como se a disputa desportiva em questão envolvesse a defesa e a promoção de nossa própria soberania.

Da mesma forma, nossos campeonatos nacionais atraem a atenção da imensa maioria dos cidadãos,[309] os quais se organizam e se mobilizam visando a apoiar e acompanhar suas agremiações de preferência, nos mais diversos locais e pelas mais diversas mídias[310]. Assim, diante da capilaridade que o tema possui em nosso ambiente social, sendo um elemento de clara interseção entre indivíduos dos mais variados espectros e camadas sociais, os quais não conseguem ficar impassíveis e indiferentes à

---

[308] AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*, Rio de Janeiro: Renovar, 2000, 3ª ed., p. 357-358.

[309] Durante a disputa da Série A, do Campeonato Brasileiro, em 2019, foram comercializados 8.070.188 ingressos para acesso às 380 partidas da competição. GLOBO ESPORTE. BRASILEIRÃO SÉRIE A 2019: *O PÚBLICO NOS ESTÁDIOS DO BRASIL em 2019.* Disponível em: <http://app.globoesporte.globo.com/futebol/publico-no-brasil/brasileirao-serie-a/index.html>. Acesso em: 10 de dez. de 2019.

[310] A audiência televisa da vitória do Clube de Regatas do Flamengo, na final da Copa Libertadores da América, sobre o River Plate-ARG, no dia 23 de novembro de 2019, em Lima, no Peru, superou a das últimas quatro finais de Copa do Mundo transmitidas para o país. Naquele final de tarde de sábado, a Rede Globo de Televisão, maior emissora de canal aberto do país, atingiu 45 pontos de audiência e 76% de participação, no Rio de Janeiro. Tal coeficiente indica que a cada 100 domicílios cariocas com televisores ligados, no horário do confronto, 76 estavam acompanhando a partida por esse canal. ARAÚJO, Alexandre; BERNARDO, Gentile; et. al. *UOL ESPORTE*. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2019/11/23/flamengo-x-river-na-globo-supera-audiencia-das-4-ultimas-finais-de-copa.htm/>. Acesso em: 10 de dez. de 2019.

prática esportiva de alta performance, mostra-se latente o interesse público no regramento de tal atividade.

Não bastasse a proeminência social de tais entidades, elemento que, por si só, já demandaria um regramento eficaz do setor, as pessoas jurídicas de destinação desportiva, especialmente, os clubes de futebol, materializam-se em conscientes e contumazes devedores tributários e da seguridade social. Em um quadro de profunda crise financeira, um determinado setor da economia mantém-se, há décadas, negligenciando suas volumosas obrigações tributárias e previdenciárias, em decorrência de um fato que é comum à maioria dos protagonistas de tal segmento: a sua precariedade administrativa e gerencial. Assim, também por esse prisma de análise, interessa à coletividade que o setor seja disciplinado, visando ao estabelecimento de ferramentas que viabilizem uma possível minimização do passivo público advindo da costumeira inadimplência fiscal[311] de importantes representantes de tal setor.

Interessante notar que, tal *status* de insolvência financeira subsiste, mesmo com o crescimento vertiginoso das cifras pecuniárias envolvidas na atividade, as quais possuem diversificado acervo de fontes, tais quais: a comercialização de produtos, as cotas de patrocínio, as venda de ingressos para as partidas e as cessões de direitos de transmissão dos eventos desportivos.

Em suma, a despeito do bilionário circuito financeiro do qual as entidades desportivas fazem parte, a histórica rotina de inadimplemento de suas obrigações tributárias e previdenciárias permanece intacta.

Dessa forma, também por tais fundamentos, há um claro interesse público na regulamentação de uma atividade que movimenta receitas bilionárias[312], mas que, a despeito de tal fato, continua a manter-se despida de apetite financeiro suficiente para prover o custeio de elementares obrigações públicas.

Por fim, impõe-se relembrar ainda que se trata de um setor que oferta, anualmente, milhares de postos de trabalhos, diretos e indiretos, através da efetivação de

---

[311] Em 2019, o passivo fiscal dos clubes da Série A do Campeonato Brasileiro atingiu a monta de R$ 1,8 bilhão de reais, segundo noticiado pelo periódico "Folha de São Paulo", no dia 25 de abril de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/04/clubes-da-serie-a-devem-r-18-bilhao-para-a-uniao-vejaranking.shtml?fbclid=IwAR3__jJi8n3ey0dqh6fhVmyISEkhOt2_ uLwhgtBsuOx3urn 5cKXcPoU5Hro>. Acesso em: 11 de dez. de 2019.

[312] Somente no período havido entre 1º de janeiro a 31 de julho de 2019, as transferências de jogadores do Brasil para o exterior movimentaram a importância de R$ 976.000.000,00 (novecentos e setenta e seis milhões) de reais. ESTADÃO CONTEÚDO. *ISTOÉ:* ESPORTES: *Venda de jogadores em 2019 movimenta R$ 976 milhões no futebol brasileiro*. Disponível em: <https://istoe.com.br/venda-de-jogadores-em-2019-movimenta-r-976-milhoes-no-futebol-brasileiro/>. Acesso em: 06 de dez. de 2019.

contratos formais de trabalho e de prestação de serviços, cujos sequenciais inadimplementos dão origem a passivos de larguíssimas montas, os quais fragilizam, ainda mais, os já combalidos cofres das entidades desportivas[313].

Nesse ponto, reside mais uma faceta do notório interesse público na regulamentação em referência, a qual tenderia a promover a criação de mecanismos eficientes de respeito e proteção aos diretos dos atletas e demais profissionais que militam no setor[314][315].

Assim, em decorrência da assunção simultânea de múltiplos fatores[316], todos afetos ao interesse público, impõe-se o estabelecimento de um marco regulatório eficiente, pautado em elementos claros e bem definidos, os quais acabem por moldar os limites de legalidade no que se refere à operação e ao funcionamento das entidades privadas de destinação desportiva.

Através da adoção de uma disciplina legislativa que identifique e minimize as falhas e deficiências do setor, já que este, por si só, não foi capaz de neutralizar os óbices que tanto impedem o seu desenvolvimento econômico e institucional, pretende-se viabilizar o soerguimento das entidades privadas destinadas à organização e à competição desportiva profissional. Pautada na experiência espanhola, tal intervenção

---

[313] Segundo estimativas de 2017, o passivo trabalhista dos 20 clubes integrantes da Série A do Campeonato Brasileiro atingia a monta de R$ 2 bilhões de reais, distribuídos em mais de 3 (três) mil processos. MUNDIM, DANIEL. GLOBO ESPORTE. FUTEBOL: *Peso do atraso: clubes registram R$ 2 bi em dívidas trabalhistas e 3 mil processos*. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/peso-do-atraso-clubes-registram-r-2-bi-em-dividas-trabalhistas-e-3-mil-processos.ghtml/>. Acesso em: 06 de dez. de 2019.

[314] Acerca do tema ressalta Gustavo Tepedino que a função social da empresa consistiria no "dever, imposto ao empresário, de observar, ao lado dos interesses econômicos que o levam a desempenhar a atividade, também interesses da coletividade aí incluídos direitos dos consumidores, da livre concorrência, do meio ambiente e assim por diante. Nesse particular, importante destacar que a função social da empresa atende, também, à tutela dos interesses dos empregados e de suas famílias que dela dependem para seu sustento, os quais deverão ser preservados sempre que possível. TEPEDINO, Gustavo, *Contratos Empresariais e Unidade do Ordenamento.* Editorial de revista trimestral de Direito Civil. Rio de Janeiro: Padma, v.49, jan./mar. 2012, p. V.

[315] No mesmo sentido, assevera Modesto Carvalhosa que "tem a empresa uma óbvia função social, nela sendo interessados os empregados, os fornecedores, a comunidade em que atua e o próprio Estado, que dela retira contribuições fiscais e parafiscais. A função social da empresa deve ser levada em conta pelos administradores, ao procurar a consecução dos fins da companhia. Aqui se repete o entendimento de que cabe ao administrador perseguir os fins privados da companhia, desde que atendida a função social da empresa." CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à lei de sociedades anônimas*. v. 3. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 237-238.

[316]Segundo matéria veiculada pelo periódico "O Globo", no dia 19 de junho de 2019, a despeito do comprovado crescimento na arrecadação e da renegociação dos débitos fiscais, por meio do "Profut", as dívidas das vintes entidades que integram a Série A do Campeonato Brasileiro de futebol tiveram um incremento da ordem 8,7% durante o exercício de 2018, atingindo a monta total de R$ 6,02 bilhões de reais. LEISTER FILHO, ADALBERTO. O GLOBO. ESPORTES*: Dívidas dos clubes da Série A aumentam em 2018 e chegam a R$ 6 bilhões*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/dividas-dos-clubes-da-serie-aumentam-em-2018-chegam-r-6-bilhoes-23750045>. Acesso em: 22 de nov. de 2019.

legislativa tende a permiti-las alcançar o desenvolvimento sustentável e assim, em via de consequência, propiciar o atendimento à sua notória função social.

## 4.1 Os projetos de lei em tramitação parlamentar e a unicidade quanto ao abandono do modelo associativo

Como já exposto em tópicos anteriores, a adoção do modelo associativo como regra de constituição das entidades desportivas brasileiras de grande porte, há muito tempo já não se apresenta compatível com a realidade e, notadamente, com os propósitos economicamente visíveis de tais pessoas jurídicas.

A lúdica reunião de pessoas, com o escopo de unirem esforços comuns, visando à prática de determinada modalidade esportiva e pautada sob o signo da mera paixão pelo exercício da atividade, como um fim em si mesmo, já não mais se enquadra no formato atual dos grandes conglomerados esportivos. Nos dias atuais, a satisfação econômica, enquanto produto do êxito esportivo, passou a ser a tônica a ser perseguida no âmbito de tais entidades. Assim, experimenta-se uma desconexão do modelo associativo, historicamente compatível com os objetivos reinantes à época da fundação de tais instituições, com o formato e os propósitos atuais dessas mesmas entidades.

Não se trata da única e exclusiva razão do estágio calamitoso que assola o setor no Brasil, onde a maior parte do segmento experimenta sérias dificuldades econômicas. Contudo, tal nítida incompatibilidade das regras típicas do associativismo, de um lado, com um claro perfil empresarial, fomentador de riquezas e lucratividades, de outro, muito contribui para a degradação econômica e institucional dessas pessoas jurídicas.

Assim, a aplicação direta de alguns caracteres marcantes do modelo associativo à realidade administrativa e à financeira de pessoas jurídicas que se apresentam dotadas de clara feição empresarial acaba por contribuir decisivamente para a derrocada do setor. Nessa linha, a maior flexibilidade responsabilizatória dos gestores, aliada à ausência de rigor quanto ao profissionalismo na gestão, bem como a inexistência de travas mais contundentes de controle e transparência gerencial, colocam em xeque a performance econômica e financeira de instituições que, com o passar do tempo, abandonaram, por completo, o espírito meramente competitivo e romântico que marcou as suas respectivas fundações.

Na verdade, auxiliar tais entes privados a manterem-se organizados, produtivos e eficazes é, na prática, auxiliá-los verdadeiramente a prestar atendimento à sua própria função social, como bem destaca Nelson Freitas Zanzanelli, para quem:

> A empresa atende à sociedade possibilitando o exercício dos direitos básicos previstos na ordem econômica […]. Ela aparece como a responsável pelo bom andamento da ordem econômica e passa a ser a grande organizadora da atividade produtiva, gestora das propriedades privadas relativas aos bens de produção e de serviços, essenciais ao cidadão. A função social da empresa está diretamente relacionada com a função social dos bens de produção, que estão vinculados à atuação do poder econômico e do poder empresarial.[317]

No Brasil, apesar de já ter se diagnosticado que o regime associativo praticado pelos maiores clubes nacionais não se mostra mais apto a agasalhar tais estruturas jurídicas, com o formato e os anseios atuais, ainda não se conseguiu definir nem implementar uma legislação que resolva efetivamente a referida questão.

A certeza quanto à exatidão de tal diagnóstico pode ser atestada através do exame dos sucessivos esforços legislativos de conversão de tal modelo jurídico para o regime empresarial.

Nesse sentido, a lei nº. 9672/1993, chamada usualmente de "lei Zico", no seu artigo 11[318], previu, de forma inédita até então, a possibilidade de conversão do modelo associativo para o modelo empresarial, o que foi seguido pelo diploma que a sucedeu, a lei nº. 9615/98, que consagrou, em seu artigo 27, §9º[319], idêntica proposição.

Ocorre que a simples previsão legislativa de possibilidade de conversão de regime não foi, por si só, suficiente para motivar os grandes entes desportivos a adotarem essa via. Tal fenômeno também ocorreu na Espanha, onde a crise sistêmica

---

[317] ZANZANELLI, Nelson Freitas. *A função social da empresa*. Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, v. 6, n. 6, 2009. p. 172-173.

[318] Art. 11. É facultado às entidades de prática e às entidades federais de administração de modalidade profissional manter a gestão de suas atividades sob a responsabilidade de sociedade com fins lucrativos, desde que adotada uma das seguintes formas: I - transformar-se em sociedade comercial com finalidade desportiva; II - constituir sociedade comercial com finalidade desportiva, controlando a maioria de seu capital com direito a voto; III - contratar sociedade comercial para gerir suas atividades desportivas.
Parágrafo único. As entidades a que se refere este artigo não poderão utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta na assembléia geral dos associados e na conformidade dos respectivos estatutos.

[319] Art. 27. As entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais e as entidades de administração de desporto ou ligas em que se organizarem, independentemente da forma jurídica adotada, sujeitam os bens particulares de seus dirigentes ao disposto no art. 50 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além das sanções e responsabilidades previstas no caput do art. 1.017 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na hipótese de aplicarem créditos ou bens sociais da entidade desportiva em proveito próprio ou de terceiros. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 2003)

que atingiu o setor também não se mostrou capaz de, por suas próprias forças, viabilizar tal migração.

Naquele país, o abandono do modelo associativo foi iniciado a partir da edição da lei nº 10/1990, a qual deu origem às chamadas SAD's – Sociedades Anônimas Desportivas. Visando a impulsionar a conversão jurídica do modelo associativo para o societário foram concedidos tratamentos especiais[320] àquelas pessoas jurídicas que assumissem a feição empresarial, o que foi admitido na maioria das médias e grandes entidades desportivas espanholas, as quais acabaram seduzidas e premidas pelas benesses migratórias e pelos condicionantes desportivos constantes de tal legislação.

No Brasil, a mera abertura legal quanto à possibilidade de alteração de regime, por si só, não foi suficiente para impulsionar a migração jurídica em comento. Contudo, a ausência de adesões de relevo ao longo dos anos não desestimulou o legislador pátrio, quanto à certeza da pertinência de tal medida, como instrumento decisivo de minimização das falhas havidas no setor. Tanto assim o é que, atualmente, encontram-se em tramitação parlamentar quatro projetos de leis que buscam, cada um à sua maneira, equacionar os problemas financeiros e administrativos dos clubes brasileiros.

A despeito das particularidades inerentes a cada texto, o grande ponto de interseção entre todos esses reside, exatamente, na desvinculação das entidades desportivas do formato associativo, cujas especificidades são identificadas, em todas as proposições legislativas, como inconciliáveis com o patamar e os anseios atuais daquelas pessoas jurídicas.

---

[320] Na Espanha, o artigo 13 da Lei nº 10/1990 dispõe que:" 1. Nos termos do Contrato de Saneamento do Futebol Profissional, e para permitir a transformação de Clubes em Empresas Públicas de Esportes ou sua criação conforme estabelecido no Nono Artigo Adicional desta Lei, a Liga de Futebol Profissional assumirá o pagamento das seguintes dívidas, das quais os clubes de futebol que assinaram os correspondentes acordos privados com a Liga Profissional serão liberados:
a) Dívidas fiscais com o Estado derivadas de impostos ou conceitos dessa natureza acumulados até 31 de dezembro de 1989, autoliquidados ou, se aplicável, liquidados pela Administração Tributária antes da entrada em vigor desta Lei. Estas dívidas tributárias devem incluir todos os componentes previstos no artigo 58, da Lei Geral Tributária, que resultaram procedentes, bem como os custos que possam ter sido incorridos."
"Decimo tercera.1. Enel marco del Convenio de Saneamiento Del FútbolProfesional, y a fin de posibilitar la transformación de los Clubes en Sociedades Anónimas Deportivas, o su creación según establece La Disposición Adicional Novena de esta Ley, la Liga de Fútbol Profesionala sumiráel pago de lãs siguientes deudas de las que quedarán liberados los Clubes de fútbol que hayan suscrito los correspondientes convenios particulares conla Liga Profesional:a) Deudas tributarias conel Estado derivadas de tributos o conceptos de esta naturalezadevengados hasta el 31 de diciembre de 1989, autoliquidadas o, ensu caso, liquidadas por laAdministración tributaria antes de la entrada en vigor de la presente Ley. Estas deudas tributarias incluirán todos los componentes previstos enel artículo 58 de laLey General Tributaria que resultaran procedentes, así como las costas que se hubieran podido producir."

Assim, visando a evidenciar a repulsa associativa contida em cada um dos textos sob tramitação parlamentar, passar-se-á à análise individual da solução jurídica apontada em cada um desses, no que se refere à forma de constituição e de funcionamento das pessoas jurídicas de destinação desportiva no Brasil.

### 4.1.1 Projeto de Lei Nº 5.082/2016 e o regime da "SAF" – Sociedade Anônima do Futebol

O projeto de lei em questão, de coautoria do ex-deputado federal Otávio Santos Silva leite (PSDB-RJ) e do deputado federal Domingos Sávio Campos Resende (PSDB-MG), busca implementar a criação de um novo regime jurídico para os entes desportivos que militam no futebol brasileiro, o qual seria erigido sobre o modelo das SAF´s – Sociedades Anônimas do Futebol[321]. A proposta legislativa em referência tem por escopo promover a recuperação dos clubes e propiciar o seu soerguimento econômico e financeiro, a partir da reestruturação do sistema de governança[322]destes, o qual passaria a ser submetido a um escrutínio acentuado quantos aos quesitos de transparência e controle.

Nesse sentido, o referido projeto de lei, identificando os vícios gerenciais do sistema atual, estabeleceu que as atuais associações civis destinadas à competição futebolística seriam transformadas em sociedades anônimas do futebol, cuja gestão competiria a uma diretoria executiva e a um conselho de administração.

Buscando viabilizar uma condução eminentemente profissional dos interesses dessas entidades, o texto em tramitação prevê que os membros da diretoria teriam dedicação exclusiva[323] à instituição, o que tenderia a elevar o nível da qualidade

---

[321] § 9º É facultado às entidades desportivas profissionais constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)

[322] Em entrevista à Agência Câmara Notícias, veiculada em 20 de agosto de 2019, o ex-deputado federal Otávio Leite sintetizou o novo modelo jurídico proposto para constituição e funcionamento das entidades desportivas da seguinte forma: "A SAF oferece aspectos societários, de governança, tributários e sociais que justificam o esforço de resgate do esporte mais popular do País, alçando-o à condição de bem econômico, sem perder o lado cultural da atividade", disse Leite. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE*. Disponível: <https://www.camara.leg.br/noticias/573319-projeto-permite-transformacao-de-clube-de-futebol-em-sociedade-anonima>. Acesso em: 18 de dez. de 2019.

[323] Acerca do tema, cumpre transcrever, o art. 28 do referido Projeto Legislativo: "Art. 28. Membros da diretoria deverão dedicar-se com exclusividade à administração da SAF, conforme critérios estabelecidos no estatuto social." BRASIL. Projeto de Lei nº 5.082/2016. Disponível em:

decisória, seja em decorrência da aptidão técnica do gestor, seja em decorrência do seu maior tempo à disposição das demandas internas da entidade. Na mesma linha e pelos mesmos fundamentos, previu-se que a composição do conselho de administração, ao menos enquanto a antiga associação fosse sócia única da "SAF", seria integrada, em sua maioria, por membros independentes, conforme conceito de independência consagrado pela Comissão de Valores Mobiliários[324]-[325].

Identificando a necessidade imanente de estabelecimento de regras de transparência e controle as quais venham a romper com o obscurantismo atualmente reinante, o projeto de lei em referência estabelece que tais entidades devam dispor de um conselho fiscal permanente[326]. A composição de tal colegiado a quem caberá o exame das contas seria formado, em sua maioria, por membros independentes[327], o que se realizaria com o suporte de auditoria externa, devidamente credenciada perante a CVM[328][329].

---

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082511>. Acesso em: 18 de dez. de 2019.

[324] Art. 26. Enquanto a Associação for acionista única da SAF, a metade, menos um dos membros do conselho de administração deverá ser independente, conforme conceito de independência estabelecido pela CVM.

[325] O Regulamento de Listagem do Novo Mercado e o Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, no item 2.1 de ambos os textos normativos conceituam o conselheiro Independente como sendo aquele que se caracteriza por:(i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

[326] Art. 31. A SAF terá um conselho fiscal de funcionamento permanente.

Art. 32. O conselho fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número.

Art. 33. Enquanto a Associação for acionista única da SAF, a maioria, pelo menos, dos membros do conselho fiscal será independente, conforme conceito de independência estabelecido pela CVM.

[327] Segundo o "Instituto Brasileiro de Governança Corportiva" – IBGC─, subsiste direta relação entre o padrão de governança de uma instituição e o quantitativo de conselheiros independentes que a guarnecem. Nesse sentido, o Item 2.16 do "Código Brasileiro de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC prescreve que: "A quantidade de conselheiros independentes no Conselho dependerá do grau de maturidade da organização, do seu ciclo de vida e de suas características. Recomenda-se que a maioria seja composta por independentes, contratados por meio de processos formais e com escopo de atuação e qualificação bem-definido". IBGC - *Código das Melhorias Práticas de Governança Corporativa.* Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/198028/mod_resource/content/1/DCO0318_-_Aula_9_-_C%C3%B3digo_das_Melhores_Pr%C3%A1ticas_de_Governan%C3%A7a_Corporativa_IBGC.pdf>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

[328] Art. 42. As demonstrações financeiras serão auditadas por empresa de auditoria, com registro na CVM. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

Como se pode observar, tal projeto de lei notabiliza-se por criar um regime de gestão que satisfaça um trinômio que, definitivamente, não se identifica no cenário atual da maior parte das entidades do setor: profissionalismo, eficiência e transparência[330].

Para tanto, consagra a necessidade de a administração ser exercida por profissionais que, atuando de modo independente e com dedicação exclusiva aos interesses do clube, sob permanente controle e fiscalização do conselho fiscal e de empresa de auditoria externa qualificada, tenderia a produzir melhores resultados administrativos e financeiros, através da adoção de boas e modernas práticas de governança, as quais, definitivamente, não estão sendo notadas na realidade associativa vivenciada por tais entidades.

---

[329] A Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Instruções CVM n. 509/2011, 545/2014, 591/2017 e 611/2019, dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a qual pode ser exercida por pessoas, físicas ou jurídicas, que atendam os pressupostos constantes daquela Instrução. Acerca do tema, os Artigos 3 e 4 da Instrução CVM Nº 308 estabelecem os requisitos para que pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, sejam admitidas como auditores independentes perante aquela autarquia federal.

"Art. 3º Para fins de registro na categoria de Auditor Independente - Pessoa Física, deverá o interessado atender às seguintes condições: I - estar registrado em Conselho Regional de Contabilidade, na categoria de contador; II - haver exercido atividade de auditoria de demonstrações contábeis, dentro do território nacional, por período não inferior a cinco anos, consecutivos ou não, contados a partir da data do registro em Conselho Regional de Contabilidade, na categoria de contador, nos termos do art. 7º; III - estar exercendo atividade de auditoria independente, mantendo escritório profissional legalizado, em nome próprio, com instalações compatíveis com o exercício da atividade, em condições que garantam a guarda, a segurança e o sigilo dos documentos e informações decorrentes dessa atividade, bem como a privacidade no relacionamento com seus clientes; IV - possuir conhecimento permanentemente atualizado sobre o ramo de atividade, os negócios e as práticas contábeis e operacionais de seus clientes, bem como possuir estrutura operacional adequada ao seu número e porte; e V - ter sido aprovado em exame de qualificação técnica previsto no art. 30".

"Art. 4º Para fins de registro na categoria de Auditor Independente - Pessoa Jurídica, deverá a interessada atender às seguintes condições: I - estar inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob a forma de sociedade simples pura, constituída exclusivamente para prestação de serviços profissionais de auditoria e demais serviços inerentes à profissão de contador; II - que todos os sócios sejam contadores e que, pelo menos a metade desses, sejam cadastrados como responsáveis técnicos, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º; III - constar do contrato social, ou ato constitutivo equivalente, cláusula dispondo que a sociedade responsabilizar-se-á pela reparação de dano que causar a terceiros, por culpa ou dolo, no exercício da atividade profissional e que os sócios responderão solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, depois de esgotados os bens da sociedade; IV - estar regularmente inscrita, bem como seus sócios e demais responsáveis técnicos regularmente registrados, em Conselho Regional de Contabilidade; V - terem todos os responsáveis técnicos autorizados a emitir e assinar relatórios de auditoria em nome da sociedade, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º, exercido atividade de auditoria de demonstrações contábeis, comprovada nos termos do art. 7º; dentro do território nacional por período não inferior a cinco anos, consecutivos ou não, contados a partir da data do registro em Conselho Regional de Contabilidade, na categoria de contador; VI - terem sido todos os responsáveis técnicos aprovados em exame de qualificação técnica previsto no art. 30; VII – manter escritório profissional legalizado em nome da sociedade, com instalações compatíveis com o exercício da atividade de auditoria independente, em condições que garantam a guarda, a segurança e o sigilo dos documentos e informações decorrentes dessa atividade, bem como a privacidade no relacionamento com seus clientes; e VIII - manter quadro permanente de pessoal técnico adequado ao número e porte de seus clientes, com conhecimento constantemente atualizado sobre o seu ramo de atividade, os negócios, as práticas contábeis e operacionais.

Plenamente ciente da precariedade financeira da maioria das entidades privadas no setor, o projeto de lei nº 5.082/2016 contempla a possibilidade de o clube optante pela "S.A.F" promover a emissão da chamada "Debenture-Fut"[331], assim como de qualquer título[332] ou valor mobiliário[333]. Tratar-se-ia de importantes ferramentas de arrecadação[334], as quais tenderiam a propiciar a captação de recursos[335] em bases financeiras menos onerosas. Se, por um lado, a emissão de títulos mobiliários materializar-se-ia em uma relevante alternativa para capitalização de tais entidades, por outro, o sucesso de tal empreitada estaria, direta e continuamente, atrelado à adoção de medidas gerenciais que passem a despertar confiança em potenciais investidores quanto à solidez e à retidão institucional de tais pessoas jurídicas e, por conseguinte, quanto ao lastro, patrimonial e jurídico, dos títulos por si emitidos.

---

[331] Art. 53. A SAF poderá emitir, com exclusividade, debêntures especiais denominadas "Debênture-Fut". §1º. As Debêntures-Fut são valores mobiliários e serão regidas pelo disposto nesta Lei e, no que não for incompatível, na Lei 6.404/76. Caso seja objeto de oferta pública, a Debênture-Fut também será regida pela Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, pela Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e pelos normativos da CVM, inclusive no que se refere a ofertas públicas e ofertas públicas com esforços restritos e negociação no mercado secundário.

[332] Art. 54. A SAF poderá, além da Debênture-Fut, emitir qualquer outro título ou valor mobiliário, na forma da Lei 6.404/76, ou conforme regulação da CVM, criado especificamente para desenvolvimento da atividade futebolística ou não.

[333] A Lei n. 10.303/2001 alterou o conceito de valores mobiliários, originalmente constante do artigo 2º da Lei 6385/76, o qual vigora, atualmente, com a seguinte redação: "Art. 2º São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei: I - as ações, debêntures e bônus de subscrição; II - os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II;III - os certificados de depósito de valores mobiliários; IV - as cédulas de debêntures; V - as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos; VI - as notas comerciais; VII - os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários; VIII - outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes; e IX - quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros.§ 1º Excluem-se do regime desta Lei: I - os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal; II - os títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, exceto as debêntures.

[334] Segundo Marlon Tomazette, as debêntures podem ser conceituadas como [...] títulos representativos de um empréstimo público lançado pela sociedade. Cada emissão de debêntures representa um empréstimo realizado, tendo um caráter unitário. A sociedade, ao decidir a emissão das debêntures, está fazendo uma oferta de um contrato de mútuo, que se completa com a subscrição dos títulos, que representaria a aceitação do contrato. (2004, p. 291) A companhia divide a soma pretendida em vários títulos emitidos em série. Quem subscreve o título está emprestando dinheiro para a emitente, e em contrapartida objetiva recebimentos anuais parciais, ou outras vantagens que tais valores mobiliários podem assegurar, ou ao menos, a restituição dos valores emprestados no vencimento. TOMAZETTE, Marlon. *Direito societário*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 291-292.

[335] Reconhecendo a finalidade arrecadatória de tal ferramenta jurídica, Modesto Carvalhosa conceitua as debêntures como "mútuo contraído pela companhia nos termos obrigacionais pré-estabelecidos na escritura de emissão" CARVALHOSA, Modesto. *Comentário à lei das sociedades anônimas*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, v. 1 2002, p. 564.

Em síntese, tratam-se, efetivamente, de novas[336] e efetivas modalidades de captação de recursos, as quais surgiriam como alternativas reais para fins de se viabilizar o acesso dos clubes a recursos vultosos e munidos de menor grau de onerosidade.

No que se refere especificamente à vantajosidade da emissão de debêntures pelas sociedades anônimas, como instrumento de acesso a recursos em bases menos onerosos, Rubens Requião ensina que:

> [...] a fim de evitar os inconvenientes de pequenos e constantes financiamentos a curto prazo e a altos juros, no mercado financeiro, as sociedades anônimas têm a faculdade exclusiva de obter empréstimos, tomados ao público a longo prazo e a juros mais compensadores, inclusive com correção monetária, mediante resgate a prazo fixo ou em sorteios periódicos.[337]

Todavia, impõe-se grifar que a lucratividade quanto ao manejo de tais ferramentas de capitalização das entidades desportivas estaria diretamente atrelada à imersão obrigatória do potencial emitente do título, em um ambiente verdadeiramente virtuoso. Isso porque só tenderiam a ter respaldo e, por conseguinte, valor de comercialização no mercado os títulos emitidos por instituições que gozassem de bons padrões de solidez e governança. Tal premissa teria o condão de precipitar, por parte das organizações desportivas interessadas na medida, a implementação de práticas que as credenciassem em tais searas, despertando a atenção e a segurança do mercado quanto à boa e transparente condução de seus interesses institucionais. Tratar-se-ia de um verdadeiro ciclo virtuoso, no qual os títulos emitidos por entidades de maior padrão de governança e solidez tenderiam a ter maior potencial de circulação, permitindo que as suas respectivas emitentes tivessem acesso, paulatinamente, a mais recursos, de forma cada vez menos onerosa e de modo que, quanto melhor gerida fosse a entidade, mais recursos, em melhores bases, essa tenderia a possuir a seu dispor.

---

[336] Acerca da versatilidade das debêntures, afirma Durval José Soledade Santos que: "No que se refere a montagens financeiras, não há dúvida de que a debênture é o instrumento jurídico com maior flexibilidade. Com ela, é possível realizar desde uma simples operação de crédito até montagens financeiras bastante complexas. A legislação da debênture permite conjugar aplicações de renda fixa e variável, com prazos curtos, longos e até indefinidos. Há operações em que o vencimento não tem data determinada e só ocorre nos casos de inadimplemento de alguma cláusula ou quando um desempenho estipulado não é alcançado. Essas debêntures são consideradas *quasi-equity*." SANTOS, Durval José Soledade. *Debêntures:Um instrumento moderno de aplicação e captação de recursos*.Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, 2006, p. 36.

[337] REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 2003. v. II, p. 107.

Em síntese, a proposição legislativa em referência caminha bem quanto a dois pontos centrais da crise que há décadas atinge o segmento desportivo no Brasil: carência de profissionalismo e de transparência na gestão, de um lado, e carência de recursos financeiros em bases competitivas, de outro.

Em linhas gerais, embora admita críticas, tal projeto de lei busca, em verdade, inserir um novo modelo de organização nos clubes de futebol brasileiros, o qual atinge o que se entende ser o cerne do problema historicamente vivenciado por tais entidades: ausência de boas práticas de governança[338], elemento que encontra nas associações civis um solo fértil e ideal para florescimento de seus maléficos efeitos, haja vista a desconexão filosófica havida entre tal regime jurídico e a perseguição institucional do lucro.

Atualmente, tal projeto de lei encontra-se aguardando a sua apreciação pelo Senado Federal[339], em virtude das substanciosas modificações efetuadas em seu texto pelo Deputado Federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira, em sede de emendas substitutivas, como será abordado no item 4.2.4.

### 4.1.2 Projeto de Lei nº 2.758/2019 e o regime da "SAFUT – Sociedade Anônima de Futebol"

O projeto legislativo em menção, de autoria do deputado federal Felipe Francischini (PSL-PR), surgiu como desdobramento dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a estudar e apresentar propostas de reformulação dos principais diplomas legais de natureza desportiva em vigor, dentre

[338] Nas palavras de Jorge Lobo, a governança interna deve ser vislumbrada como: "o conjunto de normas, consuetudinárias e escritas, de cunho jurídico e ético, que regulam os deveres de cuidado, diligência, lealdade, informação e não intervir em qualquer operação em que tiver interesse conflitante com o da sociedade; o exercício das funções, atribuições e poderes dos membros do conselho de administração, da diretoria executiva, do conselho fiscal e dos auditores externos e o relacionamento entre si e com a própria sociedade, seus acionistas e o mercado em geral". LOBO, Jorge. *Princípios de governança corporativa*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, no. 142. São Paulo: Malheiros. p. 141-154.

[339] No dia 27/11/2019, em Sessão Deliberativa Extraordinária, na Câmara dos Deputados, restou-se aprovada as Emendas Substitutivas ao referido Projeto de Lei, cuja relatoria do Parecer em Plenário pela Comissão Especial coube ao Deputado Federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira, o qual entendeu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem como pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, concluindo pela aprovação do texto substituto apresentado. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082511>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

os quais cumpre mencionar, a lei nº 9.615, de 1998, a popularmente conhecida "lei Pelé", e o Estatuto de Defesa do Torcedor, lei nº 10.671, de 2003.

Confeccionado o relatório final, uma das conclusões apresentadas por tal colegiado consistiu no diagnóstico quanto à impropriedade de se regrar de forma única e conjunta o futebol e as demais espécies esportivas, haja vista as elevadas disparidades financeira, midiática e tecnológica havidas entre aquela modalidade e as demais.

Nessa linha, o mencionado projeto de lei visa a disciplinar, exclusivamente, o futebol profissional, separando-o das demais disciplinas, conforme ficou contemplado na própria justificativa de apresentação do texto:

> Ocorre, no entanto, que, em razão do estágio mais avançado de profissionalização do futebol em relação às demais modalidades esportivas no Brasil, exigência de um ambiente competitivo no mercado milionário de jogadores de futebol, de patrocínios e de contratos de imagem, onde uma relação profissional bem delimitada é vital para salvaguarda dos investimentos, o capítulo da prática profissional na Lei n.º 9.615, de 1998, acabou por evoluir quase que exclusivamente na esteira das demandas do futebol. Não à toa a lei de normas gerais é criticada por ser na prática a lei do futebol, onde mudanças são feitas sempre com os cuidados para que os dispositivos referentes ao esporte profissional não sejam aplicados de forma obrigatória para demais modalidades desportivas, o que dá origem a conflitos de interesses, atrasos no processo legislativo, todas as vezes em que se tenta aperfeiçoá-la. Chegou-se à conclusão de que o ideal é que houvesse um diploma legislativo exclusivo para o desporto profissional e, portanto, para o futebol, como a forma mais apropriada para cumprir a exigência do tratamento diferenciado exigido pela Constituição Federal. Entendemos que o primeiro passo para a reformulação da legislação esportiva poderia ser o de separar a legislação do futebol profissional das demais regulamentações esportivas federais[1].

Devidamente delineado o seu alcance legislativo, qual seja, o ambiente das entidades privadas de organização e competição futebolística, o projeto de lei nº 2.758/2019 dedicou-se à regulamentação do formato jurídico de tais pessoas jurídicas. Quanto ao tema, na exata linha do que já preceituava o projeto de lei nº 5.082/2016, a nova proposição mantém a possibilidade de migração dos clubes do formato associativo, para um novo modelo societário, o qual foi denominado de "SAFUT – Sociedade Anônima de Futebol"[1]. Assim, como havido no caso anterior, a conversão dos modelos de constituição da pessoa jurídica de destinação desportiva, da natureza associativa, para a societária surge, mais uma vez, como premissa necessária, para incremento do patamar de eficiência quanto aos atos de gestão de tais entidades.

O ranço histórico no que tange à ausência de transparência e profissionalismo administrativo é de tal forma profundo que, não por acaso, os projetos legislativos

analisados consagram a submissão de tais pessoas jurídicas ao rígido formato das sociedades anônimas. Tal fato se efetiva com o claro propósito de, através de um dirigismo sistêmico, tentar-se neutralizar a impregnada cultura reinante, a qual consagrou a figura dos diretores associativos despidos de formação profissional, carentes de expertise gerencial e desacostumados aos preceitos de transparência e controle contínuo, seja este interno seja externo.

Assim, para reversão do precário quadro vivenciado no setor, não basta, por si só, a adoção do modelo empresarial, em quaisquer das suas diversas facetas. Para que tal medida se mostre minimamente apta a produzir efeitos práticos, de relevo, há que se submeter a atual associação desportiva, necessariamente, ao regime das sociedades anônimas e, por conseguinte, às especificidades e amarras típicas de tal sistema.

Nesse sentido, assim consagrou o projeto de lei nº 2.758/2019:

> Art. 68. Para efeitos desta lei, considera-se sociedade anônima de futebol a pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de sociedade anônima com o objetivo precípuo de participar de competição profissional de futebol, nos termos do art. 41 desta Lei.
> Parágrafo único. A sociedade anônima de futebol pode resultar da transformação de uma associação ou entidade de prática desportiva que participe, ou pretenda participar, em competições profissionais de futebol.

Consagrada a conversão das associações ao modelo das sociedades anônimas, assim como já havia sido contemplado pelo projeto de lei nº 5.082/2016, a "SAFUT" também seria administrada por um conselho de administração e por uma diretoria executiva, composta, no mínimo, por três integrantes e sempre em número ímpar. Contudo, em comparação ao projeto de lei nº 5.082/2016, peca o texto recém apresentado em dois pontos de elevada relevância, em termos de boas práticas de governança.

Primeiro, mostra-se falha tal novel proposição quanto à ausência de menção à dedicação exclusiva imposta aos diretores, o que é por demais relevante, em termos de performance administrativa. Em segundo lugar, carece de ajuste o texto em referência, ao silenciar-se quanto à necessidade de metade dos membros do Conselho de Administração ser composta por conselheiros independentes, como foi muito apropriadamente lançado no seio do projeto de lei de coautoria do ex-deputado federal Otávio Santos Silva leite (PSDB-RJ) e do deputado federal Domingos Sávio Campos Resende (PSDB-MG).

Recentemente, o referido Projeto Legislativo foi arquivado na Câmara dos Deputados, tendo em vista que, no dia 17 de novembro de 2019, ele foi declarado prejudicado, em virtude da aprovação em Plenário, da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 5.082/2016, adotada pelo Relator, Deputado Federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira[340].

### 4.1.3 Projeto de Lei nº 68/2017 e o regime da "S.A.E." - Sociedade Anônima Esportiva

Ainda em sede legislativa, visando a regulamentar a questão jurídica, quanto ao formato de constituição das pessoas jurídicas de destinação desportiva, cumpre destacar o teor do projeto de lei nº 68/2017, de autoria da Comissão Diretora do Senado Federal, o qual se notabiliza por possuir um objeto demasiadamente mais amplo[341] que os dos outros textos anteriormente tratados. Isto porque, tal proposta legislativa visa, em verdade, instituir uma "Lei Geral do Esporte", a qual venha a dispor, a um só tempo, sobre o Sistema Nacional do Esporte, a Ordem Econômica Esportiva, a Integridade Esportiva e o Plano Nacional para a Cultura de Paz no Esporte.

No item de apresentação de tal proposição legislativa, o então presidente da comissão responsável pela sua confecção, Caio Cesar Vieira Rocha, destacou a amplitude desse projeto de lei, o qual pretendeu, em seus termos, "instituir o marco regulatório de matérias não disciplinadas, mas que constituem realidade da vida esportiva."[342].

---

[340] O arquivamento foi determinado no âmbito da Sessão Deliberativa Extraordinária ocorrida em 27 de novembro de 2019, na Câmara dos Deputados. BRASIL. Projeto de Lei nº 2.758/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2200813>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

[341] Em 27 de outubro de 2015, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, instituiu por meio do Ato do Presidente do Senado n. 39, uma Comissão de Juristas ("Comissão"), com o propósito de elaborar uma Lei Geral do Esporte Brasileiro. Nessa linha, este projeto propõe consolidar em um texto único, o que é atualmente regulamentado através das seguintes leis esparsas: Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, atual lei que regula o esporte no Brasil, conhecida por "Lei Pelé" ; Lei n° 10.671, de 15 de maio de 2003, conhecida por "Estatuto do Torcedor"; Lei n° 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que institui a Lei de Incentivo ao Esporte; Lei n° 10.891, de 9 de julho de 2004, que dispõe sobre o programa Bolsa-atleta; Lei n° 12.867, de 10 de outubro de 2013; que regulamenta a profissão de árbitro de futebol; Lei n° 8.650, de 20 de abril de 1993, que reconhece a profissão de treinador esportivo.

[342] SENADO FEDERAL. *Apresentação do anteprojeto de Lei Geral do Esporte Brasileiro*. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4402929>. Acesso em: 07 de out. de 2019.

No que tange especificamente ao objeto desse trabalho, o projeto de lei nº 68/2017, dentre seus diversos temas, propõe a adoção de um modelo societário alternativo às associações civis de destinação desportiva, o qual seria composto pela sociedade anônima esportiva – S.A.E. Novamente, assim como consagrado no seio das proposições legislativas anteriormente retratadas, o pilar fundamental de estruturação de um novo regime jurídico para as entidades desportivas pauta-se no abandono do modelo associativo de constituição e organização de tais entidades e na subsequente imersão destas estruturas na seara das sociedades anônimas.

A condução dos interesses desta companhia desportiva seria exercida por um conselho de administração e por uma diretoria executiva, a quem caberia dedicar-se exclusivamente à gerência da sociedade[343]. Visando a conferir um espírito de independência e profissionalismo à diretoria executiva, o projeto de lei em comento veda que membros da associação desportiva original venham a ser indicados para o exercício de cargos diretivos da sociedade anônima desportiva, que venha a ser por aquela constituída[344].

Ainda no âmbito gerencial, uma importante inovação trazida pelo projeto de lei nº 68/2017 diz respeito aos requisitos e impedimentos pessoais impostos àqueles que almejam assumir a direção da entidade desportiva.

O art. 64 e incisos do referido texto [345], visando a aumentar o peso qualitativo da administração, minimizando as hipóteses de imperícias e irregularidades na gestão, consagrou requisitos e impedimentos para assunção aos cargos diretivos da nova entidade empresarial a ser criada. Trata-se de pressupostos de ordem moral e profissional, cujo preenchimento credencia o postulante à investidura no cargo pretendido:

> **Art. 64.** São inelegíveis e é vedado o exercício de funções de direção das organizações esportivas, independentemente de sua natureza jurídica, as pessoas inelegíveis para o exercício de cargos públicos na forma da legislação eleitoral, pelo período de inelegibilidade nela fixado.
> § 1º Também são impedidas de exercer as funções de direção e organização esportiva as pessoas afastadas por decisão interna ou judicial em razão de

[343] "Art. 168. Membros da diretoria deverão dedicar-se com exclusividade à administração da SAE, conforme critérios estabelecidos no estatuto social."
[344] "Art. 169. Diretores da organização esportiva original não poderão ser indicados para cargo de diretoria da SAE por ela constituída."
[345]Disponivel em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5156310&ts= 1567533 9269 96&disposition=inline>. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

> gestão temerária ou fraudulenta no esporte por no mínimo 10 (dez) anos ou enquanto perdurarem os efeitos da condenação judicial.
> § 2º Também são inelegíveis, para o desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação, por dez anos, os dirigentes:
> a) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
> b) inadimplentes na prestação de contas da própria organização esportiva, por decisão definitiva judicial ou da respectiva organização, respeitados o devido processo legal, contraditório e ampla defesa;
> c) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas, de responsabilidade da organização esportiva e cuja inadimplência tenha ocorrido durante sua gestão, desde que os débitos tenham sido inscritos em dívida ativa; e
> d) os administradores, sócios gerentes ou dirigentes de empresas que tenham tido sua falência decretada.

A relação acima contempla requisitos rigorosos e pertinentes, afetos ao histórico moral e profissional do candidato, os quais tendem a elevar exponencialmente o peso qualitativo dos gestores de tais entidades, contribuindo substancialmente para a consecução dos resultados financeiros e desportivos pretendidos.

Quanto ao conselho de administração, quase na mesma linha do que contemplou o projeto de lei nº 5.082/2016, a proposição emanada do Senado Federal consagra o entendimento de que uma vez havendo a conversão jurídica para o formato de sociedade anônima, enquanto a associação desportiva for acionista única daquela, a metade menos um dos membros deste colegiado seria representada por membros independentes, nos exatos termos do conceito de independência, estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários.[346]

Frisou-se acerca da quase identidade de narrativas, uma vez que o projeto primitivo estabeleceu a necessidade de metade dos membros serem independentes. Por sua vez, o projeto de lei nº 68/2017 consagrou a expressão "metade menos um", o que subtrai sobremaneira o peso de tal representação, em votações, cuja maioria simples seja suficiente para aprovação do tema.

Trata-se, por conseguinte, de uma nítida fragilidade quanto à qualidade de representação do colegiado votante. Comparados os textos propositivos, no que tange ao estabelecimento de uma estrutura diretiva profissional e independente, sem dúvida, tratar-se-ia de uma fragilização do conceito que elegeu o profissionalismo diretivo como umas das diretrizes básicas desta necessária mudança de rumos no setor.

---

[346] "Art. 166. Enquanto a organização esportiva for acionista única da SAE, a metade menos um dos membros do conselho de administração deverá ser independente, conforme conceito de independência estabelecido pela CVM. Parágrafo único. O estatuto da SAE poderá estabelecer requisitos necessários para exercício de cargo de conselheiro."

Ainda no campo da administração e da gestão esportiva, o projeto de lei em referência dedica um capítulo exclusivo à responsabilidade dos gestores, disciplinado desde os princípios basilares que regem a referida função, até a definição de atos que violem a boa gestão esportiva.

Acerca do tema, os artigos 65 e 66 do referido projeto de lei promovem a identificação dos atos que poderiam vir a ser tidos como advindos de uma gestão que possa vir a ser rotulada como temerária:

> Art. 65. Considera-se gestão temerária no esporte a falta de zelo, o descumprimento de normas de cautela ou de conformidade legal ou estatutária, com que são conduzidas as atividades da organização, de modo a causar prejuízos a terceiros ou por malversar os recursos financeiros ou patrimoniais da instituição.
> Parágrafo único. Os gestores esportivos de organizações que integram o SINESP e que pratiquem gestão temerária no esporte tornam-se inabilitados para continuar a dirigi-las, podendo ser afastados por decisão dos seus próprios órgãos internos ou por decisão judicial.
> Art. 66. Os gestores de organizações que integram o SINESP respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados e pelos atos de gestão temerária ou fraudulenta.
> § 1º Os gestores das organizações esportivas, independentemente da forma jurídica adotada, têm seus bens particulares sujeitos ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
> § 2º Os gestores das organizações esportivas, excetuados os que gerem organizações esportivas de pequeno porte, são classificados como pessoas expostas politicamente para fins de controle por parte dos órgãos de fiscalização das instituições financeiras, assim permanecendo por 5 (cinco) anos após o desligamento de sua função de gestor.

Como se observa, diferentemente do que ocorre comumente nos modelos associativos, o projeto de lei nº 68/2017[347], visando a conceder agilidade e solidez a uma eventual responsabilidade civil por danos causados gerencialmente à entidade desportiva, define o que viria a ser a gestão temerária e estipula a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores quanto à reparação dos danos que venham a ser experimentados pelas pessoas jurídicas de destinação desportiva, em decorrência de atos de direção que possam, posteriormente, vir a ser concebidos como temerários.

Nesse sentido, a previsão de estabelecimento de solidariedade entre os gestores e a pessoa jurídica gerida, no que tange à reparação das perdas e danos havidos

[347]O projeto de lei 68/2017, em dezembro de 2019, encontrava-se tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para onde foi remetido em 14 de fevereiro de 2019, sob a Relatoria do Senador Roberto Rocha. BRASIL. Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2017. *Institui a Lei Geral do Esporte, que dispõe sobre o Sistema Nacional do Esporte, a Ordem Econômica Esportiva, a Integridade Esportiva, o Plano Nacional para a Cultura de Paz no Esporte.* Diposnivel em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128465>. Acesso em: 16 de dez. de 2019.

em decorrência de gestões negligentes, imperitas, imprudentes e, inclusive, fraudulentas, muito contribui para a inauguração de um novo cenário, em termos de administração desportiva no Brasil.

Por fim, na mesma toada dos demais projetos em curso, a proposição emanada da Comissão Diretora da Senadora estabelece que a sociedade anônima esportiva a ser criada teria a sua estrutura integrada por um conselho fiscal permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, a quem caberia o controle e a fiscalização dos atos gerenciais.

Visando a conceder a independência e a autonomia que esse espera de tal colegiado, veda-se a participação, no âmbito do conselho fiscal, de pessoas que tenham vínculos empregatícios ou ocupem cargos, de quaisquer naturezas, na associação desportiva original[348]. Na mesma linha, enquanto a entidade primitiva for acionista única da "S.A.E.", a maioria dos membros do conselho fiscal será independente, conforme conceito de independência consagrado pela Comissão de Valores Mobiliários[349], cabendo à entidade originária a indicação de metade menos um de seus membros[350].

Ainda quanto à seara de controle e de transparência, previu-se a obrigatoriedade que os atos de gestão devem ser objeto de auditoria externa e independente, devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários[351].

O projeto de lei em comento, por todos os fundamentos acima delineados, mira com precisão grandes falhas do regime associativo, as quais muito contribuem para o verdadeiro desmantelamento administrativo e financeiro experimentado pelas entidades desportivas, nos últimos anos. Assim, através da adoção de uma sistemática pautada nos preceitos de gerenciamento profissional, independência fiscalizatória e supervisão administrativa, busca-se neutralizar elementos que, decisivamente, acabam por minar as potencialidades de grande parte das pessoas jurídicas destinadas à competição profissional.

---

[348] Art. 175. Não poderá integrar o conselho fiscal pessoa que seja empregada ou que exerça qualquer cargo na organização esportiva original, inclusive eletivo direto ou indireto.

[349] Art. 173. Enquanto a organização esportiva original for acionista única da SAE, a maioria dos membros será independente, conforme conceito de independência estabelecido pela CVM.

[350] Art. 174. Observado o disposto no artigo anterior, a organização esportiva original indicará, enquanto for acionista da SAE, pelos menos a metade, menos um, dos membros do conselho fiscal.

[351] Art. 182. As demonstrações financeiras serão auditadas por empresa de auditoria, com registro na CVM. Parágrafo único. A mesma empresa de auditoria não poderá auditar as demonstrações financeiras da SAE por mais de cinco exercícios consecutivos.

### 4.1.4A Emenda Substitutiva e a tramitação extraordinária que lhe foi conferida

Por fim, em outubro de 2019, o deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira ofertou emendas substitutivas ao teor dos Projetos de Lei nº 5.082/2016 e nº 2.758/2019, conforme se extrai das manifestações de encaminhamento de tais proposições modificadoras:

> I - RELATÓRIO
> O Projeto de Lei nº 5.082, de 2016, de autoria dos Deputados Otávio Leite e Domingos Sávio, tem por objetivo precípuo instituir a Sociedade Anônima do Futebol – SAF. Em 59 artigos, esta proposição apresenta a regulamentação detalhada de aspectos societários, de governança, tributários e sociais do futebol. A proposição dispõe sobre a constituição e o funcionamento – no que se refere a ações, direito de voto, participação, conselho fiscal, administração, direito de preferência, auditoria e regime tributário – da Sociedade Anônima de Futebol. Está apensado ao Projeto de Lei em análise, o PL 2.758, de 2019, de autoria do Deputado Felipe Francischini, que dispõe sobre o futebol profissional. Tal iniciativa, conforme sua justificação, resulta dos trabalhos realizados pela Comissão Especial que funcionou na 55ª legislatura da Câmara dos Deputados e destinava-se a estudar e apresentar propostas de reformulação da Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998), do Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671, 15 de maio de 2003), e das demais legislações aplicadas ao futebol e ao esporte, sendo então apresentado através do PL nº 10.319, de 2018, e arquivado pelo art. 105 do RICD no início da 56ª legislatura.
> [...]
> II - VOTO DO RELATOR
> As proposições em análise têm o mérito de modernizar o esporte mais popular de nosso país. A expressão "clube de futebol falido" vem perseguindo a maioria dos clubes há tempos. Esse termo costuma ser utilizado para se referir a associações civis desportivas submersas em passivo milionário, resultado de administrações inconsequentes, com receitas penhoradas para satisfazer credores, ausência de responsabilidade dos gestores, patrimônio social desassistido e capacidade de investimento e reestruturação inexistentes em razão da pouca segurança jurídica para investidores.
> [...]
> Nesse sentido, o Congresso Nacional, provocado pela iniciativa dos presidentes de ambas as casas – Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre –, trabalha na mudança da legislação para atacar os fatores que levaram o nosso futebol ao colapso econômico-financeiro, que apresenta reflexo direto nos resultados desportivos.
> [...]
> O futebol deixou de ser apenas um esporte e passou a ser indústria. E tem que ser visto como um setor econômico de enorme potencial, competição global, e que deve ajudar o Brasil, e não o contrário.
> E como enfrentaremos essas questões no projeto do clube-empresa? Em linhas gerais, após longo debate fora e dentro do Parlamento, trataremos dos seguintes pontos:
> i) facultar e incentivar os clubes a mudar o seu formato de organização para empresas entre os tipos societários já existentes (S/A, Ltda.,etc);

> ii) atacar o superendividamento através de dois mecanismos de reestruturação: a) público: antecipação de pagamento do total da dívida em até um ano com descontos de juros e multas e parcelamento especial em 60 meses; b) privado: dívidas cíveis e trabalhistas, admitindo, por meio de regras especiais, a submissão dos clubes transformados em empresa ao regime da Recuperação Judicial;
> iii) simplificação tributária: o Simples-Fut, regime especial que prevê, além das contribuições para a seguridade social que as associações civis pagam hoje, um adicional de 5% sobre a receita total, em substituição ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para a Seguridade Social – Cofins e à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep;
> iv) flexibilizar o regime de contratação do futebol, aproximando-o das regras da reforma trabalhista apenas para os "hipersuficientes", profissionais do futebol com salário superior a ,aproximadamente, R$ 11.600,00, que correspondem a cerca de 2,5% do total de atletas em atividade;
> v) compensação mitigada: no caso de rescisão antecipada e um novo contrato, o valor deste último poderá ser abatido do que é devido pelo ex-clube;
> vi) duplicação do mecanismo de solidariedade de 5% para 10% nas transações de atletas aqui no Brasil, aumentando o repasse a centenas de clubes formadores para que continuem investindo na descoberta de talentos;
> vii) regulamentação definitiva dos Atos de Concentração das Execuções Trabalhistas;
> viii) outras regras especiais, como de transparência dos investidores, cessão e proteção da marca/estandartes dos clubes e lei de incentivo ao esporte.
> [...]
> Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária dos Projetos de Lei nº 5.082, de 2016, e nº 2.758, de 2019, na forma do substitutivo anexo, e, quanto ao mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nº 5.082, de 2016, e nº 2.758, de 2019, na forma do substitutivo anexo.

Como se observa da leitura do trecho acima colacionado, restaram consolidadas em um texto único relevantes temas até então consagrados no bojo dos projetos legislativos nº 5.082/2016 e nº 2.758/2019, o que foi levado a efeito com os acréscimos e modificações constantes do substituto recém proposto.

Assim como havido em todas as proposições legislativas anteriores, o pilar fundamental e central desse projeto repousa na estruturação de um novo regime jurídico para as entidades desportivas destinadas à competição do futebol em alta performance, pautando-se no abandono do modelo associativo como instrumento de constituição e organização de tais entidades e na subsequente imersão dessas estruturas em um ambiente empresarial.

O texto em referência, a despeito de conter falhas pontuais e promover uma certa involução no âmbito empresarial, como será mais bem delineado a seguir, visa a atender a uma latente expectativa de uma parcela cada mais representativa do próprio

setor desportivo, o qual clama por profissionalismo, transparência e organização sistêmica.

Nesse sentido, precisa foi a manifestação de Gustavo Noronha[352], integrante da atual diretoria executiva do Clube de Regatas do Botafogo, entidade que já experimentou pesados danos em decorrência de polêmicas gestões administrativas: "Estamos seguros de que, com adequada governança, o novo modelo será atrativo aos investidores e representará um marco, não só para o Botafogo, mas para o futebol brasileiro."

Na mesma toada, Pedro Daniel[353], Gerente de Esportes da Consultoria Ernest &Young comentou, à luz dos movimentos legislativos em curso, que: "O clube empresa agora é um caminho sem volta, o que se discute é a legislação parar incentiva o investidor e afastar aventureiros."

Interessante notar que muitos dos atuais dirigentes dos principais clubes de futebol brasileiro ainda se mostram refratários a tais mudanças, conforme veiculou o jornal "Folha de São Paulo",[354] por meio de matéria jornalística destinada ao exame desta nova tendência legislativa pátria de regulação do setor desportivo. Em tal reportagem, foi veiculada a manifestação de importantes protagonistas desse ambiente, sendo inteiramente crítica a posição dos gestores momentâneos de grandes entidades do setor quanto às proposições em fase de tramitação parlamentar:

> O Palmeiras não concorda com alguns itens, principalmente sobre tributos. Precisamos pensar em clube-empresa, é bom para o futuro, mas merece mais discussões". (Mauricio Galiotte – Presidente do Palmeiras)
> [...]
> Estamos discutindo questões tributárias, que precisam respeitar a história de cada clube. Também tem questões trabalhistas sendo discutidas. Estamos preocupados, pois queremos ser ouvidos. O Inter tem 300 conselheiros, 110 anos de história, cumprimos nossas obrigações e precisamos ser respeitados". (Marcelo Medeiros – Presidente do Internacional)
> [...]
> "Existem pontos de vista divergentes e claros. Questões tributárias, de ordem contábil, que precisam ser analisadas, e isso não se faz do dia para a noite. Devemos aprofundar os estudos com gente tecnicamente competente para

[352] FOLHA DE SÃO PAULO. ESPORTES: *Irmãos Moreira Salles financiam plano, mas não querem gerir Botafogo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/08/irmaos-moreira-salles-financiam-plano-mas-nao-querem-gerir-botafogo.shtml>. Acesso em 20 de dezembro de 2019.
[353] FOLHA DE SÃO PAULO. ESPORTES: *Renegociação de dívida será 'isca' para clube virar empresa*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/projeto-preve-negociacao-de-dividas-para-clube-que-virar-empresa.shtml>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.
[354] FOLHA DE SÃO PAULO. ESPORTES: *Cartolas veem pressa de Maia e pedem mudanças em clube-empresa*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/cartolas-criticam-pressa-de-maia-e-pedem-mudancas-em-clube-empresa.shtml>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

> mostrar ao governo o que é importante ao nosso futebol". (Plinio David – Presidente da Chapecoense)
> [...]
> Clube que optasse por virar empresa teria que recolher impostos que hoje não recolhe, e quem permanecer associação também seria tributado. Isso causa obrigatoriedade de virar empresa, achamos que não é correto e nem justo. (Alexandre Campello – Presidente do Vasco)

Observa-se que, conforme mencionado anteriormente, a principal preocupação dos dirigentes diz respeito às questões financeiras e tributárias, nada dispondo acerca do proposto incremento da governança interna, através da admissão de procedimentos de transparência, controle e profissionalismo na gestão desportiva, como se a assunção de obrigações tributárias, por si só, tivesse o condão de tornar inexequível a viabilidade econômica das pessoas jurídicas destinadas à competição de futebol profissional.

A relevância do tema, como instrumento de restabelecimento institucional desse relevante setor, seja em decorrência de seus atributos financeiros, seja em decorrência de seus atributos históricos e culturais, legitimou a tramitação de tal proposição substitutiva em regime de urgência perante a Câmara dos Deputados, conforme se extrai do teor do Requerimento nº 2964/2019[355], abaixo transcrito:

> Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência urgentíssima para apreciação do PL 5082/2016, que cria a via societária, e estabelece procedimentos de governança e de natureza tributárias, para modernização do futebol, e dá outras providências.

Após ser levado à Plenário, em tramitação de urgência, no dia 27 de novembro de 2019, o Projeto Legislativo (Emenda Substitutiva) em questão foi aprovado, por 246 (duzentos e quarenta e seis) votos a favor e 94 (noventa e quatro) contra[356], sendo posteriormente encaminhado ao Senado Federal, onde se encontra no momento, para fins de análise e votação por parte desta Casa Legislativa.

Quanto ao objeto específico deste estudo, o texto aprovado corporificou um robusto retrocesso, no que se refere à garantia de um ambiente corporativo de maior

---

355 CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Requerimento de Urgência*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2229812. Aceso em 20 de dez. de 2019.

356 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1835026&filename=REQ+2964/2019>. Acesso em: 20 de dez. de 2019. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/noticias/619112-camara-aprova-permissao-para-clube-de-futebol-se-transformar-em-empresa/>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

transparência, controle e profissionalismo[357]. Isso porque, diferentemente dos demais projetos legislativos, esse não propõe a criação de um modelo societário especifico para os clubes de futebol, mas possibilita a migração das atuais associações civis sem fins lucrativos para quaisquer dos modelos empresariais existentes no país.

O relator do projeto aprovado na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Pedro Paulo, buscou justificar a rejeição à orientação exclusiva do formato de sociedade anônima, elemento que permeou a base estruturante de todos os demais projetos de lei em tramitação parlamentar, com base nos seguintes fundamentos:

> É importante que fique explicitada nossa opção por rejeitar o modelo de sociedade anônima específica para o futebol. Tramitam perante o Congresso Nacional diversas proposições que criam a SAF ou SAFUT. Todos esses Projetos de Lei se preocupam precipuamente em criar um novo tipo societário específico para o futebol, com mecanismos de organização e funcionamento complexos e caros, que talvez nenhum dos clubes brasileiros tenha condições de atender. O Congresso Nacional discute esse modelo desde 2005, sem que nenhuma proposta sobre o tema tenha alcançado o consenso necessário à aprovação. Ou seja, a multiplicação de Projetos sobre o mesmo instituto e a falta de efetividade, até o momento, demonstram que este caminho está equivocado e insistir nele pode ser ainda pior, dado que tira o foco das discussões realmente relevantes para o futebol brasileiro. A proposta de criação de uma sociedade anônima específica do futebol não resolve, por si só, os atuais e mais graves problemas do setor, como (i) o elevado e crescente endividamento (fiscal, cível e trabalhista) dos clubes; (ii) o regime tributário; (iii) a proteção à marca no caso de falência irreversível; (iv) a possibilidade de requerer eventual recuperação judicial para reestruturar o passivo; dentre outros aspectos. Vale ressaltar que o Código Civil Brasileiro já regulamenta pelo menos cinco tipos de sociedade empresária: sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade limitada, sociedade anônima e sociedade em comandita por ações. Nenhum desses modelos é exclusivo para qualquer setor da economia. E todos esses agentes econômicos, dos mais distintos segmentos, se adequam a qualquer um deles. Os tipos de sociedade empresariais já admitidos no Direito brasileiro tratam de um rol definido e genérico, ou seja, esses tipos societários pré-determinados se prestam a atender todo o universo de atividades econômicas de forma indistinta. Convém ressaltar que os tipos societários existentes já oferecerem o arcabouço legal suficiente para oferecer segurança jurídica aos sócios/acionistas, credores e investidores, além de meios de responsabilizar os administradores em caso de eventuais irregularidades na gestão. Ainda que o segmento desportivo tenha particularidades, em razão das paixões humanas envolvidas e da intangibilidade de alguns ativos, a criação de um novo tipo de sociedade empresária não se revela medida adequada para endereçar os problemas do futebol brasileiro. Setores econômicos altamente complexos e intrincados como o de energia elétrica, o aéreo, o agronegócio, o de petróleo e gás e o de telecomunicações não possuem sociedade anônima própria ou tipo societário específico. A clareza de regras é essencial para atração de

[357]Quanto ao tema, assim dispõe Maurício Moreira Menezes: "(ii) sob o olhar jurídico, a questão indica que há extrema escassez de mecanismos de controle da gestão de entidades desportivas; (iii) no Brasil, grande parte do problema tem origem na falta de profissionalismo com quem são administradas as associações desportivas". MENEZES, Mauricio Moreira . O abuso de gestão nas associações esportivas. In: FRAZÃO, Ana; GONÇALVES, Oksandro; CAMINHA, Uinie. (Org.). Associações: constituição, fundamentos e perspectivas. 1ed.RIO DE JANEIRO: Processo, 2017, v. 1, p. 226.

> investimentos e para o acesso ao crédito. A criação da SAF vai na contramão desse objetivo, por ser um modelo exótico e de necessidade altamente questionável. Por esses motivos, conscientes da nossa escolha, preferimos conferir aos clubes a opção de escolherem o tipo empresarial que mais se adeque às suas necessidades e realidade.

A despeito da justificativa apresentada, não há como se negligenciar a certeza de que o amadorismo e o obscurantismo gerencial se materializam em elementos verdadeiramente culturais do associativismo desportivo brasileiro. Assim, diante da profundidade e da complexidade dos vícios históricos cuja neutralização se persegue, a rigidez procedimental típica do sistema das sociedades anônimas constituir-se-ia, de fato, na melhor opção legislativa.

Nesse sentido, cumpre transcrever abaixo o teor de matéria jornalística veiculada pela "Revista Época"[358], a qual se perfila ao entendimento acima esposado:

> Os exemplos chileno e português, entre outros sul-americanos e europeus, inspiram o Projeto de Lei que está por vir ao Brasil para mais uma vez tentar converter times de futebol em sociedades anônimas. O intuito não chega a ser a entrada dos clubes na B&MFBovespa, a Bolsa brasileira, um passo tido pelos envolvidos no Projeto de lei como ainda distante para o semiprofissional futebol brasileiro. **A principal intenção é conduzir os clubes ao formato de sociedade anônima para que a administração seja mais regrada. Qualquer companhia que tenha essa estrutura está obrigada por uma legislação brasileira específica, a Lei das S.A., a definir responsabilidades de administradores, criar um Conselho Fiscal caso acionistas o demandem, seguir parâmetros de transparência, entre outras normas. São regras básicas de governança corporativa que os times não seguem por aqui e que, dadas a instabilidade e a insegurança da associação sem fins lucrativos, afastam o futebol do mercado financeiro. Um caminho que clubes do mundo inteiro tomaram há mais de uma década para financiar seus investimentos e atividades, enquanto o Brasil segue amarrado ao amadorismo**". (grifo nosso)

A leitura do trecho jornalístico transcrito acima destaca exatamente a pertinência do modelo de sociedade anônima, como uma forma eficiente de controle administrativo-financeiro, de um lado, e de elevação do padrão de responsabilidade, do outro, como a melhor alternativa, diante da contundência dos vícios gerenciais a serem remediados.

Todavia, rejeitando a adoção compulsória do modelo das sociedades anônimas, como instrumento de mercantilização das atuais associações civis de destinação desportiva, o texto substitutivo atrelado ao projeto de lei nº 5.082/2016 consagrou em

---

[358] ÉPOCA. Época Esporte Clube: Futebol S.A. – *Porque os clubes brasileiros insistem em ignorar o mercado financeiro*?. Disponível em: <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clube/noticia/2017/11/futebol-s-por-que-os-clubes-brasileiros-insistem-em-ignorar-o-mercado-financeiro.html>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

seu artigo 2º todos os modelos empresariais passíveis de conversão por parte dos clubes de futebol nacionais[359]:

> Art. 2º É facultado às entidades de prática desportiva profissionais de futebol:
> I - constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
> II – quando adotarem a forma de associação, serem:
> a) transformadas em sociedades empresárias, segundo um dos tipos referidos no inciso I do caput deste artigo;
> b) cindidas, vertido total ou parcialmente seu patrimônio para sociedades empresárias, segundo um dos tipos referidos no inciso I do caput deste artigo;
> c) incorporadas por sociedades empresárias, segundo um dos tipos referidos no inciso I do caput deste artigo; ou
> d) fundidas com sociedades empresárias, de modo que, ao final da fusão, remanesça sociedade empresária que adote um dos tipos referidos no inciso I do caput deste artigo.

Como se extrai do teor do dispositivo legal acima transcrito, quanto ao cerne desta tese, tal projeto legislativo, ao contrário dos demais, não determina um único e exclusivo modelo societário para fins de conversão jurídica, facultando às entidades desportivas que pretendam aderir a tal expediente a opção por quaisquer dos modelos societários previstos no Código Civil.

Por se tratarem as mazelas organizacionais de fenômenos arraigados de tal forma à estrutura e à essência de grande parte das pessoas jurídicas de destinação desportiva, no Brasil, seria de muito melhor tom que a rigidez procedimental típica do modelo das companhias não fosse desconsiderada, nesses casos. Por tal razão, acabou-se propiciando uma verdadeira involução, ao se trazer à lume alternativas que possam, de alguma forma, mitigar os efeitos modificativos pretendidos, em decorrência da influência, ainda robusta, de maus costumes historicamente consagrados.

A rigidez e a inflexibilidade da legislação especial das sociedades anônimas, que seriam de grande valia nessa verdadeira correção de rumos a ser empreendida no setor desportivo brasileiro são, paradoxalmente, valoradas no texto substitutivo por ora da regulação da responsabilidade dos administradores de tais entidades. Nesse caso, fez-se questão de aplicar os regramentos da lei das sociedades anônimas, independentemente do tipo da sociedade empresária desportiva:

---

[359]CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Comissões.* Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes permanentes/cespo/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2019/redacao-final-ao-projeto-de-lei-no-5-082-de-2016-clube-empresa>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

> Art. 4ºA ação de responsabilidade contra administradores por prejuízos causados ao patrimônio do clube-empresa, independentemente do tipo de sociedade empresária adotado, reger-se-á pelo art. 159 da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976.
> [...]
> § 3ºNo clube-empresa que adotar a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, o funcionamento do conselho fiscal deve ser permanente e o conselho de administração deve ser composto, no mínimo, de 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou de pelo menos 1 (um) membro independente, caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, sendo consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos conselheiros eleitos por acionistas minoritários. (grifo nosso)

Em suma, o projeto legislativo aprovado pela Câmara dos Deputados, apesar de defender que as entidades desportivas possam adotar quaisquer dos modelos empresariais admitidos, reconhece, expressamente, através do dispositivo legal acima transcrito que, em caso de propositura de ação de responsabilidade civil em face dos administradores, visando à reparação dos danos por estes causados, aplicar-se-á o procedimento específico das sociedades anônimas, independentemente do tipo empresarial da entidade administrada.

A contemplação de tal exceção fragiliza os termos do relatório da proposição substitutiva, na medida em que acaba por reconhecer, mesmo que de forma subliminar, que a situação atual das pessoas jurídicas de destinação desportiva justifica e legitima adoção de um modelo societário que se notabilize pelos conceitos de rigidez e inflexibilidade quanto a procedimentos, controles e responsabilidades.

Conforme exposto acima, o referido projeto de lei, após a sua recente e urgente aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados, foi remetido ao Senado Federal[360], para fins de deliberações e posterior votação.

### 4.1.5 A interseção empresarial dos Projetos de Lei em tramitação

Em que pesem as particularidades que permeiam cada um dos textos legislativos em tramitação, para os fins deste estudo, mostra-se imprescindível grifar que o ponto comum a todos estes reside, exatamente, no reconhecimento quanto à

[360] CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Proposições*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao =2082511>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

necessidade das entidades esportivas abandonarem o modelo associativo e assumirem uma das feições empresariais legalmente admitidas.

Tal unidade de convicção propositiva advém da nítida desconexão atualmente havida entre os reais e atuais propósitos lucrativos de tais pessoas jurídicas e a sua permanência constitutiva sob um formato jurídico que não se compatibiliza com tal desiderato.

Conforme já disposto anteriormente, a situação econômica e administrativa dos clubes espanhóis, antes da edição da lei n.º 10/90, equiparava-se muito ao atual estado do desporto brasileiro, em geral, e ao futebol, em especial, o qual experimenta, de forma contínua, as mazelas do colapso financeiro, a despeito, contraditoriamente, do manancial cada vez maior de oportunidades que se abre a esse setor.

Dessa forma, tomando-se o modelo espanhol como importante paradigma reflexivo, para uma eventual mudança regulamentadora em solo brasileiro, impõe-se a seguinte indagação: o que motivaria os dirigentes desportivos a promoverem a transformação das associações em sociedades empresárias, se no âmbito destas lhes seriam impostas restrições e responsabilidades mais gravosas do que aquelas que esses possuem na sistemática associativa?

Nesse sentido, visando a conceder eficácia aos postulados alusivos à migração de sistemas jurídicos, assim como ocorrido na Espanha, há que se viabilizar a concessão de contrapartidas públicas para as entidades que optem por se submeter a um modelo, que se mostre dotado de maior funcionalidade. Isso porque uma entidade obscura, opaca e reclusa em si mesma não está apta a adimplir com sua função social, gerando empregos, riquezas, adimplindo tributos com pontualidade, auxiliando e investindo no desporto de formação, no desporto feminino e no desporto olímpico, facetas desportivas, cuja relevância social e o retorno financeiro são, em regra, inversamente proporcionais.

Quando se refere à oferta de contrapartidas, definitivamente, não se está a cogitar a concessão de benesses indevidas e privilegiadoras, mas sim a adoção de medidas compensatórias para entidades que aceitem se submeter a tais regramentos. Pode-se citar, a título exemplificativo, a concessão de parcelamentos tributários em condições especiais para pessoas jurídicas que tenham se submetido a tal conversão jurídica ou o reconhecimento da aptidão preferencial das sociedades anônimas desportivas, para fins de percepção de cotas de patrocínio por parte de empresas públicas.

Não se mostra afrontoso a qualquer parâmetro de isonomia, quanto à concessão de condições especiais de parcelamento de débito, se o contribuinte em questão adota medidas que lhe tornem institucionalmente mais sólido e confiável aos olhos de credores, investidores e parceiros. Trata-se de um expediente típico de mercado. O credor, em regra, apresenta-se mais confortável a despender um tratamento mais generoso, em termos de maior quantitativo de parcelas, por exemplo, a um devedor que lhe transmita maior tranquilidade quanto à certeza do pagamento, do que quanto a um segundo devedor, cuja incerteza quanto ao adimplemento impere.

A lógica em questão funcionaria assim: se há certo nível mínimo de consenso de que o padrão de governança das sociedades anônimas tende a ser potencialmente mais suscetível ao sucesso institucional, do que aquele típico das associações, sob o prisma de análise dos credores, os devedores constituídos e organizados sob aquele formato empresarial seriam, em tese, mais interessantes do que aqueles constituídos sob esse último formato. Embora se reconheça que não se trata tal premissa de um conceito absoluto, não se mostra despida da razoabilidade a medida administrativa que conceda condições especiais de quitação fiscal para um contribuinte que aceite voluntariamente se submeter a regramentos internos que incrementem as suas rotinas gerenciais, contribuindo para a elevação de suas performances administrativa e financeira.

Da mesma forma, no campo publicitário, não há como se cogitar que empresas públicas ou sociedades de economia mista se predisponham a atrelar suas marcas a entidades que se notabilizem por práticas pouco ortodoxas de gestão; que não admirem e não implementem boas práticas de governança; que não pautem seu ambiente de negócios pela pontualidade e pela transparência; entre outros atributos garantidores de destaque institucional.

Assim, a escolha preferencial de entidades desportivas, para fins de concessão de quotas de publicidade que comprovadamente adotem medidas de transparência e controle, muito contribuiria para que um número maior de interessados pela transformação jurídica fosse identificado.

Tratar-se-ia de medidas que tenderiam a impulsionar a conversão em comento, fomentando a necessária migração entre os sistemas de constituição de tais pessoas jurídicas, sem colocar em dúvida a autonomia constitutiva e operacional constitucionalmente assegurada às pessoas jurídicas de destinação desportiva.

## 4.2 As lacunas dos novos modelos legislativos

Como analisado acima, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal um total de quatro projetos de leis, visando a promover a restruturação dos clubes sociais que se dedicam à prática desportiva profissional. A despeito de suas particularidades, as quais são próprias a cada um, um ponto de interseção une tais textos: o abandono do modelo associativo como instrumento de constituição e operação das pessoas jurídicas de grande porte destinadas à prática desportiva.

Cada um dos projetos legislativos reconhece a inadequação do modelo associativo como base de estruturação jurídica de tais entidades e preveem, cada um a seu modo, a possibilidade de adoção de novos regimes societários.

Em que pese se reconheça o avanço de tais proposições legislativas, notadamente, no que se refere ao ponto nodal deste estudo, o certo é que ainda subsistem espaços para acréscimos legislativos, objetivando viabilizar uma substancial elevação no padrão funcional dos entes desportivos.

Assim, a partir de agora, dedicar-se-á este estudo à apresentação de temas absolutamente afetos aos propósitos que nortearam a apresentação dos textos legais em tramitação, os quais mereceriam contemplação específica, para que as estruturas jurídicas em tela passem a atingir os seus nobres objetivos funcionalizadores.

### 4.2.1 O "fair play" financeiro como instrumento de controle gerencial.

O primeiro dos incrementos que são possíveis de serem apropriados pela nova legislação é o chamado "fair play" financeiro. Entende-se como tal o conjunto de medidas e regras que auxiliam no controle das finanças das entidades desportivas, contribuindo e elevando o nível de transparência pretendido pelos projetos de lei em tramitação[361].

[361] Nesse sentido, Álvaro Melo Filho conceitua o fair play financeiro como sendo "a objetividade do desempenho desportivo aliado ao equilíbrio financeiro". MELO FILHO, Álvaro. *Marco regulatório e "Fair Play" financeiro para salvar o mundo do futebol* .Desporto& Direito,23, 2011, p.248.

Esse instituto surgiu em 2010, na Europa, quando o Comitê Executivo da UEFA – União das Federações Europeias de Futebol –, passou a adotar uma sistemática de supervisão operacional de seus entes filiados, visando a tornar a gestão financeira dos clubes mais estável e regular.

De acordo com o sítio oficial da UEFA[362], ao ser implementado, possuía tal ferramenta jurídica de controle os principais objetivos:

> a) introduzir mais disciplina e racionalidade nas finanças dos clubes de futebol;
> b) diminuir a pressão sobre salários e verbas de transferências e limitar o efeito inflacionário;
> c) encorajar os clubes a competir apenas com valores das suas receitas;
> d) encorajar investimentos a longo prazo no futebol juvenil e em infraestruturas;
> e) proteger a viabilidade a longo prazo do futebol europeu;
> f) assegurar que os clubes resolvam os seus problemas financeiros a tempo e horas.

Tal acervo de medidas, a qual se convencionou chamar de "fair play" financeiro, foi concebido a partir de um exaustivo estudo das finanças dos clubes de futebol europeus promovidos pela UEFA. Ao final dessa empreitada, ficou demonstrado que a maioria desses clubes encontrava-se em sérias dificuldades econômicas, em decorrência de gastos desordenados, implementados sem quaisquer critérios objetivos de retorno, os quais, não raras vezes, mostravam-se muitos superiores às receitas auferidas pelas respectivas entidades no mesmo período.

Descrevendo a situação de penúria financeira havida na época, Muller e Hovemann[363] informam que uma análise envolvendo a realidade financeira dos principais clubes europeus, em 2010, indicou que tais entidades experimentaram, naquele ano, resultados finais negativos equivalentes a 20% do total das receitas auferidas. Frise-se que o exame em comento, cujos resultados foram por demais preocupantes, ficou adstrito à elite futebolística européia.

Pois bem, se o cenário era devastador, quanto às maiores instituições do setor na Europa, as quais tinham acesso às maiores rendas, advindas das mais diversas fontes, pode-se imaginar a realidade dos entes que não integraram esse seleto grupo e que, definitivamente, não conseguiam ter acesso a receitas de tal qualidade e quantidade.

---

[362] UEFA. *Fair play financeiro*. Disponível em: <https://pt.uefa.com/insideuefa/protecting-the-game/club-licensing-and-financial-fair-play/index.html>. Acesso em: 23 de out. de 2019.

[363] MULLER, J. C., Joachim, L., & Hovemann, G. . *The Financial Fair Play Regulations of UEFA: an adequate concept to ensure the long-term viability and sustainability of european club football?* International Journal of Sport Finance, 2012, p. 120.

Essa assertiva dá a tônica de quão ampla e profunda era a crise econômica do setor no continente europeu, o que suscitou uma resposta contundente da UEFA, visando a evitar um verdadeiro colapso sistêmico.

Assim, desde a sua adoção, o "fair play" financeiro foi eleito como instrumento de habilitação das entidades desportivas para as competições continentais promovidas pela UEFA. A partir da adoção de tal instituto, passou a ser inviável a participação em certames europeus, se as postulantes não atendessem aos preceitos financeiros exigidos pela organizadora da competição, os quais integram o chamado "Regulamento de 'Fair Play' Financeiro e Licenciamento de Clubes da UEFA".

A relação de pressupostos financeiros de habilitação para competições da UEFA passou por importantes modificações[364] ao longo dos anos, as quais elevaram substancialmente o nível de exigências formuladas, como condição de admissibilidade dos concorrentes às disputas européias.

Em 2011, quando foi implementado pela primeira vez, o "Regulamento de 'Fair Play'" se limitava a contemplar regras que visavam a obter dos clubes de futebol daquele continente a comprovação de suas respectivas regularidades financeiras, o que consistia na demonstração documental de pontualidade quanto às suas mais diversas obrigações[365]. Em síntese, nessa fase, limitava-se o controle financeiro ao recolhimento de documentos, verdadeiras certidões, as quais atestavam a pontualidade obrigacional das entidades filiadas.

A primeira alteração no formato original de tal regramento ocorreu em 2013, quando se decidiu supervisionar, mais proximamente, os fundamentos que norteavam a gestão de cada um dos clubes, buscando aferir o equilíbrio entre as receitas e as despesas dessas entidades[366]. Tratou-se de uma alteração sensível no sistema até então vigente. Começava-se a abandonar um perfil passivo de mera análise de documentos e

---

[364] UEFA. *Fair play financeiro*. Disponível em: <https://pt.uefa.com/insideuefa/protecting-the-game/club-licensing-and-financial-fair-play/index.html>. Acesso em: 23 de out. de 2019.

[365] Os artigos 65.º e 66.º do "Regulamento de Fair Play Financeiro e Licenciamento de Clubes da UEFA" estabelecessem que para que os clubes estejam aptos a participar dos certames organizados pela UEFA, devem comprovar, até 30 de junho do ano da competição que disputarão, comprovações documentais de que não possuem dívidas em atraso com outros clubes referentes a transferências de atletas, bem como que não possuem dívidas trabalhistas e tributárias.

[366] Segundo destaca Magalhães e Neves, a mera aferição de regularidade financeira não atendeu aos anseios da UEFA, na medida em que, na prática, a situação econômica dos clubes continuou a experimentar elevada piora, o que sugeria uma intervenção mais efetiva da entidade na realidade e no manejo monetário dos clubes. MAGALHÃES, A., & Neves, H. *Este fair play não é da treta*. Record, São Paulo, 2014, p. 19.

certidões, visando a aferir a regularidade obrigacional dos clubes, para assumir um "status" ativo de supervisão e controle dos atos de gestão financeira de seus filiados.

Com o fito de viabilizar essa checagem pormenorizada dos movimentos financeiros dos entes desportivos, promoveu-se a criação, em junho de 2012, do "Comitê de Controle Financeiro dos Clubes" – CFCB. Nesse momento, as intervenções do CFCB possuíam ainda um caráter eminentemente pedagógico, buscando auxiliar as entidades na adoção de melhores práticas de gestão e governança, as quais as permitiriam satisfazer o padrão de adimplência exigido pela UEFA, para fins de participação em suas competições.

Posteriormente, o dirigismo administrativo empreendido pelo Comitê de Controle Financeiro acabou por adotar um viés mais latente. Nesta terceira etapa evolutiva, os comandos, inicialmente orientativos, visando a uma melhor performance gerencial, passaram a dotar-se de força cogente, culminando na aplicação de penalidades àqueles clubes que desconsiderassem tais determinações. Nesse sentido, em 2014, o "Regulamento de Fair Play Financeiro e de Licenciamento de Clubes da UEFA" passou a prever punições disciplinares para os clubes que não cumprissem com os regramentos a si direcionados:

> Artigo 29 - Lista de medidas disciplinares
> 1. As seguintes medidas disciplinares podem ser impostas contra qualquer réu que não seja um indivíduo:
> a) aviso; b) repreensão; c) bem; d) dedução de pontos; e) retenção de receitas de uma competição da UEFA; f) proibição de registrar novos jogadores nas competições da UEFA; g) restrição ao número de jogadores que um clube pode registrar para participar de competições da UEFA, incluindo um limite financeiro no custo total agregado das despesas de benefícios dos empregados dos jogadores registrados na lista A para fins de competições de clubes da UEFA; h) desqualificação de competições em andamento e / ou exclusão de competições futuras; i) retirada de um título ou prêmio.
> 2. As seguintes medidas disciplinares podem ser impostas contra qualquer réu que seja indivíduo:
> a) advertência; b) repreensão; c) bem; d) suspensão por um número especificado de correspondências ou por um período especificado ou não especificado; e) suspensão da execução de uma função por um número especificado de correspondências ou por um período especificado ou não especificado; f) proibição de exercer qualquer atividade relacionada ao futebol.
> c.1) Advertência;
> c.2) Repreensão;
> c.3) Multa;
> c.4) Perda de pontos;
> c.5) Retenção das receitas de uma competição da UEFA;
> c.6) Proibições em inscrições de jogadores nas competições da UEFA;
> c.7) Limite financeiro quanto às despesas salariais de atletas inscritos;
> c.8) Desqualificação das competições em curso quanto exclusão de futuras participações;

c.9) Retirada de um título ou prêmio.[367]

Assim, seja pelo ineditismo ou reincidência da transgressão, seja pela gravidade desta, o "Comitê de Controle Financeiro" passou a gozar de autonomia institucional para aplicar a penalidade mais adequada à infração cometida[368]. A efetividade de tal regramento é de tal monta que uma das mais tradicionais e clássicas entidades de futebol mundial acabou vitimada por severíssima penalidade, em decorrência de seu reiterado desequilíbrio financeiro.

No ano de 2015, foram implementadas novas modificações no regulamento. Tais alterações visaram a aprimorar ainda mais os regramentos quanto a investimentos equilibrados e impedir o recebimento de valores de origem suspeita, por parte das entidades futebolísticas.

Tratou-se de mais um alargamento no espectro de análise financeira dos clubes de futebol europeu. A partir daquele momento, o exame de regularidade financeira deixou de se ater exclusivamente ao destino das receitas e passou a abranger também o crivo quanto à licitude das receitas auferidas. Tal normativa almejou evitar que recursos de

[367] O trecho original correspondente é: Article 29 – List of disciplinary measures
1. The following disciplinary measures may be imposed against any defendant other than an individual: a) warning; b) reprimand; c) fine; d) deduction of points; e) withholding of revenues from a UEFA competition; f) prohibition on registering new players in UEFA competitions; g) restriction on the number of players that a club may register for participation in UEFA competitions, including a financial limit on the overall aggregate cost of the employee benefits expenses of players registered on the A-list for the purposes of UEFA club competitions; h) disqualification from competitions in progress and/or exclusion from future competitions; i) withdrawal of a title or award.2. The following disciplinary measures may be imposed against any defendant who is an individual: a) warning; b) reprimand; c) fine; d) suspension for a specified number of matches or for a specified or unspecified period; e) suspension from carrying out a function for a specified number of matches or for a specified or unspecified period; f) ban on exercising any football-related activity.3. Disciplinary measures may be combined. UEFA. *Procedural rules governing the UEFA Club Financial Control Body*. Disponível em: <https://www.uefa.com/MultimediaFiles/Download/Tech/uefaorg/General/01/85/85/25/1858525_DOWNLOAD.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2019.

[368] O Málaga Club de Fútbol, entidade de médio porte da Espanha, foi a primeira a experimentar a exclusão de competições européias, em decorrência de desconformidades financeiras, sendo-lhe impingida a não participação em certames da temporada 2013/2014. A decisão do Comitê de Controle Financeiro dos Clubes da UEF foi objeto de recurso, por parte do clube espanhol ao Tribunal Arbitral do Esporte, na Suíça, onde foi confirmada. Acerca de tal decisão, em 11 de junho de 2013, a UEFA emitiu a seguinte nota oficial:"A UEFA mostra-se satisfeita por o Tribunal Arbitral de Desporto em Lausana (em inglês) ter confirmado esta terça-feira a decisão da câmara adjudicatória do Comitê de Controlo Financeiro dos Clubes da UEFA (CFCB) relativamente à exigência de cumprimento dos regulamentos de Licenciamento de Clubes e Fair Play Financeiro da UEFA no caso do Málaga CF.O emblema de Espanha está, portanto, excluído da UEFA Europa League 2013/14 e será substituído pelo clube seguinte mais bem classificado na Liga espanhola, desde que tenha sido concedida a respectiva licença e preencha todos os critérios de admissão. A multa de 300,000 euros imposta ao Málaga CF também foi confirmada". UEFA. *UEFA saúda decisão do CAS sobre o Málaga*. Disponível em: https://it.uefa.com/insideuefa/news/newsid=1962535.html. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

origem indevida viessem a alimentar tal setor, o qual maneja contratos de montas econômicas cada vez mais elevadas.

Tratou-se da quarta etapa evolutiva do instituto em solo europeu. Desde então, a UEFA passou a exercitar firme escrutínio, quanto à licitude da origem dos recursos alocados em seus filiados, combatendo frontalmente a possibilidade de tais entidades serem utilizadas como instrumento para a prática de ilícitos de ordem financeira.

Nos dias atuais, o monitoramento atingiu tamanho nível de complexidade que o "Comitê de Controle Financeiro" acompanha a realidade econômica das pessoas jurídicas destinadas à competição futebolística profissional, nos mais diversos aspectos, estando sob permanente fiscalização todas as etapas do fluxo financeiro das entidades. Assim, desde a sua origem até a sua aplicação final, os entes filiados respondem e se responsabilizam perante a entidade central de administração do futebol europeu, quanto à regularidade e adequação dos atos por si perpetrados.

Com base nesse novo e atual perfil, diversos clubes europeus vem enfrentando investigações perante a UEFA, em virtude de potenciais irregularidades havidas em seus respectivos controles financeiros. Nessa linha, caso sejam diagnosticadas hipóteses de ausência informativa ou de ausência de clareza e precisão nas informações prestadas, no que se refere à origem dos valores utilizados pelas entidades para efetuar contratações no mercado futebolístico, procedimentos apuratórios são inaugurados, visando a aferir a licitude dos recursos manejados nas operações tidas como informativamente obscuras[369].

[369] Em 2017, a Câmara de Investigação da UEFA, outra nomenclatura utilizada para designar o Comitê de Controle Financeiro de Clubes – CFCB, abriu investigação em face do Paris Saint Germain Football Club, em virtude de suposto descumprimento do "Fair Play" Financeiro, pela contratação milionária dos jogadores Neymar (€ 222 milhões de euros) e Kylian Mbappé (€ 180 milhões de euros), sendo que, a receita anual do Clube Frances era de € 500 milhões de euros por ano, o que acabou causando sérias suspeitas quanto à origem das receitas utilizadas para levar a termo tais contratações. Em junho de 2018, o Comité de Controle Financeiro de Clubes – CFCB─, entendeu pela absolvição do clube francês, uma vez identificada a origem lícita dos recursos. Entretanto, em julho do mesmo ano, a UEFA, novamente, abriu investigações em face do Paris Saint Germain, visando a apurar possíveis irregularidades nas relações financeiras havidas entre tal entidade e autoridades do Qatar. Devidamente intimado da decisão de abertura de nova investigação contra si, o Paris Saint Germain Football Club interpôs recurso ao Tribunal Arbitral do Esporte (TAS/CAS), contra a decisão que determinou a abertura de novo procedimento apuratório em seu desfavor. O recurso, cujos termos acabaram acolhidos, arguia a intempestividade do novo inquérito, cujo retardo restou reconhecido, tendo-se determinado o seu arquivamento. LANCE. FUTEBOL INTERNACIONAL: *TAS revoga decisão da Uefa e PSG está livre para contratar na janela*. Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-internacional/tas-revoga-decisao-uefa-psg-esta-livre-para-contratar-janela.html>. Acesso em: 11 de nov. de 2019.
No mesmo mês de março de 2019, o Comitê de Controle Financeiro de Clubes da UEFA (CFCB) abriu uma investigação formal em face do clube inglês Manchester City Football Club, em virtude de informações noticiadas em diversos órgãos de comunicação ingleses, relatando uma possível violação do "fair play" Financeiro , decorrente de falsas informações sobre contratos de patrocínios, repassadas ao

Nesse sentido, pelo descumprimento dos comandos de controle financeiro, foi determinada a exclusão[370] do clube italiano *Associazione Calcio Milan* das competições organizadas pela UEFA[371], no biênio 2019/2020. Tal decisão, a qual atingiu uma das mais tradicionais e poderosas entidades desportivas europeias, evidencia, por si só, o rigor e a efetividade que se pretende imputar a tal ferramenta de controle e monitoramento do cenário financeiro das entidades, naquele continente.

---

órgão fiscalizador, o que continua ainda em fase apuratória. Informação. GLOBO ESPORTE. FUTEBOL INGLÊS: *Manchester City apela ao TAS contra investigação da Uefa sobre Fair Play Financeiro*. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-ingles/noticia/manchester-city-apela-ao-tas-contra-investigacao-da-uefa-sobre-fair-play-financeiro.ghtml>. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

[370] "A Câmara Adjudicatória do Comitê de Controle Financeiro de Clubes da UEFA (CFCB) emitiu uma ordem processual confirmando a exclusão do AC Milan das competições de clubes em 2019/20. Tal punição deve-se ao fato de não ter cumprido o requisito de equilíbrio durante os períodos de monitoramento. Disponível em: <https://pt.uefa.com/insideuefa/protecting-the-game/financial-fair-play/news/newsid=2615942.html>. Acesso em: 23 de out. de 2019. O tema foi objeto de ampla divulgação na Europa, haja vista a expressão mundial da equipe suspensa. Nesse sentido, pode-se mencionar: "Il Milan è escluso dalla partecipazione all' Europa League nella stagione 2019/2020 per le violazioni al fair play finanziario nei periodi dimonitoraggio 2015-2018 e 2016/2018. È quanto stabilito nel consente award raggiunto dal club rossonero con la Uefa davanti al Tas di Losanna (Tribunale arbitrale dello sport) il 24 giugno. Com questo acordo raggiunto tra il club e la Uefa davanti al Tas, in sostanza, il Milan è estromesso dall'Europa League quest'anno e non èpiù sotto il monitoraggio per le violazioni al fair play finanziario legate al secondo deferimento del 10 aprile 2019."[370] 24 ORE - Uefa, il Milan non disputeràl 'Europa League 2019-2020. SPORT 24 REDAZIONE. *CALCIO EUROPEO*: Disponível em: <https://www.ilsole24ore.com/art/il-milan-non-disputera-l-europa-league-2019-2020-ACBOsMV>. Acesso em: 08 de dez. de 2019. A tradução correspondente é:"O Milan está excluído da participação na Europa League na temporada 2019/2020 por violações de fair play financeiro nos períodos de 2015-2018 e 2016/2018 monitoramento. Isso é estabelecido no prêmio de consentimento alcançado pelo clube rossonero com a UEFA em frente ao Tasdi Lausanne (Tribunal de Arbitragem do Esporte) em 24 de junho. Com este acordo alcançado entre o clube e a UEFA perante o TAS(Tribunal Arbitral do Esporte) , em essência, o Milan é Excluído da Liga Europa deste ano e não está mais sendo monitorado por violações ao fair play financeiro." PLANETAMILAN, UFFICIALE – Il Milan èesclusodall'Europa League 2019-2020 –
"ULTIME MILAN – Il TribunaleArbitraledello Sport (TAS) diLosannaharatificatoil 'consentaward' tra Milan e UEFA: i rossoneri sono estromessidallapartecipazioneall'edizionedell'Europa League 2019-2020 per laviolazione dei parametridel Fair Play Finanziario (FFP) neltriennio 2015-2017 edallalucedelmonitoraggiodeltrienniosuccessivo, 2016-2018.Lo hacomunicatoilTribunalesvizzerocon una nota comparsa sul proprio sito web ufficiale. L'accordoprevede larinunciadel Milan ai duericorsi al TAS e larinunciadell'UEFA al procedimento sul triennio 2016-18. Alla lucediquestasentenza, la Roma accederàdirettamentealla fase a gironidell'Europa League al posto dei rossonerimentreil Torino subentreràllacompetizione, partendo dai turnipreliminari. Queste, intanto, tuttelenotiziedicalciomercatoodierne da 'Casa Milan' ".TRIOLO, Daniele. *PLANETA MILAN*. Disponível em: <https://www.pianetamilan.it/news-milan/ufficiale-il-milan-e-escluso-dalleuropa-league-2019-2020/>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.
"ÚLTIMO MILÃO - O Tribunal de Arbitragem do Esporte (TAS) de Lausanne ratificou o 'consentimento' entre Milão e UEFA : os rossoneri estão excluídos de participar da edição da Europa League 2019-2020 por violar os parâmetros do Financial Fair Play (FFP), no período de três anos, entre 2015 e 2017, o que foi diagnosticado à luz do monitoramento do período dos três anos seguintes, 2016-2018 .Tal decisão foi anunciada pelo Tribunal Suíço com uma nota em seu site oficial. O acordo prevê que o Milan renuncie aos dois apelos ao CAS e que a UEFA renuncie aos procedimentos de 2016-18. À luz desta decisão, a Roma entrará diretamente na fase de grupos da Liga Europa, em vez dos rossoneri, enquanto o Torino assumirá a competição, a partir das rodadas preliminares."[370]

[371] A UEFA organiza duas competições envolvendo clubes: a *Champions League* e a Liga Europa.

Nessa linha, pode-se concluir que o "fair play" financeiro se materializa em um instrumento manifestamente eficiente, o qual contribui decisivamente para o controle da gestão financeira das pessoas jurídicas de destinação desportiva, como se extrai da vivência europeia recente. Por tais razões, seria adequado que os projetos legislativos que aqui se encontram em tramitação parlamentar promovessem a adoção de ferramenta semelhante, visando a um incremento substancial na política de controle da gestão financeira das entidades desportivas nacionais.

Com a aplicação, por aqui, do "fair-play" financeiro, como ocorreu na UEFA – União Europeia de Futebol –, as pessoas jurídicas destinadas à prática desportiva tenderiam a ser submetidas a uma fiscalização financeira, jurídica e contábil permanente, com o intento de compeli-las a promoverem continuamente o equilíbrio econômico, sob pena de experimentarem pesadas penalidades institucionais. Tal expediente, fatalmente, muito contribuiria para a elevação do padrão qualitativo de gestão no âmbito das organizações desportivas brasileiras.

Dando sinais de que anui com tal diagnóstico, a Confederação Brasileira de Futebol – CBF –, com representantes dos principais clubes brasileiros e da consultoria de mercado "Ernst & Young", reuniram-se em agosto de 2019, visando a debater a possibilidade de se implementar o referido instituto no futebol brasileiro, nos campeonatos por si organizados, a partir do ano de 2020.

Acerca do tema, assim se manifestou o Diretor de Registro, Transferência e Licenciamento da entidade, Reynaldo Buzzoni[372]:

> O resultado do trabalho é um documento robusto, que será a base do trabalho nos próximos anos. O Fair Play Financeiro é um ponto fundamental para a evolução do futebol brasileiro e crucial para o licenciamento dos clubes. Será um processo gradual, com informação, orientação e, posteriormente, punições.

A leitura do trecho colacionado acima suscita duas conclusões imediatas. A primeira é de que há reconhecimento interno, no Brasil, de que o instituto em referência se mostra eficaz e alinhado com as deficiências atualmente vivenciadas pelos clubes nacionais de futebol. A segunda é o caráter ainda embrionário dos debates quanto à adoção de uma ferramenta que mira, exatamente, fundamentos desde sempre tratados com resistência pelos clubes brasileiros: controle gerencial e transparência financeira.

---

[372] ASSESSORIA CBF. *CBF*: *CBF e clubes definem modelo de fair play financeiro para 2020.* Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/cbf-e-clubes-definem-modelo-de-fair-play-financeiro-para-2020>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

Observe-se que, segundo informado pelo titular da Diretoria de Registro, Transferência e Licenciamento da CBF, a quem caberia capitanear a implementação do "fair play" financeiro no país, tal medida seria aplicada em etapas. A escusa para esse fracionamento visaria a propiciar a adaptação dos clubes a esta nova realidade de controle das finanças, investimentos e gastos.

Em suma, a despeito de tratar-se de um mecanismo que há quase uma década produz positivos efeitos na Europa, por aqui, a resistência histórica que as entidades pátrias possuem em relação a tais expedientes ainda gera fortes dúvidas acerca da real existência de um ambiente receptivo a tal inovação.

Desse modo, com o intuito de viabilizar, de fato, o ingresso dessa importante ferramenta no esporte brasileiro, nada obsta que os projetos de lei que atualmente tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, visando a promover a reestruturação do futebol brasileiro, passem a contemplar o "fair play" financeiro como mais uma das medidas a serem implementadas, buscando elevar o padrão de governança das pessoas jurídicas destinadas à competição desportiva.

Tratar-se-ia de um fortalecimento natural, sinérgico e congruente dos princípios básicos que nortearam as proposições legislativas em tramitação parlamentar. Tais textos foram exigidos sob a premissa do abandono do modelo associativo como instrumento de constituição e operação dessas pessoas jurídicas, com a sua consequente substituição por um modelo societário similar ao das sociedades anônimas, exatamente, pela necessidade de se constituir um ambiente de mais transparência negocial, tal qual preceitua o "fair play financeiro".

Assim, além das modificações societárias previstas nos respectivos projetos de lei, muito contribuiria para atendimento aos objetivos perseguidos por tais textos a consagração de exigência legal de instituição e cumprimento do "fair play" financeiro, o que acresceria, decisiva e definitivamente, para mudar a história do futebol brasileiro.

### 4.2.2 O necessário atendimento à função social das pessoas jurídicas desportivas

O exame dos projetos de lei em fase de tramitação legislativa, os quais visam reestruturar as pessoas jurídicas desportivas, em geral, e aquelas destinadas à prática de

futebol, em especial, permite identificar uma inexplicável ausência de atenção a setores do desporto, que possuem uma umbilical relação com a função social inerente ao exercício de tais atividades. Isto porque, tais projetos muito se ativeram ao desporto profissional de alta performance, o qual rentabiliza e, por tal razão, capitaneia o interesse das entidades. Todavia, cumpre realçar que subsistem facetas desportivas que não possuem tanta exposição de mídia e, por tal razão, pouco retorno financeiro acabam gerando, em que pese seja latente o interesse social nos seus respectivos desenvolvimentos.

Assim, pecam os textos legislativos em referência pelo diminuto espaço despendido ao estabelecimento de regras que viabilizem o financiamento e o investimento na formação dos atletas de base, no desenvolvimento do desporto feminino e no suporte aos atletas olímpicos e paraolímpicos[373], como se apenas o futebol de alta performance demandasse uma reflexão legislativa mais aprofundada.

Assim, não há como se cogitar que o legislador se dedique tanto ao desenvolvimento do desporto profissional de alta performance, notadamente, de uma modalidade específica, e não traga a reboque de tais regramentos mecanismos de proteção dos elementos eminentemente funcionalizadores da atividade desportiva.

Conforme foi visto anteriormente, uma característica marcante do desporto nacional é que este se estrutura e se efetiva através dos clubes sociais, os quais se dedicam, em regra, a diversas modalidades esportivas. Assim, o fato de o legislador identificar a necessidade de se conferir tratamento específico ao futebol, em decorrência de seu distanciamento financeiro das demais modalidades, não significa dizer que seja apenas esse segmento carecedor de atenção legislativa própria.

Dessa forma, se é verdade que o futebol profissional demanda um destacamento legislativo, visando a credenciá-lo ao aproveitamento integral de suas potencialidades financeiras, também é correto afirmar que o futebol de formação, o

[373] O editorial da edição número 1152 da revista "Isto é" destacou a necessidade de manutenção dos investimentos no desporto olímpico e paraolímpico, como condição essencial de desenvolvimento: "Por mais que talento e dedicação sejam fundamentais, a verdade é que não se faz esporte de alto rendimento sem recursos. O caminho rumo ao topo de nações que se tornaram potências paraolímpicas e olímpicas confirma que o sucesso está diretamente ligado ao volume de investimentos. A Grã-Bretanha, uma das principais referências em evolução esportiva, aumentou em 30% os valores destinados ao esporte de ponta entre 2012 e 2016. Resultado: subiu do terceiro para o segundo lugar no quadro geral de medalhas. Há aí outro detalhe interessante. Os Jogos de 2012 foram em Londres. Os britânicos, portanto, não reduziram os níveis de investimento mesmo depois de os atletas trocarem a capital inglesa pelo Rio. O exemplo inglês mostra que não basta dar um salto de qualidade. O maior desafio é se manter entre os melhores – e só se faz isso com dinheiro." ISTO É - *Os investimentos não podem parar*. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/os+investimentos+n%C3%A3o+podem+parar>. Acesso em 19 dez. 2019.

desporto feminino em geral, o desporto olímpico e o paraolímpico[374] carecem de atenção legislativa, para que tenham meios de se manterem ativos e subsistentes.

Muito ao revés de uma segregação do futebol profissional, deveria ser esse utilizado como um instrumento de fixação de um norte, o qual haveria de capitanear a condução de todas as demais modalidades.

Uma medida administrativa que, timidamente, demonstrou preocupação com tais aspectos organizacionais das entidades desportivas resultou na criação do "PROFUT – Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro", cuja premissa fundante poderia ser estendida a todas as demais modalidades.

O PROFUT foi instituído pela Lei nº 13.1551/2015 e intentou promover a gestão transparente, democrática e o equilíbrio financeiro das entidades desportivas, de modo que os clubes que aderissem ao referido Programa, cumprindo com as suas exigências[375], poderiam parcelar seus débitos junto a órgãos governamentais, tais como a Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Banco Central do Brasil.

> Art. 4º Para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no Profut, serão exigidas as seguintes condições:
> I - regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data de publicação desta Lei, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário, na forma da lei;
> II - fixação do período do mandato de seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos em até quatro anos, permitida uma única recondução;
> III - comprovação da existência e autonomia do seu conselho fiscal;
> IV - proibição de antecipação ou comprometimento de receitas referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato, salvo:
> a) o percentual de até 30% (trinta por cento) das receitas referentes ao 1º (primeiro) ano do mandato subsequente; e
> b) em substituição a passivos onerosos, desde que implique redução do nível de endividamento;
> V - redução do déficit, nos seguintes prazos:

---

[374] No âmbito do desporto paraolímpico, a escassez de investimentos ainda é mais acentuada, como destacou o secretário-geral do comitê paraolímpico brasileiro, Andrew Parsons, em entrevista concedida à Agência Brasil: "Hoje, o investimento no esporte paraolímpico ainda é feito por meio do Comitê Paraolímpico Brasileiro e acredito que falte maior envolvimento da iniciativa privada, principalmente no que diz respeito às federações e clubes. Ou seja, se a elite do esporte paraolímpico brasileiro tem uma estrutura razoável, ainda falta muito para a gente se equiparar às grandes potências". JUSBRASIL - *Atletas paraolímpicos pedem mais investimento no esporte e menos discriminação*. Disponível em: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/112060/atletas-paraolimpicos-pedem-mais-investimento-no-esporte-e-menos-discriminacao>. Acesso em: 15 dez. 2019.

[375] BRASIL. LEI Nº 13.155, DE 4 DE AGOSTO DE 2015. *Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol [...]*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13155.htm>. Acesso em: 15 de out. de 2019.

> a) a partir de 1º de janeiro de 2017, para até 10% (dez por cento) de sua receita bruta apurada no ano anterior; e
> b) a partir de 1º de janeiro de 2019, para até 5% (cinco por cento) de sua receita bruta apurada no ano anterior;
> VI - publicação das demonstrações contábeis padronizadas, separadamente, por atividade econômica e por modalidade esportiva, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, após terem sido submetidas a auditoria independente;
> VII - cumprimento dos contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais contratados, referentes a verbas atinentes a salários, de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de contribuições previdenciárias, de pagamento das obrigações contratuais e outras havidas com os atletas e demais funcionários, inclusive direito de imagem, ainda que não guardem relação direta com o salário;
> VIII - previsão, em seu estatuto ou contrato social, do afastamento imediato e inelegibilidade, pelo período de, no mínimo, cinco anos, de dirigente ou administrador que praticar ato de gestão irregular ou temerária;
> IX - demonstração de que os custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas profissionais de futebol não superam 80% (oitenta por cento) da receita bruta anual das atividades do futebol profissional; e
> X - manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino e oferta de ingressos a preços populares, mediante a utilização dos recursos provenientes: [...]

Como se observa da leitura do dispositivo legal acima transcrito, dentre as exigências dispostas pela Lei nº 13.155/2015, para fins de obtenção dos benefícios consagrados em tal diploma legal, destaca-se a exigência de se manter investimentos nas categorias de base, visando à formação de novos e jovens atletas, assim como no futebol feminino.

De um lado, se foi louvável a inédita menção a tais investimentos obrigatórios, os quais tendem a conferir um perfil funcionalizador a tais entidades, de outro, há que se reconhecer as falhas relativas ao generalismo de tal dicção legal. Isto porque, ao nada versar acerca de percentuais e prazos mínimos de duração dos investimentos, fragilizou-se sobremaneira a eficácia da medida, impedindo que, até o momento, resultados de destaque fossem produzidos.

Assim, para garantia da efetividade de tal previsão, haveria de se estabelecer patamares e períodos mínimos de investimentos, de forma que houvesse possibilidade de se constituir uma estrutura permanente e contínua de disputa e de desenvolvimento de tais modalidades.

Ressalte-se que o tema mostra-se por demais atual. Em 2019, o tratamento conferido tanto ao desporto de formação quanto ao futebol feminino foi objeto de amplo debate no Brasil. Primeiro, em decorrência do falecimento de 10 jovens atletas das categorias de base do Clube de Regatas do Flamengo enquanto dormiam, em decorrência de um incêndio ocorrido no contêiner onde estavam alojados. Segundo, em

decorrência da realização da 8ª edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino, ocorrida na França. Durante a competição, variados foram os debates acerca da diversidade de tratamento havida entre o futebol masculino e o feminino, tanto em termos salariais, quanto em termos de condições laborativas[376].

O referido evento futebolístico foi marcado por diversos protestos, dentro e fora de campo, onde torcedores e jogadoras, em coro único, tinham a mesma entonação, qual seja, o reconhecimento de uma igualdade de direitos entre os praticantes de futebol masculino e feminino.

Na final do evento, no momento da premiação, quando o presidente da FIFA – Federação Internacional de Futebol –, Gianni Infantino, preparava-se para promover a entrega das medalhas, o estádio, a uma só voz, ecoou[377]: "EqualPay! EqualPay!"[378].

Em que pese tenham as manifestações dos torcedores se pautado na temática da disparidade econômica, o certo é que a diversidade de tratamentos não se limita a tal seara. A maioria das grandes equipes de futebol masculino do mundo sequer possuem sua correspondência no âmbito feminino, o que inviabiliza inclusive a realização de campeonatos permanentes, por falta de competidores.

O futebol feminino, por conta da sua pouca visibilidade, o que implica em dificuldade na obtenção de patrocinadores, acaba sendo visto e tratado como se fora um verdadeiro peso, do qual as entidades acabam lutando para se desvencilhar, especialmente, em momentos de precariedade financeira.

---

[376] O tema foi objeto de matéria jornalística veiculada no jornal "Estado de São Paulo", a qual destacou que diferença salarial entre homens e mulheres nos grandes clubes pode ser de 100 (cem) vezes, conforme se observa da transcrição efetuada abaixo: "Os gritos por igualdade salarial que marcaram o título dos Estados Unidos na Copa do Mundo de Futebol Feminino têm eco no Brasil. Por aqui, homens também ganham mais do que mulheres. Nos grandes clubes, eles ganham muito mais mesmo. Enquanto a folha de pagamentos dos gigantes de São Paulo gira entre R$ 10 milhões, os gastos com os times femininos ainda são da ordem de R$ 100 mil. É uma diferença de cem vezes. Portanto, brutal. No caso dos times menores, a remuneração das jogadoras oscila e é compatível com a dos homens das Séries B, C e até D do Brasileiro. De acordo com informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho), os salários de mulheres são de R$ 2.556,34. No caso dos homens, R$ 5.577,53. Ou seja: os homens ganham 118% a mais. A amostragem é de dez mil profissionais pesquisados, que foram analisados e consolidados pelo site salario.com.br, especializado em pesquisas de remuneração". GONÇALO JÚNIOR, Catharina. ESTADÃO. Esportes: *Salário da mulher no futebol é o mesmo do homem das Séries C e D*. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,salario-da-mulher-no-futebol-e-o-mesmo-do-homem-das-series-c-e-d,70002942049>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

[377] KESTELMAN, Amanda. GLOBO ESPORTE: COPA DO MUNDO FEMININA*: Fifa enaltece Copa histórica, mas vaias e protestos por pagamentos iguais deixam mensagem final*. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/fifa-enaltece-copa-historica-mas-vaias-e-protestos-por-pagamentos-iguais-deixam-mensagem-final.ghtml>. Acesso em: 15 de out. de 2019.

[378] A tradução correspondente é: Igualdade Salarial! Igualdade Salarial!

A disparidade financeira havida entre o futebol masculino e o feminino mostra-se tão acentuada que, no ano de 2019, o Campeonato Brasileiro Série A1, em virtude da falta de qualquer interessado em seu patrocínio, teve que ser custeado pela CBF – Confederação Brasileira de Futebol –, conforme se restou noticiado no próprio site da entidade esportiva[379]:

> Visando fortalecer o cenário do futebol feminino nacional, a CBF irá arcar com diversos custos do Brasileiro Feminino A-1, aliviando a saúde financeira dos clubes. As equipes irão receber benefícios de ordem financeira como passagens rodoviárias até distâncias de 500 km limitadas a 25 pessoas ou aluguel de ônibus, a critério do clube visitante. Além disso, a entidade será responsável por fornecer as passagens aéreas, para delegações limitadas a 25 pessoas, para distâncias superiores a 500 km. Haverá, ainda, a cobertura das despesas de alimentação e hospedagem, para delegação visitante limitada a 25 pessoas, quando atuar fora da sua cidade-sede. Nas partidas como visitante, cada clube irá receber a ajuda de custo de até R$5.000,00 (cinco mil reais). Já nas partidas realizadas em sua jurisdição, cada clube receberá valores de até R$10.000,00 (dez mil reais) para cobertura das despesas com arbitragem, ambulâncias, gandulas e exame-antidoping.

Chama a atenção o fato de que os valores dos repasses financeiros mostram-se irrisórios se comparados à premiação que a própria entidade pagou aos atletas masculinos pela conquista da Copa América, no mesmo ano de 2019, a qual atingiu a monta de R$ 35 milhões, como noticiou o site "globoesporte.com"[380]:

> A CBF abriu os cofres após a conquista da Copa América. A entidade vai pagar cerca de R$ 35 milhões aos jogadores e integrantes da comissão técnica pelo título do torneio vencido no início do mês. O valor é superior ao que a entidade recebeu de premiação da Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) pela vitória. Os organizadores da competição pagaram US$ 7,5 milhões (pouco mais de R$ 28 milhões) ao campeão. Cada jogador deve receber cerca de R$ 1 milhão. O valor será dividido em cotas diferentes entre os integrantes da comissão técnica e do estafe da Seleção. Até a final no Maracanã, 64 pessoas, incluindo os jogadores, trabalharam na disputa do torneio.

---

[379] ASSESSORIA CBF. *CBF*: Guia do Brasileiro Feminino A-1: tudo sobre a elite do futebol nacional. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-feminino/guia-do-brasileiro-feminino-a1-tudo-sobre-a-elite-do-futebol-nacional>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

[380] RANGEL, SERGIO. Seleção Brasileira: *CBF paga R$ 35 milhões de prêmio para jogadores e comissão técnica por título da Copa América*. Disponível em: https://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/cbf-paga-r-35-milhoes-de-premio-para-jogadores-e-comissao-tecnica-por-titulo-da-copa-america.ghtml. Acesso em: 17 de dezembro de 2019.

Acerca do tema, Sterkenburg e Knoppers[381] frisam que:

> Não interessa qual país e evento são estudados, os resultados consistentemente mostram que os esportes envolvendo mulheres são proporcionalmente mal representados na mídia esportiva e considerados como de menor emoção e de menor dignidade para notícias do que os esportes envolvendo homens.

Assim, mostra-se evidente que o respeito a uma política de gênero no esporte, a qual permita às modalidades femininas expandirem todas as suas potencialidades sociais e econômicas, mostra-se relevante e imprescindível, em termos de atendimento à função social que legitimou o tratamento constitucional que foi conferido, no Brasil, às organizações desportivas.

Desse modo, intencionando os projetos legislativos reestruturar o desporto pátrio, mostra-se necessário que, além das alterações no modelo societário, administrativo e econômico das entidades, consagre-se a obrigatoriedade de tais pessoas jurídicas alocarem percentuais mínimos de seus respectivos faturamentos, visando à manutenção contínua de equipes femininas das modalidades nas quais se pretenda competir.

No mesmo sentido, silenciam-se as proposições legislativas em curso, sobre outro item de evidente feição social no âmbito das pessoas jurídicas de destinação desportiva: a necessidade de investimento permanente na formação de novos atletas.

Acerca do tema, cumpre grifar que a formação de atletas profissionais não se limita à sua formação desportiva propriamente dita, possuindo esta um espectro muito mais amplo. Dessa forma, por se tratarem de jovens, cuja identidade ainda está sendo forjada, têm as entidades desportivas o dever funcionalizador de lapidar as suas respectivas personalidades, concedendo-lhes os devidos encaminhamentos psíquico, educacional e cultural, de forma a habilitá-los à vida em sociedade, seja como desportista de elevada performance, seja como cidadão.

Sob tal concepção, cumpre trazer à baila os ensinamentos de Vitor Marinho[382] acerca do tema:

---

[381] STERKENBURG, J. e KNOPPERS, A. *Dominant discourses about race /ethnicity and gender in sport practice and performance*. International Review for the sociology of Sport. London. v.39, n.3, 2004, p. 303.

[382] MARINHO, Vitor. *O esporte pode tudo*. São Paulo: Cortez, 2010, pag. 23.

> A prática esportiva é muito mais que simples deslocamentos pelo espaço, saltando, nadando e batendo recordes. É produção de cultura em seu sentido mais amplo. É processo de produção de consciência saudável, em que os jovens competem, sim, mas aprendem a jogar com os outros, e não contra os outros. Essa lição é incorporada a seus valores, contrariando máximas sob as quais temos sido educados, do tipo "cada um por si e Deus por todos".

Do ponto de vista educacional e de desenvolvimento, a entidade desportiva deve se preocupar com a formação de seus jovens, os quais não necessariamente se tornarão atletas profissionais, mas poderão e, sobretudo, deverão, tornar-se cidadãos plenos, cientes de sua posição e de sua importância cívica na sociedade, caso experimentem, como se espera, uma correta formação psíquica e intelectual[383].

Contudo, nos dias atuais, como consequência imediata de sua notória precariedade financeira, a maioria dos clubes brasileiros, no que tange às suas respectivas categorias de base, acaba se preocupando, tão somente, em formar, com a maior celeridade possível, atletas que demonstrem elevada aptidão esportiva, visando a sua inserção no mercado, como instrumento de retorno ao investimento realizado.[384]

Quanto ao tema, imperioso faz-se colacionar a lição de Júlio Souza[385], o qual assevera que*:*

> O que notamos é que existe uma tentativa de formar rapidamente o jogador para o mercado de trabalho. Isto faz com que se tente levar os jovens

[383] Acerca do tema, Airton Negrine afirma que: "o jogo estimula o desenvolvimento das capacidades de pensamento e a criatividade infantil; do ponto de vista psicomotor, distingue o jogo como principal fator no desenvolvimento da força, do controle muscular, do equilíbrio e dos sentidos em geral; do ponto de vista da sociabilidade, o jogo é uma atividade que implica relação e comunicação entre os iguais, e isso ajuda a criança a conhecer as pessoas que a rodeiam e a aprender normas de comportamento social; do ponto de vista afetivo, o jogo é uma atividade de treinamento que permite à criança se expressar livremente". NEGRINE, Airton. *Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil: Simbolismo e Jogos*. Porto Alegre: Prodil, 1994, p. 19

[384] No caso do futebol, o Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas Profissionais estabelece que, a partir de 14 (quatorze) anos, é possível o estabelecimento de vínculo de formação entre as entidades desportivas e os jovens atletas. Nesse sentido, o artigo 29 de tal Regulamento preceitua que: Art. 29 - Os clubes formadores que tenham obtido certificado emitido pela CBF poderão registrar contrato de formação desportiva com atletas não profissionais a partir de quatorze (14) anos. § 1º - Solicitada a transferência, o clube formador de origem poderá encaminhar, no prazo de quinze (15) dias,a proposta de contrato de formação desportiva, se menor de 16 anos, ou de primeiro contrato especial de trabalho desportivo profissional a partir de dezesseis (16) anos completos. § 2º - O atleta terá o prazo de quinze (15) dias para manifestar-se, e, caso não o faça dentro desse prazo, presume-se a recusa processando-se, a seguir, a transferência. § 3º - Ocorrendo a transferência o clube formador que tenha obtido certificado emitido pela CBF terá direito à respectiva indenização na forma e hipóteses previstasna legislação desportiva federal, sendo que o pagamento da indenização é condição "sinequa non" para permitir o novo registro do atleta. § 4º - É vedado conceder ao atleta não profissional a transferência temporária. CBF. *Regulamento Nacional de Registro e Transparência*. Disponível em: <https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201503/20150319143412_0.pdf> Acesso em: 11 nov. 2019.

[385]SOUZA, Júlio César C. *A transformação do futebol brasileiro: avanços e recuos na sua modernização e repercuções nas categorias de base*. 2001; 176f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, p. 03.

> jogadores, que são formados nestas categorias, a atingirem precocemente o 'amadurecimento' do estado atlético e da assimilação dos sistemas de jogo, para serem lançados neste mesmo mercado. Com isto, os processos de ensino vão direcionando-se cada vez mais a especializações de funções, automatização de gestos e técnicas esportivas, e incremento de cargas de treinamento físico. Cada vez mais, a metodologia científica subsidia os treinamentos e os jogos dos jovens atletas. Os aspectos de "formação" e aprendizagem dos jovens, raras vezes são levados em consideração.

Por conta do viés econômico que norteia a formação de jovens atletas, os clubes tendem a se preocupar mais com os desenvolvimentos estritamente físico e técnico do jovem, do que com os seus desenvolvimentos de ordem pessoal e educacional. Em síntese, na atualidade nacional, há um manifesto abandono educacional e pedagógico no âmbito das categorias de base dos clubes brasileiros. Tal realidade se apresenta diretamente vinculada à premência financeira que norteia tal ambiente, gerada a partir do permanente estado de pré-insolvência dos clubes nacionais.

A ausência de preocupação dos clubes com a implementação de medidas que escapem à formação desportiva estrita dos atletas em formação apresenta contornos tão profundos que, em muitos casos, acaba por colocar em xeque o próprio respeito à dignidade humanas destes. Nessa linha, não são raras as hipóteses nas quais inexiste sequer um projeto nítido de desenvolvimento de uma infraestrutura de destaque para pernoite desses jovens brasileiros, que são obrigados a permanecerem nas imediações dos centros de treinamento, seja por serem egressos de cidades distantes, o que inviabilizaria o retorno diário aos seus respectivos lares, seja porque não dispõem de recursos para prover as despesas de deslocamentos, mesmo quando residem nas mesmas cidades onde os treinamentos ocorrem.

Mais uma vez, a origem desse sensível problema social permeia a precária situação financeira dos clubes brasileiros, na medida em que a escassez de recursos impede que investimentos essenciais sejam realizados, visando a garantir uma estrutura habitacional digna, confortável e segura para os jovens atletas em formação.

No ano de 2019, o incidente ocorrido no Centro de Treinamento do Clube de Regatas do Flamengo[386], conhecido popularmente como "Ninho do Urubu", culminou

[386] Em que pese já ter transcorrido quase 1(um) ano desde o incidente no Centro de Treinamento do Clube de Regatas do Flamengo (Ninho do Urubu), o Clube de Regatas do Flamengo ainda indenizou todas as famílias dos adolescentes que vieram a óbito na fatídica manhã do dia 02 de fevereiro de 2019. Até o presente momento, a entidade transigiu com 04 (quatro) famílias, subsistindo em regular tramitação ações indenizatórias aforadas pelos familiares dos demais.
Visando a garantir que o Clube arque com as indenizações às famílias dos jovens, o Ministério Público do Trabalho moveu ação, postulando o bloqueio de ativos desta pessoa jurídica, na importância de R$ 100.000.000,00 (cem milhões reais). Todavia, em outubro/2019, o Juiz Titular da 13ª (décima terceira)

na morte prematura de 10 adolescentes, que integravam a equipe de base, na categoria juvenil do referido clube carioca.

O trágico acontecimento, que teve repercussão internacional, trouxe à lume a discussão acerca da precariedade das estruturas dos clubes brasileiros, tanto no que toca ao padrão dos alojamentos, quanto à falta de atenção a atributos essenciais para a adequada formação cívica dos jovens atletas nacionais.

Acerca desse evento, o cerne dos debates situou-se na surpresa quanto às condições de acondicionamento dos atletas em formação do clube, os quais residiam em estruturas provisórias e montadas através da transformação de contêineres em unidades de moradia[387]. Tal constatação mostrou-se emblemática, uma vez que o ano de 2019 acabou coroando, paradoxalmente, essa mesma entidade como um dos paradigmas de gestão a serem seguidos no âmbito do futebol brasileiro. Pois bem, se esse é o padrão de tratamento conferido aos chamados "atletas da base", por parte de uma entidade que é reconhecida como a dotada de um dos melhores patamares de governança dentre aquelas do setor, pode-se imaginar a realidade das acomodações das demais entidades[388] existentes em todo o Brasil.

---

Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, Dr. Ricardo Georges Affonso Miguel, entendeu pela incompetência material da Justiça do Trabalho para analisar a questão, em decorrência da natureza eminentemente indenizatória da causa de pedir, o que resultou no indeferimento da peça inicial. DANTAS, Diogo. O GLOBO – ESPORTES: Clube negocia com parentes individualmente. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/flamengo-ganha-acao-evita-penhora-de-100-milhoes-para-familias-de-vitimas-de-incendio-no-ninho-24032390>. Acesso em: 11 de nov. de 2019.

[387] Acerca do tema, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região emitiu, naquela oportunidade, a seguinte nota oficial: Parte da Nota de Pesar divulgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, após a ocorrência do incidente:"O TRT/RJ ressalta que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro já havia ajuizado ação civil pública, em março de 2015, alertando que as 'precárias condições oferecidas pelo Clube de Regatas do Flamengo a seus atletas são inferiores até mesmo àquelas ofertadas aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade em unidades do Departamento Geral de Ações Educativas (Degase), o que revela o absurdo da situação'. Ainda de acordo com a ação ajuizada, o Comissariado de Justiça da Infância e Juventude realizou reiteradas visitas ao Centro de Treinamento Ninho do Urubu, constatando sinais de irregularidades quanto à habitação, além de grande precariedade no que se refere aos colchões utilizados pelos adolescentes. O documento relatou, ainda, que vários adolescentes permaneceram no Centro de Treinamento sem autorização formal dos pais". TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. *Nota de pesar*. Disponível em: <https://www.trt1.jus.br/ultimas-noticias/-/asset_publisher/IpQvDk7pXBme/content/nota-de-pesar-mortes-no-ct-do-flamengo/21078>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

[388] Evidenciando tratar-se de um problema sistêmico, o jornal "Folha de São Paulo", dando sequência à cobertura da tragédia havida no "Ninho do Urubu", veiculou reportagem, noticiando a ocorrência de irregularidades nos Centros de Treinamentos dos mais diversos clubes integrantes da Série A do Campeonato Brasileiro:"Pelo menos metade dos 20 clubes da Série A do Campeonato Brasileiro têm pendências a serem resolvidas em seus centros de treinamento que alojam meninos das categorias de base, como ausência de alvará emitido pelo Corpo de Bombeiros ou de equipamentos de incêndio. A Prefeitura de Santos disse à Folha que o processo para a obtenção do documento no CT Rei Pelé já foi autorizado, mas que a emissão depende de um auto de vistoria do Corpo de Bombeiros. O Botafogo não possui alvará para o alojamento no estádio de Caio Martins. A Polícia Civil fechou o local nesta quarta-feira (13) por irregularidades. O clube afirma estar tomando providências. A Prefeitura de Salvador disse

Em uma atmosfera de absoluta e extremada crise econômica, os clubes nacionais tendem a dar maior atenção, direcionando quase a integralidade de seus parcos investimentos, à manutenção e ao custeio da equipe principal. Inexiste uma predisposição natural em se canalizar, de forma voluntária, determinado percentual de seus faturamentos anuais ao desenvolvimento das suas estruturas de base[389], visando ao impulsionamento tanto da infraestrutura física, quanto das condições de desenvolvimento dos atletas em fase de formações desportiva e pessoal.

Assim, mais uma vez, possuindo os projetos de lei em tramitação o anseio de promoverem uma robusta reformulação no futebol nacional, através da reestruturação das pessoas jurídicas que militam no setor, a determinação de aplicação obrigatória de um percentual mínimo de suas respectivas receitas anuais, no desenvolvimento de suas respectivas estruturas desportivas de formação de jovens atletas, acaba por apresentar-se como um importante instrumento de garantia de um perfil funcionalizador para tais entidades.

Por fim, ainda em termos de instrumentalização funcionalizadora das pessoas jurídicas desportivas, merece contemplação nos textos em fase de processamento legislativo o fomento dos desportos olímpicos e paraolímpicos.

No Brasil, se o futebol profissional, que concentra a grande atenção do público, da mídia e dos patrocinadores, experimenta as mazelas do estrangulamento monetário,

---

à Folha que o Bahia não possui alvarás de construção e habite-se para os alojamentos da base. A última fiscalização foi feita nesta quinta (14). O clube disse que possui alvarás de funcionamento para realizar as atividades e está em situação regular. [...] A última vistoria nos CT`s de Ceará e Fortaleza foi feita na segunda (11), a pedido do Ministério Público. Faltavam extintores e indicações de rotas de fuga. Nenhum deles tem alvará dos bombeiros, da prefeitura ou projetos aprovados. [...] Cruzeiro, Grêmio e Corinthians são outros clubes com problemas de alvarás em seus alojamentos das categorias de base. O primeiro não possui autorização do poder público e nem o auto de vistoria dos bombeiros─ a direção atual diz que vai resolver o assunto. Já os outros dois estão com as moradias irregulares. [...] A Prefeitura do Rio de Janeiro disse que o Vasco será multado, pois o local tem obras em andamento não licenciadas. [...] O Fluminense já foi autuado pela Secretaria da Fazenda por falta de alvará de licença". SABINO, Alex; GARCIA, Diego. FOLHA DE S. PAULO. ESPORTE: *Com irregularidades, clubes da Série A alojam mais de mil jovens*. Disponível em:: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/02/com-irregularidades-clubes-da-serie-a-alojam-mais-de-mil-jovens.shtml>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

[389] Diante do impasse existente quanto ao valor da verba indenizatória a ser disponibilizada às famílias dos menores falecidos, em 05 de dezembro de 2019, o Juiz da 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca, Arthur Eduardo Magalhães Ferreira, nos autos da Ação Judicial nº 0041139-60.2019.8.19.0001, que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro move em face do Clube de Regatas do Flamengo, concedeu liminar, determinando que o referido clube pague, mensalmente, a importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada família, até que advenha o trânsito em julgado da sentença de mérito a ser prolatada. *Ação Judicial nº 0041139-60.2019.8.19.0001*, da 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca. Rio de Janeiro. Autor: Defensoria Pública do Estado do Rio De Janeiro. Réu: Clube De Regatas do Flamengo. Disponível em: <http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?GEDID=0004D73494E77FBD8BE7A6718C936BE6C8A6C50B4A4B1504>. Acesso em: 16 de dez. de 2019.

os chamados esportes olímpicos[390]e paraolímpicos estão, em regra, abandonados à própria sorte, estando o triunfo desportivo em tais modalidades refém do surgimento de talentos individuais e ocasionais.

Na última década, dois atletas brasileiros se destacaram de forma acentuada em suas respectivas modalidades. Gustavo Kuerten[391], no tênis, e Cesar Cielo[392], na natação, atingiram o ápice do mérito desportivo, sagrando-se, ambos, campeões olímpicos e mundiais, em suas respectivas modalidades. Como seria de se imaginar, durante o período em que tais lendários atletas ocupavam o ápice desportivo, chegaram esses a desfrutar de destaque nas imprensas nacional e internacional, o que manifestou o interesse dos brasileiros, em geral, e, por conseguinte, das mídias e dos patrocinadores.

---

[390] Em entrevista ao jornal "Lance", em 21 de agosto de 2018, o diretor executivo da entidade Confederação Brasileira de Vôlei, Radamés Lattari, pontuou as dificuldades advindas do corte significativo de investimentos após os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro: "O investimento caiu bastante. Com isso, temos que tentar da melhor maneira possível aproveitar os recursos para manter a mesma condição de treinamento e resultados. E não é fácil. A crise do esporte brasileiro vai criar muitas dificuldades." TERRA - *Queda de investimentos põe o futuro do vôlei em xeque e leva CBV a agir*. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/lance/queda-de-investimentos-poe-o-futuro-do-volei-em-xeque-e-leva-cbv-a-agir,fb1256e6576e5d3406e3558d96b974febv829wxn.html>. Acesso em 14 dez. 2019.

[391] Em entrevista datada de 19 de março de 2017, o tenista Gustavo Kuerten resumiu os efeitos nefastos da má versação de recursos na administração do tênis brasileiro: "Já que estamos falando da CBT, como você avalia os 12 anos da gestão de Jorge Lacerda, que deixou a presidência no início do mês?
O que mais prejudicou o tênis nestes 20 anos foram as denúncias de desvio de dinheiro, investigações, questionamentos, as manchetes envolvendo dirigentes. Antes o tênis não aparecia e não tinha suspeita. Começou a aparecer, e veio aqueles escândalos, do Nelson Nastás [afastado da presidência por pressão dos tenistas, após denúncias de irregularidades na gestão]. É imensamente triste ver todos estes questionamentos ao tênis. Claro que tem que esperar pelo desenrolar dos casos. Mas é prejudicial para todo mundo porque é necessário muita sutilidade e muito esforço para manter o tênis brasileiro viável e sustentável. Esse episódio afasta patrocinador, deixa as pessoas ansiosas. Perdemos tempo, dinheiro, esforço e principalmente a confiança, que está tão difícil hoje em dia, ninguém mais confia em nada… Precisaria de alguns anos mais tranquilos para gerar esta confiança aqui no Brasil." BAND B - *Guga lamenta cenário do tênis no Brasil: "Poderíamos ter feito muito melhor"*. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/esporte/geral/guga-lamenta-cenario-do-tenis-no-brasil-poderiamos-ter-feito-muito-melhor/>. Acesso em: 09 dez. 2019.
Na mesma linha, em entrevista para o periódico "Estado de São Paulo", o tenista Gustavo Kuerten reconhece que a ausência de uma política pública para o esporte impediu que o seu sucesso individual deixasse um legado coletivo, de tradição na prática desta modalidade esportiva. ESTADÃO - *Gustavo Kuerten: "Podíamos ter feito melhor"*. Disponível em: https://esportes.estadao.com.br/noticias/tenis,gustavo-kuerten-podiamos-ter-feito-10-mil-vezes-melhor,70001704493>. Acesso em: 11 dez. 2019.

[392] Cesar Cielo, em entrevista concedida ao canal televisivo Sportv, em 27 de julho de 2019, destacou os danos à sua modalidade, advindas de fraudes e eventos de corrupção na gestão da Confederação de Desportos Aquáticos: "Estamos pagando um preço muito caro hoje (pelo "rouba, mas faz" no esporte olímpico brasileiro), são muitas décadas fazendo isso. Hoje a CBDA está praticamente falida, então as sequelas são enormes. Não sei quantos anos eu imagino para uma recuperação ou estabilidade — criticou." SPORTV - *Cesar Cielo despista sobre Tóquio e critica investimento público no esporte olímpico: "Está falido"* Disponível em:<https://sportv.globo.com/site/programas/grande-circulo/noticia/cesar-cielo-despista-sobre-toquio-e-critica-investimento-publico-no-esporte-olimpico-esta-falido.ghtml>. Acesso em:10 dez. 2019.

Ocorre que a ausência de uma estrutura permanente de sustentação do desporto olímpico[393] e paraolímpico fez com que tais efêmeros e isolados triunfos não tivessem qualquer eco na sociedade brasileira, no que se refere ao surgimento de talentos que viessem a dar sequência ao sucesso alcançado por esses dois ícones nacionais.

Tal diagnóstico evidencia que o olimpismo brasileiro está mais atrelado à perseverança e à persistência de talentos individuais, do que à existência de uma política pública para o setor, a qual poderia ser a alavanca necessária e imprescindível para que o país, enfim, viesse a galgar mais espaço no cenário olímpico mundial.

Como visto anteriormente, o desporto brasileiro, assim como ocorre com o desporto europeu, desenvolveu-se no ambiente dos clubes sociais. Por aqui, em regra, os clubes que maior destaque possuem no âmbito futebolístico também são os que apresentam maior destaque na seara dos esportes olímpicos. Trata-se de ações isoladas, as quais atingem modalidades esparsas, que mais têm relação com o histórico dos clubes, do que com uma política nacional de fomento estratégico dos desportos olímpico e paraolímpico como um todo. Mesmo assim, inexiste qualquer garantia quanto à continuidade ou à profundidade de tais projetos[394]. Tal cenário de incertezas e de instabilidades seria minimizado caso os projetos de lei que visam a reestruturar o desporto nacional viessem a contemplar a obrigatoriedade de investimentos mínimos dos clubes em um quantitativo especifico de modalidades olímpicas e paraolímpicas,

---

[393] Em audiência pública ocorrida no dia 4 de setembro de 2019, perante a Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, o ex-nadador e medalhista olímpico Ricardo Padro que, no momento, ocupa a diretoria técnica da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos destacou os efeitos das mazelas recentes na preparação dos atletas da modalidade: "A preparação para 2020 está muito difícil, devido às nossas situações financeira e política. Mas tudo indica que a gente começará o ano com novo presidente e nova diretoria. CÂMARA DOS DEPUTADOS - *Atletismo e natação vivem momentos distintos em preparação para Tóquio 2020, dizem dirigente.* Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/580408-atletismo-e-natacao-vivem-momentos-distintos-em-preparacao-para-toquio-2020-dizem-dirigentes/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

[394] A ausência de fomento financeiro e de patrocínio às outras modalidades desportivas além do futebol acaba ensejando a extinção das equipes. No Voleibol brasileiro, por exemplo, grandes clubes campeões, tais como Sport Club Corinthians Paulista, Associação RJ de Esportes (RJX) e o Botafogo de Futebol e Regatas, em virtude da ausência de recursos financeiros, tiveram que encerrar as atividades, extinguindo as suas respectivas equipes. Essa é uma tônica no desporto olímpico brasileiro, no qual são sazonais os investimentos, inexistindo um projeto, seja público, seja privado, de apoio contínuo e permanente a tais modalidades desportivas. A TARDE UOL - *Em crise financeira, Botafogo encerra time de vôlei e desiste da Superliga*. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/esportes/noticias/2104006-em-crise-financeira-botafogo-encerra-time-de-volei-e-desiste-da-superliga>. Acesso em: 20 dez. 2010. O GLOBO - *Jogadores do RJX, ex-time de vôlei de Eike Batista, brigam na justiça por pagamento.* Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/jogadores-do-rjx-ex-time-de-volei-de-eike-batista-brigam-na-justica-por-pagamento-20871404>. Acesso em: 17 dez. 2019. ESPORTE UOL - *Vôlei: atletas ex-Corinthians denunciam calote; clube nega responsabilidade.* Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2019/08/14/volei-atletas-ex-corinthians-denunciam-calote-clube-nega-responsabilidade.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019.

objetivando dar amplitude e estabilidade ao desporto nacional, nos seus mais amplos sentidos.

Portanto, reconhecendo-se a função social inerente às pessoas jurídicas de destinação esportiva, um projeto de lei que tenha o propósito de promover reformas econômicas e estruturais na organização do desporto não pode negligenciar a formação de base, o desporto feminino e as modalidades olímpicas e paraolímpicas. A forma mais efetiva de se prover segurança, continuidade e previsibilidade a tais facetas vulneráveis do desporto consistir-se-ia no direcionamento de porcentagens específicas dos orçamentos dessas entidades ao custeio de cada uma das categorias esportivas, visando ao desenvolvimento e ao crescimento do desporto nacional como um todo.

### 4.2.3 A evolução da regulação dos mandatos dos dirigentes desportivos: conquistas e inovações

Ainda hoje, algumas entidades desportivas brasileiras são dominadas por determinados grupos políticos que, de forma contínua e ininterrupta, sem uma alternância real de poder, promovem a administração de tais pessoas jurídicas aos seus livres alvedrios, de forma soberana e duradoura.

Por aqui, diversos são os casos recentes de dirigentes que se eternizaram em seus cargos, permanecendo à frente das entidades, por longos períodos, independentemente dos resultados que tenham sido por si performados.[395]

O exemplo por excelência dessa perpetuação diretiva ocorreu com Carlos Arthur Nuzman, ex-jogador de vôlei, que foi eleito presidente do Comitê Olímpico Brasileiro — COB, no ano de 1995, tendo permanecido no posto até 2017, quando

[395] O dirigente Zezé Perrela, do Esporte Clube Cruzeiro, que já exerceu a presidência da entidade no período 1995 a 2002 e 2009 a 2011, exercia a presidência do Conselho deliberativo da entidade, em outubro de 2019, quando foi convidado a ocupar a diretoria do futebol. A matéria jornalística do jornal "O Tempo", que veiculou tal fato, denominou-o como o 'novo antigo' dirigente do Cruzeiro, tamanha a sequência de cargos diretivos de relevo por si ocupados. O TEMPO - *Zezé Perrella está de volta ao futebol do Cruzeiro com saída de Itair*. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/superfc/cruzeiro/zeze-perrella-esta-de-volta-ao-futebol-do-cruzeiro-com-saida-de-itair-1.2247628>. Acesso em: 20 dez. 2019.
O dirigente do Clube de Regatas Botafogo, Carlos Eduardo Batista, exerceu a presidência da entidade no período 2015 a 2018, vindo a assumir a vice-presidência da entidade, no mandato imediatamente subsequente, cargo que cumula com os de grande benemérito e de membro do conselho deliberativo. LANCE - *Ex-presidente, Carlos Eduardo Pereira deixa grupo "Mais Botafogo"*. Disponível em: <https://www.lance.com.br/botafogo/presidente-carlos-eduardo-pereira-deixa-grupo-mais-botafogo.html>. Acesso em 15 dez. 2019.

ofertou sua renúncia, em decorrência de denúncias de corrupção havidas durante o processo de escolha da sede das Olimpíadas de 2016, vencido pelo Rio de Janeiro.

Em suma, o referido mandatário, ficou à frente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB –, a maior organização desportiva do país, por mais de 20 (vinte) anos, contínuos e ininterruptos, como se tal permanência fosse saudável ou justificável, tratando-se de entidade beneficiária de recursos públicos.

Visando a dar contornos mais objetivos e previsíveis à temática da duração dos mandatos, foi editada a lei nº 12.868/2013, a qual inseriu na realidade brasileira a limitação dos mandatos dos dirigentes desportivos por, no máximo, 04 (quatro) anos, podendo ser realizada uma única recondução. Tal dispositivo legal implementou alterações no teor do art. 18 da conhecida "lei Pelé" Lei nº 9.615/1998, o qual passou a deter a seguinte redação:

> Art. 18-A. Sem prejuízo do disposto no art. 18, as entidades sem fins lucrativos componentes do Sistema Nacional do Desporto, referidas no parágrafo único do art. 13, somente poderão receber recursos da administração pública federal direta e indireta caso:
> I - seu presidente ou dirigente máximo tenham o mandato de até 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) única recondução. [396]

Mostra-se elogiável tal iniciativa legislativa, a qual atinge o âmago do grande flagelo que há décadas assola o desporto profissional pátrio. Tratou-se do primeiro grande golpe no espírito de feudalização das entidades desportivas brasileiras, o qual as fazia reféns das diretrizes e comandos das mesmas pessoas e dos mesmos grupos políticos, indefinidamente.

Embora a limitação temporal dos mandatos legislativos, por si só, não tenha o condão de levar a termo tal vício histórico, que contamina a estrutura interna dessas entidades, tratou-se de importantes vitórias legislativa e política, visto que, o passado recente das entidades desportivas nacionais sugere que a permanência dos dirigentes à frente dessas não se atrelava necessariamente à sua expertise gerencial, mas, sobretudo, à firmeza dos laços políticos que garantiam a sua sustentabilidade diretiva.

Um exame dos estatutos sociais dos mais renomados clubes cariocas de destinação desportiva profissional, quais sejam, Clube de Regatas do Flamengo[397], Club

---

[396] BRASIL. LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO. *Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 31 de out. de 2019.

de Regatas Vasco da Gama[398], Botafogo de Futebol e Regatas[399] e Fluminense Football Club[400], demonstra que todos preveem expressamente a limitação temporal 4 (quatro) anos, como máximo, de duração do mandato diretivo de suas respectivas diretorias.

Entretanto, em termos de possibilidades de recondução continuada dos dirigentes aos postos por si só ocupados, as narrativas estatuárias divergem. Isso porque, enquanto o Botafogo de Futebol e Regatas[401] veda qualquer tipo de reeleição para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente, o Clube de Regatas do Flamengo[402] e o Fluminense Football Club[403] consagram expressamente em seus estatutos a possibilidade de uma única recondução de seus dirigentes, os atos constitutivos do Club de Regatas Vasco da Gama[404]nada dispõem acerca da possibilidade de reeleição dos

---

[397] Art. 150. As eleições dos membros dos Poderes do FLAMENGO serão realizadas trienalmente, exceto as do Conselho de Grandes Beneméritos, que serão bienais. CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. Estatuto Social. Disponível em: <https://fla-bucket-s3-us.s3.amazonaws.com/public/arquivos/transparencia /38/156953350609.pdf>. Acesso em 01 de nov. de 2019.

[398] Art. 93º - A Diretoria Administrativa, Poder de execução administrativa do Clube, compõem-se de 17 (dezessete) membros, com mandato de 3 (três) anos, dando-se a posse coletiva na sessão solene a realizar-se na segunda semana da segunda quinzena do mês de janeiro subsequente a Assembléia Geral mencionada no Artigo 58º. Estatuto Social do Club de Regatas Vasco da Gama. CONJUR. *Estatuto Club de Regatas Vasco da Gama*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/estatuto-vasco.pdf>. Acesso em 01 de nov. de 2019.

[399] Art.78 - O Conselho Diretor será composto por um Presidente, que é o Presidente do BOTAFOGO, e pelos Vice-Presidentes. § 1º. O Presidente do BOTAFOGO e o Vice-Presidente Geral serão eleitos dentre os sócios elegíveis (Art. 49, § 6º), em escrutínio secreto, com mandato de 4 (quatro) anos. Estatuto Social do Botafogo de Futebol e Regatas. BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS. *Estatuto* . Disponível em: <https://www.botafogo.com.br/transparencia/arquivos/BOTAFOGO-ESTATUTO-SOCIAL-2017-Gestao -Carlos-Eduardo.pdf>. Acesso em 01 de nov. de 2019.

[400] Art. 48 - O Presidente e o Vice-Presidente Geral, serão Sócios do FLUMINENSE, maiores de 21 (vinte e um) anos, em pleno gozo de seus direitos sociais há mais de 5 (cinco) anos, eleitos pela Assembleia Geral, em escrutínio secreto, para uma legislatura de 3 (três) anos. Apenas uma reeleição será permitida. FLUMINENSE FOOTBALL CLUB. *Estatuto Social*. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/assets-fluminense/institutionals/11/Estatuto_FFC_atualizado_original. pdf?1558450020>. Acesso em 01 de nov. de 2019.

[401] Art. 79 - É vedada a reeleição para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente Geral, para o quadriênio subsequente, sendo inelegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o 2º (segundo) grau ou por adoção. Estatuto Social do Botafogo de Futebol e Regatas. BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS. Disponível em: <https://www.botafogo.com.br/transparencia/arquivos/BOTAFOGO-ESTATUTO-SOCIAL-2017Gestao-Carlos-Eduardo.pdf>. Acesso em: 01 de nov. de 2019.

[402] Art. 69. Os Poderes do Flamengo terão em sua direção um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos na forma prevista no presente Estatuto, permitida, apenas, uma reeleição. CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. *Estatuto Social*. Disponível em: <https://fla-bucket-s3-us.s3.amazonaws.com/public/arquivos/transparencia/38/156953350609.pdf>. Acesso em: 01 de nov. de 2019.

[403] Art. 48 – [...] Apenas uma reeleição será permitida. Estatuto Social do Fluminense Football Club. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/assetsfluminense/institutionals/11/Estatuto_FFC_ atualizado_original.pdf?1558450020>. Acesso em: 01 de nov. de 2019.

[404] Em virtude da ausência de regramento acerca limitação quanto ao número de reeleições, diversos dirigentes têm permanecido à frente do cargo, por longos anos, como é o caso de Antônio Soares Calçada, que ocupou a Presidência do Clube entre os anos de 1983 a 2001. Outro importante dirigente que ficou

seus dirigentes, o que vem permitindo que eles possam concorrer novamente à reeleição e assim permanecer de forma continuada no cargo máximo da entidade, em sentido contrário aos demais clubes cariocas.

Em que pese tal notável avanço legislativo quanto ao controle temporal dos mandatos diretivos, muito espaço ainda existe, em tal campo, para se caminhar. Nessa linha, em que pese a legislação disponha acerca do limite temporal para ocupação do cargo diretivo, tal dispositivo legal é passível de burla, uma vez que não foi contemplada uma vedação explícita para que o dirigente atual, ao término do seu respectivo mandato, assuma outros cargos dotados de elevado nível na administração desportiva da mesma entidade.

Tal vedação diretiva visaria a evitar que tal obrigatória sucessão não se efetive, somente, de forma virtual e ilusória. Isso porque, permitindo-se ao histórico e notório dirigente continuar integrando a estrutura diretiva, mesmo que sob a titularidade de outro cargo, que não o de presidente ou vice-presidente, o espírito renovador da lei estará em permanente estado de risco, haja vista a real possibilidade do mandatário de direito não ser o mandatário de fato no comando da entidade.

Portanto, caso não haja a inclusão da referida vedação na legislação pertinente, a elogiável alteração introduzida no artigo 18, da lei nº 12.868/2013, pode vir a não ter qualquer efeito prático, uma vez que, no formato atual, o antigo mandatário ainda possui meios de, mesmo que de forma indireta, continuar a promover a gestão, influenciando permanentemente a tomada de decisões no âmbito da entidade desportiva.

Não há dúvidas de que, frise-se, a alternância na direção da entidade desportiva mune-se de notável apelo democrático. Desse modo, seria de suma importância a promoção de novas alterações na legislação, visando-se a evitar que antigos mandatários permanecessem indefinidamente na direção das entidades desportivas, através do exercício da titularidade de cargos diretivos de nomenclaturas diversas, nos períodos imediatamente subsequentes ao encerramento de seus respectivos mandatos.

Nessa linha, seria de muito bom tom que as proposições legislativas em fase de tramitação parlamentar promovessem uma explícita alteração na narrativa do artigo 18 da lei nº 12.868/2013, no sentido de se vedar a investidura, em um cargo diretivo

---

por longos anos à frente do Clube carioca foi Eurico Ângelo de Oliveira Miranda, que ocupou o cargo de Presidente da Equipe Cruzmaltina de 2001 a 2008 e depois de 2014 a 2018. CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA. *Presidentes*. Disponível em: <https://www.vasco.com.br/site/conteudo/detalhe/5>. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

desportivo, de alguém que tenha findado, no período imediatamente anterior, um mandato diretivo, cuja recondução já não seja mais possível.

Tratar-se-ia de uma medida protetiva do próprio anseio do legislador, consistente na garantia da alternância diretiva. Tal objetivo jamais seria alcançado, se os mesmos dirigentes ficassem, a todo o tempo, substituindo-se no exercício dos diversos cargos, em um movimento de falsa renovação e alternância diretiva[405].

Ademais, cumpre ainda frisar, acerca do mesmo dispositivo, que as inovações legislativas ainda possuem espaço para maiores incrementos. Isso porque o artigo 18, da lei nº 12.868/2013, mostrou-se por demais específico ao dispor que o cumprimento do limite temporal, de duração dos mandatos estaria vinculado ao recebimento de recursos da administração pública federal direta e indireta:

> Art. 18-A. Sem prejuízo do disposto no art. 18, as entidades sem fins lucrativos componentes do Sistema Nacional do Desporto, referidas no parágrafo único do art. 13, somente poderão receber recursos da administração pública federal direta e indireta caso:
> I - seu presidente ou dirigente máximo tenham o mandato de até 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) única recondução. [406]

Como se observa da narrativa legal, o texto mostra-se manifestamente omisso quanto a eventuais restrições de acesso a recursos advindos das administrações públicas estaduais e municipais.

Assim, uma entidade desportiva que não receba recursos federais, mas que possua convênios estaduais ou municipais, poderia continuar a manter-se submetida à indefinida continuidade diretiva, sem que tal fato viesse a configurar qualquer violação ao dispositivo legal acima transcrito, visto que o mesmo se restringe à administração pública federal direta e indireta.

Ora, tal avanço democrático deve vigorar para todos os entes desportivos que recebam qualquer espécie de suporte público. Não se mostra justificável que tal avanço em termos de governança só alcance aqueles que recebam recursos federais, devendo

---

[405] Ratificando a pertinência de tal preocupação quanto à permanência excessiva dos mesmos dirigentes à frente das instituições desportivas, por excessivo e contínuo espaço de tempo, Márvio Leoncini e Marcia Silva prescrevem que: "administração dos dirigentes tradicionais de clubes e federações de futebol tem sido apontada como a causa mor que faz com que o futebol brasileiro não consiga aproveitar plenamente seu potencial econômico, principalmente nos chamados agentes diretos – clubes e federações". LEONCINI, Márvio P.; SILVA, Marcia T. *Entendendo o futebol como um negócio: um estudo exploratório*. Revista Gestão e Produção. Vol. 12, no. 1, p. 11 a 23, 2005, p. 1´.

[406] BRASIL. LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO. *Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 31 de out. de 2019.

atingir todos que, da mesma forma, experimentem auxílio de natureza pública em geral, seja esta estadual seja municipal.

Isso porque, muitos clubes, além de recursos financeiros propriamente ditos, também podem receber incentivos estaduais e municipais, tais quais a cessão do direito de uso de determinada praça esportiva ou a doação com encargo de determinado bem, para que nele a pessoa jurídica possa edificar benfeitorias, visando à promoção de atividades desportivas típicas.

Portanto, mostra-se salutar que a limitação do lapso temporal de duração dos mandatos dos dirigentes esportivos não se restrinja apenas à acessibilidade a recursos financeiros federais. Deve-se ampliar o espectro público de tal previsão para que o dispositivo legal ora em debate também contemple em seu bojo, como forma de vedação aos mandatos intermináveis, a inaptidão da entidade transgressora ao recebimento de recursos e benefícios, de quaisquer naturezas, advindos de quaisquer dos níveis da administração pública.

Assim, visando a tornar mais clara a amplitude de tal regramento, seria adequada a alteração da dicção atual do artigo 18 da lei 12.868/2013, acrescendo-se ao termo “recurso” a expressão “benefício, vantagem ou recurso”, de forma que não se deixe qualquer margem para dúvidas de que o termo “recurso” não se limita apenas ao aspecto financeiro, mas a qualquer forma de auxílio de natureza pública, que seja concedido às entidades desportivas. Isso porque o suporte público às organizações desportivas profissionais pode, naturalmente, ser efetivado de outras formas, que não a meramente financeira. Assim, como há diversas outras possibilidades relevantes de se auxiliar a prática esportiva, que não somente a concessão direta de recursos públicos financeiros, não se mostra dotada de boa técnica legislativa a utilização de uma terminologia de conotação interpretativa tão restrita, tal qual ocorrido no caso em referência.

Desse modo, em que pese se reconheça o avanço experimentado em relação ao limite temporal dos mandatos dos dirigentes, há variadas questões que ainda carecem de uma maior lapidação legislativa. As mencionadas alterações tenderiam a amplificar o alcance e a efetividade de tão saudável norma disciplinadora do exercício do poder, no âmbito das organizações desportivas, o que deveria ser levado a efeito, no bojo das alterações legislativas ora em curso, por serem medidas que convergem para o espírito reformador e reestruturante dos projetos de lei em curso legislativo.

# CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objeto o exame da histórica dificuldade gerencial e financeira de grande parte das pessoas jurídicas destinadas à competição esportiva profissional e a relação havida entre o modelo jurídico de constituição e operação de tais entidades e a crise sistêmica que as aflige.

Visando a delinear os limites objetivos da análise científica proposta, promoveu-se o crivo acerca das nuances atreladas ao tratamento constitucional conferido ao desporto brasileiro, o qual primou pelo regramento da questão desportiva nos seus mais diversos aspectos.

O simples exame da literalidade do artigo 217 da Carta da República, que se dedica ao tema, teve o condão de evidenciar o quão complexo e profundo apresentou-se o trato da questão. Assim, como visto, o Texto Maior contemplou como dever inarredável do Estado a satisfação dos seguintes propósitos: garantir a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; promover a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desenvolvimento do desporto de alto rendimento; manter o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; viabilizar a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Em suma, restaram abrangidas por tal regramento todos os aspectos da atividade desportiva, as quais passaram a ser consideradas como deveres do Estado, no que tange ao desenvolvimento de políticas e iniciativas públicas próprias e específicas.

A presente tese limitou-se ao exame das vicissitudes afetas às organizações desportivas profissionais. Para tanto, mostrou-se relevante a análise do real alcance do teor do inciso I, do Art. 217 da Carta Magna, o qual acabou contribuindo, de forma indireta, para o advento e a manutenção da precária realidade desportiva brasileira, no que se refere ao desporto profissional.

Não há dúvidas de que a inédita concessão de autonomia às entidades desportivas, em sede constitucional, materializou-se em robusto avanço protetivo. Tal regramento visou evitar a reedição dos variados episódios históricos, nos quais as estruturas desportivas nacionais foram objeto de intervenções políticas, por parte das

forças do Poder, buscando fazer destas, meros instrumentos de obtenção da simpatia popular, em favor dos grupos políticos dominantes.

Contudo, como restou evidenciado, muito ao revés do que foi inicialmente concebido e planejado pelo constituinte, na verdade, a garantia de autonomia constitutiva e funcional conferida às organizações desportivas acabou por gerar um efeito reflexo, muito distante daquele originalmente pretendido. Na prática, a autonomia conferida a tais entes acabou precipitando o seu isolamento, o que contribuiu, decisivamente, para que as estruturas desportivas profissionais atingissem os níveis atuais, nos quais, salvo raras exceções, impera o amadorismo nas gestões, a carência de transparência administrativa, a precariedade financeira, entre outras mazelas que, definitivamente, afastam tais instituições dos anseios sociais que motivaram as suas respectivas criações.

Visando apurar as causas de tais fenômenos, o início da reflexão acerca do objeto de pesquisa perpassou, obrigatoriamente, por um elemento marcante que se mostra presente e adaptado à expressiva maioria das pessoas jurídicas de destinação esportiva, no Brasil, a opção pelo regime associativo, como veículo de constituição jurídica.

Nessa seara, destacou-se o enorme distanciamento existente entre a versão atual das grandes corporações desportivas, em relação aos conceitos e anseios que motivaram as suas respectivas constituições, há mais de um século. As gigantescas corporações desportivas foram criadas, em regra, há dezenas de décadas, pela reunião de algumas dezenas de pessoas, que detinham os mesmos propósitos em termos esportivos. Assim, promoveu-se a aglutinação contínua e institucional dessas, sob o formato de associações, visando à disputa desportiva propriamente dita, sem qualquer conotação financeira.

O mérito desportivo advindo do triunfo nas competições se materializava no único e exclusivo propósito dessa constituição jurídica. Todavia, passado tanto tempo, esse não é mais o perfil de tais entidades, que cresceram, desenvolveram-se e acabaram sofrendo robusta alteração em suas respectivas essências.

Como foi exposto, no momento em que grandes conglomerados de comunicação procedem à aquisição de direitos de televisionamento das competições, custeando valores de elevada monta; no momento em que grandes redes industriais e comerciais celebram robustos contratos de patrocínio com as organizações desportivas, visando a

atrelar a estas sua imagem e seus produtos; no momento em que salários milionários são pagos a talentosos atletas; no momento em que estádios e ginásios são construídos ou reformados, visando a receber mais e melhor os torcedores, é sinal de que todos os protagonistas de tal rede de interesses vislumbram objetivos claros, todos de natureza patrimonial: a satisfação do lucro, o crescimento de seus negócios, a consolidação de suas marcas.

Nesse sentido, a primeira análise acerca do tema repousou em um necessário diagnóstico quanto a uma eventual relação de causa e efeito entre a opção constitutiva pelo formato de associação e as precariedades financeira, administrativa e institucional experimentadas pela maioria de tais entidades. Nessa linha, pode-se citar, a título meramente exemplificativo, uma gama de fatores que minimizam as possibilidades de satisfação dos anseios esportivos de alta performance, em um ambiente jurídico como esse.

Neste sentido, pontuou-se que a mera organização da entidade desportiva em um formato associativo já impede a perseguição e a realização de lucro como fim precípuo da atividade desempenhada. Tal fato, por si só, já não se mostra coadunável com o ambiente manifestamente capitalista e financeiro, no qual se situam tais instituições nos dias atuais.

Na mesma toada, foi destacado que em decorrência das restrições remuneratórias típicas das associações, as gestões das entidades são, em regra, exercidas por dirigentes amadores, cuja dedicação aos interesses das entidades se dá de forma parcial, ou seja, a atuação se efetiva sob o regime não exclusivo. Sob tal perfil diretivo, frisou-se, que os impulsos administrativos pautam-se muito mais pela satisfação das paixões e dos interesses pessoais dos administradores. Assim, foi pontuado que tais elementos tenderiam a inexistir, em um ambiente guarnecido por gestores profissionais, os quais, em regra, primam com maior ênfase pelo necessário suporte técnico para os atos decisórios, contribuindo decisivamente para a elevação do padrão de administração empreendido.

Na mesma linha, destacou-se a ausência, no formato associativo, de uma sistemática mais restritiva quanto a travas de controle gerenciais, o que inviabiliza o desenvolvimento de um ambiente de austeridade e de responsabilidade administrativo-financeira. Assim, concluiu-se que a carência de válvulas de controle, aliada a uma gestão emocional e pautada por necessidades desportivas imediatas e casuístas, acaba

por muito contribuir para que as organizações desportivas profissionais experimentem o crítico estado de colapso que ora vivenciam no Brasil.

A atuação conjunta e simultânea de tais elementos negativos culminou na imersão de tais entidades em um ambiente de manifesto desvio de finalidade, impedindo-as de atender aos preceitos funcionalizadores que justificaram o assento constitucional que lhes foi conferido.

Materializou-se, por conseguinte, o antagonismo de propósitos entre o perfil histórico e o perfil atual das entidades desportivas brasileiras em um marco inicial e relevante para os fins do presente estudo. Isso porque, como o modelo associativo não foi concebido, na sua essência, para albergar estruturas com elevados pesos e focos financeiros, não possuem as associações, em sua feição original, mecanismos típicos de controle, gestão e transparência que auxiliem e promovam um ambiente de maiores eficiências administrativa e financeira.

Não se tratou, como foi frisado em diversas oportunidades, de uma crítica ao modelo associativo em si. Muito ao revés, está mais do que provada a sua aptidão e a sua absoluta adequação, no que tange à concessão da correta formatação jurídica para as entidades que se destinam a seus fins. Contudo, o que pode ser colocado em xeque, nos dias atuais, é a compatibilidade entre o perfil moderno das entidades de grande porte destinadas ao desporto profissional e o modelo associativo.

Nesse ponto, residiram dois importantes traços deste estudo. Primeiro, a indagação acerca de uma eventual aptidão ou não do modelo associativo, para se atender a todas as demandas institucionais desses grandes conglomerados desportivos. Segundo, a existência de um eventual interesse público no trato desse tema, que justifique uma atenção estatal específica, haja vista se tratar de pessoas jurídicas de direito privado.

Quanto ao primeiro item, procedeu-se à identificação de uma desconexão, filosófica e conceitual, entre o grande e contínuo fluxo financeiro e a figura das associações. Como foi frisado,em decorrência de tal fato, acabam estas por não serem aparelhadas com as ferramentas necessárias à garantia da transparência e do controle de tais movimentos de natureza econômica, por não serem estes elementos umbilicalmente afetos à sua essência.

As associações não visam à produção do lucro, não têm a meta financeira como um valor precípuo a ser conquistado como consequência natural e obrigatória das atividades por si desempenhadas. Dessa forma, não possuem aquelas os mesmos

instrumentos de promoção da eficiência administrativo-financeira que guarnecem as sociedades anônimas, por exemplo, as quais foram concebidas com esse propósito específico, o qual lhes é íntimo e indissociável.

Assim, como narrado, não se buscou ao longo desta pesquisa elencar qualquer falha ou vício no modelo associativo como elemento justificativo da condição atual de grande parte dos protagonistas do setor desportivo brasileiro. Muito ao revés, sustentou-se que o regime das associações se mostra absolutamente adequado aos fins por si perseguidos. Na verdade, o que existe em relação às grandes corporações desportivas é que estas, ao longo das décadas, foram submetidas a fortes transformações estruturais e vocacionais. Tais modificações na essência dessas instituições acabaram por as aproximarem dos expedientes de natureza financeira, os quais simplesmente inexistiam quando de seus respectivos surgimentos.

Dessa forma, como reflexo de um movimento natural, as profundas alterações na essência dessas pessoas jurídicas deveriam implicar em modificações robustas em suas estruturas jurídicas. Contudo, no caso desportivo profissional, o formato associativo que acolheu as lúdicas entidades concebidas para promoção e disputa de competições, em busca de troféus e medalhas, é o mesmo que alberga as grandes corporações desportivas de hoje, as quais visam a premiações e receitas milionárias, em decorrência das disputas desportivas por si protagonizadas.

Não se trata, por conseguinte, de uma deficiência do modelo associativo, mas de uma inaptidão entre tal sistema e a realidade de tais estruturas, as quais apresentam demandas que as associações não conseguem atender, não por uma falha em si, mas porque não foram concebidas para tanto.

Para que não restassem dúvidas acerca do real propósito desta tese, deixou-se claro, em mais de uma oportunidade, a firme convicção de que as associações podem empreender atividades econômicas e podem empreender, inclusive, atividades econômicas de elevada monta. Assim, não é somente o volume financeiro das contratações que credencia a identificação de uma incompatibilidade atual entre a formatação constitutiva de tais pessoas jurídicas e a sua realidade atual, mas, sobretudo, uma nítida alteração em seus propósitos sociais.

Definitivamente, não se experimenta mais o cenário que se vivenciava anteriormente, no qual o desiderato nítido dessas instituições era a promoção de práticas esportivas em sua acepção mais pura e romântica, através do desenvolvimento amador, lúdico e eventual de determinadas modalidades esportivas. No cenário atual, o desporto

deixou de ser um fim em si mesmo, passando a ser um instrumento, um meio de acesso a receitas milionárias, por parte de pessoas jurídicas que se preparam, cada vez mais, para alcançar resultados desportivos mais expressivos e, em via de conseqüência, atingir maiores resultados financeiros.

Há uma nítida alteração de propósitos, o que evidencia um descompasso entre o modelo associativo e o real objetivo perseguido, nos dias atuais, por tais pessoas jurídicas. Atualmente, muito mais do que o simbólico ato de levantamento de um troféu, o êxito final em um campeonato profissional repercute, financeiramente, seja em termos de prêmios milionários, os quais são fornecidos de forma decrescente entre os participantes, segundo suas respectivas colocações finais na disputa; seja em termos de cotas, maiores ou menores, de patrocínios, de acordo com as performances auferidas; seja em termos de incremento do quantitativo de fãs e seguidores, os quais consomem produtos oficiais daquelas entidades, cujo crescimento está diretamente relacionado à sequência de triunfos obtidos.

Feito tal diagnóstico, mostrou-se necessária a identificação do interesse público existente na regulação do setor, visando à equalização de tais celeumas. As entidades desportivas modernas se notabilizam pelos variados e vultosos débitos, dentre os quais, merecem destaque, os de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal, o que desperta uma clara atenção coletiva quanto à situação financeira dessas e o seu necessário soerguimento.

Por tais fundamentos, como narrado, não há como se cogitar que as sequelas externas de uma gestão temerária dos interesses das pessoas jurídicas de destinação desportiva, cujos efeitos ultrapassam os seus limites pessoais, não despertem o interesse público.

Assim, uma vez tendo sido identificada a existência de real e efetivo interesse público no trato da questão, passou-se ao exame das alternativas jurídicas de constituição e operação de entidades de tal natureza e de tal calibre.

Nesse sentido, estabeleceu-se que, em decorrência da natureza lucrativa das sociedades, especialmente, no caso das sociedades anônimas, possuem essas travas de controle gerencial e instrumentos de responsabilização dos seus administradores, os quais simplesmente inexistem no campo das associações. Tal distinção quanto ao formato estrutural dessas entidades privadas, deve-se, exatamente, pela existência de um objetivo financeiro precípuo nas sociedades, o que não ocorre nas associações. Nestas últimas, como visto, o interesse monetário está, obrigatoriamente, subjugado a outro, o

qual se apresenta como fundamento maior e o qual motivou a constituição e o funcionamento daquela pessoa jurídica de natureza não econômica.

Findado tal relevante marco teórico, destacou-se que a primeira grande distorção havida na utilização do modelo associativo, para fins de constituição jurídica de grandes corporações, as quais possuem o proveito financeiro como real e efetivo motor do exercício de seu objeto social, reside no patamar responsabilizatório de seus administradores. Nessa seara, como visto, o padrão de responsabilidade pessoal mostra-se bem aquém daquele legalmente estatuído para os administradores das sociedades, sejam estas simples sejam anônimas.

Na medida em que o objetivo precípuo das associações mostra-se, em regra, despido de uma relação financeira mais próxima, o legislador pátrio acabou não se atendo à regulação mais exaustiva quanto ao nível de responsabilidade dos gestores dessas entidades. Fatalmente, entendeu o legislador estar diante de uma hipótese de menor potencial lesivo, pelo menos, no que se refere à geração de danos patrimoniais contra si causados, em decorrência da natureza não lucrativa de tais entidades.

Obviamente que tal premissa não se materializa em um salvo conduto responsabilizatório outorgado ao seu administrador, que será sempre responsável pela reparação dos danos que, de forma culposa ou dolosa, venha a dar causa, como bem preceitua a regra geral do art. 186 do Código Civil.

Quanto ao tema, acresceu-se ainda que o espírito do legislador foi de tal forma suave, que o art. 46, inciso V, do Código Civil, estabelece, ainda em sede responsabilizatória, que caberá ao estatuto social, de cada umas associações, definir se os membros e administradores responderão ou não, de maneira subsidiária, pelas obrigações assumidas em nome da entidade.

Sob outro e diverso prisma, foi situado o padrão responsabilizatório dos administradores das sociedades empresárias reguladas pelo Código Civil, os quais responderão solidariamente perante a sociedade e a terceiros, quando por culpa ou dolo, no desempenho de suas funções e atividades, causarem qualquer tipo de dano àqueles. O rigor em tal seara foi de tal forma mais elevado que aquele vigente no âmbito associativo, que havendo dois ou mais administradores na sociedade, um ou alguns destes só não serão responsabilizados pelos atos ilícitos praticados pelos outros administradores, ser for claramente comprovada a sua não participação no evento que deu causa ao dano cuja reparação se busca.

Assim, de forma conclusiva, pode-se asseverar que o administrador de uma sociedade empresária acaba por possuir, no regime do Código Civil, um peso responsabilizatório mais elevado do que aquele dirigido aos gestores das associações.

A diversidade de tratamentos entre os dois regimes ficou ainda mais evidente, ao se analisar o sistema de responsabilidade dos administradores, na seara das sociedades anônimas, na qual os gestores serão obrigados a reparar os danos a que tenham dado causa quando agir com culpa ou dolo, quando seus atos violarem a lei ou o estatuto da sociedade e quando deixar de observar e fiscalizar o que estiver sendo implementado por terceiros, que também possuam poderes de administração.

Desse modo, resta comprovada a dualidade plena de tratamentos, quanto à responsabilidade dos administradores, seja no âmbito das associações, seja na esfera das sociedades, o que se justificou, como explicitado anteriormente, pelo fim lucrativo precípuo dessas entidades, o que as impinge a dotarem-se de travas de controle e reparação mais eficazes, em detrimento daquelas outras, que não se prestam a tal desiderato.

O segundo item distintivo entre os sistemas empresarial e associativo, que profundas consequências geraram para os fins deste estudo, materializou-se na política remuneratória dos gestores, em ambos os regimes.

Isso porque, como narrado, inicialmente, para que as associações civis desfrutassem de imunidades tributárias, fazia-se imprescindível que seus administradores atuassem graciosamente, não experimentando qualquer vantagem financeira, como contraprestação ao mister por esses exercido. Posteriormente, com a edição da lei nº 12.868/2013, possibilitou-se a remuneração de dirigentes estatutários de entidades sem fins lucrativos, sem prejuízo da manutenção dos benefícios de isenção e/ou imunidade tributária e previdenciária vigentes. A partir do advento de tal diploma legal, contemplou-se a expressa possibilidade de remuneração dos dirigentes não estatutários, desde que possuíssem esses, vínculo empregatício com a entidade, bem como dos dirigentes não estatutários, desde que respeitado, no caso desses últimos, o teto máximo remuneratório de até 70% (setenta por cento) da remuneração dos servidores públicos do Executivo Federal.

Assim, no que tange à realidade remuneratória das entidades desportivas de maior expressão no Brasil, frisou-se que estas se dividem em dois grupos, no que se refere à política remuneratória de seus dirigentes: aqueles que admitem a remuneração,

atendidos os limites estatuídos na legislação e aqueles que continuam despidos de qualquer flexibilidade remuneratória em relação a seus administradores.

Em ambos os casos, os critérios mostraram-se absolutamente destoantes da realidade financeira dos negócios jurídicos celebrados por tais entidades, bem como da nítida feição econômica de suas atividades atuais. Ora, se o modelo com remuneração limitada já se mostra impróprio para o nível de profissionalismo e de dedicação que se espera de um administrador de quaisquer das grandes pessoas jurídicas destinadas à competição ou à organização desportiva no Brasil, quiçá, o modelo não remuneratório, o qual se materializa em uma herança do perfil romântico e lúdico do triunfo esportivo, que marcou a fundação de tais entidades e, definitivamente, já não mais existe, pelo menos, como razão última de sua existência.

Como narrado, as entidades em referência celebram contratos milionários, das mais diversas naturezas, perseguem nitidamente o lucro em suas atividades próprias, de modo que haveria de se supor que seus atos negociais fossem manejados por administradores profissionais, experimentados, capacitados, dispostos a dedicar seu tempo, sua energia e seu saber em prol daquela entidade desportiva. Em contrapartida, seria conferida a tais protagonistas uma legitima remuneração, orçada em valores de mercado, sem qualquer dirigismo legislativo, como contrapartida ao mister por si exercitado.

Pensar de forma diversa é subverter e negligenciar o foco, as aspirações e as ambições atuais de tais entidades, as quais perseguem o lucro, a realização e o acúmulo financeiro, sendo latente o intrínseco fim financeiro.

Nesse sentido, por todos esses fundamentos, o modelo societário se mostrou mais adequado à formatação jurídica da realidade atual das entidades destinadas à prática e à competição desportiva em nosso país.

Assim, pode-se caminhar para a conclusão de que a aplicação direta de alguns caracteres marcantes do modelo associativo à realidade administrativa e financeira de pessoas jurídicas que se apresentam dotadas de clara feição empresarial,acaba por contribuir decisivamente para a derrocada do setor. Nessa linha, a maior flexibilidade responsabilizatória dos gestores aliada à ausência de rigor quanto ao profissionalismo na gestão, bem como a inexistência de travas mais contundentes de controle e de transparência gerencial, as quais permeiam um modelo jurídico que não foi concebido para instrumentalizar, como foco de atuação, a conquista e o manejo de cifras milionárias, colocam em xeque a performance econômica e financeira de instituições

que, com o passar do tempo, abandonaram, por completo, o espírito meramente competitivo e romântico que marcou as suas respectivas fundações.

Não bastasse a clareza de tais fundamentos, como foi evidenciado, a mera abertura legal quanto à possibilidade de alteração de regime, por si só, não foi suficiente para impulsionar a migração jurídica de qualquer entidade jurídica de relevo do setor para o sistema empresarial. Convicto da necessidade de promover a reversão desse quadro, pontuou-se que o legislador ordinário continua a dedicar-se à criação de mecanismos que, de alguma forma, contribuam para essa necessária e indispensável travessia. Assim, destacou-se que, atualmente, encontram-se em tramitação parlamentar quatro projetos de leis que buscam, cada um à sua maneira, equacionar os problemas financeiros e administrativos dos clubes brasileiros.

A despeito das particularidades inerentes a cada texto, o grande ponto de interseção entre todos esses, reside, exatamente, na desvinculação das entidades desportivas do formato associativo, cujas especificidades são identificadas, em todas as proposições legislativas, como inconciliáveis com o patamar e os anseios atuais daquelas pessoas jurídicas.

Tal unidade de convicção propositiva advém, como narado, da nítida desconexão atualmente havida entre os reais e atuais propósitos lucrativos de tais pessoas jurídicas e a sua permanência constitutiva sob um formato jurídico que não se compatibiliza com tal desiderato.

Contudo, como foi exposto, a mera conversão jurídica das entidades do setor, por si só, não terá o condão de precipitar o soerguimento econômico-financeiro e a consequente funcionalização dessas, através do atendimento a todos os anseios sociais que motivaram o tratamento constitucional que lhes foi conferido. Assim, mostra-se necessária a adoção de medidas complementares que hão de contribuir para satisfação de tais nobres e alcançáveis objetivos.

O primeiro dos incrementos que são possíveis de serem apropriados pela nova legislação é o chamado “fair play” financeiro, que consiste no conjunto de medidas e regras que auxiliam no controle das finanças das entidades desportivas, contribuindo e elevando o nível de transparência pretendido pelos projetos de lei em tramitação.

Com a aplicação, por aqui, do “fair-play” financeiro, como ocorreu na UEFA – União Européia de Futebol ─, as pessoas jurídicas destinadas à prática desportiva tenderiam a ser submetidas a fiscalizações financeira, jurídica e contábil permanente, visando a compeli-las a promoverem continuamente o equilíbrio econômico, sob pena

de experimentarem pesadas penalidades institucionais. Tal expediente, fatalmente, muito contribuiria para a elevação do padrão qualitativo de gestão no âmbito das organizações desportivas brasileiras.

Da mesma forma, os textos legislativos em fase de tramitação parlamentar deveriam se ater, de forma mais incisiva, ao estabelecimento de regras que viabilizem o financiamento e o investimento na formação dos atletas de base, no desenvolvimento do desporto feminino e no suporte aos atletas olímpicos e paralímpicos. Isso porque, se o foco de tais proposições é a reestruturação do desporto pátrio, mostra-se necessário que, além das alterações no modelo societário, administrativo e econômico das entidades, consagre-se a obrigatoriedade de tais pessoas jurídicas alocarem percentuais mínimos de seus respectivos faturamentos, visando à manutenção contínua de setores desportivos dotados de elevada dose de vulnerabilidade, de um lado, e de sentido e responsabilidade social, de outro.

Tal medida tenderia a contribuir para um dilatamento sensível do perfil funcionalizador de entidades que possuem o sentido e o transbordo social em suas essências.

Ainda em termos de contribuição legislativa para o desenvolvimento do setor, sugeriu-se um pequeno, mas providencial, ajuste na política de controle dos mandatos dos gestores desportivos. Em que pese tenha se reconhecido o avanço legislativo quanto ao estabelecimento de um limite temporal dos mandatos diretivos, ainda existe espaço, em tal campo, para se caminhar. Nessa linha, em que pese a legislação disponha acerca de um prazo máximo para ocupação do cargo diretivo, tal regramento é passível de burla, uma vez que não foi contemplada uma vedação explícita para que o dirigente atual, ao término do seu respectivo mandato, assuma outros cargos dotados de elevado nível na administração desportiva da mesma entidade.

Tal vedação diretiva visaria a evitar que tal obrigatória sucessão se efetive à plenitude, afastando-se a possibilidade de um dirigente vir a alternar, de forma contínua e ininterrupta, diversos e irmanados cargos de elevada direção.

Por fim, ainda quanto ao tema, destacou-se que seria oportuno que a limitação do lapso temporal de duração dos mandatos dos dirigentes esportivos não fosse eleita apenas como requisito habilitador dos entes desportivos à acessibilidade a recursos financeiros federais. Na verdade, para que tal regra fosse plenamente efetiva, como foi grifado, impõe-se a ampliação do espectro público a si atrelado, de modo que também se reconheça como forma de vedação aos mandatos intermináveis a inaptidão da

entidade transgressora ao recebimento de recursos e benefícios, de quaisquer naturezas, advindos de quaisquer dos níveis da administração pública.

Assim, visando tornar mais clara a amplitude de tal regramento, seria adequada a alteração da dicção atual do artigo 18 da lei 12.868/2013, acrescendo-se ao termo "recurso", a expressão "benefício, vantagem ou recurso", de forma que não se deixe qualquer margem para dúvidas de que o termo "recurso" não se limita apenas ao aspecto financeiro, mas a qualquer forma de auxílio de natureza pública, que seja concedido às entidades desportivas.

Dessa forma, buscou esse estudo evidenciar os efeitos claros da desconexão havida entre o modelo associativo e o perfil atual das entidades desportivas profissionais de grande porte, tendo-se destacado as respostas legislativas já ofertadas e aquelas que ainda estão em fase de formatação parlamentar, assim como as lacunas que ainda continuam pendentes de satisfação, mesmo no âmbito das proposições em curso.

Ciente da amplitude e da profundidade de um tema ainda sem solução legislativa definitiva no Brasil, buscou-se examinar o passado, o presente e, minimamente, contribuir para o futuro de um setor que se tornou, ao longo dos anos, a grande paixão nacional.

**REFERÊNCIAS**

ABEL ABELLÁN, J. L. y VELADO CASAR, P., *Regulación legal em España de las Sociedades Anónimas Deportivas*. Revista Derecho y Deporte. Disponível em: <http:/www.derechoyporte.com/contenidos/regl.sad.htm>. Acesso em: 08 de set. de 2019.

ABREU, Jorge Manuel Coutinho. *Da empresarialidade (as empresas no direito)*. 1. ed. Coimbra: Almedina, 1996.

ACERVO O GLOBO. *João Saldanha sai após 'peitar' Médici e não convocar Dario para Copa de 70.* 2014. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/joao-saldanha-sai-apos-peitar-medici-nao-convocar-dario-para-copa-de-70-11811737>. Acesso em: 9 dez. 2019.

ADAMEK, Marcelo Vieira Von. *Responsabilidade civil dos administradores de S/A e as ações correlatas*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

AIDAR, Carlos Miguel Castex. *Direito desportivo*. 1. ed. Campinas: Editora Jurídica, Mizuno, 2000.

ALVES, Giovani Ribeiro Rodrigues; DE ARAÚJO, José Antônio Gomes. Aplicação dos princípios da livre iniciativa e da legalidade na interpretação da organização associativa. *Revista de Direito Público.* Londrina, v. 1, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2013.

AMARAL, Francisco. *Direito Civil – Introdução*. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ANTUNES, A. Contributo para Historia do Dirigente Desportivo Açoriano – O Dirigente Desportivo da Ilha Terceira em 1996. Dissertação (Mestre em Ciências do Desporto, FMH). Lisboa, 1996.

ARAÚJO, Alexandre; BERNARDO, Gentile; et. al. *UOL ESPORTE*. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2019/11/23/flamengo-x-river-na-globo-supera-audiencia-das-4-ultimas-finais-de-copa.htm/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ARAÚJO, José Antônio Gomes de. Aplicação dos Princípios da Livre Iniciativa e da Legalidade na Interpretação da Organização Associativa. *Revista do Direito Público.*, Londrina, v. 8, n. 1, p. 62, jan./abr. 2013.

ARAUJO, José Renato. *Imigração e Futebol – o Caso Palestra Itália***.** . São Paulo: Editora Sumará, 2000.

ARAUJO, Luiz Alberto David. *Curso de direito constitucional*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ASCARELLI, Tullio. *Panorama do Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva & Livraria Acadêmica, 1947.

ASSESSORIA CBF. *CBF*: *CBF e clubes definem modelo de fair play financeiro para 2020*. 2019. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/cbf-e-clubes-definem-modelo-de-fair-play-financeiro-para-2020>. Acesso em: 10 out. de 2019.

ASSESSORIA CBF. *CBF: Confira os documentos técnicos do Brasileiro Série A de 2019*. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-serie-a/confira-os-documentos-tecnicos-do-brasileiro-serie-a>. Acesso em: 07 de ago. de 2019.

ASSESSORIA CBF. *CBF*: Guia do Brasileiro Feminino A-1: tudo sobre a elite do futebol nacional. 2019. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-feminino/guia-do-brasileiro-feminino-a1-tudo-sobre-a-elite-do-futebol-nacional>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ATHLETICO. *Nasce o Athletico Paranaense*. https://www.athletico.com.br/historia/nasce-o-atletico-paranaense/#1>. Acesso em: 03 dez. 2019.

AVAI. *Estatuto registrado.* Disponível em: <http://www.avai.com.br/novo/wp-content/uploads/2014/08/Estatuto-registrado-2016.pdf.> Acesso em: 20 de ago. de 2019.

AZAMBUJA, Antônio Carlos de. *Clube-Empresa: preconceitos, conceitos e preceitos (o 1001º gol)*. 1.ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2000.

AZEVEDO, Álvaro Villaça; NICOLAU, Gustavo Rene. *Código Civil Comentado: das pessoas e dos bens: artigos 1 a 103*. 1 .ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARBANTI, Valdir Jorge. *Dicionário de educação física e esporte*. 3. ed. São Paulo: Manole, 2003.

BARCINSKI, André. *FOLHA DE S. PAULO: ESPORTE*. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/11/dominio-do-flamengo-e-o-comeco-do-fim-do-futebol-brasileiro.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BARROSO, Luís Roberto. A Ordem Econômica Constitucional e os Limites à Atuação Estatal no Controle de Preços. Revista de direito administrativo. Rio de Janeiro, n. 226. p. 187-212. out./dez. 2001.

_____. *Temas de Direito* Constitucional (tomo II). 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

BATISTA, Daniel. *ESTADÃO ESPORTES*. 2019. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,valores-da-premiacao-do-brasileirao-2019,70003115111>. Acesso em: 2 dez. 2019.

BATISTA, Daniele Costa et al. Atividade física e gestação: saúde da gestante não atleta e crescimento fetal. *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*. Recife, v. 3, n. 2, p. 151-158. Abr./jun., 2003.

BENÍCIO, João Carlos. *Gestão financeira para organizações da sociedade civil*. 2. ed. São Paulo: Global, 2000.

BERMEJO VERA, J. O enquadramento legal para o esporte na Espanha. *Journal of Public Administration, Centro de Estudos Políticos e Constitucionais.*, Madrid, n. 110, p.7, 1986.

BERTOLDI, Marcelo M. *Curso avançado de direito comercial: teoria geral do direito comercial e direito societário*, v. 1. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2003.

BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado por Clovis Bevilaqua*, vol. I, 12 ed. Rio de Janeiro: Paulo Azevedo, 1959.

BIBLIOTECAS SEBRAE. (Brasil) Arquivos Chronus: Empreendimentos coletivos. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d859d470786e9468569ec9ba3c8b7496/$File/5194.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BLANCO, Eduardo, et al. *MANUAL DE LA ORGANIZACIÓN INSTITUCIONAL DEL DESPORTO*, 1. ed. Barcelona: Editorial Paidotribo, 1999,

BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito Societário*. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS. *Estatuto.* Disponível em: <https://www.botafogo.com.br/transparencia/arquivos/BOTAFOGO-ESTATUTO-SOCIAL-2017-Gestao-Carlos-Eduardo.pdf>. Acesso em 01 nov. 2019.

BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS. *História.* Disponível em: <https://www.botafogo.com.br/historia.php?cat=oclube>. Acesso em: 5 ago. 2019.

BOTREL, Sérgio. *Direito societário constitucional: uma proposta de leitura constitucional do direito societário*. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAND FINANCE. *BRAZIL 50 2018*. 2019. Disponível em: <https://brandfinance.com/images/upload/brazil_50_2018_locked.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRAND FINANCE. *ESPAÑA 100 2019 REPORT*. 2019. Disponível em: <https://brandirectory.com/reports/espana-100-2019>. Acesso em 2 set. 2019

BRAND FINANCE. *FOOTBALL 50 2019*. 2019. Disponível em: <https://brandfinance.com/knowledge-centre/reports/brand-finance-football-50-2019/>. Acesso em: 3 set. 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO. *Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.* Poder Executivo, Brasília, DF, 21. mar. 1998. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 31 de out. de 2019.

BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. *Institui* o *Código Civil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 10. Jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 31. out. 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.155, DE 4 DE AGOSTO DE 2015. *Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol [..]*. Poder Executivo. Brasília. DF. 04 ago. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13155.htm>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. PROJETO DE LEI Nº 7160, DE 2002. *Dá nova redação aos artigos 45, 50, 53, 55, 57, 62, 206, 208, 853, 966, 968, 997, 999, 1000, 1002, 1003, 1004, 1007, 1010,1013, 1017, 1019, 1020,1022, 1023, 1024, 1025 [...] da Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil", acrescenta dispositivos e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/89651.htm.>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2017. *Institui a Lei Geral do Esporte, que dispõe sobre o Sistema Nacional do Esporte, a Ordem Econômica Esportiva, a Integridade Esportiva, o Plano Nacional para a Cultura de Paz no Esporte.* Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128465>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. PROJETO DE LEI DO SENADO Nª 310, DE 2006. *Altera os arts. 62, 63,66, 67, da Lei nº 10.406., de 10 de janeiro de 2002. (Código Civil) [..]*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4673799&ts=1567535135906&disposition=inline>. Acesso em: 4 dez. 2019.

BULGARELLI, Waldirio. *Tratado de direito empresarial*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BUONOCORE, Vincenzo. L'impresa. Torino: Giappichelli, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE*. Brasília. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/573319-projeto-permite-transformacao-de-clube-de-futebol-em-sociedade-anonima>. Acesso em: 18 dez. 2019

CAMILA TUCHLINSKI. *Radar Político, informações, análises e bastidores do poder.* 2010. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/radar-politico/lula-recebe-selecao-brasileira-e-destaca-confianca-no-grupo/>. Acesso em: 10. dez. 2019.

CAMPINHO, Sérgio. *O direito de empresa à luz do novo código civil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CAMPOS, Idelfonso Garcia. *Las Sociedades anónimas deportivas y la responsabilidad de sus administradores: algunas alternativas a su régimen jurídico*. .Madrid: Marcial Pons,1996.

CAMPOS, Luiz Antônio de Sampaio. Direito das Companhias. Alfredo Lamy Filho; José Luis Bulhões Pedreira (coords). Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 1219-1220.

CANDEIAS, Ricardo. *Personalização da equipa e transformação de clube em sociedade anónima desportiva – Contributo para um estudo das sociedades desportiva.* Coimbra, 2000.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 1 ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2007.

CAPELO, Rodrigo. *GLO ESPORTE: BLOG DO RODRIGO DO CAPELA*. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/blogs/blog-do-rodrigo-capelo/post/2019/10/31/flamengo-recebera-r-85-milhoes-por-ano-para-expor-marca-de-site-de-apostas-no-ombro-da-camisa.ghtml >. Acesso em: 03 dez. 2019.

CARDENAL CARRO, Miguel. *Deporte y derecho: las relaciones laborales en el deporte professional*. 2.ed. Murcia: Servicio de publicaciones de la Universidad de Murcia, , 1996.

CARDOSO, Univaldo Coelho. et.al. *OSCIP: organização da sociedade civil de interesse público*. Brasília : Sebrae, 2014.

CARLEZZO, Eduardo. *Direito Desportivo Empresarial*. 1.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

CARRAVETTA, Elio. *Modernização da Gestão no Futebol Brasileiro*. Porto Alegre: AGE Assessoria Gráfica e Editorial, 2006.

CARVALHO, Cristiano; CASTRO, José Augusto Dias de. Aspectos tributários das entidades sem fins lucrativos e das OSCIPs. In: CARVALHO, Cristiano; PEIXOTO, Marcelo Magalhães. *Aspectos jurídicos do terceiro setor*. 2. ed. São Paulo: MP Editora, 2008.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Ação Civil Pública Comentários por Artigo Lei 7.347, de 24.07.85*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1999.

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à lei de sociedades anônimas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CATEB, Alexandre Bueno. *Desporto profissional e direito de empresa*. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

CAZORLA PRIETO, Luis. *Las sociedades anónimas deportivas.* Madrid: Ediciones de las Ciencias Sociales, 1990.

CBF. *Regulamento Nacional de Registro e Transparência*. Disponível em: <https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201503/20150319143412_0.pdf> Acesso em: 11 nov. 2019.

CHAPECOENSE. *Estatuto*. Disponível em: <https://s3.us-east-2.amazonaws.com/chapeweb/ACF+-+ESTATUTO+SOCIAL.pdf>. Acesso em: 20. de ago. de 2019

CHAVES, Antônio. *Tratado de direito civil - responsabilidade civil*. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

CHIAVENATO Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1993.

CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA. *Fundação do Clube.* Disponível em: http://www.vasco.com.br/site/conteudo/detalhe/1/1898-fundacao-do-clube. Acesso em: 5 agost. de 2019.

CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA. *Presidentes*. Disponível em: <https://www.vasco.com.br/site/conteudo/detalhe/5>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. *Estatuto do clube.* Disponível em: <https://www.flamengo.com.br/estatuto-do-clube>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. *Estatuto Social*. Disponível em: <https://fla-bucket-s3-us.s3.amazonaws.com/public/arquivos/transparencia/38/156953350609.pdf>. Acesso em: em 01 de nov. de 2019.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. *Fundação do grupo de Regatas do Flamengo.* Disponível em: < https://www.flamengo.com.br/nossaorigem>. Acesso em: 20 ago. 2019.

COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa. v. 2. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Manual de Direito Comercial. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COELHO, Paulo Vinícius. *UOL ESPORTES: BLOG DO PVC*. 2019. Disponível em : <https://pvc.blogosfera.uol.com.br/2019/01/26/os-patrocinios-dos-grandes-clubes-do-brasil/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

COLLADO, Pedro Escribano. El orden econômico en la Constitucion Española de 1978. *Revista Española de Derecho Constitucional*. Madrid, ano 5, núm. 14, p. 77-109, may./agost. 1985.

COMPARATO, Fábio Konder. Função Social da Propriedade dos Bens de Produção. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, n. 63, p. 71-79, jul./set. 1986.

_____. *O Poder de Controle nas S/As*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

_____. A reforma da empresa. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, n. 50, p. 57-74, abr./jun. 1983.

CONJUR. *Estatuto Club de Regatas Vasco da Gama.* <https://www.conjur.com.br/dl/estatuto-vasco.pdf>. Acesso em 01 de nov. de 2019

CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES. *Remuneração dos Dirigentes*. 2019. Disponível em: < https://prezi.com/view/hQzWe1Fhut1G5ctSe8Za/>. Acesso em: 19 ago. de 2019.

COSTA, Fabiano de Oliveira; GABRICH, Frederico de Andrade. *Futebol S/A. XXI*. . Florianópolis: FUNJAB, 2012.

COSTA, Luiz Felipe Duarte Martins. *Contribuição ao estudo da responsabilidade civil dos administradores de companhias abertas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

COUTO E SILVA, Clóvis V. do. *A obrigação como processo*. São Paulo: Bushatsky, 1976.

CRETELLA JUNIOR, José. *Primeiras lições de direito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CRUZ JUNIOR, Augusto de Toledo; CARVALHO, Marly Monteiro de; LAURINDO, Fernando José Barbin. *Estratégia e Estrutura: em busca do alinhamento organizacional em um clube social* esportivo. São Paulo: Escola Politécnica -Departamento de Engenharia de Produção –USP, 2005.

DANTAS, Diogo. O GLOBO – ESPORTES: Clube negocia com parentes individualmente. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/flamengo-ganha-acao-evita-penhora-de-100-milhoes-para-familias-de-vitimas-de-incendio-no-ninho-24032390>. Acesso em: 11 nov. 2019.

DAOLIO, Jocimar (Org.). *Futebol, cultura e sociedade*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

DIAS, Jean Carlos. *Gestão das sociedades anônimas. Aspectos jurídicos da responsabilidade dos administrado*res. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

DIECKERT, Jürgen. *Peculiaridade e autonomia do esporte de lazer. Em*: *Esporte de lazer tarefa e chance para todos*. . Rio de Janeiro: Indústria e Comércio, 1984.

DINIZ, Gustavo Saad. Direito das Fundações Privadas. 2. ed. Porto Alegre: Síntese, 2003.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria geral do direito civil*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Curso de direito civil brasileiro, v.1: teoria geral do direito civil*. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DISTRITO FEDERAL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRgREsp 1462032/PR*, da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. 12 de fevereiro de 2015. Agravante : Fazenda Nacional. Agravado: Diplomata S/A Industrial E Comercial. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. 12 de fevereiro de 2015. Disponível em: < https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=43001867&num_registro=201401492342&data=20150212&tipo=91&formato=PDF>. Acesso em: 12. dez. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Superior Tribunal de Justiça. *Conflito de Competência 79170/SP*. Autor: Empresa Brasileira De Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, Réu: Viação Aérea São Paulo S/A Vasp. Relator: Ministro Castro Meira. 19 de setembro de 2008. Disponível em:<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200700103791&dt_publicacao=19/09/2008>.Acesso em: 12. dez. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Superior Tribunal de Justiça. CC 111645/SP, da 2ª Seção. Autor: José Adauto Rodrigues e Outro. Réu: IFC Internacional Food Company Indústria De Alimentos S/A. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. 08 de outubro de 2010. Disponível em: < https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201000744025&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>.Acesso em: 12. dez. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário.201819*, da segunda turma do Superior Tribunal de Justiça. 27 de outubro de 2006. Recorrente: União Brasileira De Compositores- UBC. Recorrido: Arthur Rodrigues Villarinho. Relatora: Ministra Ellen Gracie e Ministro Gilmar Mendes. Disponível em: < http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=388784>. Acesso em: 12. dez. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Superior Tribunal de Justiça. *Recuso Especial 844279/SC*, da 1ª Turma. Recorrente : Instituto Nacional Do Seguro Social – Inss, Recorrido : Bel Casas Indústria E Comércio Ltda - Massa Falida. Relator: Relator : Ministro Luiz Fux. 19 de fevereiro de 2009. Disponível em:< https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STJ/IT/RESP_844279_SC_05.02.2009.pdf?Signature=4slB6RRY1%2FLR%2BIWAj6IuE31%2BeuI%3D&Expires=1578938689&AWSAccessKeyId=AKIARMMD5JEAO765VPOG&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=b73097e2066c535712c8638ed5269752>. Acesso em: 12. dez. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial 1173735/RN*, da 4ª Turma. Recorrente: Petróleo Brasileiro S/A Petrobras. Recorrido: Engequip – Engenharia De Equipamentos LTDA. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão 09 de maio de 2014. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=35663523&num_registro=201000037874&data=20140603&tipo=91&formato=PDF >.Acesso em: 12. dez. 2019.

DISTRITO FEDRAL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial 1630702/RJ*, da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. Recorrente: Sociedade Comercial E Importadora Hermes S.A - Em Recuperação Judicial. Recorrida: Nadia Rejane Menezes De Souza Gobbo. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. 10 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=68873061&num_registro=201602618791&data=20170210&tipo=51&formato=PDF>Acesso em: 12. dez. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Supremo Tribunal Federal. *Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 101*, da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal. Requerente :Presidente Da República. Interessados: Líder Remoldagem e Comércio de pneus Ltda e Outros. Relatora: : Ministra Cármen Lúcia. 19 de junho de 2012. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=629955>. Acesso em: 12 jan. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. *Apelação Cível Ac 48601820048070007 DF 0004860-18.2004.807.0007*, da 6ª Turma Cível. Requerente : Drogaria Alameda Ltda. Requerido : Washington Soares Moreira. Relatora: Desembargadora: Ana Maria Duarte Amarante Brit. 14 de abril de 2005. Disponível em:http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgi1?NXTPGM=tjhtml105&SELECAO=1&ORIGEM=INTER&CIRCUN=7&CDNUPROC=20040710048606. Acesso em: 12 jan. 2020.

DUARTE, Alexandre Uriel Ortega. *Administração da sociedade limitada*. 2009. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/administracao-da-sociedade-limitada-responsabilidade-dos-administradores-deliberacoes-dos-socios/34188/. Acesso em: 04 dez. 2019.

DUARTE MAIELLO, Anna Luiza. *Aspectos fundamentais do negócio associativo*. 2012. 233 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo – USP, 2012.

DUNNIG, Eric. El Fenômeno Deportivo. (Estudios Sociologicos En Torno Al Deporte, La Violencia Y La Civilizacion) 12. ed. Barcelona: Paidotribo, 2003.

EIZIRIK, Nelson. *A Lei das S/A Comentada*. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. *Temas de Direito Societário*.. São Paulo: Renovar, 2005.

_____. Responsabilidade civil e administrativa do diretor de companhia aberta" *Revista de Direito Mercantil , Industrial, Econômico e Financeiro*., São Paulo. v. 23, n. 56, p. 47-64, out./dez. 1984.

ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Rio de Janeiro: Difel, 1997.

_____. Introdução à sociologia. Portugal: Edições 70, 1980.

_____. Introdução a Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador – formação do Estado e civilização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESCOLA DE ASSOCIATIVISMO. *Cartilha Transparência.* Vitória. 2017. Disponível em: <https://escoladeassociativismo.com/wp-content/uploads/2018/09/Cartilha_Transparencia_2.pdf.> Acesso em: 13 dez. 2019.

ESPANHA. *Tribunal Constitucional de España*. Recurso de Inconstitucionalidade: sentencia 37/1981, 16 de novembro de 2012. Disponível em: <https://hj.tribunalconstitucional.es/es-ES/Resolucion/Show/37>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ESPANHA. Lei 10/1990, de 15 de outubro de Esportes. Disponível em <http://www.deportedigital.galeon.com/legislacion/ley90pre.htm>. Acesso em: 09 de set. de 2019.

ESPORTE CLUBE BAHIA. *Estatuto Social*. Disponível em: https://esporteclubebahia.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Consulta-Estatuto_ECB_Marco-2018.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019

ESTADÃO CONTEÚDO. EXAME: *Reforma do Maracanã foi superfaturada em R$ 211 milhões, diz TCE*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/reforma-do-maracana-foi-superfaturada-em-r-211-milhoes-diz-tce/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ESTADÃO CONTEÚDO. *ISTOÉ:* ESPORTES: *Venda de jogadores em 2019 movimenta R$ 976 milhões no futebol brasileiro*. 2019. Disponível em : <https://istoe.com.br/venda-de-jogadores-em-2019-movimenta-r-976-milhoes-no-futebol-brasileiro/>. Acesso em: 06 dez. 2019.

FACHIN, Luiz Edson O ‘aggiornament’ do direito civil brasileiro e a confiança negocial. In: FACHIN, Luiz Edson. (coord.) *Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro, Renovar, 1998

FACHIN, Luiz Edson; TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas*: Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira. Rio de Janeiro: Renovar, 2008

FÁZIO JÚNIOR, Waldo. *Sociedades limitadas*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRI, Giuseppe. *Le società*. Torino: UTET, 1971.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição brasileira de 1988.* 1 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FILHO, Álvaro Melo. *Direito Desportivo – Novos Rumos*. Minas Gerais: Del Rey, 2004.

FIÚZA, Ricardo. *Novo Código Civil Comentado. 1. ed. São* Paulo: Saraiva, 2002.

FLUMINENSE FOOTBALL CLUB. *A história*. Disponível em: <http://www.fluminense.com.br/sobre/a-historia>. Acesso em: 5 ago. 2019.

FLUMINENSE FOOTBALL CLUB. *Demonstrações Financeiras.* Disponível em: <https://www.fluminense.com.br/noticia/demonstracoes-financeiras>. Acesso em: 22 ago. 2019.

FLUMINENSE FOOTBALL CLUB. *Estatuto*. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/assets-fluminense/institutionals/11/Estatuto_FFC_atualizado_original.pdf?1558450020>. Acesso em 01 de nov. de 2019.

FOLHA DE S. PAULO. *ESPORTE*. São Paulo. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk05089915.htm>. Acesso em: 11 dez. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO: Seleção chega ao Palácio do Planalto para ser recebida por FHC. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u44153.shtml>. Acesso em: 10. dez. 2019.

FRAZÃO, Ana. *Função social da empresa. Repercussões sobre a responsabilidade civil de controladores e administradores de S/As*. Rio e Janeiro: Renovar, 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil. Direito de família: as famílias em perspectiva constitucional*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GALGANO, Francesco. *Diritto civile e commerciale*. 2. ed. Milão: CEDAM, 1993.
GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GARCIA. Diego; GERAQUE, Eduardo. *FOLHA DE S. PAULO: CAMPEONAO PAULISTA*. São Paulo. 2018. <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/01/1954013-em-briga-por-estadio-palmeiras-e-wtorre-dividem-lucro-de-r-280-mi.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GASTALDO, Édison. Futebol e memória. In: MARQUES, José Carlos; GOULLART, Jefferson Oliveira (Orgs.). Futebol, Comunicação e Cultura. São Paulo: Intercom,

GATTAZ, Luciana de Godoy Penteado. A responsabilidade civil dos administradores de companhias abertas não financeiras e o seguro D&O. *Revista de direito bancário e do mercado de capitais*. Ano 19, v. 74, p. 53. Out./dez, 2016.

GAZETA PRESS. *FOX SPORTS: CONMEBOL LIBERTADORES*. 2018. Disponível: em: <https://www.foxsports.com.br/news/356075-andres-abre-o-jogo-sobre-valor-da-arena-corinthians-e-crava-prazo-para-pagamento>, Acesso em: 10 de dez. de 2019.

GEBARA, A. História do Esporte - Novas Abordagens. In: PRONI, M; LUCENA, R. Esporte história e sociedade. Campinas, Autores Associados, 2002.

GLOBO ESPORTE. BRASILEIRÃO SÉRIE A 2019: O PÚBLICO NOS ESTÁDIOS DO BRASIL em 2019. 2019. Disponível em: <http://app.globoesporte.globo.com/futebol/publico-no-brasil/brasileirao-serie-a/index.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GLOBO ESPORTE: Fantástico desvenda como funcionava o esquema de corrupção no futebol da PB. 2018. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/pb/futebol/noticia/fantastico-desvenda-como-funcionava-o-esquema-de-corrupcao-no-futebol-da-pb.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2019.

GLOBO ESPORTE. FUTEBOL INGLÊS: Manchester City apela ao TAS contra investigação da Uefa sobre Fair Play Financeiro. Manchester. 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-ingles/noticia/manchester-city-apela-ao-tas-contra-investigacao-da-uefa-sobre-fair-play-financeiro.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GLOBO ESPORTE. *FUTEBOL INGLÊS*. Manchester. 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-ingles/noticia/manchester-city-apela-ao-tas-contra-investigacao-da-uefa-sobre-fair-play-financeiro.ghtml>. Acesso em: 12 nov. de 2019.

GOUNOT, André. Between revolutionary demands and diplomatic necessity: the uneasy relationship between Soviet sport and worker and bourgeois sport in Europe from 1920 to 1937. In: RIORDAN, James; ARNAUD, Pierre. (Ed.) Sports and International Politics. Londres: E & FN. Spon, 1998. p. 200-201.

GONTIJO Vinícius José Marques. Responsabilização no Direito Societário de Terceiro por obrigação da sociedade. *Revista dos Tribunais*. n.0, v. 854, dez. 2006, p. 44-45.

GONÇALO JÚNIOR, Catharina. ESTADÃO. Esportes: Salário da mulher no futebol é o mesmo do homem das Séries C e D. 2019. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,salario-da-mulher-no-futebol-e-o-mesmo-do-homem-das-series-c-e-d,70002942049>. Acesso em: 17 dez. 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: Responsabilidade civil*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRAU, Eros Roberto. *Elementos de Direito Econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

_____. *A ordem econômica na Constituição de 1988.* 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. *Estatuto social*. Disponível em: <https://gremio.net/governanca/documentos/estatuto-social-2017.pdf.>. Acesso em: 20 ago. 2019.

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. *Fundação*. Disponível em: <https://gremio.net/conteudo/index/44>. Acesso em: 3 dez. 2019.

GRINOVER, Ada Pellegrini et. al. *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto.* 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de Administração Financeira*. 10. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2004.

HAZAN, Eduardo Rodrigues. GLOBO ESPORTE: Efeito Daniel Alves: São Paulo vê aumento em vendas de camisas e faturamento com produtos. São Paulo. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/sao-paulo/noticia/efeito-daniel-alves-sao-paulo-ve-aumento-em-vendas-de-camisas-e-faturamento-com-produtos.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2019.

HELAL, Ronaldo. *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997,

HELENA REBELLO. GLOBO ESPORTE: Olímpiadas de inverno: Putin ignora estrangeiros em discurso de boas-vindas e incentiva russos. Rússia. 2014. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas-de-inverno/noticia/2014/02/putin-ignora-estrangeiros-em-discurso-de-boas-vindas-e-incentiva-russos.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Função Social do Contrato. *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*, v. 45. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

J. I. Font Galán, La Empresa en el derecho Mercantil, in: G. J. Jiménez Sánchez y otros, Derecho Mercantil, Barcelona, Ariel Derecho, 2005, p. 132.

ITAÚ. Arquivos estáticos: Análise Econômico-Financeira dos Clubes de Futebol Brasileiros. 2018. Disponível em: <https://www.itau.com.br/_arquivosestaticos/itauBBA/Analise_Clubes_Brasileiros_Futebol_ Itau_BBA.pdf>. Acesso em: 3 set. 2019.

JIMÉNEZ SOTO, Ignácio; ARANA GARCÍA, Estanislao., *El derecho deportivo en España: 1975-2005*, Sevilla: Junta de Andalucía, 2005.

JORGE, Tarsis Nametala Sarlo Jorge. *Manual das Sociedades Limitadas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2007.

KESTELMAN, Amanda. GLOBO ESPORTE: COPA DO MUNDO FEMININA: Fifa enaltece Copa histórica, mas vaias e protestos por pagamentos iguais deixam mensagem final. Lyon. 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/fifa-enaltece-copa-historica-mas-vaias-e-protestos-por-pagamentos-iguais-deixam-mensagem-final.ghtml>. Acesso em: 15 de out. de 2019.

KEYS, Barbara. Soviet sport and transnational mass culture in the 1930s. *Journal of Contemporary History*. v.38, n.3, p. 414-416, 2003.

LALIGA. *LaLiga, 8ª marca más fuerte de España según el ranking Brand Finance*. 2019. Disponível em: <https://www.laliga.com/noticias/laliga-8-marca-mas-fuerte-de-espana-segun-el-ranking-brand-finance.> Acesso em: 2 set. 2019.

LAMY FILHO, Alfredo. *Temas de S.A.* 0.ed. São Paulo: Renovar, 2007.

LANCE. FUTEBOL INTERNACIONAL: TAS revoga decisão da Uefa e PSG está livre para contratar na janela. Paris. 2019. Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-internacional/tas-revoga-decisao-uefa-psg-esta-livre-para-contratar-janela.html>. Acesso em: 11 nov. 2019.

LEAES, Luiz Gastão Paes de Barros. A prévia deliberação assemblear como condição de legitimatio ad causam na ação social. In Pareceres. São Paulo: Ed. Singular, v.I, 2004.

LEISTER FILHO, ADALBERTO. O GLOBO. ESPORTES: Dívidas dos clubes da Série A aumentam em 2018 e chegam a R$ 6 bilhões. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/dividas-dos-clubes-da-serie-aumentam-em-2018-chegam-r-6-bilhoes-23750045> Acesso em: 22 nov. 2019.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 12. ed. São Paulo: Saraiva. 2008.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Associações sem fins econômicos*. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *As Associações em Sentido Estrito no Direito Privado*. 2006. Tese. (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito USP, São Paulo, 2006.

LEONCINI, Marvio P.; SILVA, Marcia T. Entendendo o futebol como um negócio: um estudo exploratório. *Revista Gestão e Produção*. ano. 12, n. 1, p. 11- 23, 2005.

LIMA, Thiago. G1. FLAMENGO: Gabigol chega ao Rio de Janeiro para assinar contrato com o Flamengo: "Estou muito feliz". Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/gabigol-chega-ao-rio-de-janeiro-para-assinar-com-o-flamengo.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2019.

LOBO, Jorge. Princípios de governança corporativa. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro.* São Paulo, v.0, n. 142. p. 141-154.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do Direito Privado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

LÓPEZ DE CASTRO, Lúcia; ARIÑO ORTIZ, Gaspar. *La competencia en sectores regulados: regulación empresarial y mercados de empresa*s, 2. ed. Madrid: Comares, , 2003.

LOPEZ, Mercedes Fuertes. *Associaciones y sociedades deportivas*. Madrid: Marcial Pons, ediciones jurídicas y sociales, S.A, 1996.

LOPES, Ana Frazão de Azevedo Lopes. *Empresa e Propriedade – função social e abuso de poder econômico*. 1.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro. 2000. 140f. Tese (doutorado em educação física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2000.

LYRA FILHO, João. Introdução ao Direito Desportivo. 1.ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

MACHADO, Hugo de Brito. *"Imunidade Tributária das Instituições de Educação e de Assistência Social e a Lei 9.532/97", in Imposto de Renda – Alterações Fundamentais*, coordenador Valdir de Oliveira Rocha. São Paulo, Dialética, 1998.

MACHADO, Rubens Approbato et al (Coord.). *Curso de Direito Desportivo Sistêmico*. São Paulo: QuartierLatin, 2010

_____. Rubens Approbato et alii (coordenação),Organização do Direito Desportivo Internacional. in Curso de direito desportivo sistêmico, São Paulo: Quartier La. tin, 2007.

MALUCELLI, Daniel. *GAZETA DO POVO: Blog do Brasileirão.* 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/blog-do-brasileirao/globo-premiacao-brasileirao-2019/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão. A vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988.

MARÍN HITA, L., La nueva sociedad anónima deportiva. *Revista española de derecho deportivo,* Madrid, nº 10, p. 229, 1998.

MARINHO, Vitor. *O esporte pode tudo*. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Fran. *Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio.* 31.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MATTAR, Michel Fauze *Na trave: O que falta para o futebol brasileiro ter uma gestão profissional.* 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à Constituição brasileira.* 5. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1954

_____. *Introdução à administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO FILHO, Álvaro. *Direito desportivo: novos rumos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

_____. *Direito desportivo: aspectos teóricos e práticos*. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

_____. *Marco regulatório e "Fair Play" financeiro para salvar o mundo do futebol*. *Desporto & Direito,* Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

_____. *Nova Lei Pelé, Avanços e Impactos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Maquinária Editora, 2011.

_____. Novo regime jurídico do desporto: comentários à Lei 9.615 e suas alterações. Desporto e Direito. Coimbra, n. 23, p. 227-250, jan./abr. 2003.

_____. *O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira*. 1.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

_____. Futebol professional: utopias e realidades da nova legislação. *Revista Brasileira de Direito Desportivo*, v. 4, 204.

MELO, Victor Andrade. *Cidade Sportiva. Primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. 1.ed. Rio de Janeiro: Dumará. 2001.

M. BASSOLS COMA. *Constitución y sistema económico*. Madrid: Tecnos, 1985.

MENDES, B. et al. Associação de fatores de risco para doenças cardiovasculares em adolescentes e seus pais. *Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil*. Recife, v. 6, n. 1, maio, 2006.

MENDES, Priscila. G1: POLÍTICA: Dilma recebe seleção e ergue taça da Copa das Confederações. Brasília. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/dilma-recebe-selecao-e-ergue-taca-da-copa-das-confederacoes.html> Acesso em: 10. dez. 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira. *"Tendências e expectativas do Direito Desportivo". In Direito desportivo.* 1.ed. Campinas: Mizuno, 2000.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. Tratado de direito comercial brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959. Volume IV.

MENEZES CORDEIRO. *Antônio. Manual de Direito Comercial*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

MIGUEL, Alexandre Miguel. *Desporto e União* Europeia. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

MIRANDA, Martinho Neves. *O direito no desporto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

MIRANDA, Francisco Pontes de. *Tratado de direito privado. Parte Especial, Tomo XLIX*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1965.

MIRANDA, Francisco Pontes de. *Tratado de Direito Privado – Parte Geral – Tomo III - Negócios jurídicos. Representação. Conteúdo. Forma. Prova*. 3. ed., Rio de Janeiro: Borsoi, 1970.

MIRANDA, Jorge Manuel Moura Loureiro de. *Manual de direito constitucional*. Tomo IV. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. Parte Geral. 39. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003 .
_____. *Curso de Direito Civil*. 0. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

MORAIS, Osvando J. de; MARQUES, José Carlos (Orgs). *Esporte na Idade Mídia: diversão, informação e educação*. São Paulo: Intercom, 2012.

MPF. *Combate a Corrupção.* Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-denuncia-fraudes-em-contratos-da-confederacao-brasileira-de-taekwondo>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MUNDIM, DANIEL. GLOBO ESPORTE. FUTEBOL: Peso do atraso: clubes registram R$ 2 bi em dívidas trabalhistas e 3 mil processos. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/peso-do-atraso-clubes-registram-r-2-bi-em-dividas-trabalhistas-e-3-mil-processos.ghtml>. Acesso em: 6 dez. 2019.

MÜLLER, J. C., Joachim, L, Hovemann, G. The Financial Fair Play Regulations of UEFA: an adequate concept to ensure the long-term viability and sustainability of european club football? International Journal of Sport Finance, 2012. p. 120

NADER, Paulo. *Curso de direito civil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense-GEN, 2011.

NEGRINE, Airton. *Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil: Simbolismo e Jogos*. 0. ed. Porto Alegre: Prodil, 1994.

NETO, Francisco Bruno. *Primeira cartilha acadêmica de direito constitucional.* 2. ed. Leme: LED - Editora de Direito, 1999.

NETTO, Eduardo Salomão. *O "trust" e o direito brasileiro.* 0. ed. São Paulo: LTr, 1996.

NUZMAN, Carlos Arthur. Organização do direito desportivo internacional. in MACHADO, Rubens Approbato et alii (coordenação), *Curso de direito desportivo sistêmico*, São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. *Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários* . São Paulo: Forense, 2010.

PARA TUDO. FOX SPORTS: A importância da Libertadores. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://www.foxsports.com.br/blogs/view/7332-a-importancia-da-libertadores>. Acesso em: 2 dez. 2019.

PARENTONI, Leonardo Netto. O Conceito de Empresa no Código Civil de 2002. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. 388, p. 133-151. nov./dez, 2006

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. V. 1. 8. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.

PERREIRA, L. A. Footballmania. *Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938.* 0. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. .

PETROLINO, Carlos. FOLHA DE S. PAULO. ESPORTE: Clubes de São Paulo têm disparada de ações trabalhistas. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/08/clubes-de-sao-paulo-tem-disparada-de-acoes-trabalhistas.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2019.

PETROLINO, Carlos. FOLHA DE S. PAULO. ESPORTE: Clubes da Série A devem R$ 1,8 bilhão para a União; veja ranking. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/04/clubes-da-serie-a-devem-r-18-bilhao-para-a-uniao-veja-ranking.shtml>. Acesso em 16 dez. 2019.

PFISTER, G. Líderes femininas em organizações esportivas – tendências mundiais. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v.9, n.2, p.20, mês/mês, 2003.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, economia e mercados*. 0. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

PRONI, Marcelo. *A metamorfose do futebo*l. 0. ed. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2000.

PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo. *Esporte História e Sociedade*. 1. ed. Campinas: Autores Associados/CBCE, 2002.

PROSPERI, Luiz Antônio. *Chuteira F.C.*: *Libertadores 2019 / premiação: Campeão vai levar 20,4 milhões de dólare. s*2018. Disponível em: <https://chuteirafc.cartacapital.com.br/libertadores-2019-campeao-vai-levar-204-milhoes-de-dolares-em-premios/>. Acesso em: 09 ago. 2019.

PROSPERI, Luiz Antônio. *Chuteira F.C.: Premiação ao campeão do Paulistão 2019 é a maior dos campeonatos estaduais*. 2019. <https://chuteirafc.cartacapital.com.br/premiacao-ao-campeao-do-paulistao-2019-e-a-maior-dos-campeonatos-estaduais/>. Acesso em: 07 ago. 2019.

RAMOS, Maria Elisabete Gomes. *Responsabilidade civil dos administradores e direitos de sociedades anôni,as perante os credores sociais*. 0. ed. Coimbra: Coimbra Editora. 2002.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 0. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. v. 1. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial.* v. 1. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

REVISTA PLACAR. n. 1.154 (ago. 1999). São Paulo: Abril Cultural. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=gVrUcONjXxgC&pg=PT97&dq=Revista+Placar+%22agosto+1999%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=Mv3YT5X4JY2g8gSlnIXpAw&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false> . Acesso em: 3 dez. 2019.

REZENDE, José Ricardo. *Nova legislação de Direito Desportivo: preparando o Brasil para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016.*São Paulo: All Print Editora, 2010.

RIBEIRO, L.C. O Futebol no Campo Afetivo da História. In: Movimento. *Revista de Educação Física da UFRGS*. Porto Alegre: Movimento, vol. 10, núm. 3, p. 99-111, set./dez, 2004.

RIRIBEIRO, M. C. P.: ALVES G.R.R. Empresa não empresária: um paradoxo a ser enfrentado. Direito Empresarial: os novos enunciados da Justiça Federal. Koury, S. E. C (org). 0. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

RIBEIRO, Renato Ventura. *Dever de diligência dos administradores de sociedades*. 0. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

RODRÍGUEZ, José Câdido Paz-Ares; et al. *Comentarios a la Constitución Española*, Tomo I, Vol. 1. Madrid: Editores: Enrique Arnaldo Alcubilla y Jesús Remón Peñalver, 2018.

ROQUE, Sebastião José. *Direito societário*. 0. ed.. São Paulo: Ícone, 1997.

SABINO, Alex; GARCIA, Diego. FOLHA DE S. PAULO. ESPORTE: Com irregularidades, clubes da Série A alojam mais de mil jovens. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/02/com-irregularidades-clubes-da-serie-a-alojam-mais-de-mil-jovens.shtml>. Acesso em: 17 de dez. de 2019

SALAZAR, Tiago. TERRA: Seleção Brasileira: Vaiado, Bolsonaro entrega medalhas e segura troféu da Copa América. 2019. Disponível em: https://www.terra.com.br/esportes/brasil/vaiado-bolsonaro-entrega-medalhas-e-segura-trofeu-da-copa-america,79a0a67ff83f043d524fae1843954f6d9k9c0nol.html> . Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTOS FUTEBOL CLUBE. *Fundação*. Disponível em: <https://www.santosfc.com.br/clube/>. Acesso em: 3 dez. 2019.

SANTOS, Durval José Soledade. Debêntures: Um instrumento moderno de aplicação e captação de recursos. *Revista do bndes*, Rio de janeiro, v. 13, n. 26, p. 36, dez. 2006.

SARLET, Ingo (Org.). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. 0. ed. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2003.

SARMENTO, Daniel. *Direitos Fundamentais e relações privadas.* 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SERGÍPE. Tribunal Regional do Trabalho - Sergipe. SE 00326-2004-920-20-00-8, da 3ª Vara do Trabalho de Aracaju. Agravante: BRUNO DIAS FERRAZ NOGUEIRA. Agravada: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CONFIANÇA. Relator/ Desembargador: JUIZ AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO. 10 de fevereiro de 2005. Disponível em: <https://www.trt20.jus.br/standalone/documento_sede.php?codigo=21678&id=694309>. Acesso em: 04 de dez. 2019.

SILVA, Alexandre Couto. *Responsabilidade dos administradores de S/A*. 0. ed. Business judgment rule. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, José Afonso da.. *Comentário contextual à Constituição*. 8. ed. Malheiros: São Paulo, 2012

_____. *Curso de direito constitucional positivo*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. *Comentário Contextual à Constituição*. 0. ed. São Paulo: Malheiros. 2006.

SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. Jurisdição Constitucional Política. Trabalho de Pós-Doutorado. Tutoria Fernando Herren Fernandes Aguillar. São Paulo: Universidade de São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2012, p. 7.

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS. *ESTATUTO SOCIAL*. Disponível em: <https://www.palmeiras.com.br/public/upload/documento/uploads/documento_590.pdf>. Acesso em 07 jan. 2020.

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS. *História.* Disponível em: <http://www.palmeiras.com.br/historia/linhadotempo/1914-20>. Acesso em: 3 dez. 2019.

SOUZA, Júlio César Couto. *A transformação do futebol brasileiro: avanços e recuos na sua modernização e repercuções nas categorias de base*. 2001, 176f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SUPER ESPORTES. *Futebol Nacional.* 2019.Disponível em: <https://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/futebol/futebol-nacional/2019/01/17/noticia_futebol_nacional,561836/cbf-aumenta-premio-da-copa-do-brasil-conheca-os-valores.shtml>. Acesso em: 6 ago. 2019.

STERKENBURG, J. e KNOPPERS, A. *Dominant discourses about race /ethnicity and gender in sport practice and performance*. International Review for the sociology of Sport. London. v.39, n.3, 2004, p. 303.

TAVARES, André Ramos. *Direito Constitucional Econômico*. 0. ed. São Paulo: Método, 2003.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (coord.). *Comentários ao novo Código Civil*. v. 14. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

TEIXEIRA, Wendel de Brito Lemos. *Associações civis*. 0. ed. Belo Horizonte: Del Rey; 2010.

TEPEDINO, Gustavo. Direitos Humanos e Relações Jurídicas Privadas, In: Tepedino, Gustavo (Coord). Temas de Direito Civil, Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999.

_____. O direito civil-constitucional e suas perspectivas atuais. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional. São Paulo: Atlas, 2008

_____.Evolução da autonomia privada e o papel da vontade na atividade contratual. In FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo; ADAMEK, Marcus Vieira von (Coord.). Temas de direito empresarial. São Paulo: Malheiros, 2014- TEPEDINO, Gustavo. Normas constitucionais e direito civil na construção unitária do ordenamento. In: TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 14-15. t. III).

_____. *"*Contratos Empresariais e Unidade do Ordenamento*" Editorial de revista trimestral de Direito Civil*. Rio de Janeiro, v.49, p. V. jan./mar. 2012.

_____. *Contornos constitucionais da propriedade privada*. Temas de Direito Civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *O contrato e sua função social*. 0. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

TOLEDO, Luiz. Henrique de. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TOLEDO, Gastão Alves de. *O direito constitucional econômico e sua eficácia*. 0. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

TOMAZETTE, Marlon. *Direito societário*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Dimensões Sociais do esporte*. 0. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. E*studos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. 0. ed. Maringá: Eduem, 2010.

_____. *O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias.* 0. ed. São Paulo: Ibrasa.1996.

_____. *Esporte & Jornalismo*. 0. ed. São Paulo: CEPEUSP, 1997.

UEFA. *Fair play financeiro*. 2019. Disponível em:<https://pt.uefa.com/insideuefa/protecting-the-game/club-licensing-and-financial-fair-play/index.html>. Acesso em: 23 out. 2019.

UEFA. *Procedural rules governing the UEFA Club Financial Control Body*. 2014. Disponível em: <https://www.uefa.com/MultimediaFiles/Download/Tech/uefaorg/General/01/85/85/25/1858525_DOWNLOAD.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

UEFA. *Proteger o futebol*. 2019. Disponível em <https://pt.uefa.com/insideuefa/protecting-the-game/club-licensing-and-financial-fair-play/index.html>. Acesso em: 23 out. 2019.

UEFA. *UEFA saúda decisão do CAS sobre o Málaga*. 2019. Disponível em: <https://it.uefa.com/insideuefa/news/newsid=1962535.html>. Acesso em: 17 dez. 2019.

VARELA, Drauzio. Obesidade, preguiça e câncer de mama. *Jornal "Folha de São Paulo"*, São Paulo, nº 27.492, 10 de julho de 2004.

VARGAS, Ângelo Luis de Sousa. *Desporto, fenômeno social*. 0. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

VAZ, Alexandre Fernandez: DaMatta: o futebol como drama e mitologia. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo: Esporte: História e Sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Código Civil interpretado*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. *Direito Civil: Parte Geral*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, Thamis Dalsenter. A função da cláusula de bons costumes no Direito Civil e a teoria tríplice da autonomia privada existencial. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 14, out./dez. 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*, vol. I, 12. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1991.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil – Introdução ao Direito Civil Constitucional*, Rio de Janeiro: Renovar, 1999

_____. *Perfis do Direito Civil: Introdução do Direito Civil-Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. Normas constitucionais nas relações privadas. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*. Rio de Janeiro, nº 6/7, p. 63-77, 1998/1999.

PETROCILO, CARLOS. *FOLHA DE S. PAULO: CAMPEONATO BRASILEIRO*. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/04/clubes-da-serie-a-devem-r-18-bilhao-para-a-uniao-veja-ranking.shtml>. Acesso em: 11 dez. 2019.

PETTER, Lafayete Josué. *Princípios constitucionais da ordem econômica*. 0. ed. São Paulo: RT. 2005.

PRADA, J.L. (coord.), *Estudios jurídicos en homenaje al profesor Aurelio Menéndez*, tomo I, Madrid: Editorial Civitas, 1996.

PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal Econômico*. 0. ed. São Paulo: RT, 2004.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do futebol. Instituto de Economia*, Campinas: Universidade Estadual De Campinas, Instituto De Economia, 2000.

RANGEL, SERGIO. Seleção Brasileira: CBF paga R$ 35 milhões de prêmio para jogadores e comissão técnica por título da Copa América. 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/cbf-paga-r-35-milhoes-de-premio-para-jogadores-e-comissao-tecnica-por-titulo-da-copa-america.ghtml.> Acesso em: 17 dez. 2019.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. 0. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIO DE JANEIRO. Foro Regional da Barra da Tijuca. *Ação Judicial nº 0041139-60.2019.8.19.0001*, da 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca. Rio de Janeiro. Autor: Defensoria Pública do Estado do Rio De Janeiro. Réu: Clube De Regatas do Flamengo. 05 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?GEDID=0004D73494E77FBD8BE7A6718C936BE6C8A6C50B4A4B1504>. Acesso em: 16 dez. 2019.

RIORDAN, James. Playing to new rules: Soviet sport and perestroika.Soviet Studies, v.42, n.1, p. 133-145. 1990.

RUBIO LLORENTE, F., "La libertad de empresa en la Constitución", en IGLESIAS

WALD, Arnold. *Obrigações e contratos*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

SENADO FEDERAL. Apresentação do anteprojeto de Lei Geral do Esporte Brasileiro. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4402929>. Acesso em: 07 de out. de 2019.

SÃO PAULO F.C. *Estatuto Social*. Disponível em: http://www.saopaulofc.net/o-clube/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

SPORT 24 REDAZIONE. *CALCIO EUROPEO*. 2019. Disponível em: <https://www.ilsole24ore.com/art/il-milan-non-disputera-l-europa-league-2019-2020-ACBOsMV>. Acesso em: 23 out. 2019.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. *Nota de pesar*. 2019. Disponível em: <https://www.trt1.jus.br/ultimas-noticias/-/asset_publisher/IpQvDk7pXBme/content/nota-de-pesar-mortes-no-ct-do-flamengo/21078>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

TRIOLO, Daniele. *PLANETA MILAN*. 2019. Disponível em: <https://www.pianetamilan.it/news-milan/ufficiale-il-milan-e-escluso-dalleuropa-league-2019-2020/>. Acesso em: 08 dez. 2019.

ZANOTI, Luiz Antônio Ramalho. *Empresa na ordem econômica: princípios e função social*. 0. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

ZANZANELLI, Nelson Freitas. A função social da empresa. In: *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito*. São Paulo: UMESP, v. 6, n. 6, p. 172-173, 2009.